

08/04/2019

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Dia decisivo para o MEC: senador do PSDB é cotado](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Pouca eficácia nas ações](#)

[Pauta de costumes se sobrepõe à econômica](#)

[Vélez : casamento ou divórcio](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Bolsonaro menos popular é boa notícia](#)

[Governo Bolsonaro cumpriu até agora só 1/3 de metas para 100 dias](#)

[Transformar os professores no problema da educação é errado, diz Fernando Holiday](#)

[Leilão escolar 1](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

BOMBOU NAS REDES

[‘Escolheria outros para trabalhar comigo’, diz Mourão](#)

O GLOBO - RJ

[Pobre Brasil do aqui e agora](#)

[Má gestão não é o único problema](#)

O MITO E O MICO

[Se governo falhar, conta irá para Forças Armadas](#)

[A academia não se sustenta sem debate](#)

[Riqueza compartilhada](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Governo cogita nomear político para substituir Vélez na Educação](#)

[Estudar no Reino Unido](#)

[MEC ainda não repassou recursos do Fies em 2019](#)

[Executivos viram mentores para ajudar startups](#)

Imprensa Estadual

O POVO - CE

ÁGUA DE COCO

ESTADO DE MINAS - MG

[Equipe de Mourão seria outra](#)

[Bolsonaro, juizeca, degola no Supremo](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Grupo educacional lança plataforma para formação personalizada de professores, a](#)

[Teacherflix](#)

CORREIO WEB

["O general Geisel não foi eleito. Eu fui", disse o vice-presidente Mourão](#)

[Cresce a percepção de desigualdade entre ricos e pobres no Brasil](#)

METRÓPOLES

[Bolsonaro promete decidir se dia de Vélez é do “fica” ou do “não fica”](#)

PORTAL EXAME

[Vélez Rodríguez cai hoje, como sinalizou Bolsonaro?](#)

PORTAL ISTOÉ

[Empreendedorismo e investigação científica farão parte do ensino médio](#)

PORTAL VEJA

[Após dizer que ‘falta gestão’, Bolsonaro deve definir futuro de Vélez](#)

TERRA

[O desmonte da ciência brasileira](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Empreendedorismo e investigação científica farão parte do ensino médio](#)

[O desmonte da ciência brasileira](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Quem dá mais](#)

[Palavras cruzadas](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[UFRJ pode ter uma reitora](#)

[Amazonas perde sem área de livre comércio](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Educação socioemocional](#)

[A bem da verdade histórica](#)

[Para bolsonaristas, presidente deve voltar a falar com eleitor](#)

[As empresas estão indo embora](#)

[Equilibrados, livros didáticos falham em ditadura cubana e governo Lula](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Um cara bacana](#)

[100 dias de barulho](#)

O GLOBO - RJ

[As empresas estão indo embora](#)

[Das bizarrices e das mentiras](#)

TODAS AS MULHERES DO MUNDO DE DAMARES

Revistas

ÉPOCA - RJ

[Os 100 dias da gestão Bolsonaro](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO PARÁ - PA

[Quem dá mais](#)

JORNAL DA CIDADE BAURU - SP

[MEC: políticos e militares disputam indicação](#)

O ESTADO - MS

[Quem dá mais](#)

Agências de notícias e sites

A FOLHA DE SÃO CARLOS

[Programa de Pós-Graduação em Química da UFSCar seleciona bolsista de pós-doutorado](#)

CADA MINUTO

[A UFAL entre as 50 Universidades Brasileiras](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Pós-Vélez](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Brasil forma mestres e doutores para o desemprego](#)

REVISTA MUSEU

[Museu de Arte do Rio inaugura exposição Rosana Paulino: A Costura da Memória](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Veléz, a viúva Porcina do MEC](#)

AGÊNCIA VALOR

[Professores podem fazer greve contra reforma da Previdência](#)

CORREIO WEB

[Pressões por Ministério põem Bolsonaro na muda](#)

G1

[Eleição indica Denise Pires de Carvalho como a primeira mulher reitora da UFRJ](#)

HOJE EM DIA - MG

[Pós-Vélez](#)

PORTAL VEJA

[Falha no Fies leva a atrasos em um milhão de contratos](#)

[Remanescentes de Olavo são escanteados no MEC](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Fies registra atrasos em 1 milhão de contratos](#)

[Armando Castelar: Governo falhou em criar clima favorável](#)

[Presidente precisa dar paz e autonomia para MEC funcionar, diz Mozart Neves](#)

[Líder do PSDB no Senado apoia indicação de tucano para o comando do MEC](#)

['Sou chamada de delinquente e débil mental no Congresso', diz deputada que confrontou ministro da Educação](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Bolsonaro indica que ministro da Educação sairá na segunda-feira](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Fies: adiada validação](#)

[A busca pelo diálogo continua](#)

[Educação ao deus-dará](#)

[Descaso com a educação](#)

[O que a educação quer de nós é coragem \(e criatividade\)](#)

[A história pré-Cabral contada pelas árvores](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Remover o entulho](#)

[Vagas à vista](#)

[Antes eles do que eu](#)

[Pare \(mesmo\) de acreditar no governo](#)

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

[Auditoria propôs que gráfica não imprimisse Enem em 2019](#)

[Em São Paulo, livros não terão mudança na interpretação do golpe, diz Covas](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Bolsonaro indica demissão de ministro da Educação](#)

[Fies registra atrasos em 1 milhão de contratos](#)

[TCU deve julgar ação contra gráfica que faliu](#)

O GLOBO - RJ

[Bolsonaro indica que vai demitir Vélez do MEC](#)

[A VIÚVA PORCINA DO MEC](#)

[Vélez nunca foi ministro da Educação](#)

[Perícia de incêndio no Museu Nacional confirma descaso](#)

[\(Crise no MEC\) é uma tempestade perfeita](#)

Revistas

ISTOÉ - SP

[Ministros trapalhões](#)

VEJA - SP

[Vitória militar](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO ESTADO - MS

[Pós-Vélez](#)

HOJE EM DIA - MG

[Pós-Vélez](#)

O DIA - RJ

[Pós-Vélez](#)

CORREIO POPULAR – SP

[Destino de Vélez deve ser decidido na segunda-feira](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Pare \(mesmo\) de acreditar no governo A sala de aula não é pátio de diversões de ideólogos ou doutrinadores](#)

MEIO NORTE - PI

[Não existe olavetes contra os militares](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA VALOR

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

BEM PARANÁ

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

CLIC RBS

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

FOLHA VITÓRIA

[Pós-Vélez](#)

GAZETA ONLINE

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

GAZETA WEB

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o Min. da Educação](#)

MIX VALE

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

MSN

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

NOTÍCIAS AO MINUTO

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

PLANTÃO NEWS

[Inpa abre inscrições com 14 vagas para seleção em três programas de doutorado](#)

PORTAL DO HOLANDA

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Permanência de Vélez no MEC será definida nesta segunda, diz Bolsonaro](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Educação entrou no ‘racha geral da política’, diz Barroso](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Auditoria propôs que gráfica não imprimisse Enem em 2019](#)

[Promotoria recomenda que Vélez se abstenha de violar laicidade e liberdade religiosa](#)

AGÊNCIA VALOR

[MPF pede que Vélez não viole laicidade do Estado e liberdade religiosa](#)

CORREIO DO POVO - AL

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

G1

[Em uma década, Brasil perde um terço das escolas com aula do ensino fundamental para adultos](#)

[Aprovação aumenta após prova do Encceja substituir a do Enem para quem busca diploma do ensino médio](#)

[Em uma década, Brasil perde um terço das escolas com aula do ensino fundamental para adultos](#)

METRÓPOLES

[Izalci diz que só aceita ser ministro da Educação se tiver autonomia](#)

[Instabilidade no MEC provoca atrasos em 1 milhão de contratos do Fies](#)

PORTAL EXAME

[Não está decidido ainda, tudo pode acontecer, diz Bolsonaro sobre Vélez](#)

PORTAL ISTOÉ

[Não está decidido ainda, tudo pode acontecer, diz Bolsonaro, sobre Vélez](#)

[Permanência de Vélez no MEC será definida nesta segunda, diz Bolsonaro](#)

PORTAL VEJA

[Os nomes do Centrão para o MEC](#)

R7

[Inquiridos no MP apuram contratações irregulares na Seduc](#)

[Sobre Vélez Rodríguez, Bolsonaro diz que tudo pode acontecer](#)

TERRA

[Educação entrou no racha geral da política, diz Barroso](#)

[Fies registra atrasos em 1 milhão de contratos](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Permanência de Vélez no MEC será definida nesta segunda, diz Bolsonaro](#)

[Não há propostas e país perde tempo, diz finalista do "Nobel da educação"](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC](#)

BLOG DO NETO FERREIRA

[IFMA realizará aula inaugural do primeiro mestrado em Engenharia Mecânica do Maranhão](#)

CICLO VIVO

[Sesc Avenida Paulista promove minicurso sobre agricultura familiar](#)

G1

[Pesquisas da UFU podem ser interrompidas com cancelamento de bolsas científicas](#)

POLÊMICA PARAÍBA-PB

[Sou estudante negra de medicina, mas sempre me confundem com paciente do SUS](#)

PORTAL INVESTNE

[Recebimento de artigos para a próxima edição da Revista Controle, do TCE-CE, vai até 8 de abril](#)

REPÓRTER NORDESTE

[Crise no MEC mostra que fantasmas de Olavo de Carvalho não são o mundo real](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Olavo de Carvalho diz que não vai lamentar se Vélez sair do MEC](#)

[Após medidas ideológicas, Vélez defende gestão técnica a empresários](#)

PORTAL ISTOÉ

[Leilão de portos propicia arrecadação de R\\$ 447,929 milhões em outorga](#)

TERRA

[Cerrado conectou os Andes com a Mata Atlântica](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Comissão criada para avaliar questões do Enem conclui trabalho](#)
[Após sinalização de demissão por Bolsonaro, Vélez é criticado por Olavo](#)
[Bolsonaro cogita demitir Vélez na próxima segunda](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM

[Inpa abre inscrições com 14 vagas para seleção em três programas de doutorado](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[FEEVALE](#)

O RIO BRANCO - AC

[Escola de Energia: SENAI e Eletroacre firmam convênio para qualificação profissional](#)

PÁGINA 20 - AC

[Capes aprova doutorado em rede Educação na Amazônia](#)

A TARDE - BA

[Ensino a distância: risco para a saúde humana e animal](#)

DCI - SP

[Vélez não vai à primeira agenda positiva do MEC](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Ausência na 1ª agenda positiva](#)

O HOJE

[Ensino e pesquisa com o futuro ameaçado](#)

O LIBERAL - PA

[Novas demissões no alto escalão do MEC](#)

O POVO - CE

[UFC divulga candidaturas para reitor; confira as datas e informações sobre a eleição](#)

Agências de notícias e sites

AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB

[Capes aprova Mestrado em Geografia da Unifap](#)

UEMS

[UEMS contribui para elaboração do Ranking de Universidades Empreendedoras 2019](#)

[Universidade encaminha plano de trabalho para Capes](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Bolsonaro indica que ministro da Educação pode ser demitido na segunda](#)

[Vélez diz que única coisa insustentável é a morte, sobre permanência no MEC](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Não vou entregar o cargo, diz ministro de Educação após fala de Bolsonaro](#)

AGÊNCIA GLOBO

[TV Escola vira reduto de 'olavetes' demitidos do MEC](#)

BLOG DO NOBLAT

[O Ministro da Deseducação](#)

CORREIO WEB

[Não está dando certo o ministro Vélez, diz Bolsonaro sobre o MEC](#)

G1

[Acordo entre Câmara e MPE obriga assessores de vereadores a ter nível de ensino superior em Presidente Prudente](#)

[MEC estabelece referenciais para formulação dos itinerários formativos do ensino médio](#)

METRÓPOLES

[Vélez pode ser demitido na próxima semana, diz Bolsonaro](#)

[Vélez sobre permanência no MEC: "Única coisa insustentável é a morte"](#)

PORTAL EXAME

[Comissão da Câmara fará sugestões para aposentadoria de professores](#)

PORTAL ISTOÉ

[Vélez não aparece em primeira agenda positiva do MEC](#)

[Comissão da Câmara fará sugestões para aposentadoria de professores](#)

[Bolsonaro indica que Vélez pode sair do Ministério da Educação na segunda](#)

[MEC cresceu demais e isso coloca exigência de racionalização, diz Vélez](#)

PORTAL VEJA

[Vélez não aparece em primeira agenda positiva do MEC](#)

[Bolsonaro indica que pode demitir Vélez na próxima segunda](#)

[Vélez : 'Não vou entregar o cargo'](#)

R7

[Comissão da Câmara fará sugestões para aposentadoria de professores](#)

[Vélez diz que Pernambuco é modelo em Educação e vai levar para o País](#)

TERRA

[Vélez diz que única coisa insustentável é a morte, sobre permanência no MEC](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro indica que ministro da Educação pode ser demitido na segunda-feira](#)

["Não pretendo entregar o cargo", diz ministro da Educação](#)

[MEC cresceu demais e isso coloca exigência de racionalização, diz Vélez](#)

[Única coisa insustentável é a morte, diz Vélez sobre permanência no MEC](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Dia decisivo para o MEC: senador do PSDB é cotado

Parlamentar do PSDB é um dos cotados para substituir ministro, que tem atuação contestada

BRASÍLIA

Jair Bolsonaro voltou a dizer que decidirá hoje o destino do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que pode deixar o cargo. Entre os cotados para substituir Vélez, estão o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Ribeiro Correia.**

O presidente Jair Bolsonaro reafirmou que vai decidir hoje o destino do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, alvo de críticas desde a sua posse. Entre os cotados para o cargo, estão o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Anderson Ribeiro Correia.** Mas, segundo o Estado apurou, ainda não houve o convite.

Bolsonaro também quer que cada um dos seus ministros faça um balanço da sua área nesta semana para marcar os 100 dias do seu governo. "Não é tanta notícia ruim como a imprensa vem publicando", afirmou ele, após participar de um churrasco na casa de um amigo em Brasília, ontem. O compromisso não estava na agenda oficial.

O dono da casa, Ricardo Zelenovsky, foi companheiro de Bolsonaro do Exército. Ao deixar o local, ele disse que estava com amigos da turma de 1974. "O mais novo sou eu, todo mundo é general, e eu sou capitão."

O fim de semana foi intenso, com conversas e articulações para o substituto de Vélz. O ministro enfrenta uma crise que vem desde sua posse, com disputa interna entre grupos adversários, medidas criticadas, recuos e quase 20 exonerações. Na semana passada, um de seus principais assessores foi exonerado pela Casa Civil, o que indicou mais ainda seu enfraquecimento.

Cotados. O nome mais forte é o do senador Izalci Lucas, que tem recebido apoio da bancada do PSL e também de entidades não governamentais ligadas à educação. Izalci foi contador de escolas particulares no Distrito Federal e atuante na Comissão de Educação quando era deputado. Apesar de ter sido um dos autores de um projeto sobre o Escola sem Partido, fontes ligadas a ele dizem que o senador não toca mais no assunto e não levaria essa bandeira para o MEC. Há também resistência de lideranças do PSDB a entrar no governo.

Um nome que aparece associado a ele é o do ex-reitor da Universidade de Brasília (UNB) Ivan Camargo, engenheiro elétrico e filho de militar, que poderia compor a equipe em uma eventual gestão. Camargo também já foi cotado para assumir o próprio cargo de ministro.

Já **Anderson Correia** tem o apoio da bancada evangélica no Congresso. Ele foi reitor do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA), é evangélico e tem bom relacionamento com pastores de São Paulo. Além disso, é ligado ao grupo militar que ajuda o governo desde a transição.

Outro nome que chegou a ser mencionado foi o do ex-diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Stavros Xanthopoulos. Ele se reuniu como vice-presidente Hamilton Mourão em Cambridge, nos Estados Unidos, neste fim de semana.

Há movimentações ainda para tentar emplacar o diretor do Instituto Ayrton Senna Mozart Neves, que chegou a ser chamado antes de Vélz e depois foi desconvidado pela pressão dos evangélicos. E o último cotado seria Álvaro Moreira Domingues, presidente do sindicato das escolas particulares do Distrito Federal.

Bolsonaro também quer resolver hoje a disputa na Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex). O presidente Mário Vilalva tem apoio dos militares e está em crise com diretores próximos do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Pouca eficácia nas ações

O presidente Jair Bolsonaro diz que o governo concluiu 95% das 35 metas estipuladas em janeiro deste ano para os 100 primeiros dias. A avaliação feita por especialistas e parlamentares, entretanto, desconhece os feitos. Nas consultorias legislativas e no Congresso, a análise é de que poucas metas foram efetivamente cumpridas. Com alvos genéricos e subjetivos, o Palácio do Planalto vai comemorar em 10 de abril os feitos que pouco convencem em uma cerimônia pública.

O Correio obteve um documento da consultoria legislativa do Senado que avalia muitas das ações como medidas genéricas e vagas e endossa o argumento de parlamentares. As cobranças feitas a começar pela educação, pela saúde e pela segurança pública. Os

críticos reconhecem que 100 dias compreendem pouco tempo para apresentar resultados práticos de maneira tão ágil. Mas cobram pelo menos sinalizações. Na educação, o governo se propôs a lançar o programa Alfabetização acima de tudo, para definir soluções didáticas e pedagógicas para o aprendizado de leitura e escrita. Entre idas e vindas no Ministério da Educação, mergulhado em controversas demissões e polêmicas, nada de diferente foi observado, a ponto de o chefe da pasta estar ameaçado de demissão.

Na segurança pública, o Ministério da Justiça entregou o decreto de facilitação à posse de armas e apresentou o pacote anticrime, mas, até o momento, não conseguiu fazer a interlocução com articuladores políticos do Planalto para acelerar a proposta e, ao menos, definir a relatoria no Congresso. Outra meta diz respeito ao “apoio à Operação Lava-Jato”. Uma ação vaga, que não foi claramente definida, pondera a consultoria do Senado.

Rito legislativo

O envio de projetos de lei e demais instrumentos sem o devido encaminhamento no rito legislativo e sem o apoio da articulação política ao longo desses 100 primeiros dias são exemplo da ineficiente condução das metas do governo. O ministério da Economia, por exemplo, encaminhou a Medida Provisória nº 871, de combate a irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, embora tenha força de lei, precisa ser aprovada no Congresso. O texto ainda aguarda instalação da comissão.

Outras ações já dispõem de previsão legal. É o caso da ação 17, de competência do ministério do Meio Ambiente. A análise da consultoria legislativa é de que o tema já é regulamentado pelo Decreto nº 6.514/2008. Então, a proposta do governo não vale de nada. Outra meta vaga da pasta é o Plano Nacional para Combate ao Lixo no Mar, cujo diagnóstico não requer nenhum ato formal, com diretrizes que podem ser fixadas em decreto.

O relatório da assessoria legislativa do Senado aponta formulações genéricas para seis ações e analisa outras quatro como “vagas”, entre elas, a modernização do programa Bolsa Atleta. “A meta do governo prevê elaboração de planos e ‘modernizações’. Sem falar que basta se reunir com pessoas para dizer que está elaborando um plano. A mesma genericidade vale para dizer que vai modernizar algo. Muito do que o governo estipulou abre margem para contabilizar qualquer coisa como concluída ou bem encaminhada”, pondera o cientista político Enrico Ribeiro, consultor da Queiroz Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais.

Ao dizer que o governo concluiu 95% das metas, Bolsonaro não convence Ribeiro. “Quando você adota metas genéricas ou fáceis de serem batidas, não pode falar que o governo foi eficaz, que a máquina pública funciona e que atingiu o objetivo. Na administração pública, é preciso analisar a eficácia, a eficiência e a efetividade. Mandar um projeto de lei não torna um governo efetivo e eficaz. É preciso aprovar”, sustenta o analista político.

Bolsonaro vai as ruas

Em resposta à pesquisa Datafolha, que indicou queda na sua popularidade, o presidente Jair Bolsonaro saiu às ruas para testar a recepção da população. No Twitter, ele demonstrou desconforto com o fato de eleitores dizerem, no levantamento, que ele é

menos inteligente do que os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff. A pesquisa mostrou também que 59% dos brasileiros ainda acreditam que Bolsonaro fará uma gestão ótima ou boa. Os dados, entretanto, mostram que apenas 32% aprovam seu governo. Índice semelhante ao dos que o consideram péssimo ou ruim, de 30%.

Balanço dos ministérios

Cidadania — A ação 2, a MP que autoriza a 13ª parcela de pagamento do Programa Bolsa Família, deve ser publicada até 10 de abril. O pagamento do benefício será feito em dezembro. Sobre a ação 3, o Bolsa Atleta, a pasta está finalizando a proposta para ampliação do programa, também a ser anunciado no dia 10.

Infraestrutura — A ação 13, de privatizações no setor de transportes, tem conclusões distintas em diferentes setores. No aeroportuário, foi concluído o leilão da 5ª rodada de concessões com arrecadação de R\$ 2,4 bilhões para o governo federal, e anunciada a 6ª rodada de concessões de 22 aeroportos divididos em três blocos. No portuário, foi concluído o leilão de arrendamento de quatro áreas portuárias (3 em Cabedelo, na Paraíba, e 1 em Vitória, no Espírito Santo) e o leilão de seis áreas portuárias no Pará (Miramar e Vila do Conde). No ferroviário, foi concluída a concessão de 1.537 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, com arrecadação de R\$ 2,7 bilhões para o governo.

AGU — A ação 33, de atendimento eletrônico de devedores dos órgãos federais, já está pronta e disponível para o cidadão desde a última quinta-feira. O acesso à ferramenta é feito por meio do módulo para usuários externos do sistema Sapiens. Em breve, a ferramenta também ganhará espaço de destaque na página principal da instituição na internet.

Meio Ambiente — A ação 18, do Programa Nacional de Combate ao Lixo no Mar, foi cumprido em 22 de março. A partir de agora, as medidas previstas no plano serão cumpridas e acompanhadas conforme cronograma ao longo dos 12 meses. A ação 17, de aprimoramento do Sistema de Recuperação Ambiental, de conversão de multas, está cumprido e devidamente encaminhada à Casa Civil para assinatura do presidente.

Banco Central — As ações 34, de independência da autoridade monetária, e 35, de critérios para dirigentes de bancos federais, estão sendo discutidas com o Ministério da Economia e com a Casa Civil.

CGU — A ação 29, que estabelece regras e critérios para ocupação de cargos de confiança no governo, definiu em março critérios gerais, perfil profissional e procedimentos para que cargos em comissão e funções de confiança de direção, chefia e assessoramento sejam ocupados por meio do Decreto nº 9.727/2019.

Turismo — A ação 26, de melhorar o ambiente de negócios do turismo e de potencializar a atração de investimentos para o Brasil, encontra-se em fase de finalização e será entregue até o prazo pactuado.

Itamaraty — Sobre a ação 23, de redução tarifária do Mercosul, há uma pretensão de alcançar o aperfeiçoamento dos instrumentos que permitam a redução tarifária no âmbito do Mercosul mediante negociação entre os sócios. No que diz respeito à dinamização da agenda externa do Mercosul, nos primeiros 100 dias de governo foram realizadas rodadas negociadoras com a União Europeia, o Canadá e a Coreia. Quanto à

ação 24, de retirada do Brasil do padrão de passaporte do Mercosul e de retomada do brasão da República como identidade visual do documento, o Itamaraty assinou contrato com a Casa da Moeda para a produção das novas cadernetas e recebeu a primeira remessa com o novo modelo em 29 de março.

Desenvolvimento Regional — Para cumprir com a ação 6, do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), foram mapeadas infraestruturas como barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração, todos considerados necessários à oferta de água para abastecimento humano e o uso em atividades produtivas. O plano também leva em conta os vários aspectos climáticos do país, desde estiagem às cheias. O governo priorizará a conclusão dos empreendimentos que já estão em andamento. A previsão de investimentos é de cerca de R\$ 27 bilhões em 99 obras.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Pauta de costumes se sobrepõe à econômica

Divisão entre o núcleo técnico e o moral do governo se aprofunda. Para especialistas, presidente precisa manejar, pois não foi eleito apenas com o voto de moralistas

O presidente da República, Jair Bolsonaro, deu o recado em seu discurso de posse, no já distante 1º de janeiro. Avisou que reconstruiria a nação, defendeu o fim da “corrupção e os privilégios” e garantiu que enfrentaria a crise econômica e o desemprego.

Comprometeu-se, ainda, a governar sobre os costumes. Contra as “ideologias que destroem nossos valores e tradições”, contra a “ideologização das nossas crianças” e o “desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família”. Com a crise econômica ainda à porta, o desemprego persistente e as denúncias que, logo na largada do governo, desgastaram o senador Flávio Bolsonaro, por causa da mal explicada ação do assessor Fabrício Queiroz, sobressaiu-se a pauta dos costumes.

E, nesse caminho, o presidente segue por um eixo que não conversa com todos os eleitores, o coloca em uma posição desfavorável diante do Congresso e pode trazer prejuízos, inclusive, no que tange à política internacional do país, conforme avaliam cientistas políticos. Essa pauta dos costumes, que a deputada Bia Kicis (PSL-DF) traduz como “valores conservadores”, vem da campanha. Balizaram, inclusive, a escolha de ministros como Damares Alves (Mulher e Direitos Humanos), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Véléz Rodríguez (Educação), que está perto de ser demitido.

Para os partidos de esquerda, que assistiram à ascensão de Bolsonaro desmobilizados e sem propostas combativas, esse destaque da pauta de costumes veio a calhar. Num caminho fácil, passaram a perseguir os tuítes desconcertantes do presidente, em especial, aqueles com ataques à imprensa e vídeos de cunho sexual — como o do “golden shower” no carnaval. Também investiram no discurso contra afirmações, até então, impensáveis na boca de dirigentes do país, como o “nazismo de esquerda”, do chanceler; e o “menino veste azul e menina veste rosa”, de Damares. Isso sem contar as tentativas de Véléz de revisionismo nos livros didáticos e pedidos de filmagens de crianças e adolescentes cantando o Hino Nacional.

Nesse meio tempo, inclusive, o MEC já ruía em disputas internas entre militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru do presidente e também ligado à pauta de costumes. Foi tanta confusão no MEC que até o escritor Olavo de Carvalho, guru dessa pauta e tido como o padrinho de Velez, fritou o ministro. “Falei com esse ministro

duas vezes, uma para cumprimentá-lo pela posse, outra mandar enfiar o Ministério (...)", disse Olavo às vésperas de Bolsonaro desembarcar em Washington, em evento no Hotel Trump International.

Governo dividido

Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Paulo César Nascimento vê um contraste entre o núcleo moral e o técnico — que inclui os ministros Paulo Guedes (Economia) e Sérgio Moro (Segurança Pública). Essa divisão torna o Executivo "incoerente na conduta". "O presidente tem uma carga ideológica muito grande, embora as responsabilidades do cargo o façam baixar o tom", avalia, referindo-se especialmente ao relacionamento com o Congresso. "Houve confusão, ele não parecia empenhado em aprovar a reforma da Previdência, bateu boca com o presidente da Câmara, mas, me parece, essa questão foi abandonada. A realidade se impôs. Mas ele oscila, é verdade, e os filhos não ajudam", pondera.

Nascimento observa que Bolsonaro não foi eleito apenas pelos votos dos "moralistas" e terá que manejar, sob o risco de se desgastar. "Toda vez que ele finca uma bandeira ideológica, a contrarreação é muito grande. Ou ele recua, ou se desgasta, e corre o risco de se isolar politicamente", alerta.

O cientista político Andre Roberto Martin, professor de Geografia Política da Universidade de São Paulo (USP) considera que Bolsonaro "exagerou no ativismo ideológico, queimou muito rápido o capital político e precipitou para abril crises previstas para maio". Sérgio Praça, professor de ciências políticas da Fundação Getúlio Vargas, diz que essa pauta ajudou a desgastar a popularidade do governo: "Não está claro para ninguém o quanto o eleitor deseja isso. A impressão que eu tenho é de que não é com isso que o brasileiro médio está preocupado. Não à toa, acho que o foco nessas políticas morais, de costumes, pode ter desgastado o governo nesse início. A popularidade do presidente caiu", destaca.

Martin considera que os principais pontos afetados com a guerra cultural e a agenda de costumes são a política externa, a economia e a educação. Ele acredita que o presidente não tinha uma estratégia completa de governo e a compôs a partir de algumas diretrizes ideológicas que usou na campanha. O professor de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Paulo Baía vê nessas diretrizes uma forma de aglutinar os bolsonaristas. "Isso tem um objetivo interno, que é reforçar o núcleo duro do bolsonarismo. O governo pode perder a 'periferia', mas seu núcleo de apoio fica cada vez mais fanático", analisa. Ele acredita, no entanto, que o restante de 2019 será pautado pelo debate da reforma da Previdência e do pacote anticrime do ministro Sérgio Moro.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Vélez : casamento ou divórcio

Nesta semana em que completa 100 dias no cargo, o presidente Jair Bolsonaro decidirá o futuro de mais um ministro, o da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez: "Amanhã (hoje), a gente resolve", disse o presidente, referindo-se a esta segunda-feira como o dia do 'casamento ou do divórcio' com Vélez. A declaração foi feita durante um almoço no Lago Sul, com colegas da turma do Exército de 1977. Depois, o presidente aproveitou para falar sobre os 100 dias: "Cada ministro vai falar da sua pasta e da sua área. Eu acho que não é tanta notícia ruim quanto vocês têm publicado." Vélez deve ser substituído por um político para ajudar na aprovação da reforma da Previdência.

O desgaste precoce de ministros terminou por colocar em segundo plano ações positivas como a redução do número de ministérios, corte de gastos e funções de confiança. O próprio presidente, embora diga que há notícias positivas no governo, reconhece que, no caso do Ministério da Educação (MEC), há falta de gestão.

Em pouco mais de três meses, a pasta enfrentou várias crises. O número de exonerações chega a 18. Um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que o ensino básico do país continua sem critérios mínimos para avaliação de qualidade e que ainda não foram implementados pelo MEC o Sistema Nacional de Avaliação Básica (Sinaeb) e o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), determinações do Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024. O MEC tem 90 dias para apresentar um plano de ação para sanar os problemas.

O apoio a Vélz minguou após a coleção de crises. Em uma entrevista, afirmou que a universidade não é para todos. A uma revista, disse que o “brasileiro viajando é um canibal”. Posteriormente, pediu desculpas. Isso sem contar a polêmica ordem de mandar filmar estudantes cantando o Hino Nacional.

Diante da crise que atravessa, Vélz teve o mesmo comportamento do primeiro ministro a deixar o governo, Gustavo Bebianno, que ficou apenas 48 dias no cargo: quando ouviu que estava demissionário, disse que não sairia. Terminou demitido depois de ser atacado pelo vereador Carlos Bolsonaro. O filho 02 do presidente o acusou de mentir, ao dizer que havia conversado com o pai, e divulgou áudios das mensagens trocadas entre os dois.

Em situações como essa, reza a cartilha não escrita da política, a frase padrão deve ser “o cargo pertence ao presidente da República”. Até aqui, o único ministro sob tensão a cumprir esse protocolo foi o titular do Turismo, Marcelo Álvaro. Ele está sob investigação por suspeitas de caixa dois na campanha do PSL de Minas Gerais, onde se elegeu deputado federal. Bolsonaro tem dito que é preciso esperar o fim das investigações, antes de colocar o ministro no cadafalso, como ocorreu com Bebianno.

O cientista político André Martin, da Universidade São Paulo (USP), considera que a escolha de ministros mostra que Bolsonaro não tinha planejamento claro para o governo. “Ele não sabia quem escolher. Foram escolhas à queima-roupa, que têm dado um resultado muito ruim”, analisa. “São contradições internas que paralisam o governo. É uma queda de braço constante, que faz com que a decisão fique sempre com o próprio presidente, o que se torna perigoso”, diz.

O professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer também avalia negativamente as demissões. “Isso demonstra que as escolhas foram erradas. Temos muitos projetos parados por conta disso, sobretudo no MEC”, explica. Para Fleischer, o principal motivo para as demissões é o embate entre militares e os seguidores de Olavo de Carvalho, o guru de Bolsonaro. “Os militares estão acompanhando os ‘olavetes’ e cerceando a atuação deles”, analisa. “Vélz cai”, aposta.

[topo](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
Bolsonaro menos popular é boa notícia

Dilma e Lula cometeram barbaridades no auge da aprovação; moderação favorece eficácia na política

Os resultados do Datafolha completam um ciclo de notícias confortadoras em torno do presidente da República. Jair Bolsonaro tornou-se mais parecido com um governante comum, atravessado por limitações que começa a reconhecer.

Recuou em frentes que produziam atrito gratuito, da embaixada em Jerusalém ao Ministério da Educação. Pôs areia na engrenagem do ministro da Economia ao acenar com a retirada da capitalização na Previdência, ideia fixa de Paulo Guedes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciusmota/2019/04/bolsonaro-menos-popular-e-boa-noticia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

**Governo Bolsonaro cumpriu até agora só 1/3 de metas para 100 dias
A três dias de marca, 46% de objetivos anunciados ainda estão em implementação,
e 20% não serão cumpridos, aponta levantamento**

Brasília

O governo do presidente Jair Bolsonaro não conseguirá cumprir todos os objetivos que elencou para os cem primeiros dias de mandato, período que se encerra nesta quarta-feira (10).

Em documento, divulgado no final de janeiro, a Casa Civil ressaltou que, em uma realização inédita, a gestão atual se comprometia a alcançar “metas objetivas” dentro do prazo estipulado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/governo-bolsonaro-cumpriu-ate-agora-so-13-de-metas-para-100-dias.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA

Transformar os professores no problema da educação é errado, diz Fernando Holiday

Porta-voz do Escola sem Partido nos primórdios, vereador do MBL faz autocrítica sobre sua participação no projeto

São Paulo

Fernando Holiday diz que amadureceu. Notabilizado pelo Escola sem Partido, o vereador eleito aos 20 anos pelo Democratas, em 2016, acha que o projeto que ajudou a divulgar descarrilou.

Ele afirma ainda ser boa a ideia de pregar um cartaz em classe dizendo que o aluno pode discordar do professor. Mas ao defender a filmagem e a denúncia de docentes na sala de aula, o projeto atrapalha o exercício da profissão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/transformar-os-professores-no-problema-da-educacao-e-errado-diz-fernando-holiday.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Leilão escolar 1

Investidores do setor de educação têm recebido convite para participar de uma rodada de leilão de ativos da Ulbra.

Leilão escolar 2

Procurada, a Aelbra (Associação Educacional Luterana do Brasil) afirma que desconhece qualquer programação de leilão de seus ativos para os próximos meses.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2019/04/exclusao-do-icms-na-base-de-calculo-do-piscofins-ainda-gera-conflito.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO BOMBOU NAS REDES

Jerônimo Goergen Deputado federal (PP-RS)

“Não é problema o governo trocar um membro quando não está correspondendo. Estou convencido de que Ricardo Vélez não está preparado para a função.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

‘Escolheria outros para trabalhar comigo’, diz Mourão

Em evento organizado por alunos de Harvard, vice responde a pergunta sobre o que faria de diferente de Bolsonaro

BOSTON

Em evento organizado por alunos brasileiros de Harvard e do MIT, nos Estados Unidos, o vice-presidente Hamilton Mourão disse ontem que talvez tivesse escolhido “outras pessoas” para trabalhar com ele, ao ser questionado sobre o que faria de diferente do presidente Jair Bolsonaro nesse início de governo. De início, Mourão evitou responder objetivamente o que faria se fosse o presidente e enalteceu a parceria com Bolsonaro. “Minha parceria com presidente Bolsonaro é total. A gente debate as ideias. Mas, quando ele toma decisão, eu apoio 100%”, afirmou Mourão.

Olhando para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, presente na plateia, Mourão disse: “Como é aquela música, presidente? Faria tudo outra vez? Faria tudo outra vez.” Depois, questionado mais uma vez pelo mediador do evento, o general, afirmou sem dar nomes: “Talvez, pela minha personalidade, eu escolhesse outras pessoas para trabalhar comigo.”

Mourão tem sido criticado por uma ala do governo, que avalia que ele tenta se mostrar como uma figura antagônica ao presidente. Em uma pergunta sobre a situação do Ministério da Educação, Mourão reforçou que deve haver uma troca no comando da pasta. “Não sei se Vélez será mantido, mas precisamos resolver esse problema.”

Militares. Mourão foi aplaudido ao responder a pergunta sobre o papel dos militares na política brasileira. Em uma pergunta sobre o histórico dos militares no Brasil e uma comparação feita com o general Ernesto Geisel, Mourão rebateu: “O general Geisel não foi eleito, eu fui.”

Nessa hora, enquanto a plateia se levantava para aplaudir o vice-presidente, um manifestante gritou “ditadura nunca mais” e foi retirado por seguranças

Na plateia, além de alunos e professores de Harvard e FHC, estavam também o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, e o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel.

Mourão minimizou o papel dos militares no governo Bolsonaro e disse que os integrantes das Forças Armadas que fazem parte do governo já estavam na reserva quando foram convocados para o Executivo. Ele afirmou ainda que, se o governo “errar demais”, a “conta” irá para as Forças Armadas. “Daí a nossa extrema preocupação e as palavras que o presidente falou no dia 28 de outubro quando fomos eleitos. Ele olhou para mim e disse assim: nós não podemos errar.”

“O general (Ernesto) Geisel não foi eleito, eu fui.” Hamilton Mourão

VICE-PRESIDENTE, DURANTE ENCERRAMENTO DE SEMINÁRIO ORGANIZADO NOS ESTADOS UNIDOS

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Pobre Brasil do aqui e agora

O que fazer quando o presidente e o chanceler de seu país dizem, em Israel, que o nazismo foi um movimento de esquerda? O ideal é dar de ombros e seguir na vida cotidiana. Essas afirmações bombásticas são feitas para provocar debate. Não tenho tempo para ele. Sinto muito pelos professores de História no Brasil. Terão de explicar como um movimento de esquerda invadiu a União Soviética, uma espécie de meca da esquerda mundial naquele período. E como milhões de pessoas morreram a partir desse fogo amigo. Os professores de História terão de se consolar com os de Geografia, que ainda acham que a Terra tem uma forma arredondada. São colegas com uma tarefa mais dura: explicar que a Terra não é plana, como querem os novos ideólogos.

Estamos passando por uma revisão completa. Seus autores se acham geniais. O chanceler Ernesto Araújo disse que o nazismo é de esquerda, dentro do Museu do Holocausto, em Israel. Ali, o nazismo é considerado um movimento de extrema direita. Mas o chanceler disse que há teorias mais profundas. Os judeus, que sofreram com o nazismo e ergueram um museu para lembrar suas vítimas, são superficiais: ainda não descobriram a verdade das obscuras teorias conspiratórias que embalam o governo brasileiro. A direita embarca na canoa usada pela esquerda no passado recente. Não há mais respeito às evidências ou provas científicas. O que importa é a versão. Não houve desvio de dinheiro público, apenas procuradores e juízes perseguindo honestos políticos.

Eles convergem na tentativa de conformar os fatos às suas convicções ideológicas. O que foi aquela gritaria na Câmara? Nada mais que uma aversão compartilhada à palavra tchutchuca. Suspeito que direita e esquerda são machistas da mesma maneira que suspeito que a Terra seja arredondada, e o nazismo tenha sido um movimento de extrema direita. Tenho pavor dessas gritarias noturnas na Câmara. Na minha época descobri: servem apenas para prejudicar o sono. Saem todos tensos e irados e têm dificuldade em dormir. Só isso. Uma reforma da Previdência é coisa séria. É possível alterar a proposta do governo. Mas é muito difícil negar a importância de alguma

reforma, antes que a Previdência quebre como na Grécia.

Há mais de um século a esquerda desenvolve suas técnicas de provocação. Guedes precisa mais que o curso de alguns dias para enfrentá-la com êxito. Minha experiência mostra que nessas constantes trocas de insultos, sempre alguém vai insinuar que o outro é gay. Com o tempo, certas pessoas se acostumam. É o meu caso. Tive a sorte, como na música de Cazuza, de ser chamado de viado e maconheiro. O único problema era ser chamado de apenas um desses dois nomes. Ficava esperando o outro como se estivesse faltando algo. É como a piada de um homem que vivia no andar de baixo, e todas as noites o vizinho de cima chegava meio bêbado e tirava as botas ruidosamente. O homem reclamou. O bêbado voltou do botequim, jogou a bota esquerda com força, mas se lembrou do vizinho. Tirou a bota direita com muito cuidado, silenciosamente. O vizinho de baixo não dormiu esperando que ele jogasse a outra.

Todas aquelas pessoas xingando as outras na Câmara: não há nada de pessoal naquilo. Apenas histeria política. É preciso superar logo essa fase de sensibilidade à flor da pele. Entender que é o país que está em jogo. E não depende apenas da reforma da Previdência. A política externa toma um rumo radical, sem que o tema seja discutido adequadamente no Congresso. Nesse sentido, é uma política tão autoritária como a que nos ligou ao bolivarianismo. Não expressa a visão nacional.

O Ministério da Educação não funciona. Todos as semanas demitem e contratam. A ida do ministro Vélez à Câmara mostrou que não tem projeto. Exceto o de reescrever sua parte da história do golpe militar. Ele é modesto diante do chanceler que quer reescrever a história da Segunda Guerra Mundial e levar sua mensagem cristã a todos os recantos do mundo. O velho cardeal Richelieu já dizia no século XVII: o homem é imortal, sua salvação está no outro mundo. O Estado não dispõe de imortalidade: sua salvação se dá aqui ou nunca.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Má gestão não é o único problema

A julgar pelas declarações do presidente Jair Bolsonaro na semana passada, hoje é o dia em que a aliança de Ricardo Vélez Rodriguez sai da mão direita e "vai para a esquerda, ou para a gaveta". Apesar de não ter completado sequer 100 dias no posto, a capacidade do ministro de criar polêmicas desnecessárias enquanto a máquina do MEC dava sinais de paralisia fará com que sua saída, caso mesmo confirmada, não seja lamentada.

Não há voz relevante no setor educacional que defenda a permanência de Vélez no cargo. Até Bolsonaro reconheceu "estar bastante claro que não está dando certo", atribuindo o problema principalmente à "falta de gestão" na pasta.

Porém, mesmo na improvável hipótese de Vélez não cair, a questão principal é saber qual rumo tomará o MEC daqui para a frente. Os problemas que o ministério enfrenta hoje não são fruto apenas de uma incompetência do ministro para a gestão, como apontou Bolsonaro em sua fala. São também sintomas de um diagnóstico equivocado a respeito das prioridades do setor.

Nas primeiras entrevistas que concedeu à imprensa, além de proferir absurdos como dizer que brasileiros são canibais, Vélez repetiu mais de uma vez que, ao ser convidado para o cargo, a primeira pergunta feita pelo presidente foi se ele teria "faca nos dentes

para enfrentar o problema do marxismo no MEC" A pergunta foi coerente com o discurso de campanha de Bolsonaro, pois, nas poucas vezes em que tratou da educação na disputa presidencial, a ênfase estava em "expurgar a ideologia de Paulo Freire" ou em combater a "doutrinação" e a "sexualização precoce" nas escolas.

Essas são pautas que podem animar a militância no momento de campanha ou em redes sociais, mas mesmo apoiadores de Bolsonaro que não se enquadram no grupo dos radicais ideológicos sabiam que, no momento em que o governo começasse, seria preciso uma equipe com experiência e competência para gerir uma máquina tão complexa quanto o MEC.

Quando o presidente, por indicação de Olavo de Carvalho, escolheu Vélez e preteriu o educador Mozart Neves Ramos, ficou claro que o discurso de campanha ainda não havia ficado para trás. Vélez não teve autonomia para nomear todos os seus subordinados. A parte da equipe que ele mesmo escolheu, porém, foi justamente formada por pessoas inexperientes na área, mas que, coerentes com o que Bolsonaro indicava, compartilhavam a crença nos mesmos fantasmas ideológicos.

Esses quadros dividiriam espaço no MEC com militares e outros com perfil mais técnico, ao menos quando comparados com os olavistas. Essas alas logo entraram em conflito, agravando a paralisia do ministério.

Assim que os principais cargos no MEC foram anunciados, jornais repercutiram a crítica de que nomes sem experiência no setor estavam sendo nomeados para cargos que demandavam perfil técnico.

Em resposta, houve quem enxergasse má vontade com o novo governo ou justificasse as escolhas com o argumento de que qualquer mudança deveria ser comemorada, já que estava tudo errado na educação.

Deu no que deu. Resta saber, agora, se Bolsonaro vai repetir o erro.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS O MITO E O MICO

Do mestre Nelson Motta: — Se Jair Bolsonaro é o Mito, Vélez Rodríguez é o Mico.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Se governo falhar, conta irá para Forças Armadas

Em evento nos EUA, vice-presidente Hamilton Mourão afirma que governo não tem varinha de condão e que queda na popularidade de Bolsonaro se deve a uma ansiedade muito grande por parte da sociedade brasileira

O vice-presidente Hamilton Mourão disse ontem, em evento nos Estados Unidos, que se o governo “falhar, errar demais, essa conta irá para as Forças Armadas”. Por isso, segundo ele, logo após as eleições, conversou com o presidente Jair Bolsonaro sobre a responsabilidade de recolocar os militares no centro do poder. Na ocasião, o presidente teria dito que “nós não podemos errar”. — Se o nosso governo falhar, errar demais, porque todo mundo erra, mas se errar demais, não entregar o que está prometendo, essa conta irá para as Forças Armadas. Daí a nossa extrema preocupação — disse Mourão. Em discurso que encerrou o Brazil Conference, evento organizado por estudantes brasileiros das universidades de Harvard e do MIT, Mourão avaliou que a queda na

popularidade de Bolsonaro, mostrada pelo instituto Datafolha, se explica por várias razões que vão além da atuação do governo, entre as quais “uma ansiedade muito grande por parte da nossa sociedade no Brasil”.

O vice-presidente disse que o Executivo não tem “uma varinha de condão”. Na pesquisa, o Datafolha mostra que Bolsonaro tem a pior avaliação após três meses de gestão entre os presidentes eleitos para um primeiro mandato desde a redemocratização. —Tem gente que quer que a gente acelere as coisas. Mas todos têm que entender uma coisa: o Executivo não tem uma varinha de condão. Seria ótimo, né? “Pim pim pim”. O presidente Fernando Henrique passou oito anos neste luta, sabe disso — disse. Entre as dificuldades que o Executivo enfrenta, segundo ele, está a relação com o Congresso. Para Mourão, resolver essas questões “leva algum tempo”. — Estamos vivendo a crise do problema de desemprego muito grande. Uma coisa que sempre me angustia também é quando eu vejo que a juventude no Brasil ou quer fazer um concurso público ou quer sair do país. Alguma coisa está errada. Essa ansiedade, ela se traduz, né? “Pô, esse pessoal não ia fazer tudo? O que eles estão fazendo?”. Então, vejo naturalmente essa queda inicial de popularidade.

‘FUI ELEITO. GEISEL, NÃO’

Na primeira fila, assistindo ao discurso de Mourão, estavam Fernando Henrique Cardoso, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, e os governadores do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, e de Minas Gerais, Romeu Zema. Mourão disse ainda que a diferença entre a participação das Forças Armadas na política hoje em relação à época da ditadura — sobretudo durante o período do governo de Ernesto Geisel, que promoveu a abertura para recolocar os civis no poder — é que ele e Bolsonaro foram eleitos. — O Geisel não foi eleito, eu fui — declarou Mourão, que é general da reserva. Depois de fazer a declaração sobre Geisel, Mourão foi ovacionado pela plateia. Alguns participantes chegaram a aplaudi-lo de pé.

Em meio aos aplausos, um manifestante entrou no auditório e gritou “ditadura nunca mais!”. Ele foi retirado da sala por seguranças. Mourão também comentou a crise no Ministério da Educação. O vice confirmou que o presidente Jair Bolsonaro vai anunciar sua decisão sobre a pasta hoje. — Não vou negar nada aqui, porque aqui nós estamos num ambiente que eu considero da sinceridade. Nós estamos com um problema no Ministério da Educação — disse Mourão, que foi aplaudido pela plateia depois da afirmação e concluiu, recebendo mais aplausos:

— O presidente vai tomar uma decisão a esse respeito amanhã (hoje). Ele já definiu. Comandado por Ricardo Vélez, o Ministério da Educação passa por uma crise que inclui polêmicas e uma série de demissões de pessoas próximas ao próprio ministro e ao escritor Olavo de Carvalho. Na sexta-feira, Bolsonaro declarou que “está bastante claro que não está dando certo o ministro Vélez”, e acrescentou que o assunto seria resolvido nesta segunda-feira.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

A academia não se sustenta sem debate

Vencedora da eleição interna para a reitoria da UFRJ, professora afirma que não vê motivos para o presidente Jair Bolsonaro, responsável pela decisão final, rejeitar seu nome para o cargo

ENTREVISTA

Denise Pires de Carvalho / biofísica

A maior universidade federal do país demorou quase cem anos para escolher uma mulher como reitora. E, agora, a UFRJ espera ver sua escolhida, a biofísica Denise Pires de Carvalho, ser nomeada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Sua chapa obteve 9.427 votos, enquanto a liderada pelo professor Oscar Rosa Mattos, da Escola Politécnica e da Coppe/UFRJ, e apoiada pelo atual reitor Roberto Leher, teve 8.825. A consulta vencida por Carvalho serve como base para a formulação, no dia 30 de abril, de uma lista tríplice de nomes que o colégio eleitoral da universidade enviará para o presidente Jair Bolsonaro. É ele quem nomeia a reitora que dirigirá a UFRJ pelos próximos quatro anos. Carvalho, de 54 anos, defendeu na campanha uma relação de "ajuda mútua" com o MEC e ações de igualdade de gênero.

Em entrevista ao GLOBO, a biofísica afirmou que sua primeira ação será dimensionar o número de funcionários e de docentes, algo que "não existe atualmente". Ela também quer atacar a evasão de alunos, alterando a maneira como a UFRJ usa o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), e criar conselhos superiores como o de extensão e o de administração e gestão de pessoas. Defendeu ainda a necessidade de "planejar, priorizar e cortar" antes de tentar aumentar o orçamento.

A senhora é a primeira mulher eleita reitora da UFRJ em quase 100 anos. O que isso representa?

Significa que a sociedade está mudando, está reconhecendo lideranças femininas. A igualdade de gênero é importante. Na carreira científica, mais de 50% da força é feminina e não ter uma representação não é normal.

A senhora foi escolhida pela comunidade acadêmica, mas ainda precisa ser nomeada pelo presidente. Teme que isso não aconteça?

Não há motivo para que eu não seja nomeada. Tenho uma trajetória de dedicação à universidade, sempre com o nome da UFRJ acima de qualquer questão. Fui escolhida em primeiro turno pela comunidade com mais dois concorrentes, mostrando a legitimidade do processo.

Como a crise do MEC impacta as universidades públicas?

A situação é dramática, independentemente do gestor do MEC. Temos a emenda constitucional 95, que estabelece teto de gastos e impacta o orçamento de educação, ciência e tecnologia. Espero que o governo se sensibilize com essa questão e não corte como vem cortando. Espero que o próximo ministro ou ministra, já que dizem que o atual não continuará, seja uma pessoa que conheça muito bem o sistema e defenda a educação de qualidade. Não deve importar se o nome vem do partido A, B ou C.

A eleição na UFRJ é vista como um termômetro da relação do MEC com as universidades federais. Como será seu diálogo com o ministério?

A relação da UFRJ com o MEC será de ajuda mútua. Somos a maior federal do país e queremos voltar a ser uma das melhores da América Latina. Para isso, precisamos da ajudado MEC. E o ministério vai precisar das universidades para que o sistema educacional melhore.

O que pedirá ao MEC?

Precisamos de investimentos para restaurar o prédio da reitoria e o alojamento universitário, que sofreram incêndios. É dramática a situação dos estudantes e da reitoria. As pró-reitorias estão todas separadas em salas de diferentes prédios. Alunos estão tendo aulas em prédios com condições precárias.

Hoje a universidade tem um déficit de R\$ 171 milhões. O que pretende fazer em relação ao orçamento?

O orçamento deste ano já foi aprovado pela atual gestão no fim do ano passado. Vamos implantar uma comissão permanente para análise orçamentária, discutindo mês a mês, até o fim do ano, para propor o orçamento para o próximo. Haverá necessidade de cortes e eles serão discutidos com a comunidade universitária.

Pode haver redução no número de vagas?

De jeito nenhum. Queremos fazer mudanças para identificar que cursos podem ganhar vagas. Há cursos que têm altas taxas de evasão, enquanto outros têm alta procura e baixas taxas.

Muitas universidades têm instituído comissões de verificação de autodeclaração para acesso por cotas raciais, mas a UFRJ resiste na implementação desse grupo. Qual será sua postura? Deveremos implantar a comissão já para o vestibular de 2020. Vamos estudar o modelo usado na Uerj e na UFF, que são bem-sucedidos, e implementar o nosso.

Recentemente, um ofício do PSL tentou impedir um debate do deputado Marcelo Freixo (PSOL) na universidade. Como garantir a autonomia universitária?

A universidade é um ambiente de pluralidade. Não podemos ter nenhum tipo de cerceamento de ideias. Então, me assusta essa tentativa de dizer para a sociedade que a universidade é ideológica, como se ideologia fosse uma coisa ruim. A academia não se sustenta sem debate de ideias.

Pretende implementar alguma medida específica destinada às mulheres?

Vamos escolher pró-reitores de forma equilibrada. Dos sete, pelo menos três serão mulheres, provavelmente quatro. É importante para a sociedade ter os dois gêneros contemplados. Com relação a políticas específicas para mulheres, sabemos que a UFF tem avançado em questões como regras para concessão de bolsas com diferencial para mulheres e mulheres que tenham filhos. Vamos estudar o que tem sido feito lá. Atualmente, temos uma creche aquém do necessário. O ideal é fazer no futuro um complexo de creche e escolas de educação infantil.

Ainda sente muito machismo por parte da academia?

O machismo existe e não é uma característica só do sexo masculino, é da sociedade, que é patriarcal há séculos. Mas isso vem mudando. O importante é que haja espaço para que mulheres se candidatem e que a sociedade respeite o trabalho feminino. Somos maioria em alguns cargos de atendimento à população, como entre médicos, enfermeiros, professores. Mas, nos cargos de comando, não é assim. O Congresso, por exemplo, é majoritariamente masculino.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Riqueza compartilhada

Governo pretende alterar lei para dividir mais de R\$ 100 bi do pré-sal com estados BRASÍLIA

A equipe econômica já encontrou uma saída para partilhar com estados e municípios mais de R\$ 100 bilhões em receitas decorrentes da exploração do pré-sal. A solução está na proposta de emenda constitucional (PEC) que desvincula e desindexa o Orçamento da União (a chamada PEC do pacto federativo, que acaba com despesas obrigatórias e deixa nas mãos do Congresso a negociação dos gastos prioritários). Segundo integrantes do governo, o texto vai criar uma exceção à regra do teto de gastos, pela qual as despesas públicas não podem crescer acima da inflação.

Isso abre caminho para que parte da arrecadação com o pré-sal seja transferida para as mãos de governadores e prefeitos sem criar problemas para a União. Hoje, a regra do teto já tem cinco exceções: despesas com eleições, transferências a fundos constitucionais, gastos extraordinários, complemento ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e aumento de capital em estatais. Em troca da benesse, o governo quer apoio firme dos governadores à aprovação da reforma da Previdência. Segundo os técnicos, as mudanças nas aposentadorias precisam ser aprovadas primeiro.

Logo após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu a estados e municípios dividir uma fatia do que o governo federal arrecadaria este ano com o megaleilão do pré-sal: cerca de R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura. Recentemente, ele tem afirmado que pretende compartilhar 80% das receitas do pré-sal com os governos locais. No entanto, não havia forma de fazer essa operação sem descumprir o teto.

Quando a União fosse repassar o valor aos governos regionais, seria criada uma despesa e o limite de gastos não seria respeitado. Mas com a proposta de desvinculação, o assunto fica sanado. O governo pretende encaminhar o texto ao Congresso em breve. Já existem versões da proposta em circulação no governo.

DIVISÃO DO FUNDO SOCIAL

Além da injeção de recursos do megaleilão, também está nos planos do governo repartir dinheiro do Fundo Social, que é alimentado com a exploração do pré-sal e hoje é todo da União. Neste caso, a PEC do pacto federativo também tem que ser aprovada. A ideia é que os estados tenham mais liberdade para gastar o dinheiro extra que entrar nos próximos anos. Mas o texto tratará como exceções despesas com saúde e educação. Assim, quando estados e municípios colocarem as mãos nos recursos do petróleo, eles terão necessariamente que destinar parte de sua arrecadação a áreas voltadas para as gerações futuras. A ideia é evitar que o dinheiro seja usado em obras de embelezamento, como já revelou O GLOBO no passado. Em Rio das Ostras, a prefeitura chegou a fazer uma polêmica calçada de porcelanato na praia. Além disso, a aposta é que a resistência à proposta diminua.

O Fundo Social tem cerca de R\$ 17 bilhões, montante que deve chegar a R\$ 26 bilhões até o fim do ano. Mas a divisão de recursos com os estados não mexerá no que já foi acumulado até agora. A nova regra só afetará as arrecadações futuras. O governo entende que, se mexesse no estoque, criaria insegurança jurídica.

O plano da equipe econômica é garantir aos estados ao menos R\$ 3,9 bilhões por ano. Assim, a União deixaria para trás a dívida em compensações da Lei Kandir (que isentou ICMS de exportações, com perdas para estados). O valor também faria frente aos recursos do FEX, auxílio para fomento à exportação, que estados cobram da União, mas que não está previsto no Orçamento deste ano.

Para os técnicos da área econômica, a flexibilização do teto não é um tabu. Para eles, esse tipo de regra, assim como a metade resultado fiscal, são sinais do descontrole dos gastos públicos. Nas conversas internas, diz-se que países que fazem o dever de casa e são bons pagadores não precisam de tantos mecanismos de controle. Assim, a partir do momento que o governo conseguir reduzir o rombo fiscal e a trajetória da dívida pública, já haverá uma maior credibilidade do país junto aos investidores.

ROMBO DA PREVIDÊNCIA

Na avaliação de analistas, o dinheiro para estados será bem-vindo. O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, defende que o montante seja direcionado para a Previdência. O conjunto dos estados apresentou rombo no regime de aposentadoria de R\$ 85,891 bilhões em 2018.

— É apropriação da riqueza do pré-sal. Isto pode entrar, inclusive, para socorrer a Previdência dos estados. O melhor caminho era pegar esse dinheiro e colocar para bancar as despesas de aposentadoria, que é o item do Orçamento que mais cresceu — afirma Velloso.

A economista Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, lembra que é importante garantir que o dinheiro extra seja direcionado para investimentos. Ela destaca casos de municípios fluminenses produtores, onde os recursos dos royalties do petróleo foram mal geridos.

— (O dinheiro do petróleo) é um ativo que deve ser preservado para gerações futuras. Você não pode pegar esse dinheiro para pagar cafezinho — destaca a especialista. — No momento em que você desvincula para União, pode se tornar a maldição das vacas gordas. Um país que produz commodity, quando o preço vai lá para cima, ele fica bem. Mas quando vai lá para baixo, fica mal porque gastou mal.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Governo cogita nomear político para substituir Vélez na Educação

O presidente Jair Bolsonaro cogita nomear um político para substituir Ricardo Vélez no Ministério da Educação (MEC), mas os partidos buscam se distanciar do governo e afirmam que, qualquer que seja o nome escolhido, isso não significará a entrada de sua legenda na base governista.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6201461/governo-cogita-nomear-politico-para-substituir-velez-na-educacao>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Estudar no Reino Unido

Esta semana, São Paulo e Rio de Janeiro recebem eventos de apresentação da Universidade de Leeds (foto), do Reino Unido, voltado para estudantes brasileiros que queiram aprender mais sobre a instituição e tirar dúvidas sobre como é estudar fora. A conversa é organizada pelo loveUK, grupo que representa 30 instituições de ensino britânicas no Brasil. Com entrada gratuita, o evento acontece em São Paulo na terça-feira (9) e no Rio na quinta-feira (11). Inscrições pelo site: bit.ly/eventoleeds

Rumo à China

Estão abertas as inscrições para o programa de bolsas Schwarzman Scholars, que seleciona 200 jovens para o master em assuntos globais da Universidade Tsinghua, na China. Entre 35% e 40% das vagas são destinadas a estrangeiros não-americanos. Entre os requisitos, é preciso ter entre 18 e 29 anos e fluência em inglês. A bolsa cobre a anuidade, viagem, moradia e outros custos de viver em Pequim. As inscrições vão até setembro. Em 6 de junho, acontece uma sessão de apresentação da bolsa na Universidade LaSalle, em Niterói. Mais informações e inscrições: www.schwarzmanscholars.org

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6201391/radar>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

MEC ainda não repassou recursos do Fies em 2019

As instituições de ensino superior ainda não receberam nenhuma parcela do Fies, programa de financiamento estudantil do governo, neste ano.

Nenhum dos cerca de 1 milhão de contratos antigos do Fies foi renovado até o momento. Estima-se que o Ministério da Educação (MEC) tem deixado de pagar cerca de R\$ 1 bilhão por mês às instituições de ensino superior, levando em consideração que o tíquete médio dos empréstimos do Fies é de R\$ 1 mil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6201387/mec-ainda-nao-repassou-recursos-do-fies-em-2019>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Executivos viram mentores para ajudar startups

Futurista e referência para muitos empreendedores, Candreva equilibra a atuação como head de inovação do hub/sp - centro de inovação inaugurado em janeiro deste ano - com a coordenação do Disruptive MBA, programa de pós-graduação com foco em marketing digital, empreendedorismo e gestão de negócios. Palestrante e diretor do comitê de internacionalização da ABStartups, ainda reserva tempo para mentorias sobre temas como marketing digital, vendas, gestão de negócios e como vender ideias a investidores. Segundo ele, conexão, networking, aprendizado e compartilhamento de experiências são os principais ganhos do processo de mentoria, que não é remunerado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6201415/executivos-viram-mentores-para-ajudar-startups>

topo ↕

O POVO - CE - COLUNISTAS

ÁGUA DE COCO

A Uece desenvolveu uma pomada para prevenção e tratamento de escaras. Detalhe: a partir de componentes da água de coco. Tudo com aval da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa do Ensino Superior (Capes).

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Equipe de Mourão seria outra

Vice-presidente admite que escolheria outras pessoas para trabalhar, ao falar sobre o que faria diferente de Jair Bolsonaro e minimiza queda de popularidade do governo

Cambridge (EUA) – O vice-presidente do Brasil, general Hamilton Mourão, minimizou ontem a queda na popularidade do governo, dizendo que é preciso dar tempo ao Executivo. “Tem gente que quer que a gente acelere as coisas, mas todos têm que entender uma coisa: o Executivo não tem varinha de condão. Seria ótimo”, afirmou Mourão. Os primeiros três meses do governo Bolsonaro têm a pior avaliação entre os presidentes eleitos para um primeiro mandato, segundo pesquisa do Instituto DataFolha.

O vice-presidente afirmou ainda que, “se o governo errar demais”, a “conta” vai para as Forças Armadas. “Daí a nossa extrema preocupação e as palavras que o presidente falou no dia 28 de outubro quando fomos eleitos. Ele olhou para mim e disse assim: nós não podemos errar”, disse Mourão.

Ao ser questionado sobre o que faria diferente de Jair Bolsonaro na presidência da República, o vice-presidente disse que talvez tivesse escolhido “outras pessoas” para trabalhar com ele. Primeiro, Mourão evitou responder diretamente o que faria nos 100 primeiros dias de governo se fosse o presidente e enalteceu a parceria com Bolsonaro. “Minha parceria com presidente Bolsonaro é total. A gente debate as ideias, mas, quando ele toma decisão, eu estou com a decisão dele 100%”, afirmou Mourão.

Olhando para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na plateia, Mourão afirmou: “Como é aquela música, presidente? Faria tudo outra vez? Faria tudo outra vez”, disse Mourão. Depois, questionado mais uma vez, ele afirmou: “Talvez, pela minha personalidade, eu escolhesse outras pessoas para trabalhar comigo”.

Diálogo “Vejo naturalmente essa queda inicial na popularidade”, afirmou Mourão. O vice-presidente disse que há uma “ansiedade” muito grande por parte da sociedade e que sabe que as pessoas clamam por mudanças. Ele defendeu o diálogo com o Congresso para fazer as pautas do governo andarem. A fala vem após o apagão na articulação política ter gerado problemas para o Planalto, com atritos entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e um embate do ministro da Economia, Paulo Guedes, no Congresso ao tentar defender a reforma da Previdência.

“O presidente FHC passou oito anos nessa luta, sabe disso, temos que dialogar com o Congresso permanentemente, entender a fisiologia lá dentro, buscar convencer. Essa questão do sistema previdenciário nós temos que convencer o Congresso de uma forma e convencer a população de outra forma. Isso leva algum tempo, é normal”, afirmou Mourão. O vice-presidente participou do evento Brazil Conference, organizado pelos alunos brasileiros das universidades de Harvard e do MIT. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estava na primeira fila da plateia, assistindo ao painel.

O vice-presidente destacou que tem uma vida normal e interlocução com a sociedade. “Eu sou uma pessoa que anda na rua, não estou enclausurado no anexo 2 do Palácio do Planalto e nem no Jaburu. Eu vou ao Rio de Janeiro, eu vou à academia de ginástica que eu frequento, que é uma Smart Fit (rede de academias), vou à praia, jogo voleibol, converso com todo mundo”, disse Mourão, arrancando risadas da plateia. “As pessoas apresentam suas ponderações”, disse.

“Uma coisa que sempre me angustia é quando vejo que a juventude ou quer fazer concurso público ou quer sair do país, alguma coisa está errada”, afirmou Mourão. Ele foi aplaudido de pé em Harvard ao responder a uma pergunta sobre o papel dos militares na política brasileira. Sobre o histórico da atuação dos militares no Brasil e uma comparação feita com o general Ernesto Geisel, Mourão rebateu: “O general Geisel não foi eleito, eu fui”.

Nessa hora, enquanto a plateia se levantava para aplaudir o vice-presidente, um manifestante gritou “ditadura nunca mais” e foi retirado pelos seguranças do evento.

‘Mais político’ “O presidente Bolsonaro é mais político do que um militar, mas carrega dentro de si, obviamente, toda formação que nós tivemos”, disse Mourão. Ele disse que foi convocado por Bolsonaro na “décima hora” para a vice-presidência.

Troca de Vélez

Mourão tem sido criticado por uma ala do governo, que avalia que ele tenta se mostrar como uma figura antagônica ao presidente. Em uma pergunta sobre a situação do Ministério da Educação, Mourão reforçou que deve haver uma troca no comando da pasta, como Bolsonaro indicou na semana passada. “Estamos com um problema no Ministério da Educação”, disse Mourão, aplaudido pela plateia. “O presidente vai tomar uma decisão a esse respeito amanhã (hoje), de acordo com o que ele já definiu”, afirmou Mourão. Na semana passada, Bolsonaro indicou que vai substituir o ministro da Educação, Ricardo Vélez, que foi indicado ao cargo pelo escritor Olavo de Carvalho, um inspirador das políticas defendidas pelo presidente. Mourão, contudo, tem sido frequentemente criticado por Olavo de Carvalho. Ainda sobre educação, Mourão disse que o governo terá que “investir pesado na educação básica”.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Bolsonaro, juizeca, degola no Supremo

O desespero dos derrotados, nas últimas eleições, por Jair Bolsonaro e seus apoiadores está beirando, ou já entrou todo, no clima do ridículo. Tudo o que o presidente e seus ministros falam ou decidem é alvo de críticas, de contestações, de desfigurações as mais estapafúrdias, as mais idiotas, as mais imbecis. Como as que o ministro da Economia, Paulo Guedes, foi obrigado a responder, no mesmo tom, quando fazia sua exposição sobre a reforma da Previdência, na CCJ da Câmara. Os detratores desonestos foram obrigados a ouvir humilhados e calados.

Lamentavelmente, os jornais, por seus editores desinformados ou mal intencionados, dão destaque indevido ao que os inconformados desonestos dizem em entrevistas ou afirmam em notas distribuídas exatamente para ganharem repercussão. Em lugar de um registro no noticiário, como seria correto jornalisticamente, transformam a baboseira, a babaquice, a canalhice em manchetes de página, quando não da capa principal.

A imprensa austera, comedida, independente e neutra do passado morreu mesmo.

Ninguém se dispõe a salvá-la, a botar para correr os que deturpam a verdade e sua nobre missão de informar e de opinar de forma isenta e democrática, ou seja, acolhendo, com o mesmo destaque e equilíbrio, as teses controversas?

Bolsonaro, ainda visivelmente enfraquecido fisicamente, em decorrência da tentativa de morte que sofreu durante a campanha, cumpre com sacrifício evidente os programas que elaborou para sua administração e os compromissos internacionais que assumiu. Passou alguns dias em Israel.

Conversou com as autoridades locais, fez as visitas rotineiras programadas, firmou acordos comerciais que favorecem a nossa combatida economia, deu entrevistas comedidas, sempre com a franqueza que é a sua marca, muitas vezes franca demais. Pois mesmo assim, sorridente, simpático, sempre aberto a uma conversa, só recebeu, em troca, ataques rudes, críticas ácidas, agressões verbais de baixo nível, de muitos dos que foram lá, como correspondentes da mídia, para a cobertura da importante missão internacional a que ele se propôs, com ordem dos patrões para atacá-lo. Basta ler os jornais, especialmente alguns deles, e acompanhar o noticiário de algumas TVs, felizmente não todas, para constatar e comprovar o que já é percepção geral.

O chavão é correto: ninguém é perfeito. Errar faz parte da precária condição humana. Como ser humano imperfeito, perfeição só a divina, o presidente, qualquer presidente, qualquer governante, qualquer ser vivo pode cometer algum ato falho. Mas peneirar os acertos e mencionar apenas possíveis enganos, quase todos sem maiores consequências, como fazem alguns, ou muitos, constitui desonestidade intelectual imperdoável. Enfim, o jeito é esperar que o ciclo odiento, nojento e diria criminoso passe. Que passe logo.

31 março

Uma senhora dita juíza de direito, de Brasília, naufragou na doutrina e na interpretação de artigos e parágrafos da legislação em vigor ao proibir qualquer referência ao movimento militar de 31 de março de 1964, chamado de "golpe" pelos que foram afastados do poder exatamente por constituírem ameaça ao regime democrático. Sem dúvida, o melhor dos regimes. Onde será que essa senhora estudou direito? Seria naquela universidade que foi obrigada pelo MEC a cancelar milhares de diplomas de cursos superiores? É o que parece. Sua decisão no fim da tarde de sexta-feira, dia 29, foi recebida com espanto e descrença pelos que cultuam as ciências jurídicas. Seria uma fake news, perguntavam.

Desamparada de qualquer apoio legal e constitucional, a decisão assustou, mas não durou muito. No mesmo dia, uma desembargadora cancelou a proibição inconcebível. Como impedir o presidente da República de fazer o seu pronunciamento sobre a data histórica, gostem ou não do que ela significou, aquele dia faz parte destacada de um período de nossa formação democrática. Como invadir com um trambique fajuto o espaço independente de outro poder? Como uma juíza de araque poderia determinar a quem quer que seja, especialmente aos comandantes militares, o que podem ou não escrever e falar? O ridículo, lamentável para o bom conceito do Judiciário, ficou nisso. Felizmente.

Vale degola?

Li, ou ouvi, algo espantoso sobre o já tão espantoso Supremo Tribunal Federal. Seria mais uma fake news? Os ministros daquela corte dita suprema teriam liberado o sacrifício de animais, no Rio Grande do Sul, em ritos supostamente religiosos de seitas

africanas. Autoridades gaúchas, atendendo a pedido de entidades de proteção dos animais, teriam proibido a realização dos ritos selvagens, e põe selvagens nisso. As seitas recorreram à Justiça. Perderam. Apelaram para o STF. Que, por unanimidade, foi o que li ou ouvi, deu provimento ao apelo insensato, liberando o sacrifício. Argumento vencedor: a Constituição assegura ampla e total liberdade de culto religioso.

A decisão ganhou um adendo pitoresco no STF: os responsáveis pelo rito macabro evitavam causar maiores sofrimentos aos cachorrinhos, gatos, coelhos etc., matando-os por meio de degola, isto é, cortando o pescoço dos bichinhos com um golpe rápido de lâmina bem afiada... Outro defensor do rito africano alegou que ninguém protesta, só os veganos, contra os frigoríficos que matam e vendem carne de frango, porco e boi. É verdade, triste, mas o morticínio é justificado pela necessidade alimentar da população. Vale?

Alguém já disse que do atual Supremo tudo se pode esperar, como encomendar à esquerdista OAB nacional uma ridícula manifestação de apoio aos ministros, e até autorizar degola de animais. Permito-me, respeitosamente, com o data venia que aprendi na vetusta escola e na lide judiciária, uma pergunta: os que usaram a desculpa da lâmina afiada aceitariam fosse ela passada no pescoço próprio ou de alguém da família?

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Grupo educacional lança plataforma para formação personalizada de professores, a Teacherflix

Plataforma tem catálogo variado de conteúdos audiovisuais, que podem ser acessados, interrompidos e retomados a qualquer momento

Uma plataforma com um catálogo variado de conteúdos audiovisuais, que podem ser acessados, interrompidos e retomados a qualquer momento. O formato já é bastante conhecido, mas, ao invés de filmes e séries, a Teacherflix oferece cursos online para a formação de professores e educadores. A plataforma foi lançada nesta segunda-feira, 8, pelo grupo educacional Pearson.

Além dos cursos, a plataforma terá sugestões de "trilhas de aprendizado". Em vez de receber um certificado de conclusão de curso (com carga horária de 12 a 30 horas), os usuários poderão escolher um caminho de formação e receber um certificado de até 150 horas.

As trilhas são organizadas por temas como, por exemplo Educação Infantil, Legislação Educacional, Didática, Neurociência e Educação, Pensadores na Educação, Planejamento Escolar, Tecnologia Educacional, entre outros.

A assinatura tem preços diferentes, com valores a partir de R\$ 25.

O Estado entrevistou Débora Panassolo, especialista da Pearson, sobre a nova plataforma:

1 - Por que decidiram lançar a plataforma de cursos? Qual o diferencial dela para outros cursos online que já são ofertados?

"O Teacherflix surgiu como uma necessidade do mercado de formação de professores. Hoje, a Educação brasileira é composta por 3 milhões de professoras e professoras,

sendo que a maioria leciona no ensino básico. Segundo o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), só 35% desses professores têm formação continuada e fazem cursos que os mantêm atualizados após a graduação. Na outra ponta, temos o aluno. A Prova Brasil 2017 constatou que 15% dos alunos de matemática do 9º ano não conseguiram atingir o nível de conhecimento adequado para a série. Sabemos também que 75% dos nossos professores da Educação Básica trabalham no ensino público, ganham uma média de R\$ 2 mil, lecionam em dois períodos e utilizam a parte na noite, horário que poderia ser utilizado para a formação continuada, com correções de provas e preparação de aulas. Os salários somados à falta de tempo impedem que os educadores se atualizem. Portanto, o Teacherflix é uma alternativa de formação de acordo com as necessidades dos professores brasileiros e alinhado às necessidades do século 21, podendo se encaixar no tempo de cada professor. Ele pode assistir aulas enquanto está no transporte público, por exemplo. O diferencial do Teacherflix é ele ser produzido pela Pearson, a maior empresa de Educação do mundo. Todo conteúdo é produzido por especialistas na área, por profissionais que sabem como as pessoas aprendem. Outro diferencial da ferramenta é que as aulas disponíveis no Teacherflix são focadas em atividades práticas, aplicáveis em sala de aula e com uma grande quantidade de recursos visuais"

2 - Qual o público alvo? Todos os professores da educação básica?

Resposta: "É uma plataforma para todos os segmentos de educação, desde o professor de educação infantil até o professor universitário, aluno de licenciatura e gestores educacionais. Os coordenadores escolares, por exemplo, podem assistir aulas de gestão de tempo e coaching. É importante destacar também que estamos criando um ecossistema, oferecendo uma solução que traz flexibilidade, acessibilidade e cabe no bolso dos nossos clientes potenciais. A plataforma não se restringe aos profissionais de educação básica."

3 - Que tipo de cursos são ofertados?

Resposta: "O que o Teacherflix traz são cursos de didáticas em sala de aula e também como utilizar as novas tecnologias de maneira produtiva e potencializar a gestão de pessoas para melhorar os resultados da Educação. Queremos aprimorar a gestão da sala de aula e das unidades escolares. Em vez de focar em matérias específicas, estamos atuando em dinâmicas, didáticas e gestão. O professor também terá acesso a novas abordagens que podem ser aplicadas em sala de aula, como Games em Educação, Redes Sociais na Educação, Design Thinking, Trilhas de Neurociência, Sarau na Educação Infantil, Fake News, entre outros"

4 - Sentem que os professores desejam uma formação mais prática?

Resposta: "Eles não somente desejam, como também precisam de uma formação mais prática. Em muitas pesquisas é apontado o abismo que existe entre a prática e a teoria, ou seja, aquilo que é ensinado nas faculdades, universidades. O Teacherflix faz a ponte entre o que ele aprende e a prática daquilo que ele tem que fazer ou ensinar e, principalmente, como ensinar. Estamos em uma fase de mudanças por conta das tecnologias, mas também de intersecção entre gerações de educadores. O educador de hoje tem o perfil do novo século. As pessoas precisam de soluções que atendam

necessidades específicas e é isso que a gente quer trazer com o Teacherflix. O professor precisa introduzir tecnologia em seus planejamentos para a sala de aula porque os alunos já têm contato. Portanto, o uso excessivo das novas tecnologias pode abrir espaço para a criação e implementação de soluções positivas. coisa positiva, os cursos da plataforma visam auxiliar o professor a transformar aquilo que está prejudicando a sala de aula em alguma coisa produtiva. Pensamos em um produto prático e que será acessado pelo computador ou celular. As aulas são modeladas em podcasts, video-aula, animação e atividades interativas para que os professores possam estar sempre engajados, que o conteúdo da plataforma seja sempre engajador."

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

"O general Geisel não foi eleito. Eu fui", disse o vice-presidente Mourão Durante uma conferência em Boston, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão (PRTB), comentou a atuação do general Ernesto Geisel como presidente na época da ditadura

Questionado em uma conferência em Boston, o vice-presidente da República, general Antônio Hamilton Mourão (PRTB), comentou a atuação do general Ernesto Geisel como presidente na época da ditadura. Ele apontou que teve como diferença o apoiada população.

"Vamos olhar o seguinte: o general Geisel não foi eleito. Eu fui", recordou. Imediatamente, Mourão foi aplaudido de pé pelos presentes. O vice-presidente também foi ovacionado ao final do debate.

Mourão disse ainda que 'caso o governo federal erre demais, as Forças Armadas serão diretamente atingidas e sofrerão as consequências' e caso fosse presidente, escolheria outras pessoas para trabalhar com ele.

Sobre a pesquisa Datafolha que mostrou que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) registra a pior avaliação de governo em um primeiro mandato após três meses de gestão desde a redemocratização de 1985, Mourão minimizou o resultado e disse enxergá-lo com naturalidade, dizendo que é preciso dar tempo ao Executivo. "Tem gente que quer que a gente acelere as coisas, mas todos têm que entender uma coisa: o Executivo não tem varinha de condão. Seria ótimo", afirmou Mourão.

O vice-presidente disse que há uma "ansiedade" muito grande por parte da sociedade e que sabe que as pessoas clamam por mudanças. Ainda sobre educação, Mourão apontou que o MEC está com problemas e que o governo terá que "investir pesado na educação básica". "Investimos muito no ensino superior e pouco na educação básica".

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Cresce a percepção de desigualdade entre ricos e pobres no Brasil O mesmo levantamento aponta que 94% da população acredita que os impostos pagos devem ser usados para beneficiar os mais pobres

A desigualdade econômica entre muito ricos e muito pobres no Brasil mantém uma escalada que é conhecida a cada novo estudo sobre a pobreza em nosso país. A cada ano, o grupo de pessoas que vivem com até R\$ 7,00 por dia, consideradas abaixo da linha da pobreza, ganha novos integrantes. De acordo com o Banco Mundial, 21% da população, ou 43 milhões de pessoas, estão nesta situação. O Brasil vai na contramão na adoção de políticas públicas para reduzir a desigualdade. Essa realidade já reflete na percepção que a população tem em relação às diferenças de renda. Um estudo divulgado

nesta segunda-feira (8/4) pela Oxfam - ONG de combate a pobreza - aponta que 86% dos brasileiros acreditam que o Brasil não irá progredir sem corrigir este problema. O mesmo levantamento aponta que 94% da população acredita que os impostos pagos devem ser usados para beneficiar os mais pobres.

Outro dado que chama atenção na pesquisa é o de que 77% dos brasileiros afirmam que defendem o aumento de impostos para as pessoas muito ricas para financiar políticas sociais. Em 2017, data do último levantamento, esse grupo representava 71% dos entrevistados. Apesar dos dados, a população mantém o otimismo no futuro. 70% das pessoas acreditam que nos próximos cinco anos vão integrar a classe média ou classe média alta.

Continua depois da publicidade

Para 53% dos entrevistados, são consideradas pobres, pessoas com renda mensal de R\$ 701 até R\$ 1.000, valores que englobam o atual salário mínimo, fixado em R\$ 998 para este ano. E esses cidadãos não estão errados. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a renda mínima de um trabalhador para sustentar uma família de até quatro pessoas, em março deste ano, deveria ser de R\$ 4.277,04. Mas o país está muito longe de garantir que os brasileiros tenham renda para colocar comida na mesa e suprir necessidades como acesso a saúde de qualidade, educação e segurança. Os fatores sociais que podem agravar ainda mais a situação das pessoas mais pobres são reconhecidas pela sociedade. 64% concordam que ser mulher impacta na renda, ante 57% há dois anos. 72% acreditam que a cor da pele tem influência na hora da contratação nas empresas e 81% diz que essa característica também pesa na decisão das autoridades policiais sobre quem vão abordar.

Entre as alternativas apontadas pelos entrevistados para reduzir o problema, a campeã de citações é o combate à corrupção. Em seguida aparece a necessidade de se investir em saúde pública, aumentar a oferta de emprego e elevar o investimento público em educação. O economista Evilásio Salvador, coordenador do programa de pós-graduação de política social da Universidade de Brasília (UnB), aponta que os mecanismos de redução das desigualdades vem reduzindo ao longo do tempo. “A população mais pobre, como mulheres, negras e negros, têm dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e as políticas públicas. A tributação incide mais sobre as pessoas mais pobres. O caminho certamente para reduzir é alterar a estrutura tributária. O Brasil trata de maneira bem desigual ricos e pobres”, disse.

Ele destaca que mudanças nas políticas públicas são fundamentais para combater as mazelas que atingem o país de Norte a Sul. “Flexibilizar, desmontar a legislação trabalhista vai gerar mais desigualdade. É necessário uma política forte de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Temos que fazer uma reforma tributária que penalize menos os mais pobres e incida corretamente sobre os mais ricos. Temos muitas renúncias fiscais que atrapalham a arrecadação”, completa.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Bolsonaro promete decidir se dia de Véliz é do “fica” ou do “não fica”

Desgastado por confusões, exonerações e declarações polêmicas, o ministro da Educação balança no cargo e pode ser demitido

O futuro da educação no Brasil e a composição do Poder Executivo brasileiro podem mudar nesta segunda-feira (8/4), com o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro

(PSL) sobre a permanência de Ricardo Vélez Rodriguez como ministro da Educação. Em meio a crises envolvendo o Ministério da Educação (MEC) e o chefe da pasta, o presidente afirmou que vai bater o martelo sobre se Vélez fica ou sai.

Ao deixar um almoço com colegas da turma de 1977 do Exército, neste domingo (7), Bolsonaro comentou “amanhã a gente resolve”, quando questionado sobre o futuro da pasta. Na última sexta (5), o presidente soltou que “não está dando certo” com o ministro e que, nesta segunda, iria “decidir se vamos tirar a aliança da mão direita – ou vai para a esquerda ou vai para a gaveta”.

Em outra oportunidade, Bolsonaro confessou que Vélez “não tem tato político” e que “tem problemas” com o assunto. O chefe do Executivo se diz preocupado com o futuro do MEC, por considerar uma das pastas mais importantes ao país. “É educação, né? Tem que dar certo no Brasil, é um dos ministérios mais importantes”, completou.

Na última semana, cresceu a especulação de que o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) poderia ocupar o cargo de ministro. Questionado, Bolsonaro disse que ainda não pensou em um nome para ocupar a posição e brincou que ainda não ficou “viúvo” para pensar no nome da “próxima noiva”.

O último encontro entre Vélez Rodriguez e Bolsonaro ocorreu no dia 29 de março, antes da viagem do presidente a Israel. Apesar de Bolsonaro ter afirmado que só conversaria com o ministro ao retornar da viagem, essa reunião foi marcada às pressas, em meio à crise que se instalou na pasta.

Em sua defesa, Ricardo Vélez negou que vá entregar o cargo e disse que a única coisa “insustentável” é a morte. “Insustentável por quê? A única coisa insustentável é a morte”, declarou.

Entenda a crise

Em 97 dias como ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez tem se envolvido em uma série de polêmicas que têm prejudicado a imagem do governo de Bolsonaro. Com menos de 100 dias no cargo, o chefe da pasta demitiu 92 pessoas do alto escalão do MEC. A última exoneração ocorreu nesta quinta (4), com o afastamento de Bruno Garschagen, um dos principais assessores do ministro.

Garschagen era responsável pela comunicação e contato com a imprensa e é muito ligado ao escritor Olavo de Carvalho, padrinho da indicação de Vélez para o cargo e com quem o ministro rompeu. Garschagen escreveu o livro Pare de Acreditar no Governo, em que agradece ao guru dos bolsonaristas “pela amizade” e o atual ministro “pelas preciosas observações e sugestões”.

Com os descompassos na pasta, cargos importantes, como o comando do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) estão vagos. Os recuos, como a revogação da portaria que decidia não avaliar a alfabetização, acentuaram a crise.

Além disso, neste período, 20,8% dos servidores pediram demissão, como a ex-secretária de Educação Básica Tânia Leme de Almeida, que deixou a pasta por não ter sido consultada sobre a decisão do ministro de suspender a avaliação de alfabetização.

As instabilidades no MEC têm gerado problemas diretos à educação no Brasil, como o atraso das concessões e a renovação de cerca de 1 milhão de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O levantamento foi feito pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), que estima também um atraso de R\$ 2 bilhões em repasses para faculdades, referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

Declarações polêmicas

Além da série de demissões do alto escalão do MEC, Vélez também tem gerado problemas ao governo devido a declarações polêmicas que deu à frente da Educação. Entre estas, a mais recente foi decisão de alteração da maneira como são retratados nas escolas o golpe de Estado que retirou o presidente João Goulart do poder, em 1964, e o regime militar que o seguiu. Para Vélez, a mudança de regime há 55 anos não foi um golpe, e sim uma “mudança de tipo institucional”.

No início do ano, o ministro enviou uma carta às escolas pedindo para os professores filmarem alunos perante a bandeira para executar o hino nacional e, após esse momento, ler uma mensagem contendo o slogan da campanha eleitoral de Bolsonaro.

O Ministério Público Federal recomendou nesta sexta (5) ao ministro da Educação que se abstenha de praticar atos que violem a laicidade do Estado e a liberdade religiosa dos estudantes. Nesse aspecto, o MPF orientou também que não sejam utilizadas gravações e imagens dos alunos para qualquer fim.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Vélez Rodríguez cai hoje, como sinalizou Bolsonaro?

Presidente afirmou que futuro do ministro da Educação deve ser definido hoje, 8.

Vélez se notabilizou por defender o Escola Sem Partido e negar golpe de 64

Na semana em que completa cem dias no cargo o presidente Jair Bolsonaro expurgará um de seus ministros que mais lhe dão dor de cabeça? O presidente Jair Bolsonaro afirmou na sexta-feira que o futuro de Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação, deve ser definido nesta segunda. Ontem, reiterou que “amanhã a gente resolve” o destino do ministro.

A pasta vive uma crise profunda em meio a disputas entre militares, técnicos e seguidores do filósofo Olavo de Carvalho, uma das principais influências do governo. Em três meses no cargo, o colombiano Vélez Rodríguez criou uma série de polêmicas, como quando enviou uma carta a escolas pedindo que o slogan de governo fosse lido pelos alunos, ou quando afirmou que tiraria as referências ao golpe de 64 dos livros didáticos. Também acumulou demissões em cargos fundamentais para a gestão da educação no país.

Na semana passada Bolsonaro culpou a falta de gestão pelos problemas no ministério da Educação. Em entrevista à revista VEJA, a deputada Tábata Amaral (PDT-SP), que ficou famosa ao cobrar Vélez a ir além de uma “lista de desejos”, afirmou que a ideologia contamina as posições da pasta, como no projeto Escola sem Partido. “É uma completa perda de tempo em um país em que os alunos não sabem fazer uma conta”, disse.

Seria a segunda baixa no governo, após a demissão do ministro da Secretaria-Geral da

Presidência, Gustavo Bebianno, em meados de fevereiro, em meio a uma crise política gerada pela suspeita do uso de laranjas nas eleições. Bolsonaro também sinalizou que deve resolver hoje uma disputa pelo comando da Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex).

Ontem, durante evento em na universidade Harvard, nos Estados Unidos, o vice-presidente Hamilton Mourão confirmou que Bolsonaro anunciará “mudanças” no Ministério da Educação nesta segunda-feira, mas não bateu o martelo na saída de Vélez Rodríguez.

Na noite da quarta-feira, 27/3, a jornalista Eliane Cantanhêde, da GloboNews, anunciou ao vivo a demissão do titular do MEC, para depois ser desmentida tanto pelo ministro quanto pelo presidente. “Sofro fake news diárias como esse caso da ‘demissão’ do ministro Vélez”, escreveu o presidente. Se Vélez de fato cair nesta segunda-feira, Cantanhêde terá distribuído fake news, ou apenas antecipado o fato em 10 dias? Caso o ministro fique onde está, desta vez Bolsonaro não poderá culpar a mídia — foi ele mesmo, afinal, quem espalhou a notícia.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Empreendedorismo e investigação científica farão parte do ensino médio

O novo ensino médio terá formação mais voltada para o empreendedorismo, a investigação científica, os processos criativos e a mediação e intervenção sociocultural. Estes são os eixos que vão orientar os chamados itinerários formativos, ou seja, as atividades que os estudantes poderão escolher. O modelo deverá ser implementado nas escolas públicas e privadas do país até 2021.

Isso significa que, ainda no ensino médio, os estudantes poderão, por exemplo, aprofundar os conhecimentos referentes ao mundo do trabalho e à gestão de empreendimentos. Além disso, os estudantes deixarão a escola sabendo mediar conflitos e propor soluções para questões e problemas socioculturais e ambientais identificados em suas comunidades.

Os eixos que servirão de referência para a estruturação dos itinerários formativos estão em portaria publicada nesta sexta-feira (5) pelo Ministério da Educação (MEC). Os referenciais foram definidos pela gestão passada da pasta e já estavam disponíveis na internet desde o fim do ano passado. Agora, foi feita a publicação oficial.

Formação pela BNCC

No novo ensino médio, os estudantes de todo o país terão formação semelhante, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em um ensino médio com 5 horas diárias de aulas, essa parte ocupará 60% dos três anos de formação, o equivalente a pouco mais que um ano e meio. No tempo restante, os estudantes poderão aprofundar os estudos em itinerários nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ensino técnico.

Os referenciais publicados na semana passada servirão para orientar a elaboração dos itinerários formativos. Pelo texto, cada um dos itinerários deverá abordar pelo menos um dos eixos estruturantes, podendo abarcar inclusive os quatro. Ou seja, um estudante que optar por fazer, ainda no ensino médio, um curso técnico em informática, poderá aprender questões ligadas a processos criativos dentro da própria área, como fazer uma

investigação científica relacionada à informática e assuntos afins e como empreender com o que aprendeu.

“A intenção é que a partir de 2021, as novas turmas do ensino médio entrem nas redes, sejam públicas ou particulares, em um novo ensino médio, mais antenado como a garotada, com esses jovens que hoje estão na escola. Isso é muito importante”, disse a ex-secretária de Educação Básica do MEC Kátia Smole, que coordenou a elaboração dos referenciais.

Implementação

A publicação dos referenciais era a etapa que faltava para que as redes de ensino elaborassem os currículos do ensino médio. Na rede pública, isso caberá aos estados, responsáveis pela maior parte da oferta da etapa de ensino no país.

“A parte comum [que deverá ser baseada na BNCC] é mais fácil para nós. Estamos nos organizando. Os itinerários são coisas que nunca fizemos. Os eixos estruturantes vão dar um norte para que possamos escrevê-los”, ressaltou a presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação (Consed), Cecília da Motta.

Cada município deverá oferecer pelo menos dois itinerários formativos aos estudantes. No ensino médio regular, até 20% das aulas poderão ser a distância e, no noturno, até 30% poderão ser ofertadas nessa modalidade. [LINK: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-11/ensino-medio-podera-ter-de-20-30-da-carga-horaria-distancia>]

Segundo Cecília, os estados vão dialogar com os municípios para verificar as possibilidades de oferta em cada local. A escolha dos itinerários levará em conta, entre outros fatores, as áreas com maior empregabilidade em cada cidade. “Haverá município que poderá ofertar dois itinerários e outros que poderão ofertar mais. Vamos construindo devagar”, acrescentou.

A previsão é que todos os estados concluam até o fim do ano a elaboração dos currículos. No ano que vem, os professores serão formados para atuar no novo modelo, que chegará nas salas de aula em 2021.

Apoio do MEC

A construção e implementação dos currículos cabem prioritariamente aos estados, mas cabe ao MEC auxiliar os entes federativos para que o novo ensino médio saia do papel. O Conselho Nacional de Educação (CNE), que foi responsável pela aprovação tanto da BNCC quanto das diretrizes curriculares do ensino médio, também acompanha o processo.

“Faremos o acompanhamento, o apoio, para que essa implementação possa ser bem-sucedida em relação àquilo que está normatizado”, disse o conselheiro do CNE Eduardo Deschamps, que presidiu a comissão da BNCC no conselho.

“A expectativa é que, com a implementação do novo modelo, o ensino médio passe a fazer mais sentido e ser mais útil e adequado para os jovens, independentemente do caminho que eles queiram seguir. Se querem seguir para a universidade ou para o mundo do trabalho, que seja uma formação mais vinculada ao projeto de vida que eles

têm”, acrescentou Deschamps.

Na semana passada, o MEC lançou o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, que prevê ações como produção de materiais, cursos e impressão de documentos para discussão e formação dos currículos.

Além disso, a pasta vai ofertar bolsas de estudos e pesquisas, considerando a disponibilidade orçamentário-financeira, para o acompanhamento da elaboração dos currículos e formação de professores.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Após dizer que ‘falta gestão’, Bolsonaro deve definir futuro de Vézé Presidente deu indicações de que pode demitir ministro da Educação nesta segunda-feira, em semana que avaliará áreas do governo pelos 100 dias de mandato

Na semana em que completa 100 dias de governo, Jair Bolsonaro pode anunciar a segunda baixa ministerial em seu mandato. Na última sexta-feira, o presidente afirmou que tomaria uma decisão nesta segunda 8 sobre o futuro do colombiano Ricardo Vézé Rodríguez à frente do ministério da Educação (MEC).

“Na segunda, vamos resolver a situação do MEC”, disse Bolsonaro. “Está bem claro que não está dando certo o ministro Vézé, falta gestão. Vamos tirar a aliança da mão esquerda e pôr na direita ou na gaveta”, completou o presidente. No mesmo dia, em evento na cidade de Campos do Jordão (SP), o ministro afirmou que “não entregará o cargo”.

Neste sábado, depois de participar em um churrasco na casa de um amigo em Brasília, o presidente afirmou que espera receber de cada um de seu ministro um balanço das respectivas áreas nos 100 dias de governo. Com indicadores de popularidade em queda, Bolsonaro ponderou: “não é tanta notícia ruim como a imprensa vem publicando”.

Na segunda ele também planeja resolver a disputa na Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex). Na entidade, o presidente Mário Vilalva tem apoio dos militares do governo e está em confronto com diretores próximos do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, homem da confiança do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico de Bolsonaro.

Gestão atribulada no MEC

Caso seja confirmada, a saída de Vézé será a segunda baixa no ministério de Bolsonaro em pouco mais de três meses de governo. Em fevereiro, Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral da Presidência) foi demitido após entrar em rota de colisão com o vereador carioca Carlos Bolsonaro, filho do presidente.

Neste mesmo período, o MEC já registrou nada menos que dezessete baixas em cargos de alto escalão — as mais recentes delas na última quinta-feira 4, quando foram dispensados a chefe de gabinete da pasta, Josie de Jesus, e Bruno Garschagen, assessor especial do ministro.

As quedas de Josie e Garschagen enfraquecem os grupos “técnico” e “olavista” do Ministério da Educação, que desde o início do governo disputam o controle da pasta e

paralisam os projetos da pasta.

Reportagem publicada por VEJA mostra que o Ministério da Educação (MEC), onde são tomadas decisões que moldam o futuro dos brasileiros, é hoje o epicentro do pandemônio no governo federal.

Os projetos estão emperrados, as brigas ideológicas atravancam decisões, as demissões ocorrem em série — e a educação, um dos temas mais importantes da agenda nacional, está à deriva.

Enfraquecido, Vêlez é bombardeado por evangélicos, militares, partidos, e vive enredado com os “olavetes”, cujo mestre é o guru bolsonarista Olavo de Carvalho, que mora nos Estados Unidos. Aos chamados vélezianos, restaram apenas quatro secretarias.

Até agora, a manutenção do ministro no cargo é de fundo prático: Bolsonaro não queria demiti-lo durante a crise do governo com o Congresso e, com isso, contribuir para aumentar o clima de incerteza. Agora, após uma série de encontros com líderes partidários para aparar arestas nas negociações pela reforma da Previdência, Bolsonaro tem a agenda livre para cumprir o desejo de conversar com o ministro.

“Tem problema, sim, ele [Vêlez] é novo no assunto, não tem o tato político, vou conversar com ele e tomar as decisões que tiver que tomar”, disse Bolsonaro no dia 28 de março, um dia depois de o ministro ser duramente criticado em audiência na Câmara dos Deputados, quando parlamentares consideraram suas respostas vagas e pela falta de clareza na apresentação de programas da pasta.

(Com Estadão Conteúdo)

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

O desmonte da ciência brasileira

Anos de cortes no Ministério da Ciência e Tecnologia atingem em cheio pesquisas em todas as áreas e já afetam parcerias com agências europeias. Governo Bolsonaro acelera processo com redução drástica no orçamento. A ciência brasileira se encontra num momento crítico. O último corte de recursos anunciado pelo governo de Jair Bolsonaro agravou drasticamente uma situação que, há anos, já era tida como crítica. A medida mais recente atingiu em cheio o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O contingenciamento de 42,27% das despesas do MCTIC coloca em risco o financiamento de cerca de 11 mil projetos e 80 mil bolsas financiadas pela principal agência de fomento à pesquisa do país.

"Nunca vi cortes da magnitude dos que foram decretados recentemente. São cortes extremamente pesados e, se não forem revertidos, destruirão a ciência brasileira. Esses cortes representam um ataque sério ao desenvolvimento e à própria soberania nacional", afirma Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências.

A avaliação de especialistas do setor é de que pesquisas em todas as áreas, inclusive de

humanas, estão em risco. As primeiras afetadas são as pesquisas dependentes de laboratórios, que já estão ficando sem manutenção, sem materiais e com uma infraestrutura defasada.

Os cortes também prejudicam cooperações internacionais e são observados com atenção na Europa. Segundo a diretora do escritório regional do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) no Brasil, Martina Schulze, no ano passado, em programas conjuntos da agência alemã com instituições brasileiras, não foi possível conceder bolsas de doutorado na Alemanha pelo CNPq, pois não havia garantias de que elas seriam pagas.

"A incerteza quanto às possibilidades de financiamento para as instituições de ensino superior brasileiras e a pesquisa no país provocou um comedimento das universidades alemãs, que ainda persiste. O DAAD pode notar isso devido ao menor fluxo de recursos para o trabalho conjunto no ensino superior e na pesquisa com o Brasil", diz Schulze.

De acordo com a diretora da agência alemã, em 2016, o DAAD destinou cerca de 11 milhões de euros para bolsas e projetos com parceiros brasileiros. Em 2018, esse valor foi de apenas 8,7 milhões de euros.

Esse cenário, descrito por pessoas da área como trágico, não surgiu de uma hora para outra, mas é fruto de uma série de cortes que está em curso há algum tempo.

Processo contínuo de cortes

Há cerca de 20 anos, as ciências no Brasil viviam tempos áureos. A partir dos anos 2000, mais recursos já começavam a ser investidos no setor, conta Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Mas foi durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2006, que o MCTIC viveu um período de real prosperidade, com o aumento progressivo nas verbas destinadas à pasta. Em 2010, os investimentos no ministério atingiram o ápice, chegando a aproximadamente 8,6 bilhões de reais (em valores atualizados, quase 10 bilhões de reais).

Marca semelhante foi alcançada em 2103. Na época, a cultura de investimentos em ciência parecia estar se consolidando. Porém, a partir de 2014, teve início a crise que se estende até os dias de hoje. O orçamento da pasta passou a sofrer cortes constantes durante os anos seguintes do último governo Dilma Rousseff.

Sob Michel Temer, o Ministério da Ciência e Tecnologia incorporou o das Comunicações e sofreu um contingenciamento de 44% das despensas previstas para 2017. Naquele ano, foram investidos apenas 3,77 bilhões de reais, o menor orçamento dos últimos 12 anos.

O impacto foi tanto que levou entidades de pesquisa a se articularem no movimento "Conhecimento sem cortes", que denunciou a morte lenta da ciência no país devido à redução constante dos investimentos.

No início de 2018, a situação parecia um pouco melhor com o anúncio de um investimento de 4,7 bilhões na pasta, porém, houve novamente cortes, o que chegou a

atrasar o pagamento de bolsas em dezembro do ano passado. Esse atraso levou o CNPq a entrar em 2019 com um rombo de 300 milhões de reais no orçamento.

Para este ano, o Congresso havia aprovado um orçamento de 5,1 bilhões de reais para o MCTIC, porém, há cerca de uma semana, o governo decretou o contingenciamento de 42% das despesas da pasta, reduzindo para cerca de 2,9 bilhões de reais os recursos disponíveis para o ministério.

O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras, afirmou ao portal G1 que a agência deve ter verbas para pagar bolsistas apenas até setembro deste ano. A previsão, porém, ainda não incluía o novo corte. Especialistas estimam que esse valor cubra os pagamentos somente até julho.

Desde 2016, os repasses para o pagamento de bolsas concedidas pelo CNPq vem caindo, passando de pouco mais de 1,1 bilhão para 784,7 mil reais neste ano. Metade dos 80 mil bolsistas da agência fazem iniciação científica e recebem apenas entre 100 e 400 reais por mês.

Além de correrem o risco de ficarem sem receber, os mestrandos e doutorandos possuem ainda bolsas com valores muito baixos, defasados pela inflação. Os valores de 1,5 mil reais mensais para mestrado e 2,2 mil reais mensais para doutorado não são reajustados desde 2013.

Pesquisas de saúde em risco

Entidades ligadas à ciência também afirmam que os cortes anunciados pelo governo Bolsonaro atingem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financia a infraestrutura de instituições científicas. O fundo teve 80% de seus recursos contingenciados.

"Está ocorrendo um desmonte do sistema nacional de ciência e tecnologia, colocando em risco grupos de pesquisa constituídos nos últimos anos. O atual corte pode afetar grandes projetos como o Sirius e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, que o Brasil construiu a duras penas, ou o Laboratório de Ciência e Computação (LCC), que podem não ter condições de operar sem manutenção", afirma Moreira, da SBPC.

O físico diz que, no futuro, o país pode ter dificuldades também para desenvolver pesquisas essenciais na área de saúde. Segundo ele, o Brasil só foi pioneiro nos estudos sobre o zika porque na época havia condições para a realização de pesquisas. Cientistas brasileiros foram os primeiros a descobrir a conexão entre o vírus e os casos de microcefalia.

Com a falta de manutenção de laboratórios, que se deterioram com o tempo, a redução dos investimentos também representa uma perda dos recursos já aplicados no setor. Além disso, impulsiona a fuga de cérebros, com pesquisadores deixando o Brasil para realizar seus trabalhos em países que ofereçam melhores condições.

"Atualmente, o protagonismo das nações está baseado muito mais no poder do conhecimento do que no das armas. A pergunta é o que vai acontecer no Brasil num mundo que valoriza cada vez mais o conhecimento. A resposta é óbvia: o país vai se

atrasar cada vez mais em relação a outros países", afirma Davidovich.

O Brasil investe menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) na área de ciência, tecnologia e inovação. Em alguns países europeus, o percentual gira em torno de 3%, e nos Estados Unidos, é de cerca de 2%.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Empreendedorismo e investigação científica farão parte do ensino médio

O novo ensino médio terá formação mais voltada para o empreendedorismo, a investigação científica, os processos criativos e a mediação e intervenção sociocultural. Estes são os eixos que vão orientar os chamados itinerários formativos, ou seja, as atividades que os estudantes poderão escolher. O modelo deverá ser implementado nas escolas públicas e privadas do país até 2021.

Isso significa que, ainda no ensino médio, os estudantes poderão, por exemplo, aprofundar os conhecimentos referentes ao mundo do trabalho e à gestão de empreendimentos. Além disso, os estudantes deixarão a escola sabendo mediar conflitos e propor soluções para questões e problemas socioculturais e ambientais identificados em suas comunidades.

Os eixos que servirão de referência para a estruturação dos itinerários formativos estão em portaria publicada nesta sexta-feira (5) pelo Ministério da Educação (MEC). Os referenciais foram definidos pela gestão passada da pasta e já estavam disponíveis na internet desde o fim do ano passado. Agora, foi feita a publicação oficial.

Formação pela BNCC

No novo ensino médio, os estudantes de todo o país terão formação semelhante, orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em um ensino médio com 5 horas diárias de aulas, essa parte ocupará 60% dos três anos de formação, o equivalente a pouco mais que um ano e meio. No tempo restante, os estudantes poderão aprofundar os estudos em itinerários nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ensino técnico.

Os referenciais publicados na semana passada servirão para orientar a elaboração dos itinerários formativos. Pelo texto, cada um dos itinerários deverá abordar pelo menos um dos eixos estruturantes, podendo abarcar inclusive os quatro. Ou seja, um estudante que optar por fazer, ainda no ensino médio, um curso técnico em informática, poderá aprender questões ligadas a processos criativos dentro da própria área, como fazer uma investigação científica relacionada à informática e assuntos afins e como empreender com o que aprendeu.

"A intenção é que a partir de 2021, as novas turmas do ensino médio entrem nas redes, sejam públicas ou particulares, em um novo ensino médio, mais antenado como a garotada, com esses jovens que hoje estão na escola. Isso é muito importante", disse a ex-secretária de Educação Básica do MEC Kátia Smole, que coordenou a elaboração dos referenciais.

Implementação

A publicação dos referenciais era a etapa que faltava para que as redes de ensino elaborassem os currículos do ensino médio. Na rede pública, isso caberá aos estados,

responsáveis pela maior parte da oferta da etapa de ensino no país.

"A parte comum [que deverá ser baseada na BNCC] é mais fácil para nós. Estamos nos organizando. Os itinerários são coisas que nunca fizemos. Os eixos estruturantes vão dar um norte para que possamos escrevê-los", ressaltou a presidente do Conselho Estadual de Secretários de Educação (Consed), Cecília da Motta.

Cada município deverá oferecer pelo menos dois itinerários formativos aos estudantes. No ensino médio regular, até 20% das aulas poderão ser a distância e, no noturno, até 30% poderão ser ofertadas nessa modalidade.

Segundo Cecília, os estados vão dialogar com os municípios para verificar as possibilidades de oferta em cada local. A escolha dos itinerários levará em conta, entre outros fatores, as áreas com maior empregabilidade em cada cidade. "Haverá município que poderá ofertar dois itinerários e outros que poderão ofertar mais. Vamos construindo devagar", acrescentou.

A previsão é que todos os estados concluam até o fim do ano a elaboração dos currículos. No ano que vem, os professores serão formados para atuar no novo modelo, que chegará nas salas de aula em 2021.

Apoio do MEC

A construção e implementação dos currículos cabem prioritariamente aos estados, mas cabe ao MEC auxiliar os entes federativos para que o novo ensino médio saia do papel. O Conselho Nacional de Educação (CNE), que foi responsável pela aprovação tanto da BNCC quanto das diretrizes curriculares do ensino médio, também acompanha o processo.

"Faremos o acompanhamento, o apoio, para que essa implementação possa ser bem-sucedida em relação àquilo que está normatizado", disse o conselheiro do CNE Eduardo Deschamps, que presidiu a comissão da BNCC no conselho.

"A expectativa é que, com a implementação do novo modelo, o ensino médio passe a fazer mais sentido e ser mais útil e adequado para os jovens, independentemente do caminho que eles queiram seguir. Se querem seguir para a universidade ou para o mundo do trabalho, que seja uma formação mais vinculada ao projeto de vida que eles têm", acrescentou Deschamps.

Na semana passada, o MEC lançou o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, que prevê ações como produção de materiais, cursos e impressão de documentos para discussão e formação dos currículos.

Além disso, a pasta vai ofertar bolsas de estudos e pesquisas, considerando a disponibilidade orçamentário-financeira, para o acompanhamento da elaboração dos currículos e formação de professores.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

O desmonte da ciência brasileira

Anos de cortes no Ministério da Ciência e Tecnologia atingem em cheio pesquisas em todas as áreas e já afetam parcerias com agências europeias. Governo Bolsonaro acelera

processo com redução drástica no orçamento. A ciência brasileira se encontra num momento crítico. O último corte de recursos anunciado pelo governo de Jair Bolsonaro agravou drasticamente uma situação que, há anos, já era tida como crítica. A medida mais recente atingiu em cheio o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O contingenciamento de 42,27% das despesas do MCTIC coloca em risco o financiamento de cerca de 11 mil projetos e 80 mil bolsas financiadas pela principal agência de fomento à pesquisa do país.

"Nunca vi cortes da magnitude dos que foram decretados recentemente. São cortes extremamente pesados e, se não forem revertidos, destruirão a ciência brasileira. Esses cortes representam um ataque sério ao desenvolvimento e à própria soberania nacional", afirmou Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências.

A avaliação de especialistas do setor é de que pesquisas em todas as áreas, inclusive de humanas, estão em risco. As primeiras afetadas são as dependentes de laboratórios, que já estão ficando sem manutenção, sem materiais e com uma infraestrutura defasada.

Os cortes também prejudicam cooperações internacionais e são observados com atenção na Europa. Segundo a diretora do escritório regional do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) no Brasil, Martina Schulze, no ano passado, em programas conjuntos da agência alemã com instituições brasileiras, não foi possível conceder bolsas de doutorado na Alemanha pelo CNPq, pois não havia garantias de que elas seriam pagas.

"A incerteza quanto às possibilidades de financiamento para as instituições de ensino superior brasileiras e a pesquisa no país provocou um comedimento das universidades alemãs, que ainda persiste. O DAAD pode notar isso devido ao menor fluxo de recursos para o trabalho conjunto no ensino superior e na pesquisa com o Brasil", diz Schulze.

De acordo com a diretora da agência alemã, em 2016, o DAAD destinou cerca de 11 milhões de euros para bolsas e projetos com parceiros brasileiros. Em 2018, esse valor foi de apenas 8,7 milhões de euros.

Esse cenário, descrito por pessoas da área como trágico, não surgiu de uma hora para outra, mas é fruto de uma série de cortes que está em curso há algum tempo.

Processo contínuo de cortes

Há cerca de 20 anos, as ciências no Brasil viviam tempos áureos. A partir dos anos 2000, mais recursos já começavam a ser investidos no setor, conta Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Mas foi durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2006, que o MCTIC viveu um período de real prosperidade, com o aumento progressivo nas verbas destinadas à pasta. Em 2010, os investimentos no ministério atingiram o ápice, chegando a aproximadamente 8,6 bilhões de reais (em valores atualizados, quase 10 bilhões de reais).

Marca semelhante foi alcançada em 2103. Na época, a cultura de investimentos em ciência parecia estar se consolidando. Porém, a partir de 2014, teve início a crise que se estende até os dias de hoje. O orçamento da pasta passou a sofrer cortes constantes durante os anos seguintes do último governo Dilma Rousseff.

Sob Michel Temer, o Ministério da Ciência e Tecnologia incorporou o das Comunicações e sofreu um contingenciamento de 44% das despensas previstas para 2017. Naquele ano, foram investidos apenas 3,77 bilhões de reais, o menor orçamento dos últimos 12 anos.

O impacto foi tanto que levou entidades de pesquisa a se articularem no movimento "Conhecimento sem cortes", que denunciou a morte lenta da ciência no país devido à redução constante dos investimentos.

No início de 2018, a situação parecia um pouco melhor com o anúncio de um investimento de 4,7 bilhões na pasta, porém, houve novamente cortes, o que chegou a atrasar o pagamentos de bolsas em dezembro do ano passado. Esse atraso levou o CNPq a entrar em 2019 com um rombo de 300 milhões de reais no orçamento.

Para este ano, o Congresso havia aprovado um orçamento de 5,1 bilhões de reais para o MCTIC, porém, há cerca de uma semana, o governo decretou o contingenciamento de 42% das despesas da pasta, reduzindo para cerca de 2,9 bilhões de reais os recursos disponíveis para o ministério.

O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras, afirmou ao portal G1 que a agência deve ter verbas para pagar bolsistas apenas até setembro deste ano. A previsão, porém, ainda não incluía o novo corte. Especialistas estimam que esse valor cubra os pagamentos somente até julho.

Desde 2016, os repasses para o pagamento de bolsas concedidas pelo CNPq vem caindo, passando de pouco mais de 1,1 bilhão para 784,7 mil reais neste ano. Metade dos 80 mil bolsistas da agência fazem iniciação científica e recebem apenas entre 100 e 400 reais por mês.

Além de correrem o risco de ficarem sem receber, os mestrandos e doutorandos possuem ainda bolsas com valores muito baixos, defasados pela inflação. Os valores de 1,5 mil reais mensais para mestrado e 2,2 mil reais mensais para doutorado não são reajustados desde 2013.

Pesquisas de saúde em risco

Entidades ligadas à ciência também afirmam que os cortes anunciados pelo governo Bolsonaro atingem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financia a infraestrutura de instituições científicas. O fundo teve 80% de seus recursos contingenciados.

"Está ocorrendo um desmonte do sistema nacional de ciência e tecnologia, colocando em risco grupos de pesquisa constituídos nos últimos anos. O atual corte pode afetar grandes projetos como o Sirius e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, que o Brasil construiu a duras penas, ou o Laboratório de Ciência e Computação (LCC), que podem

não ter condições de operar sem manutenção", afirma Moreira, da SBPC.

O físico diz que, no futuro, o país pode ter dificuldades também para desenvolver pesquisas essenciais na área de saúde. Segundo ele, o Brasil só foi pioneiro nos estudos sobre o zika porque na época havia condições para a realização de pesquisas. Cientistas brasileiros foram os primeiros a descobrir a conexão entre o vírus e os casos de microcefalia.

Com a falta de manutenção de laboratórios, que se deterioram com o tempo, a redução dos investimentos também representa uma perda dos recursos já aplicados no setor. Além disso, impulsiona a fuga de cérebros, com pesquisadores deixando o Brasil para realizar seus trabalhos em países que ofereçam melhores condições.

"Atualmente, o protagonismo das nações está baseado muito mais no poder do conhecimento do que no das armas. A pergunta é o que vai acontecer no Brasil num mundo que valoriza cada vez mais o conhecimento. A resposta é óbvia: o país vai se atrasar cada vez mais em relação a outros países", afirma Davidovich.

O Brasil investe menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) na área de ciência, tecnologia e inovação. Em alguns países europeus, o percentual gira em torno de 3%, e nos Estados Unidos, é de cerca de 2%.

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Quem dá mais

O presidente da **Capex**, **Anderson Correia**, voltou à bolsa de apostas como cotado para substituir Ricardo Vélez no comando do Ministério da Educação. Para políticos ligados à área, a disputa está entre ele e o senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/07/mais-da-metade-dos-eleitores-de-regioes-que-catapultaram-bolsonaro-esta-frustrada-mostra-datafolha/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Palavras cruzadas

Aplicativos que reescrevem artigos acendem alerta na academia Softwares agem com base em mudança de ordem das frases e em uso de sinônimos

Professor de ética e filosofia política na USP, ex-ministro da Educação e ex-diretor de avaliação da **Capex** (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**), Janine destaca dois problemas: "De um lado, há a desonestidade intelectual do plágio. De outro, se esse mercado [de programas de paráfrase] existe, é porque existe demanda. Diante das pressões para publicação, abre-se margem para a produção de artigos não necessariamente originais e sem relevância científica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/aplicativos-que-reescrevem-artigos-acendem-alerta-na-academia.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

UFRJ pode ter uma reitora

Em pesquisa realizada na universidade, chapa da biofísica Denise Pires de Carvalho ganhou em primeiro turno de outras duas. Em 30 de abril, uma lista

tríplice será enviada a Bolsonaro para a escolha do nome que comandará a instituição

Uma mulher poderá assumir pela primeira vez em quase 100 anos a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A decisão saiu na manhã de ontem, após quase 24 horas de contagem de votos. A vencedora na pesquisa feita na universidade é a biofísica Denise Pires de Carvalho, que ganhou em primeiro turno de duas outras chapas. No total, foram 19.232 votos em urnas eletrônicas e 1.655 votos em cédula de papel. A votação ocorreu entre 2 e 4 de abril.

No próximo dia 30, o Colégio Eleitoral da UFRJ se reunirá para formar uma lista tríplice, que deve ser enviada ao presidente Jair Bolsonaro (PSL). Não existe vinculação formal entre a pesquisa e a escolha do Colégio Eleitoral. No entanto, segundo a assessoria da universidade, seguindo longa tradição democrática, os conselheiros costumam levar em conta a vontade popular expressa na pesquisa.

A chapa 10, encabeçada pelos professores Denise Pires de Carvalho e Carlos Frederico Leão Rocha, obteve 9.427 votos. A 40, liderada por Oscar Rosa Mattos, da Escola Politécnica e da Coppe/UFRJ, e Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes, do Instituto de Biologia, obteve 8.825 votos. Já a 20, encabeçada por Roberto dos Santos Bartholo Junior, da Coppe/UFRJ e da Faculdade de Letras, e João Felipe Cury Marinho Mathias, do Instituto de Economia, teve 2.281 votos.

Denise foi vitoriosa no primeiro turno. As chapas 10, 40 e 20 tiveram, respectivamente, 24,66%, 17,68% e 4,83% dos votos possíveis. Para ser encerrada no primeiro turno, o primeiro colocado precisa ter um total de votos superior à soma da votação dos outros concorrentes, mais brancos e nulos. O segundo turno não ocorreu por uma diferença de 0,9%. A pesquisa registrou 121 votos brancos (0,41%) e 233 nulos (0,82%).

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Amazonas perde sem área de livre comércio

Estudo da FGV mostra importância da Zona Franca de Manaus para o aumento do emprego, da renda, melhora da educação e até do desmatamento

Geração de empregos, crescimento da renda per capita e industrialização acelerada são algumas das consequências da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), mostra estudo inédito da Fundação Getulio Vargas (FGV). Mais de meio milhão de empregos e melhoras na infraestrutura da região estão associados à área de livre comércio, de acordo com os pesquisadores. A importância da ZFM para o crescimento do país será tema de um seminário organizado pelo Correio, na próxima quinta-feira.

Com a análise dos resultados, é possível avaliar com mais clareza se os incentivos fiscais federais concedidos à região — que respondem por 8,5% dos gastos tributários do país — valem a pena. “Em geral, muito se fala sobre os gastos tributários, mas não tanto dos resultados em termos de arrecadação”, explica o economista Márcio Holland, um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo. A conclusão é de que a renúncia é parcialmente compensada com forte arrecadação federal no estado.

Além disso, cada R\$ 1 gasto no programa retorna em renda acima desse valor, diz o estudo. O investimento na ZFM resultou na evolução da renda per capita na região, na melhora no desempenho de indicadores de educação e na ampliação do acesso a serviços como água e saneamento.

Diante das discussões atuais sobre a necessidade de uma reforma tributária, os pesquisadores alertam para as consequências de uma eventual desestruturação do Polo Industrial de Manaus, que teria impacto direto nos benefícios gerados à população. As consequências, de acordo com a pesquisa, são “incalculáveis”. Entre elas, forte queda do emprego gerado, intenso fluxo emigratório, consequente redução relevante no nível de renda per capita e potencial impacto de piora na educação e no desmatamento da floresta Amazônica. “Se retirarem esse gasto tributário, provavelmente haverá perda generalizada”, resume Holland.

A preocupação se explica pela lógica dos incentivos concedidos à ZFM, que são baseados, em grande parte, no Imposto sobre Produto Industrializado (IPI). Os investimentos na indústria da região vivem, portanto, sob o risco de alterações nas alíquotas desse tributo e de mudanças na direção da política de comércio exterior. Assim, uma reforma tributária “mais profunda”, que acabe com o IPI, ou uma “abertura comercial mais acelerada, que reduza o Imposto sobre Importações (II)” são fatores que podem colocar em risco todo o parque industrial.

Renda per capita

Por isso, os pesquisadores acreditam ser necessário “um programa mais amplo, mais estruturado e com regras mais claras para os investimentos de longo prazo, para diversificar a produção e diminuir a dependência dos recursos da União”. Sem a Zona Franca, eles acreditam que a renda per capita da região estaria estagnada. Com a criação da área de livre comércio, houve um crescimento notável, com uma redução relevante na diferença entre o Amazonas e os estados mais ricos do país.

Em 1970, no começo da ZFM, a renda per capita de São Paulo (R\$ 17,4 mil) era sete vezes maior do que a do Amazonas (R\$ 2,4 mil). Em 2010, passou a ser apenas 1,8 vez maior (R\$ 30 mil contra R\$ 17 mil). “Desde então, o comportamento da renda per capita amazonense, especialmente em comparação com estados vizinhos e com os considerados mais desenvolvidos do Brasil, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, é algo surpreendente”, diz o estudo.

Impactos positivos

Zona de livre comércio no Amazonas desenvolveu a região

- » Constituição de um parque industrial sofisticado e moderno na região
- » Crescimento da renda per capita acima da média nacional
- » Geração de milhares de empregos diretos e indiretos
- » Melhora nas condições de moradia da população, com expansão de acesso à água e ao saneamento básico
- » Contenção do desmatamento no estado do Amazonas

Fonte: FGV

[topo](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Educação socioemocional

Cotidiano é rico em interações com as crianças

A educação socioemocional abrange desenvolvimento de habilidades, como esperar a vez, lidar com emoções —raiva, tristeza, ansiedade, frustração— de forma apropriada, seguir regras, tomar decisões, buscar empatia.

O aprendizado começa assim que a criança nasce e dura a vida inteira. Começa com as

pessoas mais próximas e, depois, com a exploração do ambiente à sua volta.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/04/educacao-socioemocional.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OMBUDSMAN

A bem da verdade histórica

Tentativas de reescrever história exigem que se iluminem passado e presente

O governo do presidente Jair Bolsonaro pôs em debate a tentativa de reconstrução da história, e não só da brasileira.

Primeiro, o presidente negou que tenha havido golpe militar em 1964, sugerindo que houvesse celebração da data de 31 de março, momento em que, segundo ele, Forças Armadas e sociedade teriam se unido contra a possibilidade de implantação do comunismo no Brasil.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2019/04/a-bem-da-verdade-historica.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Para bolsonaristas, presidente deve voltar a falar com eleitor

Apoiadores ouvidos pela Folha rejeitam Congresso e querem Bolsonaro na TV e em redes sociais

"O MEC tem muita demanda. O ministro precisa ser muito bem assessorado", diz Matheus. "O MEC é como trocar o pneu do carro com o carro andando. Precisa de um pente fino. Primeiro, tem que sanear a máquina", afirma Aelison, ecoando a visão de que é uma pasta "esquerdizada" nos últimos anos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/para-bolsonaristas-presidente-deve-voltar-a-falar-com-eleitor.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

As empresas estão indo embora

Terra dos Papagaios se tornou desinteressante para quem está aqui

À primeira vista, o braço brasileiro da empresa americana RR Donnelley decidiu falir, prejudicando o cronograma da impressão das provas do Enem. Se esse fosse o problema, seria pontual. É mais que isso.

Essa multinacional fatura US\$ 6,8 bilhões e opera em 28 países. O silêncio de seus executivos, a intimidade que ela tinha com os educatecas do MEC y otras cositas más deixam no ar perguntas para que se saiba como funcionava essa operação, mas o fato é que ela quer ir embora.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2019/04/as-empresas-estao-indo-embora.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Equilibrados, livros didáticos falham em ditadura cubana e governo Lula
Em 8 temas avaliados, omissões mais graves só aparecem na abordagem da
revolução de Fidel
São Paulo

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, fez barulho na semana que passou ao dizer que revisaria os livros didáticos. Defendeu que o março de 1964 não seja tratado como um golpe, e sim como "uma decisão soberana da sociedade brasileira".

Em entrevista ao jornal Valor, ele afirmou que cabe ao ministério preparar obras que "possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/equilibrados-livros-didaticos-falham-em-ditadura-cubana-e-governo-lula.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Um cara bacana

A inexplicável relutância em demitir Ricardo Vélez Rodríguez do importantíssimo Ministério da Educação diz muito da personalidade do cidadão Jair Bolsonaro e do desconforto do presidente Jair Bolsonaro no cargo. Aliás, foi ele mesmo quem disse que "não nasceu para ser presidente, nasceu para ser militar". O que também é controverso, já que saiu cedo do Exército, como capitão, e não saiu nada bem.

Se Bolsonaro foi tão impetuoso e decidido ao demitir o amigo Gustavo Bebianno com requintes de crueldade e ao mandar o ministro Sérgio Moro desconvidar a respeitada Ilona Szabó para ser uma mera suplente de um mero conselho, por que mantém Vélez no cargo apesar de tudo e todos? Porque o ministro é "um cara bacana", como disse a jornalistas?

É um mistério e esse mistério fica ainda pior porque Bolsonaro já tinha decidido a demissão antes da viagem a Israel, mas preferiu ficar fritando o ministro em público do que fazer o que tinha de fazer. Por fim, avisou na sexta que pretende defenestrá-lo amanhã. Avisar três dias antes, pela mídia, que pretende demitir alguém?!

Bolsonaro já falou mal da gestão do MEC na TV, admitiu que faltam ao ministro habilidades essenciais para a função (comando, autoridade, capacidade para escolher pessoas...) e chamou Vélez ao Planalto na véspera da viagem. Mas... continuou contando, impassível, as demissões no ministério: uma, cinco, dez, vinte...

A coisa degringolou de tal forma que, só pela Secretaria Executiva, já passaram quatro pessoas, mas o chefe continua e não consegue nem demitir seus auxiliares diretos. Por fim, a ordem parte diretamente da Casa Civil, à revelia do ministro. Será que ele é o último a saber?

Além das demissões em massa, Vélez deu sucessivas demonstrações de não mandar em nada e em ninguém, surpreendido ora com a ordem para as escolas desprezarem a lei e filmarem as crianças cantando o Hino Nacional, ora com a decisão do segundo escalão de suspender a avaliação da alfabetização das crianças. Deus do céu!

Cem dias depois de ter desbancado Mozart Ramos, do Instituto Ayrton Senna, Vélez não tem apoio de absolutamente ninguém: da opinião pública, do setor, de especialistas em educação, muito menos dos militares. Já perdeu até o aval do guru Olavo de Carvalho, que acaba de chamá-lo de “traíçoeiro” e entregá-lo à própria sorte. O problema, portanto, não é Vélez, é Bolsonaro.

No meio do furacão, o ministro finge que não é com ele, vai ficando e passando humilhação. Será que o presidente prefere que ele peça demissão a demiti-lo? Se for assim, a conversa entre os dois não vai ser bonita, porque o ministro está confrontando o chefe e com a seguinte mensagem: daqui não saio, se quiser que me tire. Detalhe: Vélez não consta da agenda oficial do presidente para segunda-feira.

É uma situação absurda, surreal, que expõe o ministro, o presidente, o governo e – o mais grave – paralisa um ministério fundamental para o País, o desenvolvimento, as famílias, o futuro. O MEC parou. O Fies? O Enem? A política educacional?

Essa situação deixa uma reflexão no ar. Vélez foi escolhido por ideologia e gurus e virou uma ilha cercada de “olavetes” e militares. Já seu antecessor Mendonça Filho (DEM) foi uma indicação política, pôs na Secretaria Executiva a craque Maria Helena Guimarães Castro e montou uma equipe técnica. Qual dos dois é melhor para o MEC?

A culpa não é de gurus, gerais e partidos, nem do próprio Vélez. Jabuti não sobe em árvore e não foi Vélez quem obrigou Bolsonaro a nomeá-lo. Ele é resultado de um processo muito particular de escolhas e só está no cargo por determinação, e agora por falta de determinação, de uma única pessoa: Jair Bolsonaro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

100 dias de barulho

Ena quarta-feira o governo de Jair Bolsonaro completa 100 dias. Quem fizer o exercício de tentar listar os fatos mais marcantes corre o risco de encontrar mais “caneladas”, como gosta de dizer o presidente, que feitos concretos.

As iniciativas virtuosas vieram dos dois ministros sobre os quais havia mais expectativas e de um que estava fora do radar, mas se destacou nos três primeiros meses. Paulo Guedes enviou a reforma da Previdência ao Congresso ainda em fevereiro. Sérgio Moro fez o mesmo com o pacote anticrime, no mesmo tempo. E o “ministro revelação” é Tarcísio Gomes de Freitas, da Infraestrutura, que já tem uma bela cartela de realizações para ajudar no balanço que Bolsonaro fará.

Os militares cumpriram o que se esperava deles: foram a voz da sensatez nas crises e nas controvérsias que tinham potencial de se tornar crises, mas sua ascendência sobre o presidente se mostrou menor do que se esperava: muitas vezes eles perderam a queda de braço para os filhos ou para a tal ala anti-establishment, capitaneada à distância e aos berros e palavrões por Olavo de Carvalho.

E de resto? Muita polêmica vazia, tendo as redes sociais como palco, overdose de ideologia se imiscuindo em áreas que deveriam ser técnicas e uma paralisia da qual só agora se ensaia sair na articulação política.

Claro que Bolsonaro vai bater bumbo sobre as conquistas do início de governo, dizer

que houve uma explosão de procura pelo Brasil em sites de viagens depois que ele liberou alguns países da exigência do visto e que a imprensa tem má vontade, mas se quiser, de fato, reordenar o governo deveria, ao menos com o grupo mais próximo de auxiliares, fazer uma avaliação mais realista.

Neste caso, deveria começar a semana livrando o País do constrangimento em que se transformou o Ministério da Educação. Depois de passar a campanha vendendo histórias da carochinha sobre a Educação, como o tal kit gay, o presidente nomeou para a pasta um ministro, Ricardo Vélez Rodríguez, incapaz de gerenciar uma estrutura complexa como a Educação brasileira. E o fez única e exclusivamente por questões ideológicas. Bolsonaro esteve prestes de nomear Mozart Neves para o MEC, um especialista respeitado na área. Diante da barafunda entre olavetes, militares e evangélicos que se instalou na pasta, não deixa de ser uma ironia que o diretor do Instituto Ayrton Senna tenha sido vetado por ser contra o obscuro projeto Escola sem Partido.

Depois da gestão virtuosa de Mendonça Filho no governo Temer, avaliações, métricas e a implementação da Base Nacional Comum Curricular estão seriamente ameaçadas. Depois não adiantará o presidente questionar os indicadores, como fez com o desemprego: desídia administrativa cobra um preço, e, no caso da Educação, ele significa que ficaremos ainda mais para trás na comparação com o resto do mundo naquilo que deveria ser a prioridade de um País que almeja se desenvolver plenamente.

Outra boa providência para uma guinada nos 100 dias seria cessar a guerrilha virtual, ou ao menos tirá-la da seara oficial do governo e delegá-la aos simpatizantes exaltados—que, não custa sempre repetir, não representam o conjunto da sociedade, e nem mesmo dos que votaram em Bolsonaro.

Por fim, o aspecto positivo é que a chegada ao primeiro marco temporal do governo parece se dar num momento em que o presidente faz acenos de que pretende parar de estigmatizar a política e começar a negociar para aprovar a reforma da Previdência, e manter alguma interlocução com a imprensa, ao invés de apenas tentar desacreditá-la. São passos importantes para a maior institucionalidade de um governo que começou com quase nenhuma.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ELIO GASPARI

As empresas estão indo embora

A primeira vista, o braço brasileiro da empresa americana RR Donnelley decidiu falir, prejudicando o crono-grama da impressão das provas do Enem. Se esse fosse o problema, seria pontual. É mais que isso. Essa multinacional fatura US\$ 6,8 bilhões e opera em 28 países. O silêncio de seus executivos, a intimidade que ela tinha com os educatecas do MEC y otras co-sitas más, deixam no ar perguntas para que se saiba como funcionava essa operação, mas o fato é que ela quer ir embora. A primeira vítima da falência será o chão da fábrica, onde estão os direitos trabalhistas de seus mil empregados. A falência teve o beneplácito da matriz americana, que certamente terá algo a dizer sobre o assunto. Nos Estados Unidos, ela não se comportaria como se comportou no Brasil.

Antes da Donnelley, a Ford fechou sua fábrica em São Bernardo, a CVS (maior rede de farmácias dos Estados Unidos) fez as malas, a francesa de livrarias FNAC pagou

para sair do Brasil, o Citibank vendeu-se ao Itaú e o HSBC vendeu-se ao Bradesco. Isso tudo não aconteceu de uma hora para outra, mas o movimento começou em 2015.

Em muitos casos as empresas foram embora porque vieram com falsas expectativas e, em outros, porque suas operações foram mal administradas. Em dois deles, o da RR Donnelley e o da CVS, porque também se enroscaram em litígios judiciais. Em quase todos, não conseguiram operar pelas regras e costumes do capitalismo mambembe brasileiro. Numa época em que as economias no mundo se integram, a Terra dos Papagaios não só perdeu atrativos para quem investe na produção como tornou-se desinteressante para quem está aqui. Para a turma do do papelório eletrônico, continua a ser um paraíso.

Desde que os franceses vieram pegar pau-brasil e papagaios na costa da Terra de Santa Cruz, o ufanismo nacional cultiva a ideia segundo a qual os estrangeiros querem vir para cá. Às vezes querem, mas há épocas em que preferem sair.

Faz tempo, quando se falava em abrir o mercado nacional, importadoras de carros abriram filiais brasileiras. A Aston Martin (o carro de James Bond) veio e houve um ano em que vendeu apenas duas peças. Azar o delas, mas algumas tentaram construir fábricas e desistiram.

Enquanto a discussão ficava em torno do "vem-não-ven", ela era uma. Quando quem veio se vai, ela deve ser outra.

MADAME NATASHA

Natasha combate todas as tentativas de golpe contra o idioma e concedeu um diploma de mérito ao ministro da Educação, doutor Ricardo Vélez.

Depois de bagunçar a matrícula dos estudantes financiados pelo Fies, seu ministério informou que "foi identificado um problema sistêmico que tem impedido a troca de informações com o agente financeiro".

Os çábios recorreram ao velho truque de atribuir ao "sistema" qualquer problema que aconteça numa burocracia. Quiseram os deuses que o MEC dissesse a verdade ao torcer o idioma para empulhar o público.

O problema do ministério de Vélez era realmente "sistêmico"..

topo ↕

O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO

Das bizarrices e das mentiras

O que é espantoso neste governo é como ele é capaz de perder o próprio tempo e o nosso. Bizarrices, debates ociosos ocupam as horas e consomem energias que deveriam estar dedicadas ao esforço de enfrentar os inúmeros problemas que o país tem. Perder tempo quando se tem tanto o que fazer é ruim. Mas são as mentiras que mais ameaçam. Se a ditadura foi ditadura, se o Hitler era de direita ou esquerda, se é melhor ir aos bancos para saber o número de desempregados em vez de consultar o IBGE, se o diálogo do presidente com os partidos é velha ou nova política. Esses são exemplos de temas pautados por este governo. Parecem só inutilidades, mas são, muitas vezes,

mentiras perigosas.

O presidente dizer que não se arrepende de ter feito xixi na cama com cinco anos é bizarro. Quando ele compara esse ato infantil involuntário com a defesa que fez na vida adulta de fechamento do Congresso passa a ser ameaça. Ele nunca soube dar peso às próprias palavras, mas exibir, como presidente, essa desordem no sistema de valores é assustador.

É preciso saber separar. De tudo o que fez, falou e provocou na última semana, a mais perigosa é a revisão do passado. Quem diz que não houve golpe nem ditadura no Brasil não está provocando polêmica, está mentindo. Algumas questões da História comportam interpretações, outras, não. Esta é uma república que já viveu dois graves e longos ciclos autoritários.

Um regime que fechou várias vezes o Congresso, interferiu no Judiciário, suspendeu garantias constitucionais, impôs uma constituição autoritária, cassou, prendeu, torturou, matou e ocultou cadáveres de opositores, proibiu estudante de estudar, suspendeu eleições, censurou a imprensa é uma ditadura. Não cabe relativizar. É fato absoluto. Relativa é a tendência política de cada um. O presidente Bolsonaro gostou do período, acha que foi um bom momento, e que os atos do regime não foram crimes. Cada um é livre para ter a própria opinião. Pode gostar ou não. No caso de um presidente da República, essa preferência tem que pôr em alerta as instituições.

A discussão não é apenas bizantina, não é mais uma esquisitice do governo, nem deve ser vista com a condescendência que se dedica aos loucos. Na quarta-feira, Vélaz Rodriguez falou em mudar livros escolares. A ideia de impor aos jovens uma versão mentirosa dos fatos históricos é criminosa e ataca a ordem constitucional. Tratar como sendo mais um sintoma de sandice pode ser o pior risco. A queda do ministro não resolve o problema, porque a ideia pode sobreviver a ele.

A revisão histórica em relação ao nazismo é horripilante, porque é a tentativa de reescrever uma das páginas mais dolorosas do século XX: o holocausto dos judeus na Alemanha de Hitler. Não se brinca com questão de tal gravidade. Relativizar o que houve é o primeiro passo para esquecer o que jamais pode ser esquecido.

Na extraordinária capacidade de o governo nos fazer perder tempo, apesar da agenda lotada de questões urgentes, há uma enorme dose de falta de noção. Dias e dias foram perdidos com ofensas em redes sociais de pai e filhos a potenciais aliados na agenda econômica, como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. As lutas travadas entre olavetes e não olavetes, os tuítes mal escritos, insensatos e agressivos dos filhos do presidente, a criação de entidades desconhecidas do mundo real são exemplos do mais puro desperdício de tempo.

O perigo é o país se cansar de tanto assunto sem sentido que o governo traz à tona e deixar de reagir com a veemência necessária àquelas questões que realmente nos ameaçam. Intervir na metodologia do IBGE, reescrever livros de história, deixar a educação à deriva, fazer apologia de crimes políticos passados são riscos graves contra os quais o país precisa se proteger.

Quem foi eleito governa durante o seu mandato, cumpre sua agenda, monta sua aliança,

nomeia os ministros, tenta passar no Congresso as medidas que acha relevantes para seu projeto. Esse é o jogo democrático. Quem foi eleito não vira dono do país. As instituições precisam estar atentas aos perigos reais que podem estar atrás de uma frase sem noção, de um ato descabido, uma leviandade, uma mentira que se tenta impor como verdade. A democracia em tempos modernos não tem morte súbita. Morre aos poucos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

TODAS AS MULHERES DO MUNDO DE DAMARES

Damare Alves nomeou mulheres para seis das nove secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Escalou um grupo diverso, de índia a petista, unido por bandeiras conservadoras, como a defesa da “família tradicional” e a crítica ao feminismo. Das nove secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), seis são ocupadas por mulheres. Ao contrário do que se vê no Ministério da Educação (MEC), que vive em clima de paralisia criado por uma disputa interna, Damare Alves parece ter conseguido um feito: congregar diversidade em torno de um discurso coeso, de alto teor conservador. Foi do único núcleo de poder feminino no governo Bolsonaro, por exemplo, que saiu a proposta de reforma do ensino à distância. Na semana passada, a ministra foi defender sua visão de “home schooling” na Câmara, uma pauta que, em outras administrações, poderia ter sido elaborada pelo MEC. O conservadorismo é o que une as mulheres à frente das secretarias de Damare ocupadas por mulheres. Não se fala em feminismo, mas em ouvir mais os homens. A estrutura de proteção à comunidade LGBTI não foi alterada, mas defende-se a família “tradicional”. As protagonistas do MDH são um retrato de muitos Brasis: convivem uma líder indígena, uma amiga da primeira-dama Michelle Bolsonaro que é surda e uma evangélica petista que assinou manifesto em defesa de Dilma Rousseff durante o processo de impeachment. Petrucia Andrade, que já discordou, no passado, de Damare em tema central: assinou manifesto em defesa da descriminalização do aborto.

As mulheres de Damare apareceram com desenvoltura no primeiro trimestre no Congresso, no exterior e em cidades do interior anunciando projetos que vão do combate ao suicídio indígena à prevenção da automutilação — ainda que sem apresentar políticas detalhadas. Uma das iniciativas mais ambiciosas, mas ainda em estado inicial, é tentativa de parceria com o Facebook e o Google para a criação de um sistema de buscas para crianças desaparecidas.

O GLOBO procurou todas as secretárias, mas três delas não quiseram dar entrevistas. O ministério informou que irá apresentar o conjunto de iniciativas da pasta — que tem orçamento de R \$450 milhões — “no momento considerar apropriado”.

Angela Vidal Gandra/ SECRETÁRIA DA FAMÍLIA

‘Será que estamos ouvindo os homens? Precisamos escutá-los’

“Não posso dizer que homem com homem é casamento. Uma maçã amarela não pode ser chamada de pera, certo?”

Filha do jurista Ives Gandra, Angela Vidal Gandra lecionava Direito em Boston quando voltou ao Brasil, em 2017, para trabalhar no escritório de advocacia da família em São Paulo. E também para ficar perto dos pais. Quando se tornou secretária da Família, passou a despachar na capital de segunda a sexta. No fim de semana, voa para São Paulo. — Papai tem 84 anos. Quero estar perto. É um serviço de família, coerente com meu cargo — diz, rindo, a segunda dos seis filhos de Ives Gandra. Ela própria decidiu

não ter filhos (“não era minha vocação”). Também não se casou (“isso não passou pelo meu caminho”), apesar de “amar a ideia de família”. Para Gandra, essa concepção passa sim por casamento —mas apenas entre homem e mulher. —Sou filósofa do Direito e só posso entender casamento juridicamente: entre homem e mulher.

Indagada sobre o fato de existirem outras formas de união e família, reconhecidas inclusive pelo STF, a secretária responde de bate-pronto: —Esse ministério é conservador, e meu dever é acompanhá-lo. Homem com homem não é casamento. Uma maçã amarela não pode ser chamada de pera, certo? Coerente com “a nossa ministra”, Gandra também é contra o aborto: —Mais do que combater o aborto, o que defendemos é a vida. Esse é o ministério da alegria. E da vida —diz Gandra. Ela foi uma das defensoras mais notórias do projeto apelidado por críticos de “bolsa estupro”, o auxílio financeiro a mulheres vítimas de violência sexual que não interromperam a gravidez. Única secretaria sem orçamento próprio —foi concebida após a elaboração orçamentária —, a da Família está usando recursos de outros setores do ministério.

Um de seus nortes é a criação do “Observatório da família”, voltado para “proteger a noção familiar, de acordo com a Constituição”. A iniciativa, Grandra diz, será importante para “dar voz aos homens”. —Será que estamos ouvindo os homens? Precisamos escutá-los —diz a secretária do Ministério da Mulher.

Tia Eron/ SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES

‘Por trás de toda mulher linda e poderosa, existe ela mesma’

“Entenderam que de fato não mandam nessa ‘nega’ aqui. Nenhum dos senhores manda”

“Entenderam que de fato não mandam nessa ‘nega’ aqui. Nenhum dos senhores manda.” A frase lapidar é de Eronildes Vasconcelos de Carvalho, que adotou a alcunha de Tia Eron ao longo de sua trajetória política — ela foi quatro vezes vereadora em Salvador e, depois, deputada federal pelo PRB. A afirmação de que ninguém era dono dela foi proferida diante de deputados no Comitê de Ética da Câmara, após muito mistério, quando ela deu o voto decisivo para a cassação do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Aos 46 anos, formada em Direito, viúva e mãe de dois filhos —Éden e Eva —, ela é mais conhecida pelo grito de independência no Congresso do que pela atuação como deputada. Obreira da Igreja Universal, integrava a bancada evangélica. Entre seus pares, sua atuação foi considerada inexpressiva. Com R\$ 26,6 milhões de orçamento, cabe a Eron elaborar políticas públicas de proteção à mulher. O ministério também se recusou a apresentar as metas da área comandada pela ex-deputada. A secretaria de Eron responde por projetos como o disque denúncia 180, que atende mulheres vítimas de violência, e é responsável pelas campanhas de prevenção à violência sexual e doméstica contra a mulher.

Também está a cargo de Eron implementar políticas públicas para facilitar o acesso ao aborto legal na rede pública. Uma parceira importante de Tia Eron na secretaria é Sara Winter, autodeclarada antifeminista e militante contra o aborto. A ministra Damares, por sua vez, defendeu a vida desde a concepção em encontro internacional na ONU, mas ainda não foram detalhadas diretrizes da nova administração para a área. No Twitter, ela segue os passos de Damares e faz postagens com frequência. Na rede social, publica frases soltas, já não tão de efeito como a que marcou a cassação de Cunha. Na

semana passada, cravou: “Por trás de toda mulher bem-sucedida, linda, independente e poderosa, existe ela mesma. Grave isso!”.

Sandra Terena/ SECRETÁRIA DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

‘Meu avô dizia que só se muda a realidade com estudo. Fui atrás disso’

“Pela primeira vez uma mulher indígena é secretária nacional. Este é um governo de inclusão”

Aos 37 anos, casada e mãe de três filhos, Sandra Terena é curitibana, mas cresceu em comunidades indígenas. Seu pai, Marcos Terena, é liderança histórica e foi candidato a deputado constituinte pelo PDT-MS. Se ele é ídolo da secretária da Promoção da Igualdade Racial, os conselhos espirituais vêm da índia Isolina, “pajé mulher, que só não me batizou por eu ter nascido na cidade”. —Sou terena, mas me identifico muito com os guaranis, que são religiosos, param para fumar e rezar todo fim de tarde. Sempre que posso, vou à casa de reza e peço a Isolina que interceda por mim. Ela lembra que suas atribuições ultrapassam as causas indígenas. “Há os afrodescendentes, os povos ciganos, os quilombolas”, lista, todos no escopo da secretaria, que conta com orçamento de R\$ 11 milhões. Terena reafirma diariamente sua origem, a desfilas de cocar pela Esplanada dos Ministérios. A moda pegou: não raro, Damares também aparece de cocar no gabinete. Terena segue regra comum às secretárias da ministra: não a critica. Ao contrário. Questionada sobre o fato de a ministra ter uma filha adotiva indígena, que teria sido levada irregularmente da aldeia, como revelou a revista Época, a secretária defende a chefe: —Ela tem amplo diálogo com os pais da filha adotiva. O problema é a imprensa, que tenta desacreditar o trabalho da Damares. Formada em Jornalismo, Terena fez estágio no jornal “Gazeta do Povo”, de sua cidade natal. Depois, bancou um documentário que “denuncia a omissão do poder público com a prática do infanticídio nas aldeias”: —Meu avô dizia que só se muda a realidade com estudo. Fui atrás disso. Meus irmãos e eu estudamos, todos com bolsas da Funai. Perguntada sobre trabalhar em um governo criticado por várias lideranças indígenas de esvaziar a Funai, ela não titubeia:

—A Funai está sucateada há muito tempo. Pela primeira vez uma mulher indígena é secretária nacional. Este é um governo de inclusão.

AUDREY FURLANETO audrey.furlaneto@oglobo.com.br Petrucia de Melo Andrade/
SECRETÁRIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

‘Costurava para um pessoal de elite e perguntava: o que me diferencia?’

“Quando estava na faculdade, eu pensava: tenho uma responsabilidade social com o outro”

Há uma estranha no ninho de mulheres de Damares. É Petrucia de Melo Andrade, filiada ao PT por Minas Gerais, signatária de um manifesto em defesa da expresidente Dilma Rousseff durante o processo de impeachment e de um documento em defesa da descriminalização do aborto, apresentado no ano passado em audiência pública no Supremo Tribunal Federal.

Aos 65 anos, a psicóloga comanda um dos mais altos orçamentos do ministério —a Secretaria da Criança e do Adolescente tem verba de mais de R\$ 47 milhões. Ao anunciar a nomeação da petista (sem mencionar seu partido), a pasta informou que sua prioridade seria “a prevenção da automutilação e do suicídio, da violência sexual contra

crianças e adolescentes e da gravidez não intencional”. Alagoana de Penedo, fiel da Igreja Batista Central, ela fez especialização em Criminologia e Violência Urbana. Construiu sua trajetória política em Minas Gerais. Na cidade de Contagem, trabalhou nas secretarias municipais de Desenvolvimento Social e de Direitos e Cidadania. O ministério não permitiu que a secretária concedesse entrevista ao GLOBO. Andrade faz a linha discreta, na contramão de sua ministra, que alterna postagens diárias em diferentes redes sociais. Ela não tem perfil oficial no Twitter. A conta do Instagram que leva seu nome tem apenas duas publicações, ambas feitas em janeiro passado. Numa entrevista disponível no YouTube, ela conta ter sido costureira quando a família migrou do Nordeste para Minas Gerais: —Costurava para um pessoal de elite e perguntava: o que me diferencia dessas pessoas? Percebi que era acesso à Educação e fui estudar. Quando estava na faculdade, pensava: tenho uma responsabilidade social com o outro. Vim do Nordeste sem a mínima condição.

Priscilla Gaspar de Oliveira/ SECRETÁRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
‘Quero transformar os deficientes em protagonistas do novo governo’
“O surdo é o deficiente que sofre mais rejeição linguística”

Priscilla Gaspar de Oliveira foi assim anunciada pelo ministério: “Primeira surda a ocupar um cargo no 2º escalão do governo federal”. Mãe de três surdas, casada com um surdo, ela estima que sejam quase 30 os deficientes auditivos na família. Formada em Pedagogia e mestre em Educação pela PUC-SP, ela chegou ao cargo de secretária da Pessoa com Deficiência pelas mãos da primeira-dama Michelle Bolsonaro, que, na posse do presidente, discursou sobre sua principal bandeira: a inclusão dos surdos. Militante da causa, Priscilla contou ao GLOBO que é amiga de Michelle há três anos. Ao longo da campanha de Bolsonaro, foi intérprete do candidato em alguns de seus vídeos. Mas sua militância, afirma, remonta à infância. —Meus pais e meu tio sempre lutaram para preservar a língua de sinais, desde 1970. Sou a única da família a nascer como pessoa surda bilíngue por ter domínio de duas línguas ao mesmo tempo! Com essa minha facilidade de comunicação, consegui manter contato com políticos em São Paulo para preservar escolas bilíngues que corriam o risco de serem fechadas. A minha luta sempre foi voluntária e nunca pensei que chegaria aonde estou hoje.

Sobre sua função, afirma que é “fiscalizar as leis existentes e cobrar ações da sociedade”. E quer “transformar todos os deficientes em protagonistas do novo governo”. Nos corredores do ministério, ela é considerada rígida e de difícil acesso. Há quem veja sua militância arraigada em torno da surdez como uma limitação em secretaria que trata de muitas outras deficiências. Sobre a sua própria, ela discorre com desenvoltura:

—O surdo é o deficiente que sofre mais rejeição linguística .

Sua secretaria tem R\$ 7 milhões de orçamento. O ministério se negou a fornecer informações sobre os projetos da área.

Jayana Nicaretta da Silva/ SECRETÁRIA DA JUVENTUDE
‘Mandeí meu currículo, me chamaram para entrevista e passei’
“É muito legal nesse ministério a coisa da transversalidade. As secretarias trabalham

juntas”

Aos 18 anos, Jayana Nicaretta da Silva foi eleita vereadora em Santa Catarina, em União do Oeste, cidade com menos de 3 mil habitantes. No mesmo ano, passou em sete vestibulares, “três para universidades federais”, como faz questão de destacar. Entre Veterinária e Engenharia de Petróleo, ficou com a segunda. Durante os quatro anos de mandato, equilibrou-se entre a universidade, em Pelotas, e a Câmara, em União do Oeste, percorrendo de ônibus o trajeto de 700 km entre as cidades. —Fiz esse sacrifício pela política. Mas no final tive que decidir se me candidatava de novo ou se concluía o curso. Optei pelos estudos —diz ela, que terminou a faculdade no ano passado. Foi quando recebeu a ligação de um amigo de Brasília: — Pediram meu currículo e me chamaram para uma entrevista. As perguntas giraram em torno de minha experiência em gestão. Após dois encontros, passei.

Aos 24 anos, a filiada ao PP foi nomeada secretária da Juventude, com orçamento de R\$ 19 milhões. Seu foco, diz, está em “preparar a juventude para a Quarta Revolução Industrial” —termo que ela repete quatro vezes em dez minutos de conversa. —É a internet das coisas, a inteligência artificial —explica, com frase curta, marca da sua objetividade.

Um projeto é um contêiner com impressoras 3D para circular em comunidades longínquas e “treinar jovens para lidar com alta tecnologia”. Outro é o combate à automutilação infantil, em parceria com a Secretaria da Criança e do Adolescente. —O que é muito legal nesse ministério é essa coisa da transversalidade. As secretarias trabalham, de fato, juntas. Antes da nomeação ela disse ter sofrido com o que detectou ser doutrinação ideológica em salas de aula. Ao GLOBO, foi mais sucinta: —Isso eu falava antes. E ainda vejo (doutrinação), sim. Mas aí não vou me alongar porque não tem nada a ver com meu cargo.

topo ↕

ÉPOCA - RJ - BRASIL

Os 100 dias da gestão Bolsonaro

Atritos no governo, no Congresso e nas redes sociais marcam o início do novo mandato

Antes de oficializar-se candidato a presidente da República, em 2018, Jair Bolsonaro tinha uma resposta pronta quando lhe perguntavam se achava que, ao entrar na disputa, venceria. Dizia que seria eleito caso conseguisse superar o obstáculo das “urnas eletrônicas fraudadas” e se o “sistema” não o impedisse. Considerava as ações contra ele que tramitavam no Supremo Tribunal Federal (STF), por injúria e apologia ao estupro, subterfúgios do “sistema” para tirá-lo do pleito. Acreditava, num certo ranço conspiratório, que havia um plano para ceifar sua vitória. Vítima de uma facada em setembro do ano passado, Bolsonaro se elegeu sem fraude nas urnas e se livrou das ações no STF. Não imaginou, entretanto, chegar aos 100 dias de governo, a serem completados no dia 10, tendo corroído parte considerável do capital político de quase 60 milhões de votos e do exército de mais de 20 milhões de seguidores nas redes sociais. Teorias conspiratórias à parte, o presidente tem se mostrado o maior obstáculo para o sucesso do próprio mandato.

Num mimetismo da gestão de Donald Trump nos Estados Unidos, o presidente brasileiro tem buscado governar com base em duas premissas: não recuar em promessas de campanha e decidir mediante a opinião de sua base virtual. Bolsonaro tem tentado,

dentro das limitações impostas pela democracia, acalentar os anseios de seus eleitores mais fanáticos — aqueles que chancelam a liberação das armas, elogiam o golpe de 1964, possuem aversão à política e à imprensa, enxergam que o Brasil (e o mundo) é alvo de uma investida comunista e irrigam o intelecto por meio da obra de Olavo de Carvalho. Para isso, nos primeiros três meses de governo, baixou um decreto simplificando a licença para a compra de armas, determinou a celebração do golpe militar, fez elogios públicos a ditadores, alçou Olavo de Carvalho ao posto de conselheiro informal de seu governo e, sob essa premissa, permitiu que o ideólogo tumultuasse o Ministério da Educação, que passou a ser loteado entre seus alunos, admiradores e indicados, incluindo o próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez. O MEC está no epicentro de uma briga fratricida entre autodenominados olavetes, que, agora, testam as dores de seu primeiro contato com o poder.

No intuito de agradar a sua base virtual, o presidente tem usado o Twitter como arma de fogo. Num rosário de iniciativas que causaram polêmica, compartilhou vídeo escatológico criticando o Carnaval, pediu que o ministro Sergio Moro recuasse da nomeação de uma especialista em segurança pública porque seus seguidores a consideravam “esquerdista” e publicou um texto com informação falsa sobre uma jornalista de O Estado de S. Paulo. Seu filho vereador, Carlos, foi o grande articulador do comportamento do pai nas redes, indicando as reações que ele deveria exibir e, em muitos casos, fazendo postagens nos perfis de Jair Bolsonaro. Carlos também passou a coordenar as redes sociais de aliados, como o deputado Hélio Lopes (PSL-RJ), o Hélio Negão, amigo de seu pai. O vereador instalou no gabinete do deputado fluminense, com um salário de R\$ 5 mil, o fotógrafo Guilherme Julian, que comandava o movimento Endireita Fortaleza, no Ceará. Julian é pago com a verba de gabinete de Lopes para gerenciar perfis de apoio a Bolsonaro nas redes. É, hoje, considerado braço direito de Carlos nesse trabalho.

01.01

- Jair Bolsonaro toma posse como presidente do Brasil
- O novo presidente eleva o salário mínimo para R\$ 998 e extingue o Ministério do Trabalho

02.01

- Bolsonaro decide transferir para o Ministério da Agricultura a demarcação de terras indígenas

04.01

- O presidente diz que vai diminuir a alíquota máxima do IR e aumentar a alíquota do IOF. No mesmo dia, é desmentido pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra

08.01

- O Brasil sai do Pacto Global sobre Migração, acordo assinado por mais de 160 países

09.01

- O presidente da Apex, Alexandre Pinho Carreiro, pede demissão e se torna a primeira baixa do governo

15.01

- Bolsonaro assina decreto que flexibiliza o porte de armas

No campo político, mesmo integrando o maior partido da Câmara dos Deputados, o PSL, Bolsonaro não conseguiu arregimentar uma base consolidada para seu governo. A mesma boa vontade demonstrada com os aliados de Olavo de Carvalho, que ganharam cargos no Palácio do Planalto e no MEC, não foi percebida em relação aos colegas de partido e às bancadas que até pouco tempo atrás defendiam o presidente, como a evangélica, que compõe boa parte do chamado “centrão”. Temendo cair na vala comum do “toma lá dá cá”, o presidente passou os três primeiros meses se negando a entregar parte da Esplanada aos partidos em troca de votos para a aprovação da reforma da Previdência. O pastor Marco Feliciano (Podemos-SP), apoiador de primeira ordem de Bolsonaro, foi às redes sociais criticar a falta de interlocução com o presidente. Delegado Waldir, líder do próprio PSL na Câmara, também. “Não tem base. O governo vai ter de construir. O que existe é uma pacificação de que a reforma tem de avançar. E aí é papel do governo, não meu”, disse o líder. Um deputado do PSL disse que o partido não quer o loteamento do governo, mas sim participar das tomadas de decisão. “O deputado do PSL não nasceu para ser parlamentar. Ele quer ser governo. Quer ser recebido pelo presidente, quer receber missões para cumprir. Quer ser bem tratado”, resumiu.

O motorista Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), movimentou dinheiro além do que seus ganhos permitiam Foi o primeiro escândalo do novo governo. Foto: Reprodução

O motorista Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), movimentou dinheiro além do que seus ganhos permitiam Foi o primeiro escândalo do novo governo. Foto: Reprodução

Os primeiros 100 dias de um governo costumam ser marcados pela chamada “lua de mel” com o Congresso, o mercado e o setor produtivo. Exceto no segundo mandato de Dilma Rousseff, em que um abismo entre o Palácio do Planalto e o parlamento foi aberto desde o primeiro dia de expediente, tal regra tem sido cumprida com razoável continuidade pelos presidentes eleitos após a redemocratização. Nesse aspecto, a experiência recente de Bolsonaro tem maior relação com Dilma do que com os demais antecessores. A reforma da Previdência, considerada pauta prioritária do governo, foi pessoalmente entregue pelo presidente ao Congresso em 20 de fevereiro. O mercado celebrou com a Bolsa de Valores ultrapassando 100 mil pontos e o dólar em franca desvalorização.

17.01

- Flávio Bolsonaro, filho mais velho do presidente, se vale do foro privilegiado e pede ao STF a anulação de investigação contra ex-assessor

18.01

- Bolsonaro assina medida provisória determinando pente-fino no INSS
- Coaf afirma que Flávio Bolsonaro recebeu 48 depósitos suspeitos em um único mês

22.01

- A elite financeira critica o rápido discurso de Bolsonaro durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos
- O presidente anuncia que o Brasil permanecerá no Acordo de Paris

23.01

- Em referência ao caso Queiroz, o presidente diz que Flávio terá de pagar se for provado que cometeu algum erro

24.01

- O governo muda o texto da Lei de Acesso à Informação e amplia o número de autoridades que podem classificar um documento como secreto ou ultrassecreto

28.01

- Bolsonaro dificulta o acesso a benefícios do INSS para quem voltou a contribuir depois de um período na informalidade

Parecia um encaixe perfeito: o ministro da Economia, Paulo Guedes, tinha chancela presidencial para trabalhar a reforma, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, é um defensor público do tema e o partido do presidente é o mais numeroso do parlamento, o que, em tese, lhe garante liderança na hora de convencer as demais siglas a aderir ao projeto. Para arrematar, em uma investida capitaneada pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o governo conseguiu impedir a eleição de Renan Calheiros à presidência do Senado e emplacar um nome aliado: Davi Alcolumbre (DEM-AP). Mas a falta de uma liderança forte no PSL e a aversão de Bolsonaro à política, aliada a sua inexperiência em lidar com a formação de uma coalizão, terminaram por criar um problema onde tudo indicava solução. O presidente se negou a receber líderes de partidos para discutir o apoio, fechou as portas para indicações de cargos e arrematou que não entendia a “aproximação” buscada pelos parlamentares. “Que aproximação é essa? Eu não posso atender a quantidade de pessoas, de parlamentares, sem falar de governadores e prefeitos que querem conversar comigo”, disse.

Um dos primeiros a expressar a insatisfação com a má vontade política do governo foi o líder do DEM na Câmara, Elmar Nascimento (BA). Segundo ele, a interlocução do Congresso com o Planalto, supostamente capitaneada pelo general Santos Cruz (Secretaria de Governo) e por Lorenzoni, era não existente. “Olha, eu não conheço o Santos Cruz. Se ele foi designado articulador político, a principal prova de que não foi talhado para esse cargo é que não procurou nenhum líder do Congresso.”

Um articulador do governo confessou, em reservado, que era melhor nem pisar no Palácio enquanto não ficasse pronto o “banco de talentos” prometido por Bolsonaro, num intento de formalizar indicações a cargos analisando o currículo dos indicados. O senador Major Olímpio (SP), governista e líder do PSL, resumiu assim a ideia: “Tucanaram o apadrinhamento”. Uma das exigências para ver o nome incluído no banco era ser ficha limpa. Mas, mal o projeto fora publicado, em março, o governo já anunciava que seria revisado. Ou seja, não está valendo.

30.01

- O governo anuncia que vai incluir militares na reforma da Previdência

04.02

- O governo apresenta o pacote anticrime elaborado pelo ministro Sergio Moro

07.02

CLIPPING



- Bolsonaro e Sergio Moro voltam a nomear Marcelo Álvaro Antônio como ministro do Turismo. Ele é suspeito de criar um esquema de candidatos laranjas no PSL

08.02

- Bolsonaro dá indulto humanitário a presos com doenças graves

10.02

- Jornal revela que o ministro Gustavo Bebianno liberou R\$ 400 mil para uma candidata inexpressiva do PSL durante as eleições

13.02

- O presidente compartilha tuíte em que Carlos Bolsonaro desmente Bebianno

Joice Hasselmann (PSL-SP), líder do governo na Câmara, bem que tentou assumir a interlocução. Com a potência de um “Scania vermelho” (como é chamada por alguns colegas de partido), entra e sai do Planalto quando quer, chama o presidente de “Jair” para ostentar intimidade e chegou a despachar sentada na cadeira de Lorenzoni.

Seus préstimos, no entanto, não foram suficientes para sufocar a crise que se armou entre Rodrigo Maia e o Planalto diante da negativa do presidente em se reunir com partidos. Hasselmann tampouco serviu para aplacar a fúria do presidente da Câmara depois que ele passou a ser alvo de militantes bolsonaristas nas redes. Diante do caos que se armou, anabolizado por postagens de Carlos Bolsonaro contra Rodrigo Maia, o ministro Paulo Guedes ligou para um cacique do DEM e pediu uma reunião com “a base” para afinar o discurso da reforma antes de ser ouvido na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ). Ele respondeu: “Que base? Você quer se reunir sozinho com o Luciano Bivar?”.

“A avaliação popular de Bolsonaro é a mais baixa para um começo de governo desde a redemocratização. A fragilidade no Congresso impede que base governista se consolide”

Ao perceber que a reforma poderia entrar pelo ralo, Guedes desistiu de ir a uma audiência da CCJ, temendo ser trágado pela oposição sem ter uma base para defendê-lo. Mas compareceu ao Senado, onde sinalizou que poderia não permanecer no governo se a reforma não prosperasse. “Se o presidente apoiar as coisas que acho que podem resolver o Brasil, eu estarei aqui. Agora, se ou o presidente ou a Câmara ou ninguém quer aquilo, eu vou me sacrificar ao trabalho dos senhores? De forma alguma, eu voltarei para onde sempre estive.” Antes de se reunir com os senadores, Guedes disse a um interlocutor: “Vejo a estrada aberta, mas, quando caminho na estrada, levo um tiro nas costas”, relatou.

Amigos de Guedes avaliam que ele não desistirá facilmente da empreitada. Por anos alvo de isolamento por parte dos economistas ligados ao Plano Real, Guedes quer colocar-se no olimpo em que figuram nomes como André Lara Resende, Périclio Arida, Arminio Fraga e Pedro Malan, ditos responsáveis pelo tripé econômico que eliminou a hiperinflação.

A reforma da Previdência e a “refundação” da economia sobre bases liberais, como ele gosta de dizer, seriam sua ponte para a posteridade. “O Paulo só sairia se, realmente, a

reforma estivesse fadada ao fracasso total, sem nenhuma chance de passar”, disse um economista que conhece Guedes de longa data.

14.02

- Bolsonaro define idade mínima para a aposentadoria em 65 anos para homens e em 62 para mulheres

18.02

- Gustavo Bebianno é exonerado e recusa ocupar a diretoria de estatal

19.02

- A Câmara impõe a primeira derrota ao governo e derruba mudanças na Lei de Acesso à Informação

20.02

- Bolsonaro entrega à Câmara sua proposta de reforma da Previdência

22.02

- A Polícia Federal decide investigar caso de candidaturas laranjas ligadas ao ministro do turismo
- Bolsonaro exonera Luiz Antonio Ferreira, presidente da Empresa Brasil de Comunicação

25.02

- O Ministério da Educação envia comunicado pedindo que alunos cantem o Hino Nacional e que professores leiam uma carta com o slogan do governo. O MEC orienta ainda que tudo isso seja gravado e enviado ao órgão

A avaliação popular do presidente é a mais baixa em um começo de governo desde a redemocratização, segundo as pesquisas mais recentes. A aprovação (37%) ainda é maior que a desaprovação (24%). O percentual daqueles que apoiam o presidente, no entanto, tem se reduzido, e o percentual daqueles que o avaliam como regular (32%) aumentou, num primeiro passo de distanciamento daquele que fora eleito por 55% dos votantes.

“Militares pressionam o presidente a trocar o combate pela temperança, mas se chocam com olavistas e familiares que pregam o confronto”

A erosão atinge segmentos caros ao Planalto. No segundo dia de janeiro, a Fundação Getulio Vargas (FGV) informava que a confiança empresarial estava no maior nível desde março de 2014, diante das boas perspectivas para o início de governo. Hoje, marca queda de 3,6%. A projeção de mais de 100 bancos e corretoras para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), compilada no Boletim Focus, do Banco Central, está abaixo de 1,98%. Havia sido, nos primeiros dias do ano, de 2,5%. “A economia não cresce só de boa vontade. As expectativas estavam muito altas. Acreditava-se que o governo tivesse capacidade de articulação política, e a reforma da Previdência fosse rapidamente solucionada. A confiança caiu, e agora só com medidas concretas a confiança volta a subir”, disse o economista Luiz Roberto Cunha, decano da PUC-Rio.

Diante do recrudescimento do cenário econômico aliado às desavenças políticas, o ministro da Economia, apesar de novato em Brasília, viu-se forçado pelas circunstâncias a tomar para si algumas funções que deveriam ser do Palácio do Planalto. Recebeu, na terça-feira, a bancada do PSL para conversar; finalmente foi à Câmara na quarta-feira. Ouviu demandas, fez elogios e causou boa impressão. Quem deixou o prédio do Ministério da Economia na terça-feira disse que apoiaria Guedes no que fosse preciso. Diante da recém-descoberta facilidade em lidar com a política e da queda dos indicadores econômicos, Guedes tem sido instado a envolver-se mais com os assuntos do governo, aconselhando o presidente em pontos de maior tensão. Ele, contudo, indica não querer carregar mais peso do que o recomendável. “Eu já tenho ministérios demais”, disse.

07.03

- O presidente escolhe Joice Hasselmann como líder do governo no Congresso
- O ministro da Educação diz ter errado ao pedir que professores filmassem alunos cantando o Hino Nacional

07.03

- A decisão de Bolsonaro de revogar mudanças na Lei de Acesso à Informação é publicada no Diário Oficial

07.03

- O autoproclamado presidente da Venezuela, Juan Guaidó, visita Bolsonaro em Brasília
- Após receber críticas, Sergio Moro retira a nomeação de Ilona Szabó para ocupar o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

05.03

- Ao criticar o Carnaval, Bolsonaro compartilha no Twitter vídeo de conteúdo escatológico e gera controvérsia

07.03

- Em mais uma polêmica, Bolsonaro afirma que a democracia só existe se as Forças Armadas quiserem

10.03

- Após críticas do astrólogo Olavo de Carvalho, Bolsonaro pede ao MEC a exoneração do coronel Ricardo Wagner Roquetti

Por trás do compromisso de Jair Bolsonaro com suas promessas de campanha, há uma disposição absoluta do presidente em não esvaziar o discurso que o elegeu. No auge da crise entre Poderes causada pela falta de articulação política, quando a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo foi aprovada na Câmara, numa clara demonstração de poder de Rodrigo Maia, o presidente chegou a verbalizar a interlocutores que, “se quiserem me tirar, podem me tirar, mas eu não vou mudar”.

Declarações dessa ordem têm sido repetidas pelo mandatário sem qualquer receio ou filtro, contrariando uma regra tácita na política que prega que o tema “queda” deve ser tratado como “suicídio” — não se fala sobre o assunto para não dar ideia. No início de março, antes mesmo de as desavenças com o Congresso se agravarem, ele mandou um áudio a um amigo de longa data dizendo que queriam “puxar seu tapete”, mas que “não

iriam conseguir”. Não revelou os autores da trama, mas não deixa de ser incomum que um presidente se preocupe com esse tipo de ocaso nas primeiras semanas de mandato.

Militares, considerados hoje seus aliados mais sensatos, empreendem uma cruzada no intento de suavizar o entorno presidencial — o que significaria fazer com que Bolsonaro optasse pela temperança em vez do combate. Tal estratégia é o oposto do que prega o grupo de Olavo de Carvalho, ecoado pelos filhos do presidente.

Esse grupo compõe o núcleo ideológico, que, a exemplo de Trump, acredita que Bolsonaro deve se manter firme no discurso de campanha e conduzir o governo de forma a satisfazer apenas os que votaram em seu projeto de país — agenda que só poderá ser bem-sucedida se a economia engrenar. Para que isso ocorra, esse grupo acredita que Bolsonaro não deve ceder aos arranjos políticos do presidencialismo de coalizão, e sim direcionar sua retórica para as redes sociais, no intuito de estimular a população a pressionar políticos pela aprovação da reforma e de outras medidas econômicas prioritárias. Tal modelo de comunicação direta minaria, assim, a força da representação política.

11.03

- Depois de sucessivas polêmicas, o coronel Didio Pereira de Campos é escalado para tomar conta das redes sociais do Palácio do Planalto

12 .03

- Em meio aos debates sobre a reforma da Previdência, Bolsonaro libera R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares

13 .03

- O presidente corta 21 mil cargos e acaba com gratificações no serviço público

18.03

- Em viagem a Washington, Bolsonaro assina acordo que permite aos EUA usarem a base militar de Alcântara, no Maranhão. O presidente anuncia também o fim da necessidade de visto para que americanos entrem no Brasil

19.03

- Em troca do apoio de Trump para o Brasil entrar na OCDE, Bolsonaro abre mão de direitos especiais na Organização Mundial do Comércio

21.03

- Após Moreira Franco, sogro de Rodrigo Maia, ser preso, Carlos Bolsonaro pergunta por que o presidente da Câmara estaria nervoso

Embora parlamentares aliados e militares achem tal caminho o mais perigoso, expoentes de ambos os grupos reconheceram, em conversas com ÉPOCA, não crer que o presidente mude seu temperamento e venha a ter uma relação amigável com o Congresso durante seu mandato. “Ele passou 26 anos se comportando da mesma maneira. Não vai ser agora que vai mudar”, disse um parlamentar do partido do presidente. Para o cientista político Lucas Aragão, da Arko Advice, o cenário pode se tornar menos caótico se Bolsonaro encontrar um meio-termo entre satisfazer seu eleitorado e dialogar com o Congresso. “Ele está testando um novo jeito de governar.

Ainda é cedo para cravar que as coisas ficarão assim durante todo o mandato”, disse.

A tomar como exemplo as experiências recentes em que o presidente se viu em situações conflituosas, não há sinal de surgimento de um ímpeto conciliador. Quando, em Davos, no Fórum Econômico Mundial, eclodiu a notícia de que familiares de um miliciano acusado de envolvimento na morte de Marielle Franco haviam sido empregados no gabinete de Flávio, o filho senador do presidente, pelo ex-policial Fabrício Queiroz, Bolsonaro não buscou baixar o tom ou dar explicações. Para não ser questionado sobre o tema, cancelou a entrevista coletiva que havia planejado no evento e deixou a todos sem resposta. Quando os dados calculados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostraram aumento da taxa de desemprego no Brasil em março, Bolsonaro preferiu criticar a metodologia de cálculo, em vez de anunciar medidas para estimular o emprego.

22.03

- Em crise com o Planalto, Rodrigo Maia sinaliza que vai abandonar as articulações pela reforma da Previdência

23.03

- Rodrigo Maia diz que o governo é um deserto de ideias e que Bolsonaro precisa sair do Twitter para trabalhar em prol da população

25.03

- Bolsonaro determina que sejam feitas “as comemorações devidas” nos 55 anos do golpe militar

27.03

- Em mais um desentendimento, Maia diz que Bolsonaro estaria brincando de presidir o país

28 .03

- Bolsonaro afirma que a crise com Rodrigo Maia seria uma página virada
- Sergio Moro e Rodrigo Maia se reúnem, e o ministro da Justiça diz que o pacote anticrime será aprovado

31.03

- Em viagem a Israel, Bolsonaro abre um escritório de negócios em Jerusalém, mas desiste de transferir a embaixada para a cidade

Sobre a teimosia presidencial, há uma anedota que circula entre os amigos de Bolsonaro em Eldorado, São Paulo, cidade onde passou a infância até ingressar no Exército. Conta-se que, em uma disciplina chamada “poética”, o professor pediu que o presidente fizesse uma poesia em quatro versos. O objetivo era entregá-la a uma namorada que vivia no Paraná. Quando veio o resultado do trabalho, todos os versos vieram quebrados e sem rima. A classe caçou de Bolsonaro e o professor deu-lhe bronca pública: “Já falei mil vezes. É para fazer redondilhas maiores, com versos de sete sílabas”. Mas não adiantava. Ele fazia tudo, sempre, em uma linha só.

Com Cássia Almeida e Natália Portinari

topo ↕

DIÁRIO DO PARÁ - PA - PAINEL POLÍTICO

Quem dá mais

O presidente do **Capes**, **Anderson Correia**, voltou à bolsa de apostas como cotado para substituir Ricardo Vélez no comando do Ministério da Educação. Para políticos ligados à área, a disputa está entre o senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

topo ↕

JORNAL DA CIDADE BAURU - SP - GERAL

MEC: políticos e militares disputam indicação

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto. Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até amanhã.

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente.

A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

O ESTADO - MS - PAINEL

Quem dá mais

O presidente do **Capex**, **Anderson Correia**, voltou à bolsa de apostas como cotado para substituir Ricardo Vélez no comando do Ministério da Educação. Para políticos ligados à área, a disputa está entre ele e o senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

topo ↕

A FOLHA DE SÃO CARLOS - TEMPO REAL

Programa de Pós-Graduação em Química da UFSCar seleciona bolsista de pós-doutorado

O Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas em processo seletivo para uma bolsa de pós-doutorado no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, no valor de R\$ 4.100. As inscrições poderão ser feitas até o dia 18 de abril, com envio de e-mail para ppgqufscar@gmail.com pelo supervisor do estágio de pós-doutorado, que deve ser docente do Departamento de Química (DQ) da Universidade e orientador permanente no PPGQ.

Para a inscrição, é necessário um conjunto de documentos, dentre eles projeto de pesquisa, currículos e informações sobre produção científica. Todas as informações estão no site do PPGQ, em www.ppgq.ufscar.br. O início das atividades será no mês de maio deste ano.

O PPGQ, criado em 1980, tem hoje dois cursos de mestrado – acadêmico e profissional – e um de doutorado. Os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos têm cinco áreas de concentração: Química, Físico-Química, Química Analítica, Química Inorgânica e Química Orgânica. O Programa é reconhecido como sendo de excelência, com conceito 7 na avaliação da **Capex**.

topo ↕

CADA MINUTO - TEMPO REAL

A UFAL entre as 50 Universidades Brasileiras

A última edição do Jornal da USP (Universidade de São Paulo) traz uma importante matéria sobre a importância das universidades públicas na produção do conhecimento e desenvolvimento científico no Brasil. Assinada por Herton Escobar, o texto traz muitas informações e um ranking das cinquenta instituições de ensino superior que mais produziram artigos científicos entre 2014-2018, com base no banco de dados da Clarivate Analytics (InCites/Web of Science).

O sistema universitário brasileiro é formado por 2.448 instituições, sendo 2.152 privadas e 296 públicas. Na rede pública temos 124 instituições estaduais, 109 federais

e 63 municipais, que compreende universidades, institutos, centros etc.

Nesse universo, entre as 50 instituições que mais produziram naquele período, encontram-se 36 universidades federais, 7 Universidades Estaduais, 5 Institutos de pesquisa, 1 Universidade Privada e 1 Instituto Federal. Portanto, o título da matéria “Fábricas de Conhecimento: o que são, como funcionam e para que servem as universidades públicas de pesquisa”, pois a maioria absoluta da produção científica se concentra nessas 50 instituições, com destaque para as públicas.

[\(https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/\)](https://jornal.usp.br/ciencias/fabricas-de-conhecimento/)

As três Universidades públicas estaduais de São Paulo lideram a produção com 47.346 artigos científicos produzidos pela USP, 18.523 pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e 15.539 pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) vêm em seguida para, depois, aparecer a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), na nona colocação com 7.712 artigos produzidos e publicados.

A novidade fica por conta da participação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) entre as 50 instituições que mais produziram no país, na posição 49ª, na frente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Do Nordeste temos no ranking a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 13ª lugar, a Universidade Federal do Ceará (UFCE), em 18ª lugar, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 21ª lugar, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 22ª lugar, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 26ª lugar, e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 36ª lugar, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 37ª lugar, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), em 42ª lugar e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em 44ª lugar).

A produção da UFAL no período considerado foi de 1.449 artigos científicos. Podemos estimar que esse resultado já reflete o favorável ambiente para o desenvolvimento da ciência e pesquisas em Alagoas, especialmente pelo fomento concedido pelas agências como **CAPES** e CNPq. No entanto, é importante destacar o papel que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) exerceu entre 2015 e 2018, assegurando o lançamento crescente de editais públicos de apoio à várias modalidades de fomento à ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Em levantamento recente, constatamos, com base no mesmo banco de dados da matéria do Jornal da USP, que a produção de artigos pelas instituições de ensino superior de Alagoas, em revistas científicas qualificadas e indexadas, cresceu 75% entre 2014 e 2017, enquanto no período 2010 e 2014 foi apenas de 32%. Portanto, nesse período, foram produzidos 1.436 artigos, enquanto entre 2015 e 2017 1.541.

Nesse sentido, a produção científica da UFAL representa 79% do total de todas as instituições de ensino superior de Alagoas.

Assim, não é exagero imaginar que se nos próximos quatro anos a política de fomento à ciência e ao desenvolvimento das pesquisas em Alagoas, com especial atenção ao nosso sistema de pós-graduação, continuar no mesmo ritmo empreendido no último

quadriênio, através das políticas governamentais, principalmente executadas pela Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa (FAPEAL), juntamente com a disposição, capacidade e ousadia de nossa comunidade acadêmica, podemos dar um salto ainda maior e, por consequência, a UFAL subir nesse ranking nacional.

Os riscos ficam por conta dos fortes cortes nos orçamentos do MCTIC e MEC, que atingem diretamente o CNPq, CAPES e Finep, com ameaças reais para o colapso do sistema de produção científica e de pesquisa brasileiro.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ESPLANADA

Pós-Vélez

Diante da iminente demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, parlamentares e integrantes da ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) deflagraram, nos bastidores, uma disputa para emplacar o substituto na pasta que tem o terceiro maior orçamento da Esplanada.

Capes

Da ala parlamentar, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que assina o projeto Escola sem Partido, é um dos cotados para comandar o MEC. O tucano integra a Comissão de Educação do Senado e tem circulado com frequência pelos gabinetes do Planalto. Já o atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores (Capes) e ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), **Anderson Correia**, conta com o lobby dos militares. A conferir.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Brasil forma mestres e doutores para o desemprego

Mesmo os mais bem qualificados profissionais têm dificuldades para encontrar um emprego no país. Por isso, não é exagero afirmar que o Brasil está formando mestres e doutores para o desemprego. A frase é de Silvio Meira, professor do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Escola de Direito do Rio da FGV. Os números demonstram isso friamente: enquanto no mundo a taxa de desocupação desse grupo gira em torno de 2%, por aqui a média é de 25%. Os mestres estão em situação ainda pior: 35% fora do mercado de trabalho. “O Brasil forma doutores e, ao mesmo tempo, não tem articulações que envolvam resoluções de problemas como o semiárido e o aproveitamento sustentável das águas marinhas. Esses profissionais podem auxiliar nesses ramos. São assuntos mundiais e que demandam estratégias”, analisa Silvio Meira. Para ele, seria natural uma demanda de alto grau em todos os setores. A não existência dessa procura faz com que uma série de perguntas surjam na mente do professor. “Por que não tem no Brasil? É por que não precisa? Quantas empresas brasileiras competem no mercado global? Precisamos estruturar o país para que a indústria possa competir globalmente e a indústria demande conhecimento para competir também fora do Brasil.” Mais uma vez, dados mostram muitos pós-graduados sem um lugar no mercado de trabalho. Uma pesquisa do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) aponta que, em 2014, havia 445.562 mestres titulados contra 293.381 empregados. No mesmo período, foram formados 168.143 contra 126.902 empregados. De acordo com o último levantamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do governo federal, em 2017, foram titulados no país 50.306 mestres, 21.591 doutores e 10.841 no mestrado profissional. Segundo a assessoria, nos últimos anos, a **Capes** tem mantido o orçamento

em cerca de R\$ 4 bilhões, e o número de bolsas seguiu estável. São 93,5 mil bolsistas na pós-graduação no Brasil e no exterior, número que também tem se mantido estável nos últimos anos.

SAÍDA DE CÉREBROS

Se os números são frios, a realidade é cruel. Doutorando na Universidade de Brasília, Abner Calixter, 34 anos, recebeu retorno de um processo seletivo com a alegação de que seu currículo era “superqualificado” para a vaga e, por isso, não foi contratado. “O grande problema é que o Brasil não é interdisciplinar. Para ser contratado em uma área determinada, eles olham para a graduação, independentemente do mestrado ou doutorado. Eu, por exemplo, não posso dar aula em uma faculdade de arquitetura porque a minha primeira graduação não é arquitetura. Meu mestrado e meu doutorado são em urbanismo sustentável, mas não sou arquiteto. Isso é um atraso”. As universidades do exterior, segundo Abner, são extremamente interdisciplinares. “Se existe esse tipo de abertura, isso reflete em novos modelos, em inovação para o mercado.”

Doutor em ciências biológicas, Leonardo Braga Castilho, 31 anos, era professor temporário da UnB. Há dois meses, o contrato acabou. Agora desempregado, ele divide o tempo entre distribuir currículos, fazer freelancer em cursos e procurar um pós-doutorado fora do país. “O mercado de trabalho não está fácil para ninguém. Mas tem gente com certo nível de qualificação que também não aceita qualquer emprego. Além disso, a procura específica na área em que se especializou oferece muito menos vagas. Mas acho que as reformas são um começo: podem exonerar o Estado, facilitar as leis de contratação”, aponta.

Para Bruno Gonçalves, 32, paleontólogo e doutor pela Universidade de São Paulo, o êxodo intelectual é o mais preocupante: “Acontece uma fuga dos cérebros. Como não existe vaga de emprego, e as pessoas precisam sobreviver, elas vão assumir vagas no exterior porque as perspectivas aqui são ruins. Não existe política pública de inserção no mercado de trabalho. Temos um exército de doutores desempregados que não têm onde aplicar os conhecimentos”. Célio da Cunha, ex-docente da Faculdade de Educação da UnB e professor do programa de pós-graduação da Universidade Católica de Brasília, aponta que o problema é causado pela crise econômica: “O país está em recessão e é natural que o desemprego atinja também os níveis mais altos”. Ele atribui o desemprego à falta de infraestrutura e à incapacidade do mercado de absorver a mão de obra extremamente qualificada. “Acho que esse cenário é um reflexo da pouca valorização que a educação sofre no país. Lá fora, existe um grande apoio a museus e a centros de ciência. As empresas também investem em pesquisa, inovação. Falta incentivo no Brasil para se investir em ciência”, ressalta Bruno Gonçalves. Ele acredita que o país teria potencial para se tornar uma espécie de Vale do Silício. “Seria muito válido ter incentivos para empresas que trabalham com tecnologia, para contratarem mão de obra qualificada e desenvolverem conhecimento.”

topo ↕

REVISTA MUSEU - TEMPO REAL

Museu de Arte do Rio inaugura exposição Rosana Paulino: A Costura da Memória RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro - O Museu de Arte do Rio – MAR inaugura no dia 13 de abril a exposição Rosana Paulino: A Costura da Memória.

Após temporada de sucesso na Pinacoteca, em São Paulo, a maior individual da artista já realizada no Brasil chega à cidade com 140 obras produzidas ao longo dos seus 25

anos de carreira. Assinada por Valéria Piccoli e Pedro Nery, curadores do museu paulistano, a mostra reúne esculturas, instalações, gravuras, desenhos e outros suportes, que evidenciam a busca da artista no enfrentamento com questões sociais, destacando o lugar da mulher negra na sociedade brasileira.

Rosana Paulino surge no cenário artístico nos anos 1990 e se distingue, desde o início de sua prática, como voz única de sua própria geração. Os trabalhos selecionados, realizados entre 1993 e 2018, mostram que sua produção tem abordado situações decorrentes do racismo e dos estigmas deixados pela escravidão que circundam a condição da mulher negra na sociedade brasileira, bem como os diversos tipos de violência sofridos por esta população.

Um dos destaques da mostra é a “Parede da Memória”. Realizada quando a artista ainda era estudante, a instalação é composta por 11 fotografias da família Paulino que se repetem ao longo do painel, formando um conjunto de 1.500 peças. As fotos são distribuídas em formatos de “patuás” – pequenas peças usadas como amuletos de proteção por religiões de matriz africana. O mural se transforma em uma denúncia poética sobre a invisibilidade dos negros e negras que não são percebidos como indivíduos. Quando os 1.500 pares de olhos são postos na parede, “encarando” as pessoas, eles deixam de ser ignorados.

A exposição também conta com uma série lúdica de desenhos feitos por Rosana Paulino, na qual a artista revela sua fascinação pela ciência e, em especial, pela ideia da vida em eterna transformação. Os ciclos da vida de um inseto são feitos e comparados com as mutações no corpo feminino, por exemplo. A instalação Tecelãs (2003), composta de cerca de 100 peças em faiança, terracota, algodão e linha, leva para o espaço tridimensional o tema da transformação da vida explorado nos desenhos.

Em alguns de seus trabalhos a relação de ciência e arte é destacada, como em Assentamento (2013). A série retrata gravuras em tamanho real de uma escrava feita por August Sthal para a expedição Thayer, comandada pelo cientista Louis Agassiz, que tinha como objetivo mostrar a superioridade da raça branca às demais. Para Paulino, “a figura que deveria ser uma representação da degeneração racial a que o país estava submetido, segundo as teorias racistas da época, passa a ser a figura de fundação de um país, da cultura brasileira. Essa inversão me interessa”, finaliza a artista.

Sobre Rosana Paulino

Doutora em artes visuais pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP, é especialista em gravura pelo London Print Studio, de Londres e bacharel em gravura pela ECA/USP. Foi bolsista do programa bolsa da fundação Ford nos anos de 2006 a 2008 e **CAPES** de 2008 a 2011. Em 2014 foi agraciada com a bolsa para residência no Bellagio Center, da fundação Rockefeller, em Bellagio, Itália.

Como artista vem se destacando por sua produção ligada a questões sociais, étnicas e de gênero. Seus trabalhos têm como foco principal a posição da mulher negra na sociedade brasileira e os diversos tipos de violência sofridos por esta população decorrente do racismo e das marcas deixadas pela escravidão.

Possui obras em importantes museus tais como MAM – Museu de Arte Moderna de São Paulo; UNM - University of New Mexico Art Museum e Museu Afro-Brasil – Pão Paulo.

O Museu de Arte do Rio – MAR

Uma iniciativa da Prefeitura do Rio em parceria com a Fundação Roberto Marinho, o MAR tem atividades que envolvem coleta, registro, pesquisa, preservação e devolução à comunidade de bens culturais. Espaço proativo de apoio à educação e à cultura, o museu já nasceu com uma escola – a Escola do Olhar –, cuja proposta museológica é inovadora: propiciar o desenvolvimento de um programa educativo de referência para ações no Brasil e no exterior, conjugando arte e educação com base no programa curatorial que norteia a instituição.

O MAR é gerido pelo Instituto Odeon, uma organização social da Cultura, selecionada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro por edital público. O museu tem o Grupo Globo como mantenedor, a Equinor como patrocinadora master e a Rede DOr São Luiz como apoiadora de exposições por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

A Escola do Olhar conta com patrocínio da Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Dataprev, TNA, In Press e BNY Mellon por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura - Lei do ISS e do Machado Meyer Advogados via Lei Federal de Incentivo à Cultura. O MAR conta também com o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro e realização do Ministério da Cidadania e do Governo Federal do Brasil por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

Serviço

Exposição: Rosana Paulino: A Costura da Memória

Abertura: 13 de abril, às 16h

Curadoria: Valéria Piccoli e Pedro Nery

Temporada: até 25 de agosto de 2019

Museu de Arte do Rio

Praça Mauá, 5, Centro. CEP 20081-240 - RJ

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Veléz, a viúva Porcina do MEC

Ricardo Vélez reagiu dizendo “que não pretende entregar o cargo” aos comentários de que seria demitido, segunda. Se não vai entregar, por que então não assume finalmente o cargo de Ministro da Educação, nomeado em janeiro?

[topo](#)

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Professores podem fazer greve contra reforma da Previdência

SÃO PAULO - Os professores do país prometem uma greve nacional contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro, caso a medida seja aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) está prevista para 17 de abril.

Segundo informou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo Filho, durante audiência na Comissão de Educação, os docentes podem parar em 15 de maio.

Pela PEC, os professores da educação básica só poderão se aposentar aos 60 anos de idade e 30 anos de contribuição. Além disso, serão exigidos dez anos de efetivo exercício e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Atualmente, professor da rede pública tem idade mínima, mas menor. Hoje, a idade mínima é de 50 anos, para as mulheres, e 55 anos, para os homens. Além disso, eles precisam contribuir com 25 e 30 anos, respectivamente. Ainda é necessário comprovar dez anos no serviço público e cinco anos no cargo.

Apesar das discussões acaloradas e confusões que marcaram a ida do ministro da Economia, Paulo Guedes, à CCJ da Câmara, a tendência é que a PEC seja aprovada no colegiado.

O governo terá maior dificuldades apenas na comissão especial e, principalmente, no plenário da Câmara.

TCHUTCHUCA

A confusão com Guedes na CCJ ocorreu na última quarta (3). Após horas de discussões intensas, o estopim ocorreu às 20h23, quando o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), filho do ex-ministro José Dirceu, afirmou que Guedes é tigrão com uns e tchutchuca com outros, sugerindo que o ministro privilegia banqueiros e rentistas.

Ele queria estudos da equipe econômica para que o governo decidisse priorizar o endurecimento das regras de aposentadoria, em vez de propor mudanças no sistema bancário.

"Eu estou vendo que o senhor é tigrão quando é com os aposentados, com os idosos, com os portadores de necessidade. É tigrão quando é com agricultores, com professores. Mas é tchutchuca quando mexe com a turma mais privilegiada do nosso país. O cargo público que você ocupa exige uma outra postura", afirmou Dirceu.

O deputado foi logo interrompido por aliados do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Guedes também reagiu. O ministro se ofendeu e revidou: "Tchutchuca é a mãe, tchutchuca é a avó!". Depois, pediu respeito: "Eu te respeito. Você me respeita". Tchutchuca e tigrão são referências a um funk dos anos 2000, da banda Bonde do Tigrão.

[topo](#)

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Pressões por Ministério põem Bolsonaro na muda

O presidente Jair Bolsonaro se fechou em copas e adiou todas as conversas a respeito do Ministério da Educação. Ele quer refletir mais sobre o nome que deve assumir o Ministério da Educação no lugar de Ricardo Velez, e afastar as pressões. Nesse sentido, adiou também qualquer conversa com o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), um dos nomes indicados para o cargo.

Izalci, por sua vez, entende que independente dos apoios de amigos, a escolha nomes para qualquer cargo no governo federal vem por critérios técnicos, por competência e afinidade com as bandeiras do presidente da República. O que ele tem em comum, acima de tudo, com o presidente Bolsonaro é o desejo de "despetizar o MEC", como tem dito em conversas com amigos.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Eleição indica Denise Pires de Carvalho como a primeira mulher reitora da UFRJ
Colégio Eleitoral se reúne no dia 30 para compor lista tríplice. Nomeação ainda tem que ser aprovada pelo governo federal.

A professora Denise Pires de Carvalho foi indicada reitora da UFRJ na pesquisa feita na comunidade universitária. Para vice-reitor, o apontado pela chapa 10 (#ufrjvaiserdiferente) é Carlos Frederico Leão Rocha. A apuração dos votos terminou na manhã deste sábado (6), mas a nomeação precisa ser aprovada pelo governo federal.

O Colégio Eleitoral da UFRJ se reunirá ainda este mês para formar uma lista tríplice, que deve ser enviada ao Governo.

No total, foram 19.232 votos em urnas eletrônicas e 1.655 votos em cédula de papel. A votação ocorreu entre os dias 2 e 4 nos equipamentos cedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Estudantes de ensino a distância votaram no dia 29 de março.

Esta é a primeira vez que uma mulher é escolhida para a Reitoria da UFRJ, que completará 100 anos em 2020.

Perfis

Denise Pires é professora do Instituto de Biofísica (IBCCF) da UFRJ. Leciona nos cursos de graduação da área da saúde e nos programas de pós-graduação em Medicina (Endocrinologia) e Ciências Biológicas-Fisiologia da UFRJ.

Foi orientadora na turma fora de sede da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e no mestrado profissional da UFRJ para formação científica de professores de Biologia. Médica formada pela UFRJ com diploma cum laude (coeficiente de rendimento acumulado acima de 8), possui mestrado e doutorado em Ciências Biológicas (Biofísica), ambos pelo IBCCF/UFRJ.

Tem pós-doutorado pelo Hôpital de Bicêtre (Paris) e pelo Università Degli Studi di Napoli (Itália). Já foi diretora e vice-diretora do IBCCF/UFRJ, coordenadora acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação (PR-1/UFRJ), além de diretora adjunta de graduação e pós-graduação.

Já Carlos Frederico Leão Rocha, professor associado do Instituto de Economia (IE). É pesquisador na área de Economia Industrial e da Inovação e atua no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRJ.

Graduado em Ciências Econômicas, é mestre e doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia, sendo as três formações pela UFRJ. Tem pós-doutorado pela Università degli Studi di Siena (Itália) e pelo Institute for High Technology - Universidade das Nações Unidas (Holanda). Foi diretor do IE/UFRJ e vice-presidente da Adufrj, associação de docentes da Universidade. Além disso, atuou como membro do Comitê Técnico do Plano Diretor da UFRJ e representante do Conselho de Ensino para Graduados (Cepg).

Votos

A chapa 10 obteve 9.427 votos. A chapa 40 (Unidade e diversidade pela universidade pública e gratuita), liderada pelo professor Oscar Rosa Mattos, da Escola Politécnica e

da Coppe/UFRJ, e pela professora Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes, do Instituto de Biologia, obteve 8.825 votos.

Já a chapa 20 (#minerva2.0), encabeçada pelos docentes Roberto dos Santos Bartholo Junior, da Coppe/UFRJ e da Faculdade de Letras, e João Felipe Cury Marinho Mathias, professor do Instituto de Economia, teve 2.281 votos.

Considerando o sistema de ponderação adotado no regimento da pesquisa, as chapas 10, 40 e 20 tiveram, respectivamente, 24,66%, 17,68% e 4,83% dos votos possíveis dentro do universo de votantes. Para ser encerrada no primeiro turno, a chapa em primeiro lugar deveria ter um total de votos superior à soma da votação das outras chapas, mais brancos e nulos. Assim, o segundo turno não ocorreu por uma diferença de 0,9% entre o percentual da chapa 10 e os demais. A pesquisa registrou 121 votos brancos (0,41%) e 233 nulos (0,82%).

Próximos passos

Candidaturas à Reitoria e Vice-Reitoria da UFRJ deverão formalizar pedido de inscrição para o quadriênio 2019-2023 na Secretaria dos Órgãos Colegiados, nos dias 24 e 25/4, das 9h às 17h, apresentando, obrigatoriamente, Carta Programa, nos termos da Resolução 14/2018.

No dia 30, o Colégio Eleitoral da UFRJ se reunirá para formar uma lista tríplice, que deve ser enviada ao Governo Federal para nomeação da Reitoria. "Não existe vinculação formal entre a pesquisa e a escolha do Colégio Eleitoral. No entanto, seguindo longa tradição democrática, os conselheiros desse colégio, especialmente formado para o processo, costumam levar em conta a vontade popular expressa na pesquisa", disse a UFRJ, em texto divulgado neste sábado.

A composição do Colégio foi anunciada em dezembro do ano passado no Conselho Universitário (Consuni). Atendendo ao que preconiza a legislação, tem pelo menos 70% de docentes em sua composição. É composto pelos membros do Consuni, Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Conselho de Ensino para Graduados (Cepg) e Conselho de Curadores. Sua formação atende ao Estatuto da UFRJ, conforme o exercício da autonomia universitária prevista e garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal.

[topo](#)

HOJE EM DIA - MG - TEMPO REAL

Pós-Vélez

Diante da iminente demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, parlamentares e integrantes da ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) deflagraram, nos bastidores, uma disputa para emplacar o substituto na pasta que tem o terceiro maior orçamento da Esplanada.

Capes

Da ala parlamentar, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que assina o projeto Escola sem Partido, é um dos cotados para comandar o MEC. O tucano integra a Comissão de Educação do Senado e tem circulado com frequência pelos gabinetes do Planalto. Já o atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores (Capes) e ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), **Anderson Correia**, conta com o lobby dos militares. A conferir.

[topo](#)

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Falha no Fies leva a atrasos em um milhão de contratos

O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior estima um atraso de R\$ 2 bilhões em repasses às faculdades, pelos meses de janeiro e fevereiro

A instabilidade no Ministério da Educação (MEC) desde o início do ano atrasou a concessão e a renovação de cerca de um milhão de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O levantamento foi feito pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), que estima também um atraso de 2 bilhões de reais em repasses para faculdades, referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

Das 100.000 vagas novas que foram ofertadas para o programa no primeiro semestre de 2019, 60% foram preenchidas, ou seja, tiveram estudantes selecionados para ocupá-las. No entanto, apenas 1.758 conseguiram finalizar o contrato com o banco. Há também o atraso nos aditamentos, que é a renovação semestral do benefício. Dos cerca de um milhão de contratos que deveriam ser renovados neste semestre, apenas 18.500 já passaram por todos os trâmites e foram concluídos.

Para os alunos que foram selecionados neste ano para o programa, o principal problema é a obtenção do Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) ou de Regularidade de Matrícula (DRM), necessários para a contratação ou continuidade do financiamento, que não estão sendo emitidos por uma falha na transmissão de dados do governo federal. Já os aditamentos só começaram a ser processados nesta semana e as faculdades estão enfrentando problemas no sistema para completar a contratação.

“Não há uma governança bem feita para pressionar que o problema seja resolvido. Estamos em abril e a justificativa é a mesma há meses, de que há inconsistência no sistema. Como podem demorar tanto para resolver uma questão como essa? Deveria ser prioridade”, afirma Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp.

Pela legislação, como o atraso na contratação se deve a um problema no sistema, os estudantes não podem ser impedidos de frequentar as aulas. No entanto, a indefinição sobre a contratação causa insegurança entre eles. É o caso de Andreza Reis, de 21 anos, que aguarda a finalização de seu contrato para o financiamento de 91% da mensalidade para o curso de Odontologia em uma faculdade em Salvador.

Se a contratação não for efetuada, ela terá de arcar com as mensalidades, de 2.700 reais do período em que frequentou a instituição. “Eu estou indo para as aulas, porque daqui a pouco começam as provas e não dá mais para eu ficar esperando. Mas tenho medo de não sair o contrato e eu ficar com uma dívida que não posso pagar”, diz.

O atraso também traz problemas às faculdades que, até a finalização do aditamento e contratação, não recebem. Com isso, já acumulam 2 bilhões de reais de repasses que deveriam ter recebido nos meses de janeiro e fevereiro dos alunos que estão frequentando as aulas.

“Todo ano registramos problemas e atrasos no Fies, mas chegar a abril dessa forma é muito prejudicial, para os alunos e as instituições de ensino. Sem o recurso, elas podem ter dificuldade para o pagamento dos funcionários, que representam a maior parte do custo de uma faculdade”, diz Sólton Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Uma das maiores instituições particulares de ensino do país, com sede em uma capital do Nordeste, está com mais de 3.000 contratos do Fies sem aditamento, e há ainda cerca de 300 novos parados – o que representa quase 15% do total de alunos da faculdade. A direção pediu para que o estabelecimento não fosse identificado. Procurado, o MEC não se posicionou.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Remanescentes de Olavo são escanteados no MEC

Os últimos remanescentes da seita Olavo de Carvalho foram escanteados no ministério da Educação. Eduardo Sallenave, Bruna Becker e Murilo Ferreira ainda estão na pasta, mas já não frequentam o gabinete do ministro.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Fies registra atrasos em 1 milhão de contratos

A instabilidade no Ministério da Educação (MEC) desde o início do ano atrasou a concessão e a renovação de cerca de 1 milhão de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O levantamento foi feito pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), que estima também um atraso de R\$ 2 bilhões em repasses para faculdades, referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

Das 100 mil vagas novas que foram ofertadas para o programa no primeiro semestre de 2019, 60% foram preenchidas, ou seja, tiveram estudantes selecionados para ocupá-las. No entanto, apenas 1.758 conseguiram finalizar o contrato com o banco. Há também o atraso nos aditamentos, que é a renovação semestral do benefício. O jornal O Estado de S. Paulo apurou que, dos cerca de 1 milhão que deveriam ser renovados neste semestre, apenas 18,5 mil já passaram por todos os trâmites e terminaram de ser contratados.

Para os alunos que foram selecionados neste ano para o programa, o principal problema é a obtenção do Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) ou de Regularidade de Matrícula (DRM), necessários para a contratação ou continuidade do financiamento, que não estão sendo emitidos por uma falha na transmissão de dados do governo federal. Já os aditamentos só começaram a ser processados nesta semana e as faculdades estão enfrentando problemas no sistema para completar a contratação.

"Não há uma governança bem feita para pressionar que o problema seja resolvido. Estamos em abril e a justificativa é a mesma há meses, de que há inconsistência no sistema. Como podem demorar tanto para resolver uma questão como essa? Deveria ser prioridade", afirma Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp.

Insegurança

Pela legislação, como o atraso na contratação se deve a um problema no sistema, os estudantes não podem ser impedidos de frequentar as aulas. No entanto, a indefinição sobre a contratação causa insegurança entre eles. É o caso de Andreza Reis, de 21 anos, que aguarda a finalização de seu contrato para o financiamento de 91% da mensalidade para o curso de Odontologia em uma faculdade em Salvador.

Se a contratação não for efetuada, ela terá de arcar com as mensalidades, de R\$ 2,7 mil, do período em que frequentou a instituição. "Eu estou indo para as aulas, porque daqui a

pouco começam as provas e não dá mais para eu ficar esperando. Mas tenho medo de não sair o contrato e eu ficar com uma dívida que não posso pagar."

O atraso também traz problemas para as faculdades que, até a finalização do aditamento e contratação, não recebem. Com isso, já acumulam R\$ 2 bilhões de repasses que deveriam ter recebido nos meses de janeiro e fevereiro dos alunos que estão frequentando as aulas.

"Todo ano registramos problemas e atrasos no Fies, mas chegar a abril dessa forma é muito prejudicial, para os alunos e as instituições de ensino. Sem o recurso, elas podem ter dificuldade para o pagamento dos funcionários, que representam a maior parte do custo de uma faculdade", diz Sólton Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Uma das maiores instituições particulares de ensino do País, com sede em uma capital do Nordeste, está com mais de 3 mil contratos do Fies sem aditamento, e há ainda cerca de 300 novos parados - o que representa quase 15% do total de alunos da faculdade. A direção pediu para que o estabelecimento não fosse identificado. Procurado, o MEC não se posicionou. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Armando Castelar: Governo falhou em criar clima favorável

Coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), Armando Castelar considera que o governo Jair Bolsonaro apresentou planos "ambiciosos" para a área, mas nestes quase 100 dias vem pecando na articulação para garantir a aprovação da principal delas: a reforma da Previdência. Ele vê no diálogo com parlamentares o único caminho para garantir que essa pauta passe no Congresso. Ainda assim, segundo Castelar, isso não vai garantir um crescimento substancial do País neste ano - sua estimativa é de uma taxa de, no máximo, 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Castelar é um dos participantes do evento - uma parceria entre o Estado e o Ibre - que vai analisar os 100 primeiros dias do governo, no próximo dia 12, no Rio. A seguir os principais trechos da entrevista:

Qual a avaliação que o sr. faz dos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro?

Na economia, o governo veio com uma agenda ambiciosa, que combina uma parte de natureza fiscal, ligada à redução do déficit público e do papel do Estado, e garantir que o teto de gastos seja respeitado. E tem toda uma outra agenda que em certo sentido é ainda mais cara ao governo, que é a microeconômica, de redução de Estado, abertura econômica e redução da carga tributária, mas que não pode ser implementada sem outras coisas serem resolvidas porque o ambiente macroeconômico seria muito ruim para essas reformas poderem funcionar.

O governo está sendo eficiente em apresentar essa agenda?

Logo quando Bolsonaro deu posse aos ministros, Paulo Guedes (Economia) chegou a mencionar que iria soltar uma reforma a cada dois dias. Ele criou uma secretaria da privatização, falou em privatizar subsidiárias estatais, em reduzir a participação dos bancos públicos na economia, em abertura comercial. Lá no final de janeiro, começou uma atitude muito forte de que a reforma da Previdência deveria ser a grande prioridade deste início de governo. E aí essa agenda sumiu do noticiário, ficou só a reforma da Previdência.

Como o sr. avalia a ida e Paulo Guedes à Câmara? Amenizou a dificuldade de articulação com o Congresso?

Não conseguir desenvolver uma relação positiva com o Congresso compromete a dimensão do que será a reforma. Provavelmente, a mesma coisa pode acontecer com as outras reformas que venham a ser propostas na sequência, com esse improviso que se fez. Acho que a ida de Guedes à Câmara foi um bom começo - a gente viu a repercussão negativa quando ele desmarcou. Mas também evidenciou uma desorganização da base. Ninguém apareceu como defensor da reforma.

O presidente fez uma rodada de conversas com alguns partidos. Depois sinalizou que pode mudar o comando do MEC. É o caminho?

Não vejo outra forma. É importante o presidente conversar com os partidos. Mas há a demanda de o presidente se identificar com a reforma. Ele tem dado declarações dúbias a respeito. Não está identificado com a reforma da Previdência.

E como reverter isso?

O que poderia ter mais impacto agora é uma melhora na relação entre Legislativo e Executivo. Existe uma boa vontade do Congresso com a reforma da Previdência. A sociedade tem falado muito nos últimos anos sobre o assunto. Mas é preciso pacificar esse clima para dar confiança às pessoas de que será uma reforma significativa, com impacto na vida das pessoas e nas contas públicas, e que o País vai deslanchar daí em diante. As pessoas precisam de confiança. O que atrapalha é o conflito e a percepção de que não está claro que a agenda econômica é prioridade.

A taxa de desemprego ainda continua alta. Quais sinais o governo deu no sentido de melhorar esse quadro?

O governo não deu nenhuma sinalização mais forte, a não ser dizer que quer fazer uma nova reforma trabalhista. Na proposta de capitalização que está sendo colocada, não há nenhuma previsão de contribuição previdenciária do empregador. Também estava na proposta da reforma previdenciária o item que acaba com o pagamento de multa do INSS do empregado aposentado. Então, tem componentes ali sem relação direta com a Previdência e, sim, com o mercado de trabalho. Isso mostra que o governo pretende fazer uma reforma trabalhista reduzindo, principalmente, os encargos.

Isso é suficiente?

São medidas de impacto a longo prazo, que não vão resolver o problema imediato da taxa de desemprego elevada. O que vai resolver é um crescimento mais rápido da economia. Neste sentido, a reforma da Previdência pode ajudar, mas, se ela for desidratada, por essa falta de confiança, isso afeta o crescimento e a capacidade de baixar a taxa de desemprego. Não existe a perspectiva de nos próximos três, quatro anos essa taxa de desemprego cair de uma forma muito significativa. Chegaremos em 2020 provavelmente com uma taxa mais baixa, mas não muito mais baixa da que a gente tem hoje.

O que fazer para o País retomar o crescimento?

Ter uma situação fiscal que permita aos agentes econômicos olharem e dizerem: a dívida pública não vai explodir. Quando isso for feito, aumenta a confiança dos investidores porque dá um sinal de que o País tem planejamento, está fazendo investimentos, e vai reduzir os juros. Aí é que entra a agenda liberal, mas seu impacto

não vai ser este ano. Neste ano, seria muito mais a questão da confiança, da questão fiscal. A perspectiva de recuperação da economia para este ano depende do clima - e aí eu acho que os conflitos políticos atrapalham muito. A gente vê isso na revisão para baixo da previsão de crescimento do PIB. A tendência é que teremos um crescimento na faixa de 1,5% a 2% este ano. Não vai ser uma melhoria tão significativa. Então, a gente vê que nesses 100 dias o governo falhou em criar um clima mais favorável. O ambiente externo está favorável aos países emergentes, mas, apesar disso, nesses primeiros 100 dias o governo não foi bem sucedido em construir um clima favorável para a retomada. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Presidente precisa dar paz e autonomia para MEC funcionar, diz Mozart Neves Ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco aceitou convite para ser ministro da Educação, mas foi desconvidado

Ele foi convidado a ser ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro (PSL). E aceitou. Era novembro de 2018, período de transição. O problema é que o convite foi desfeito em seguida em função de uma reação de evangélicos ao seu nome. Com um vasto currículo na área educacional, Mozart Neves Ramos acabou preterido pelo então desconhecido Ricardo Vélez Rodríguez.

Indicado pelo escritor Olavo de Carvalho, Vélez vive em meio a crises em sua equipe desde antes da posse do novo governo. Em pouco mais de três meses de gestão, o MEC (Ministério da Educação) teve mais de 15 mudanças nos principais cargos, e o próprio ministro vive a ameaça de perder o emprego.

Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos se diz um "soldado da educação" e se apresentou a Vélez no começo do ano. Em entrevista ao UOL, ele afirma que pressões externas como a de Olavo de Carvalho prejudicam o Ministério da Educação. Bolsonaro, de acordo com Neves, precisa dar autonomia e transmitir tranquilidade ao ministro, qualquer que seja ele.

O educador também declara que a instabilidade no MEC coloca em risco a coordenação de importantes políticas da área e que o ministro precisa ter foco na aprendizagem das crianças.

Doutor em Química, Neves foi reitor da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), secretário de Educação de Pernambuco, é membro do Conselho Nacional de Educação e autor de livros como "Educação Brasileira: Uma Agenda Inadiável".

Confira abaixo os principais trechos de sua entrevista.

UOL - Que fatores levam o ministro Ricardo Vélez a ter tamanha dificuldade à frente do Ministério da Educação?

Mozart Neves Ramos - As influências externas de diferentes setores têm contribuído para disputas dentro do ministério. O ministro Vélez tem uma ausência da experiência na gestão pública, mas se pelo menos tivesse uma equipe harmoniosa, sem essas disputas internas, ajudaria muito a compensar essa dificuldade. A experiência ajuda a tomar decisões, a falar o que deve ser falado no tempo certo.

Como o governo pode resolver esta crise no MEC?

Cabe ao presidente dizer ao ministro que ele tem autonomia de fato para montar sua equipe. Ele foi desautorizado a indicar seus principais assessores. É necessário que se dê autonomia e tranquilidade para que o ministro possa trabalhar. Com tanta influência, ele [o ministro] não vai conseguir [trabalhar].

Que programas do MEC podem ser prejudicados por esta crise?

A gente se depara com uma situação de instabilidade do corpo técnico e de secretários nos primeiros meses de um governo. Tivemos praticamente quatro secretários executivos nesse período, dois dos quais foram indicados e não chegaram sequer a assumir o cargo por determinação maior do governo, da própria Presidência da República.

A situação é muito preocupante porque um país federativo como o Brasil exige uma articulação central comandada pelo Ministério da Educação e particularmente no ano em que se implementa a Base Nacional Comum Curricular, um esforço de três, quatro anos de diferentes esferas de governo e da sociedade civil indicando quais são as aprendizagens essenciais que todos os alunos do país precisariam ter.

A gente teve na quinta-feira (4) pelo menos uma boa notícia porque foi lançado o pró-Base em Brasília. É a primeira boa notícia em mais de três meses.

O próprio Enem, não só pela falência da gráfica [responsável pela impressão da prova], é um problemão. O MEC tem procurado dizer que está em processo de solução, mas não é tão simples. O Enem merece uma atenção especial.

Outra questão importante é a alfabetização das crianças, que resultou na saída do presidente do Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira] numa falta de diálogo interno entre ele, o ministro e o secretário nacional de Alfabetização.

E a gente se preocupa com um ponto central que é a formação de professores. A resolução 2/2015, que trata do tema e está no CNE (Conselho Nacional de Educação), precisa de um caráter de urgência. Sou relator desta matéria, e a gente não pode mais postergar. Pelos impactos que essa resolução traz, é um ponto que exige uma articulação com o Ministério da Educação.

O ministro diz que os livros didáticos de história precisam mudar a versão de que houve um golpe em 1964 e de que houve uma ditadura em seguida. Qual sua opinião sobre a fala do ministro?

Pelo que li, os próprios militares não gostaram, né? O ministro precisa focar sua energia na questão da aprendizagem, a começar da alfabetização das crianças, a questão da qualidade do professor.

Bolsonaro já disse que é preciso desconstruir e desfazer muitas coisas no país, antes de começar a construir. O sr. acha que esta visão foi levada para o MEC? Na sua opinião, o governo, quando assumiu, precisava "desfazer coisas" no MEC?

Um dos grandes problemas da política brasileira chama-se descontinuidade das boas políticas. É muito importante que se mude aquilo que não está dando resultados e que se preserve e se amplie aquilo que dá resultados, como as escolas de tempo integral de ensino médio.

Nem tudo estava errado?

Não. Vamos começar por Paulo Renato [ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso], que fez o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Depois com o [Fernando] Haddad [ministro no governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff], veio o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que é um mecanismo extraordinário de financiamento, de redução de desigualdade.

O sistema de avaliação do Brasil, tanto na educação básica como no ensino superior, é um exemplo para o mundo. A pós-graduação é outro belíssimo exemplo de um sistema construído há décadas. Sem falar na produção científica brasileira. O Brasil está na 13ª posição no ranking mundial, colado com a Coreia do Sul.

O Brasil precisa aprender com o Brasil. O Brasil tem muitos exemplos positivos no campo da educação. Estão aí o exemplo do Ceará na alfabetização, o exemplo de Pernambuco nas escolas de tempo integral do Ensino Médio, os exemplos do Espírito Santo e de Goiás também no campo do Ensino Médio.

O Brasil elevou os gastos com educação nos últimos tempos. Por que ainda não alcançamos os resultados esperados?

Em 2000, o Brasil investia, em média, em dados arredondados do Inep, R\$ 2.100 por aluno. Hoje a gente investe R\$ 6.300 por aluno ao ano. Triplicamos. Melhoramos muito nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tem sido uma melhora contínua desde 2003, tanto em Língua Portuguesa como em Matemática, e também na redução do abandono escolar. O Brasil, nos anos iniciais, está fazendo seu dever de casa. Precisaria ter mais velocidade, mas está fazendo.

O presidente Bolsonaro disse que é necessário fazer uma operação Lava Jato da Educação. O sr. concorda com a necessidade de uma grande investigação no setor? O próprio ministro Vélez, ao procurar o ministro [da Justiça, Sergio] Moro, criou primeiro esse termo. Houve um impacto muito grande nas ações das universidades privadas que têm capital aberto. Houve uma certa insegurança dos investidores. Antes de fazer essa coisa um pouco mais midiática, é fundamental que o MEC explicitasse quais são as suspeitas.

O que sr. já teve contato com Olavo de Carvalho? Como avalia a influência que ele tem exercido na pasta?

Nunca tive contato com ele. Ele tem um conjunto grande de seguidores e uma influência basilar, do ponto de vista filosófico, junto ao presidente e seus filhos.

O ministro Vélez foi uma indicação do Olavo, e [Olavo] chegou a pedir a cabeça dele semanas atrás. Isso é ruim, esse tipo de pressão quase diária só atrapalha a gestão. Quem quer que estivesse no ministério teria dificuldades.

Em novembro do ano passado, o sr. foi convidado a ser ministro da Educação. O sr. se identifica com o governo e com as declarações do presidente Bolsonaro?

O governo está muito confuso, acho que precisa criar uma harmonia e constituir de fato uma equipe e dizer com clareza os rumos do país. Isso cria um aspecto de falta de

coordenação. O presidente precisa trazer mais o time para próximo dele, criar tranquilidade, dar autonomia a setores como a Educação.

Aceitaria conversar com presidente e participar do governo?

Sou um soldado da educação brasileira. Fiz disso a minha causa. Em primeiro lugar, a gente tem que servir, e não ser servido. O maior exemplo procurei dar logo que o ministro Vélz assumiu. Telefonei para ele e pedi para ser recebido por ele. Fui recebido, me colocando à disposição para ajudar. Nunca me preocupei com cargos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Líder do PSDB no Senado apoia indicação de tucano para o comando do MEC

Líder do PSDB, o senador Roberto Rocha (MA) disse ao blog que "com certeza agradaria ao Senado" a nomeação do tucano Izalci Rocha para o comando do Ministério da Educação.

Senador pelo PSDB do Distrito Federal, Izalci está cotado para o lugar do ministro Vélz Rodriguez. Tem sua indicação para a pasta trabalhada pela bancada evangélica no Congresso.

Na sexta-feira, o presidente Jair Bolsonaro declarou que o ministro "está bastante claro que não está dando certo. Ele é bacana e honesto, mas está faltando gestão, que é coisa importantíssima".

O presidente ficou de decidir na próxima segunda-feira (8). Vélz afirmou que não pedirá demissão. Ele foi indicado para o cargo por Olavo de Carvalho, guru dos filhos do presidente. Olavo, no entanto, já lavou as mãos para a permanência do ministro. Ele postou ontem no Twitter:

Olavo de Carvalho

@opropriolavo

Conheci o prof. Velez por seus livros sobre a história do pensamento brasileiro, publicados mais de vinte anos atrás. Nunca tomei conhecimento das suas obscenas tucanadas e clintonadas, que teriam me prevenido...

<https://www.facebook.com/olavo.decarvalho/posts/10157043220282192> ...

Segundo a coluna Paineis, da "Folha de S.Paulo", olavistas iniciaram uma campanha para emplacar Eduardo Miranda de Melo, que foi secretário-adjunto da pasta e agora está na TV Escola.

Izalci está disposto a assumir, se for convidado. Sua nomeação, no entanto, desagradou ao presidente nacional do partido, Geraldo Alckmin. Após encontro com Bolsonaro na semana passada, o ex-governador de São Paulo fez críticas à articulação política do governo e declarou que o PSDB não aceitará cargos.

Por enquanto, o líder Roberto Rocha disse ao blog que há apenas uma restrição: "Há uma decisão da Executiva Nacional do PSDB que permite o filiado integrar o governo, desde que se afaste do cargo de comando partidário."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sou chamada de delinquente e débil mental no Congresso, diz deputada que confrontou ministro da Educação

Em entrevista exclusiva à BBC News Brasil, Tabata Amaral falou sobre rotina no Congresso, que classifica como "um ambiente que tenta te expulsar rapidamente". E conta que sofre recorrentemente assédio e preconceito.

"Parece que não há sequer um ministério", diz Tabata Amaral (PDT-SP), que em outubro se tornou a sexta deputada federal mais votada em São Paulo, com 264.450 votos.

A visibilidade nacional, no entanto, chegou só na semana passada, quando Amaral protagonizou um debate duro com o ministro da Educação, Ricardo Vélez. "Em um trimestre não é possível que o senhor apresente um Power Point com dois, três desejos para cada área da educação. Cadê os projetos? Cadê as metas? Quem são os responsáveis?", diz a parlamentar estreante de 25 anos em um vídeo compartilhado milhares de vezes.

Em entrevista exclusiva à BBC News Brasil na Universidade de Harvard, onde participa de roda de palestras, Amaral falou sobre a rotina no Congresso, que classifica como "um ambiente que tenta te expulsar rapidamente". E conta que sofre recorrentemente assédio e preconceito.

"Já perdi a conta do número de vezes em que alguém insinuou que eu era burra ou não tinha nenhum conhecimento", diz. "Sou chamada de burra, delinquente, débil mental e outras coisas que já me chamaram em plenário."

"As pessoas chegam e perguntam se sou casada no meio de uma votação, vêm me tocar de uma maneira que não é adequada para uma parlamentar. É um ambiente muito arisco para as mulheres."

Também falou sobre a possível mudança do ministro, ventilada pelo presidente Jair Bolsonaro na última sexta-feira.

"A gente não vai aceitar qualquer tipo de ministro", diz.

"O maior exemplo que eu dou: o ministro da economia, se não tivesse a menor experiência de gestão ou com economia, não teria sobrevivido uma semana no cargo. Por que a gente demora tanto para se incomodar com o ministro da Educação?"

Criada na Vila Missionária, bairro pobre paulistano, e novata no Congresso, Amaral já trabalhou como pesquisadora, professora, funcionária de secretarias de educação e estudou na universidade de Harvard, graças a bolsas de estudos. Filha de um cobrador de ônibus e de uma diarista, ela ganhou pelo menos 30 medalhas em concursos de matemática, astronomia, física e robótica.

"O nosso vestibular é muito burro, para falar português claro. Ele olha quem chegou mais longe, e não quem correu mais", diz. "Não passei na Unicamp e no ITA, mas passei nas seis melhores faculdades dos EUA com bolsa completa. Porque no vestibular daqui (EUA) eu falei que trabalhava desde os meus 7 anos. E isso contou."

A deputada, que se classifica como "progressista", de "centro-esquerda" e defende cotas sociais e raciais, diz acreditar que a universidade pública é um ambiente elitista, frequentado por ricos.

"Se uma pessoa tem condições de pagar por uma faculdade, acho que ela deveria. E quem não tem condições, não tem que fazer financiamento, não tem que fazer nada, tem que ter a faculdade pública."

Leia os principais trechos da entrevista:

BBC News Brasil - Como viu a repercussão do seu debate com o ministro da Educação?

Tabata Amaral - Aquela não foi a primeira tentativa de conversar com o ministro. A praxe é que ele participe da primeira reunião da Comissão de Educação e ele não foi. Para mim, as pessoas se identificaram com o vídeo porque esta é a pasta mais importante do país, num dos países mais desiguais do mundo, e não víamos nada acontecendo, só fumaça, desmandos e polêmicas.

A repercussão do vídeo deixa um sentimento de que esse é o trabalho do parlamentar. Não é só legislar, é fiscalizar o governo também. E não deveria ser estranho que a gente pedisse como parlamentares quais são os planos e ideias.

Depois só ficou a certeza de que de fato não há um planejamento dentro do ministério. Parece que não há sequer um ministério. O MEC (Ministério da Educação) não se posiciona com os cortes de pessoas e verbas, não se posiciona quando é o ministério da Economia, que chama uma discussão sobre o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O MEC foi como convidado a uma reunião sobre isso. Soma tudo isso com a falta de qualquer plano e para a gente dá uma revolta muito grande.

BBC News Brasil - Como avalia a reação do ministro às suas colocações?

Amaral - Não sei nem o que dizer. O ministro não tem a menor experiência com a educação pública brasileira, a menor experiência com gestão, e o que mais incomoda é que não há a menor disposição de aprender ou ouvir as pessoas que estão interessadas.

Já que o ministro não tem um plano, não sabe quantos alunos há na rede, qual é a verba, qual a diretriz para o ensino técnico, isso tem que vir da sociedade e do Congresso. Dali eu não espero que venha mais nada.

BBC News Brasil - O presidente Bolsonaro acenou uma perspectiva mais clara de substituição do ministro. Isso traz algum tipo de esperança à senhora?

Amaral - Dado o cenário de total paralisia e ausência do MEC nos principais debates, sim, eu fico pelo menos muito atenta para entender se dessa vez vem alguém com um pouco de experiência e conhecimento.

Algumas pessoas não entenderam que neste momento eu não estou muito preocupada com o posicionamento ideológico de quem vai ocupar essa pasta. Porque está tudo paralisado, corremos o risco de não ter Enem. O Brasil corre o risco de não fazer as

principais avaliações. Só quero alguém que conheça a educação pública e tenha experiência em gestão. A gente só vai descobrir na segunda-feira. Mas há espaço para o Parlamento e para a população dizer: A gente não vai aceitar qualquer tipo de ministro

O maior exemplo que eu dou: o ministro da economia, se não tivesse a menor experiência de gestão ou com economia, não teria sobrevivido uma semana no cargo. Por que a gente demora tanto para se incomodar com o ministro da Educação?

BBC News Brasil - A senhora destacou com ênfase que ele tinha uma mera carta de intenções, mas não um projeto concreto. Que projeto a senhora propõe?

Amaral - O MEC tem que apresentar sua visão para o Fundeb. Ele vence no próximo ano e não é possível que o principal motor da educação pública não receba a menor atenção do ministério. Que modelo eles estão propondo? Apoiam que o Fundeb vá para a Constituição? Como fazer que ele seja mais redistributivo? Como olhar para as práticas de gestão e resultados? O ministério não pode se ausentar dessa discussão, temos basicamente um ano para fazer isso. Quando vai apresentar?

Outra coisa paralisada é a questão da formação dos professores. A gente tinha começado a avançar nessa discussão e não tem mais nada. O Brasil é um dos poucos países que se dizem comprometidos com a educação pública e não tem uma política nacional de formação. O que a gente espera de um professor depois de quatro anos? Que queremos avaliar depois da formação? Qualquer tipo de formação vale? Educação a distância faz sentido para todos os anos?

Além das políticas que já estavam em andamento e estão paralisadas. Implementação da base comum curricular, municípios precisam de apoio nessa área, implementação da reforma do ensino médio, uma política de ensino técnico. Tudo isso não são coisas muito muito complexas, já estavam encaminhadas no MEC e foram engavetadas e foram deixadas de lado hoje.

BBC News Brasil - A senhora é uma estreante no Congresso, como quase metade dos congressistas hoje em dia. Como é aquele ambiente? O que pode contar para quem nunca pisou no Salão Verde?

Amaral - Trabalho com educação há quase 10 anos. Já trabalhei como pesquisadora, professora, em secretarias de educação. As figuras de educação da política nacional eu conhecia. Ou porque fiz pressão sobre elas, com abaixo-assinados, protestos, etc, ou porque elas estavam abertas para o diálogo com a juventude. Para mim, essa é a porta de entrada e eu quero realmente dedicar meu mandato a essa área.

Sobre o dia a dia no Congresso, é um aprendizado rápido e muito difícil. É um lugar que não está acostumado com pessoas como eu e diariamente sou questionada sobre como fui parar ali. Eu não sou filha de político, não sou herdeira e estou muito longe de ser um fenômeno da internet. As pessoas não entendem. Elas perguntam mesmo: você é filha de alguém?, você é dona de alguma empresa?, você é casada ou solteira?, você não é deputada estadual?. Eu sei a ordem em que as perguntas chegam.

É um ambiente que tenta te expulsar rapidamente. Mas sempre que vejo as pessoas da minha comunidade, principalmente a juventude e as mulheres que olham para mim e

sentem que a educação é para a gente também, você enfrenta o preconceito, o assédio, as piadas, e continua trabalhando e aprendendo.

BBC News Brasil - Assédio, preconceito e machismo são problemas reais ali dentro?

Amaral - Com certeza. Já perdi a conta do número de vezes em que alguém insinuou que eu era burra ou não tinha nenhum conhecimento. Eu estudei astrofísica, fui bolsista pelas Olimpíadas de Matemática. Eu só andava com os meninos que gostavam de ciência e sempre tive muito contato com o machismo porque as pessoas não entendiam como uma menina gostava de ciências. E toda vez tentavam dizer que eu não era tão boa por ser uma menina.

Então, quando eu entro no Congresso e sou chamada de burra, delinquente, débil mental e outras coisas que já me chamaram em plenário... É um risco muito fácil você acreditar porque está todo mundo dizendo que você não é boa o suficiente.

Tem assédio, as pessoas chegam e perguntam se sou casada no meio de uma votação, vêm me tocar de uma maneira que não é adequada para uma parlamentar. É um ambiente muito arisco para as mulheres. As pessoas não te encaixam ali e querem te expulsar e convencer que você não deveria estar ali.

BBC News Brasil - Na repercussão do vídeo, houve setores mais radicais que desconsideraram a conversa e criticaram a senhora por não ser de esquerda, por exemplo. Como viu isso?

Amaral - As pessoas tem uma necessidade muito grande de rotular os outros porque o nosso cérebro funciona assim. Eu tenho uma vida muito diferente. Conhecer a periferia e conhecer Harvard me definem mais que qualquer um dos dois extremos. Não sou mais só alguém da periferia, porque tive oportunidades que ninguém teve, mas também não sou só uma ex-aluna de Harvard, porque não fui aos mesmos museus, aos mesmos parques, e não tenho a mesma rede de contato.

As duas coisas fazem de mim quem eu sou. Da mesma forma que as pessoas no Congresso ficam perplexas e incomodadas porque não faz sentido eu estar ali, as outras pessoas também ficam muito agoniadas porque não conseguem me encaixar em caixinhas.

Eu me considero progressista, essa para mim é uma excelente apresentação. Para mim o maior problema do Brasil é a desigualdade, minha maior missão é com educação pública de qualidade para todos, mas acho que faz sentido falarmos de gestão eficiente, desenvolvimento econômico sustentável, e se as pessoas se incomodam porque isso não caracteriza alguém típico de extrema esquerda ou direita, sinto muito, eu vou continuar trabalhando.

BBC News Brasil - A senhora falou em dois lados. É errado enxergá-la no centro?

Amaral - Acho que direita e esquerda são termos muito antigos que não explicam o mundo de hoje. Foram cunhados há 200 anos, quando não se entendia o que é feminismo ou desenvolvimento sustentável.

Se tivesse que me colocar no espectro, eu me colocaria na centro-esquerda. Mas sinceramente que no futuro progressista diga mais sobre quem eu sou.

BBC News Brasil - Como foi sua trajetória até Harvard e depois ao Congresso nacional?

Amaral - Minhas oportunidades na educação começaram com olimpíadas de matemática nas escolas públicas, uma política do governo federal em 2005. Com essa oportunidade e uma professora da escola estadual que me ajudou a me preparar para a competição, eu ganhei uma bolsa de estudos para escola particular e uma para estudar inglês.

Eu trabalho desde pequena, bordava e fazia artesanato para ajudar em casa, e não pensava no que faria depois do Ensino Médio. Ninguém nunca nem tinha me posto essa possibilidade. Essa foi a grande diferença. Eu passei a estar em lugares em que as pessoas acreditavam que se podia fazer faculdade. Foi assim que vim parar em Harvard. Com uma bolsa da faculdade, quase sem falar inglês, mas com professores que acreditaram em mim. Vim em agosto de 2012 e terminei em maio de 2016.

Eu cresci na periferia. Já perdi a conta do número de amigos e vizinhos que perdi com 14 ou 15 anos para as drogas, crime, violência. Perdi meu pai com 39 anos para as drogas. Eu não saí de um lugar para o outro, passei a viver em dois mundos completamente diferentes e vivo neles ainda. Me identifico com a periferia, aprendi muito em Harvard, mas não vivo 100% em nenhum dos dois mundos. Isso que me levou para a educação e para a política.

BBC News Brasil - Como vê políticas afirmativas, cotas por cor ou situação econômica?

Amaral - É importante olhar para as evidências e a realidade das pessoas e esses dois elementos mostram que alunos de escola pública saem muito atrás na corrida. E que alunos negros da escola pública saem ainda mais atrás.

O nosso vestibular é muito burro, para falar português claro. Ele olha quem chegou mais longe, e não quem correu mais. Eu não passei na Unicamp e no ITA, mas passei nas seis melhores faculdades dos EUA com bolsa completa. Porque no vestibular daqui (EUA) eu falei que trabalhava desde os meus 7 anos. E isso contou. Eu contei a minha história.

Quando o nosso vestibular é tão ignorante e quando o ponto de partida é tão desigual, as cotas são as maneiras que temos hoje de igualar um pouco esse ponto de partida. Mas acho que temos que mudar o vestibular como um todo. Tem que olhar para a trajetória da pessoa, para a renda. Não é só uma prova. Hoje sou a favor das duas cotas porque dentro da escola pública há uma desigualdade racial.

BBC News Brasil - E sobre o fim do ensino público superior gratuito?

Amaral - Nesse momento não acho que há ambiente para se falar em cobrança dentro do ensino superior. Defendo ampliar as formas que as universidades podem se financiar. Para mim, uma faculdade pode fazer uma parceria com empresas, como vi aqui em Harvard, para construir conhecimento. Para mim, uma universidade pode receber

doações, inclusive de ex-alunos.

Agora, em um futuro, acho que vale sim uma discussão nesse sentido. Se uma pessoa tem condições de pagar por uma faculdade, acho que ela deveria. E quem não tem condições, não tem que fazer financiamento, não tem que fazer nada, tem que ter a faculdade pública.

Se você vê os carrões que estão na faculdade de física da USP, vê que a faculdade pública é para a elite hoje. Ou a gente muda o vestibular para dar chances iguais para todo mundo e para de financiar apenas um grupo da sociedade, ou a gente no futuro começa a cobrar de quem pode pagar e deixa a faculdade gratuita para quem precisa. Mas esse momento não chegou ainda.

BBC News Brasil - Há alguma perspectiva de tempo para que essa discussão esteja mais madura?

Amaral - Não, não é uma coisa de tempo, mas de mudar como vemos o Ensino Superior. Ele é extremamente elitizado, quem vai para a faculdade pública é quem teve muito acesso e oportunidade. Isso tem que mudar antes de falarmos de mudança de mentalidade.

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Bolsonaro indica que ministro da Educação sairá na segunda-feira

Presidente disse que está bastante claro que não está dando certo e que está faltando gestão

Brasília

O presidente Jair Bolsonaro indicou que o ministro da Educação, Ricardo Vélez, deve deixar o comando da pasta na próxima segunda-feira (8).

Os cotados para a vaga

Anderson Ribeiro Correa" Presidente da **Capes**, engenheiro e ex-reitor do ITA. Além da ligação com os militares, tem a simpatia da bancada evangélica

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-indica-que-ministro-da-educacao-saira-na-segunda-feira.shtml>

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Fies: adiada validação

O prazo para estudantes aprovados no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) validarem as inscrições nas instituições de ensino foi adiado pela terceira vez este ano. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os alunos não correm risco de perder o semestre ou sofrer qualquer prejuízo do tipo, desde que esteja frequentando as aulas regularmente.

A princípio, o previsto no edital era até 7 de março. Após estudantes relatarem problemas para concluir as inscrições, o ministério determinou um novo limite até 11 de março. No início do mês, os problemas persistiram e a data foi novamente estendida para 5 de abril. Agora, o MEC afirma ter solucionado o problema, classificado como

falha sistêmica, e prorrogou o período para conclusão da inscrição e matrícula até 12 de abril.

Luiz Blumm, diretor de gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), declarou, em nota, que estudantes não precisam se preocupar. “Não há motivo de preocupação nem de cobrança dos estudantes por parte das instituições. Após a contratação, as instituições serão ressarcidas retroativamente”, explicou.

O resultado do Fies do primeiro semestre de 2019 foi divulgado em 25 de fevereiro. Porém, quando os estudantes chegavam à fase de fechar o contrato com a Caixa Econômica Federal, eram informados de que faltavam informações no cadastro para finalizar o processo.

Problema sistêmico

Em nota, divulgada em 1º de abril, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) explicou que foi identificado um problema sistêmico e, nesses casos, o MEC ou os bancos operadores do programa prorrogam as inscrições. No mesmo dia o diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólon Caldas afirmou que é preciso minimizar os impactos para os estudantes.

“Nossa orientação é para que as instituições acolham, na medida do possível, os estudantes que foram pré-selecionados pelo Fies, mas não conseguiram efetivar a contratação em virtude da falha no sistema”, afirmou. “Caso contrário, o ingresso desse aluno apenas após a formalização do contrato resultaria na perda automática do semestre por faltas. Com relação aos alunos, a orientação é para que eles busquem as instituições de ensino e assistam às aulas até que a situação contratual se normalize”, explicou.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

A busca pelo diálogo continua

Discursos e ações do presidente Jair Bolsonaro nesta sexta-feira mostraram que a estratégia de conversar mais com o Parlamento segue, como o fim do horário de verão, sugerido por um deputado, e a sinalização de que demitirá o ministro da Educação

Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro abaixar o tom com presidentes e líderes partidários, ele ainda tenta encontrar a melhor sintonia com o Congresso. Ontem, em mais de uma ocasião, sinalizou que deve demitir o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, algo que agrada o Parlamento. Entretanto, errou na linguagem ao abordar o regime de capitalização, dizendo que “não é essencial” e pode ficar para “segundo tempo”. Líderes dizem que o tema é algo discutível — e não é o Executivo que tem que dizer o que passa ou não, sem antes consultar o Legislativo. Cobram do chefe do Palácio do Planalto empenho em uma agenda positiva e que dialogue com a sociedade.

O recado disso é a decisão pelo fim do horário de verão. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, encomendou uma pesquisa interna que embasa a decisão do governo. O estudo aponta que 53% das pessoas é a favor do término. A decisão ainda tem o dedo de um parlamentar. O embasamento para decretar o fim do sistema de ajuste temporal foi tomado de acordo com um parecer do deputado João Campos (PRB-GO). A análise, que indica que o horário não oferece economia que justifique a adoção, foi

submetida a Bento, que respaldou.

A decisão de Bolsonaro é um gesto importante para a maioria favorável ao fim da medida e ao Congresso. Afinal, tomar uma decisão sugerida por um parlamentar é uma forma de construir um bom relacionamento com o Legislativo. Embora não seja um líder partidário, Campos é um nome forte dentro do PRB, um dos partidos do Centrão. E, ainda que não fosse do bloco ou um parlamentar influente, o aceno é bem-visto como um governo disposto a propor uma gestão em sintonia com o Parlamento.

O presidente da República está “pisando em ovos” na renovação do diálogo. Em cerimônia no Planalto, brincou dizendo que “não nasceu para ser presidente. “Nasci para ser militar”, disse. Com o gesto humilde, ele se mostra disposto a melhorar o diálogo. Ontem, falou com jornalistas pela manhã, em um café (leia mais na página 3), e, depois, em duas ocasiões, no Planalto. Nas três ocasiões, manteve o jeito simples e com palavras de efeito, mas sem um tom agressivo e com união. “O que a gente quer é mudar o Brasil e devemos respeitar a independência dos poderes. Não existe partido mais ou menos fiel. Para cada matéria a ser votada haverá um entendimento. Não haverá alinhamento automático”, destacou.

A possível demissão de Vêlez é outro tema que não é malvisto no Congresso. Pelo contrário. O ministro se envolveu em tantas polêmicas que, para lideranças no Parlamento, a permanência é insustentável. Para o líder do Podemos na Câmara, José Nelto (GO), já está “maduro”. “É uma pessoa boa, mas alguém que fala o que ninguém quer ouvir”, criticou. Nesta semana, o ministro disse que promoverá mudanças no conteúdo dos livros didáticos sobre o golpe militar de 1964. A ideia é informar que não houve golpe, e o regime militar não foi uma ditadura, mas, sim, um “regime democrático de força”.

Não é só a pauta ideológica no ministério que irrita parlamentares. Para eles, a pasta está com a agenda paralisada, mergulhada em crises e demissões, e nada em políticas públicas. Bolsonaro ainda não definiu quem substituirá Vêlez e nem garantiu que ele será demitido. Mas deixou a entender que a situação é crítica. “Eu falei que estou com a aliança na mão direita, mas que, na segunda-feira, passo para esquerda ou é gaveta. É isso. Tem reclamações (em relação a ele) e estamos conversando já para ver se resolvemos o problema”, disse.

Racionalidade

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), primeiro vice-líder do governo no Senado, é um dos nomes cotados para substituir o ministro. Seria uma indicação da bancada cristã. Oficialmente, no entanto, ele ainda não recebeu nenhum convite. “Estou na vida pública pela educação, mas essa é uma decisão exclusivamente do presidente”, ponderou. Mesmo na corda bamba, o ministro se recusa a abandonar o posto e fala que a solução para melhorar a gestão é ter “racionalidade”. “Estou no ministério e vou participar do fórum (evento em que estive ontem). Não vou entregar o cargo”, disse.

Se a situação no ministério da Educação ainda não está resolvida, o mesmo não está na Secretaria de Comunicação (Secom), ligada à Secretaria de Governo da Presidência da República. Bolsonaro afirmou que o publicitário Floriano Amorim, ex-chefe de gabinete do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, será substituído pelo publicitário Fábio Wajngarten, que trabalhou na campanha do chefe do Palácio do

Planalto.

Publicidade para reforma

A troca na Secom tem por objetivo melhorar a publicidade em torno da reforma da Previdência. Mas o governo ainda precisará debater melhor os pontos, como a própria capitalização. Para o deputado federal José Nélto, líder do Podemos na Câmara, não cabe ao presidente decidir se a discussão fica para segundo plano ou não. “A capitalização pode seguir adiante, mas tem que dialogar. Tem que dar opção para o aposentado escolher entre esse regime ou o de repartição, além de estabelecer um piso mínimo, a contribuição dos patrões, e uma reforma para abrir o sistema financeiro”, ponderou.

"Reforma boa é a reforma que passar"

Durante o café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro admitiu que alguns pontos da proposta do governo para a reforma da Previdência serão modificados pelo Congresso: “A reforma boa é a reforma que passar”. Para Bolsonaro, a proposta de capitalização, que provocou embates duros entre o ministro Paulo Guedes e a oposição na última quarta-feira na Câmara dos Deputados, é um dos itens que podem ser examinados posteriormente pelos parlamentares. “O teto e o tempo de serviço são os dois pontos mais importantes (a serem aprovados)”, destacou. “A capitalização é só um ajuste”, minimizou o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Para distender o clima beligerante entre integrantes do PSL, o presidente afirmou que pediu aos correligionários para evitar o “fogo amigo”. “Tenho pedido para eles ‘darem uma segurada’”, revelou. Bolsonaro disse ainda que o Ministério da Economia prepara uma série de medidas, a serem anunciadas brevemente, para tentar reaquecer a produção econômica e reduzir o número de 13 milhões de desempregados. O presidente voltou a fazer críticas à metodologia utilizada pelo IBGE para medir a quantidade de pessoas sem emprego no país. Também criticou os empréstimos concedidos pelo BNDES durante os governos Lula e Dilma. Ao ser perguntado qual será o legado que deixará ao fim de seu mandato, Bolsonaro disse: “Estamos tentando recuperar o Brasil. Talvez, seja a última chance.”

O presidente também se referiu às declarações polêmicas que marcaram sua trajetória antes de ser eleito para o Planalto. Disse que, ao rever vídeos provocativos dos tempos de deputado federal (que ele prefere chamar de “caneladas”), se perguntou: “Eu falei isso mesmo?”. Voltou a dizer que não é homofóbico e não faz discriminação às mulheres: “Aquele negócio de fraquejada... Pô, eu adoro minha filha!”. Afirmou que “está mais esperto agora”, mas não se arrepende do que já disse ou fez: “Vou me arrepender porque fiz xixi na cama aos cinco anos?” (CM)

Jogo rápido

Redes sociais 1

“O que sai lá é de minha responsabilidade. Quem tem a senha eu tenho confiança”.

Redes sociais 2

“O que o meu filho posta é responsabilidade dele. Agora, redes sociais são liberdade total. Ali não é na canela, é do pescoço pra baixo”.

Paulo Guedes

“O ministro mais importante do momento é o da Economia”.

BNDES

“Cobrei do (Joaquim, ministro da Fazenda no governo Dilma Rousseff) Levy transparência total no BNDES. O que foi feito no passado tem que se tornar público”.

Encontros com líderes partidários

“Não se falou a palavra ‘cargo’. Ninguém pediu cargo. E os encontros foram muito positivos: até com o Alckmin, que me deu umas caneladas durante a campanha (eleitoral). Caneladas, não; foram agulhadas, mesmo”.

Toma lá dá cá

“Não tem isso. O que acontece é que muitas vezes os parlamentares têm pedidos simples, como verificar o andamento de um determinado processo, e isso não tem problema de se fazer”.

Situação do MEC

“Está faltando gestão. Quem vai decidir sou eu. Está decidido”.

Economia

“Já falei que eu não entendo de economia. Mas quem afundou o Brasil foram os economistas, não fui eu”.

As perguntas da apresentadora

O café da manhã do presidente Jair Bolsonaro com os jornalistas teve também a participação de Luciana Gimenez. Em tom descontraído, a apresentadora do programa Superpop aconselhou o presidente a “falar o que está rolando” sobre as negociações para aprovação da reforma. “O elefante azul da sala é a Previdência”, definiu Luciana. “O povo tem consciência (da necessidade da reforma)”, comentou Bolsonaro. “Será?”, rebateu Luciana. Ela lembrou que o presidente, quando ainda era deputado federal, participou por diversas vezes do programa Superpop e algumas das declarações mais polêmicas de Bolsonaro — em especial, sobre direitos humanos e temas LGBTs — ganharam repercussão nacional. “Não estou querendo defender, mas muitas das coisas que ele falou foram tiradas de contexto”, garantiu a apresentadora.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EDITORIAL

Educação ao deus-dará

O presidente Jair Bolsonaro inovou ao criar o mercado futuro de demissão de ministros. Ao anunciar que, na próxima segunda-feira, decidirá o futuro do comandante da pasta da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, demitiu o subordinado antecipadamente, sem assinar a exoneração. Ao ser informado sobre as falas do chefe, Vélez disse que não entregaria o cargo. Bateu o pé, mas perdeu toda a autoridade para liderar um dos ministérios mais importantes do país. Diante desse quadro dantesco, é assustador ver como um setor estratégico está sendo tratado com tanto descaso.

Na verdade, Bolsonaro não deveria nem ter nomeado Vélez para a Educação. Além de não ter as credenciais que o cargo exige, ele se mostrou um péssimo gestor. Nos três meses em que está à frente da pasta, só conseguiu criar confusão. Tanto que quase duas dezenas de seus comandados já foram demitidos. Em meio à balburdia, nenhuma

política educacional foi levada adiante. Está tudo parado. O Fies, programa de financiamento que permite a jovens carentes pagarem a universidade, se transformou em uma bomba. O Enem, porta de acesso ao ensino superior, está engolfado por denúncias de irregularidades.

Bolsonaro, depois de praticamente tirar Vêlez do cargo, disse que o ministro tem conserto. Ele sabe que não é verdade. Se insistir no erro, o presidente condenará o Brasil ao atraso. Um país que precisa, urgentemente, dar saltos de produtividade não pode ter um Ministério da Educação nas mãos de uma pessoa que não sabe o que está fazendo e, pior, tem uma visão totalmente equivocada da realidade, a ponto de querer mudar os livros didáticos para recontar a história da maneira que lhe é mais conveniente. Isso é um insulto ao bom senso.

Além de mandar Vêlez para casa, Bolsonaro deveria fazer uma grande reestruturação no Ministério da Educação, eliminando os aspectos ideológicos e focando no que realmente é importante: a melhora do ensino no país. É inadmissível que o Brasil, uma das 10 maiores economias do planeta, tenha desempenho tão ruim nos exames que medem a capacidade de aprendizado dos estudantes. Os levantamentos apontam que os jovens brasileiros, em grande maioria, deixam as escolas sem compreender o básico de português — não conseguem interpretar um texto — e sem saber fórmulas simples de matemática.

Que futuro tem um país desse? Certamente, nenhum. O Brasil está condenado a ser uma nação de renda média por causa do desastre na economia nos últimos anos. Mas pode mudar essa triste previsão por meio de um sistema de educação de qualidade. A sensação que se tem é a de que as autoridades não querem preparar nossas crianças e jovens para um mundo novo que está se abrindo, em que a tecnologia dará as cartas. Prevalece a visão de que é mais fácil comandar um exército de ignorantes, uma massa de manobra incapaz de questionar o que está sendo imposto pelo Estado.

Que fique claro: o Ministério da Educação deve ser conduzido de forma técnica. Os interesses políticos devem passar bem longe dali. Uma equipe preparada não perde tempo fazendo o que o time de Vêlez fez desde que Bolsonaro tomou posse. As políticas educacionais devem ser conduzidas por pessoas comprometidas com o país, não com grupos ideológicos. Se tiver a grandeza que todos esperam dele, Vêlez deve dar adeus, até logo. Para o bem do Brasil.

topo 

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Descaso com a educação

Educação só é prioridade neste país nos discursos de campanha. Passadas as eleições, volta para o limbo onde se estabeleceu governo após governo. O descaso com o setor é escancarado na tardia distribuição de livros didáticos — estamos no quarto mês do ano! —; na carência de servidores, na falta de aulas; no número insuficiente de professores, na baixa remuneração deles e no atraso dos pagamentos. São dramas que se repetem ano a ano, independentemente da gestão.

O descaso é palpável nas escolas com estruturas precárias ou deterioradas pela falta de manutenção. Somente da semana passada para cá, o teto de duas escolas no Ceará desabou — em uma delas, parte do muro também caiu. Em outro colégio do estado, alunos fizeram protesto pelas más condições do local, com rachaduras e goteiras —

quando chove, mesas e cadeiras ficam encharcadas. Em Porto Velho, estudantes estão sem aula há uma semana, por decisão dos pais, que temem um incêndio na escola municipal — grande parte dela construída em madeira —, porque há sérios problemas na instalação elétrica.

Aqui no DF, desabou o teto de uma sala do ensino fundamental em Samambaia. Em 2014, na mesma sala, o forro caiu na cabeça de uma criança, que precisou de atendimento médico. Na ocasião, foi realizada uma reforma, mas, pelo visto, o trabalho ficou capenga. Uma professora disse à reportagem do Correio que há risco de uma tragédia. “Isso não é exagero, é um pedido de socorro real”, desabafou.

No Rio de Janeiro, o jornal O Dia publicou levantamento do Tribunal de Contas do município mostrando que sete em cada 10 escolas municipais estão em estado precário. Os problemas estruturais subiram de 57,90% em 2017 para 72,96% em 2018, o pior resultado desde 2008. São sanitários estragados; lâmpadas queimadas; janelas, portas e ares-condicionados danificados; infiltrações; rachaduras; fiações expostas. Numa escola em Bangu, mães fazem mutirão para limpar salas e banheiros, já que os serventes estão sem pagamento desde dezembro.

Enquanto isso, no conflituoso Ministério da Educação, as únicas ideias “brilhantes” anunciadas até agora foram filmar alunos cantando o Hino Nacional nas escolas e ler mensagem de campanha do governo, ameaçar distorcer a história retirando dos livros didáticos que houve ditadura militar no país, suspender avaliação de alfabetização, fazer pente-fino nas questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para verificar eventual viés ideológico de esquerda, entre outras. É tanto desatino junto que mais parece cortina de fumaça para esconder que não há planejamento efetivo voltado ao setor. E tem mais: o governo cortou R\$ 5,8 bilhões do orçamento destinado à pasta, para tentar cumprir a meta fiscal de 2019.

Nessas condições, falar em Brasil grande é apenas uma frase de efeito. Desenvolvimento passa por educação de qualidade. Sem isso, só continuaremos a ser grandes em território, problemas e, claro, corrupção.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

O que a educação quer de nós é coragem (e criatividade)

Quando o governador Ibaneis Rocha me estendeu o honroso convite para ser secretário de Educação, eu já conhecia boa parte dos riscos envolvidos. Para se embrenhar na vida pública em um cargo como este, especialmente nos dias atuais, é preciso ter coragem, disposição, comprometimento e, obviamente, integridade. Na ocasião, conversamos sobre como nossas visões se alinhavam rumo à transformação efetiva e sustentável da área e o governador me concedeu a autonomia essencial para implementar esta missão, que apresenta desafios gigantescos.

Durante o período de transição e os primeiros dias de governo, tratamos de compor a melhor equipe de gestores e especialistas em educação que poderíamos ter, diagnosticamos os principais problemas e partimos para a criação de um plano de estratégias inteligentes, pensadas com muita cautela. Em nossas primeiras ações, incluímos a manutenção emergencial de 200 escolas e a implementação do piloto da gestão compartilhada, por orientação do governador. Além disso, nossas prioridades abarcaram o planejamento e a implementação da semana pedagógica e do início do ano

letivo da melhor forma possível, sem a falta de professores em nossas salas de aula. Diante das negociações com os sindicatos e em total alinhamento com a Fazenda, começamos a fazer nomeações e planejamos o aumento de gratificações para diretores.

O plano estratégico EducaDF foi criado com todo o zelo, baseado em pesquisas científicas nacionais e internacionais e diálogos com especialistas. Organizamos grupos de ações, projetos e programas em cinco diferentes bandeiras, com focos específicos. Logo após o seu lançamento, muitos o consideraram um plano ousado e ambicioso, talvez mais do que o adequado, especialmente em um contexto de crise financeira e orçamentos apertados. Temos consciência dessas limitações. Ao mesmo tempo, estamos certos de que nossas propostas são perfeitamente executáveis quando projetadas ao longo dos próximos quatro anos.

É nossa obrigação, por exemplo, inaugurar 40 novas escolas e 100 creches, já que a Lei determina o oferecimento de ensino público e gratuito para todas as nossas crianças e jovens. Os resultados da matrícula deste ano combinados com o deficit de vagas em creches nos mostram que a população precisa dessas obras. Neste caso específico, planejamos construir as escolas e creches por meio de parcerias público-privadas que preveem o uso de terrenos em locais onde não há demanda em troca da construção de novas unidades.

Para a entrega de computadores, a instalação de câmeras e outras ações prometidas, também estamos criando saídas alternativas ao orçamento. Contamos, por exemplo, com recursos do governo federal: de acordo com o FNDE, ainda durante a transição, teríamos mais de R\$ 30 milhões a serem utilizados durante o ano de 2019. Contamos, além disso, com emendas parlamentares (os valores não executados nos anos anteriores e os valores disponibilizados para este ano), parcerias com institutos e fundações nacionais, internacionais e multinacionais (temos R\$ 3 milhões para executar com a UNESCO) e parcerias com o setor privado (a Inframérica investirá quase R\$ 4 milhões na compra de computadores).

Finalmente, é importante salientar que, dentre as medidas do EducaDF, não há apenas promessas. Há 18 iniciativas em curso, já observáveis por toda a população e 31 programadas com foco na melhoria do ensino público do Distrito Federal. Cronogramas e orçamentos detalhados serão apresentados ao longo das próximas semanas. Devemos ser criativos e corajosos na busca dos recursos onde eles estiverem, para prestar o verdadeiro serviço público. Ousar até o limite prescritos em nossas leis não é apenas uma opção, mas uma obrigação no cumprimento da missão de oferecer educação pública de excelência para todos. Foi para isso que o governador Ibaneis Rocha nos convocou, é isso que nossas crianças e jovens precisam e é exatamente isso o que estamos fazendo.

[topo](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIÊNCIA

A história pré-Cabral contada pelas árvores

Estudo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e do Instituto Max Planck, na Alemanha, mostra que índios modificavam o ambiente e domesticavam plantas antes da chegada dos europeus ao Brasil, contrariando a ideia da passividade desses povos

As árvores da Amazônia estão ajudando pesquisadores a pintar um quadro mais realista da história da região. Se há até muito pouco tempo — de cinco a 10 anos atrás —

predominava a ideia de uma floresta intocada antes do século 16, quando os europeus chegaram, novos estudos que se valem de diversas técnicas, inclusive a avaliação botânica, contestam a imagem de populações passivas, que não alteravam o ambiente no qual viviam. Agora, mais um trabalho reforça que os antigos indígenas também transformavam a paisagem para abrir roças no meio do mato.

Em um estudo publicado na revista Plos One, cientistas mostram, por meio da avaliação de anéis de árvores, que há mais de 400 anos os índios domesticavam plantas com o provável objetivo de cultivar alimentos, como a mandioca. O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Charles R. Clement, um dos autores do artigo, explica que os anéis que se formam no interior dos troncos das árvores, e que podem ser vistos quando elas são cortadas verticalmente, revelam diversas informações sobre os espécimes. A idade e as respostas às variações climáticas são alguns dos dados extraídos dessas marcas. Mas, além disso, é possível inferir que houve transformação da paisagem.

Nas florestas, a concorrência por espaço é grande, observa Clement. Quando os anéis diminuem em largura, ano a ano, isso significa que a árvore não está conseguindo crescer muito, devido à alta competitividade. Por outro lado, se os anéis se expandem é porque os concorrentes foram eliminados ou, ao menos, diminuíram de quantidade. “A árvore pode ter caído naturalmente, por ser velha, ou pode ter sido morta pela queda de um relâmpago”, exemplifica. Esse mesmo processo pode ser atribuído ao homem. “Ao entrar na floresta e derrubar árvores para abrir clareiras e plantar milho ou mandioca, a concorrência diminui”, diz o pesquisador.

El Niño

No estudo, o engenheiro florestal Victor L. Caetano Andrade, primeiro autor do artigo e quem liderou o trabalho, baseou-se nos anéis de castanheiras, importantes fontes de nutriente das populações locais há muito tempo, para investigar se eles estavam expandindo demasiadamente, em um ritmo que não poderia ser explicado apenas por fenômenos naturais. O estudo de anéis em árvores tropicais é uma ferramenta recente na arqueologia, observa.

“Árvores são coisas fantásticas. Elas perduram na paisagem por centenas de anos e respondem às variações climáticas e ambientais do local onde vivem. Por muito tempo, acreditou-se que espécies tropicais não formavam anéis anuais de crescimento”, conta Andrade. Contudo, essa ideia se mostrou equivocada. Na Amazônia, por exemplo, variações anuais no nível dos rios (nas florestas alagáveis) e variações anuais do período das chuvas (nas florestas de terra firme) são gatilhos que possibilitam a formação destes anéis anuais.”

O pesquisador, que fez mestrado no Inpa e, atualmente, cursa pós-doutorado no Instituto Max Planck, Alemanha, explica por que escolheu a castanha-do-Brasil para o estudo. “Certas espécies de árvores são importantes para a subsistência e intimamente ligadas às atividades humanas por milhares de anos, como é o caso da castanha-do-Brasil”, diz. “O manejo de árvores na Floresta Amazônica frequentemente envolve práticas que incluem a limpeza do sub-bosque, a abertura do dossel da floresta, a derrubada de plantas lenhosas e a proteção ativa das plantas de interesse. Essas ações humanas basicamente mudam o ambiente no qual essas árvores estão crescendo, nós realizamos esse estudo

para encontrar evidências dessas práticas nos anéis de crescimento”, assinala.

Segundo Charles R. Clement, pesquisadores têm registros da ocorrência do El Niño — fenômeno que prolonga e aumenta a severidade da estiagem, resultando no crescimento menor das árvores — que remontam os últimos mil anos. Com esses dados nas mãos, os cientistas puderam inferir se os anéis da castanha-do-Brasil apresentavam expansão reduzida por causas naturais (quando a idade da árvore coincidia com a ocorrência do El Niño) ou por ação humana. “Se um bom número de árvores perdeu em concorrência, todas de uma vez, não pode ser um efeito natural, e o mais provável é que um grupo de índios tenha aberto clareiras na floresta”, explica.

Como o único instrumento disponível na época para derrubar árvores eram machados de pedra, o que dificultava essa ação, Clement acredita que os indígenas não conseguiam fazer roças muito grandes, o que explica a rápida recuperação da cobertura florestal depois de esses povos serem dizimados pelos europeus.

De acordo com o pesquisador do Inpa, a arqueobotânica tem contribuído para recontar a história da Amazônia de forma sem precedentes. Com base em estudos que estão sendo conduzidos por alunos dele, Clement afirma que, nos próximos anos, pode-se esperar muitas novidades sobre o passado da região. O próprio Victor L. Caetano Andrade pesquisa, no momento, como ocorria o manejo florestal na era pré-cabralina a partir de análises genéticas dos espécimes.

Três perguntas para

Publicação: 04/04/2019 04:00

(Arquivo Pessoal)

Victor L. Caetano Andrade

Como o senhor começou a se interessar pela arqueologia da Amazônia pré-cabralina? Eu comecei a me interessar pela arqueologia amazônica quando estava fazendo meu mestrado no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), em Manaus. Depois de ter estabelecido uma orientação com um dos maiores especialistas em dendrocronologia da Amazônia, Jochen Schöngart, eu tive o prazer de conhecer o pesquisador Charles Clement, que viria a ser meu coorientador pouco tempo depois. O professor Charles estuda a domesticação de plantas na Amazônia, tema que é intimamente ligado à arqueologia. Assim, depois de conversar com colegas e promover uma reunião entre esses dois professores, surgiu a ideia de analisar os anéis das árvores sob a ótica da influência humana na paisagem. Tive também o grande prazer de contar com o auxílio dos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (Neai) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), que estudam e promovem a diversidade cultural dos povos indígenas na Amazônia, além do apoio de diversos pesquisadores do Inpa.

O resultado do estudo contribui para reforçar a ideia cada vez mais crescente de que os índios que habitavam a região não eram meramente coletores, mas modificavam ativamente o ambiente?

Sim. Até recentemente, as florestas da Bacia Amazônica costumavam ser consideradas

“intocadas” ou o local de ocupação e uso humano em pequena escala antes da chegada dos exploradores europeus no século 16. No entanto, diversas pesquisas arqueológicas, arqueobotânicas, paleoambientais e ecológicas recentes destacam evidências extensas e diversificadas da domesticação de plantas, dispersão de plantas, manejo florestal e alteração da paisagem por sociedades pré-coloniais.

Quais outros aspectos os estudos que o senhor tem conduzido na região revelaram sobre a história pré-cabralina amazônica?

Existe hoje um crescente número de pesquisadores interessados em estudar a Amazônia pré-cabralina. Está cada vez mais claro que não podemos negar a importância das populações que habitaram a Amazônia antes da chegada dos europeus quando pensamos na preservação e sustentabilidade desse ambiente cada vez mais ameaçado pelas pressões globais. Mostrar essa história “contada pelas árvores” para a sociedade também é importante para reafirmar a importância dos diversos povos indígenas que ainda habitam a Amazônia e que historicamente sofrem pressões contra suas culturas e seus territórios. Meu objeto de estudo é a floresta. Atualmente, estou buscando entender essas interações passadas numa escala mais ampla na Amazônia brasileira. Análises interdisciplinares dessas árvores, incluindo o uso de genética e isótopos, devem permitir investigações mais detalhadas sobre como o manejo florestal mudou ao longo dos períodos pré e pós-coloniais. Entender o passado e as mudanças ao longo do tempo é fundamental quando pensamos em políticas para conservação dessas florestas. (PO)

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Remover o entulho

Bolsonaro dá sinal de render-se ao bom senso com o propósito de demitir Vélez

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) vai enfim mostrando a disposição de se livrar de problemas que ele próprio criou para seu governo.

Na quinta-feira (4), deixou de ser refém da ladainha contra a “velha política”, ao iniciar uma rodada de encontros com dirigentes de partidos representados no Congresso com vistas à negociação da essencial reforma da Previdência.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/04/remover-o-entulho.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Vagas à vista

Dois ministros na corda bamba podem abrir espaço para partidos na Esplanada

Centrão e congêneres dispensam os postos que sobraram na xepa resultante da nova política. O único sinal pouco mais enfático de adesismo à base parlamentar de Bolsonaro vem do DEM porque já conta com três ministérios —e quer mais.

Nesta sexta-feira (5), o presidente indicou que o ministro Ricardo Vélez (Educação) poderá desocupar a cadeira na próxima semana. Timing apropriado para abertura de vaga na Esplanada dos Ministérios.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/julianna-sofia/2019/04/vagas-a-vista.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Antes eles do que eu

Após receber recado de Bolsonaro para dar fim à briga, Araújo disse a pessoas próximas que se sente pressionado a agir, sob pena de ficar em situação semelhante à de Ricardo Vélez (Educação), que praticamente cumpre aviso prévio. No governo, há quem aposte na queda dos quatro envolvidos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/06/impasse-na-apex-faz-bolsonaro-cobrar-solucao-de-ministro-ainda-que-ela-envolva-exoneracoes/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Pare (mesmo) de acreditar no governo

A sala de aula não é pátio de diversões de ideólogos ou doutrinadores

Descubro que o mesmo Garschagen é autor do livro "Pare de Acreditar no Governo". Não o li, mas concordo com o comando do título, que tem validade geral e serve como advertência de singular relevância no caso do governo Bolsonaro. Esses "antissocialistas" não só mimetizam a "ação política" do "inimigo" como a conduzem para além de limites que o PT jamais ultrapassou. O MEC é a prova disso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/demetriomagnoli/2019/04/pare-mesmo-de-acreditar-no-governo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

Bolsonaro indicou nesta sexta (5) que ministro Ricardo Vélez Rodríguez sairá na segunda-feira

Brasília

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/politicos-militares-e-olavistas-disputam-indicacao-para-o-mec.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Auditoria propôs que gráfica não imprimisse Enem em 2019

Licitação é investigada por suposto direcionamento à empresa RR Donnelley

Brasília

Auditoria da área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) defendeu no início de 2018 que o governo federal não renovasse neste ano contrato com a gráfica RR Donnelley para a impressão do Enem. A empresa anunciou falência no fim de março, o que levou preocupação sobre prazos para aplicação do exame.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/auditoria-propos-que-grafica-nao-imprimisse-enem-em-2019.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Em São Paulo, livros não terão mudança na interpretação do golpe, diz Covas
Em entrevista à Folha ao completar um ano no cargo, prefeito de SP defende cortes por eficiência e promete zeladoria melhor

São Paulo

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), diz que vai barrar no ensino municipal paulistano uma eventual mudança nos livros didáticos que retire a classificação de "golpe" para a ascensão dos militares ao poder em 1964, prometida pelo ministro Ricardo Vélez (Educação) nesta semana.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/em-sao-paulo-livros-nao-terao-mudanca-na-interpretacao-do-golpe-diz-covas.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Bolsonaro indica demissão de ministro da Educação
Executivo. Presidente diz que ‘está faltando gestão’ na pasta de Vélez Rodríguez e sugere que a definição será na segunda-feira; impasse provoca paralisia e atrasos no ministério

O presidente Jair Bolsonaro sinalizou ontem que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, deixará o cargo na segunda-feira. Com menos de 100 dias à frente da pasta, o ministro enfrenta uma série de problemas e foi obrigado pelo Palácio do Planalto a demitir 18 pessoas, entre elas três secretários executivos, o equivalente a seu sub. A crise provocou paralisia no ministério e prejudica o andamento dos principais programas da pasta.

“Está bem claro que não está dando certo. É uma pessoa bacana, honesta, mas está faltando gestão, que é uma coisa importantíssima. Vamos tirar a aliança da mão direita e pôr na mão esquerda ou na gaveta”, afirmou Bolsonaro, em café da manhã que reuniu diretores de jornais e repórteres de TV, no Palácio do Planalto. O Estado estava entre os convidados.

A crise afetou programas do MEC. O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio está paralisado. Além disso, o cronograma do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está comprometido. A crise na pasta se arrasta desde meados de fevereiro. A troca do ministro vem sendo cogitada dentro do governo há pelo menos três semanas. A substituição esbarra na dificuldade de se encontrar um nome de consenso.

Bolsonaro admitiu que Vélez poderá ser reaproveitado em outra pasta, mas disse não ter definido onde. “Quem decide sou eu. Segunda é o dia do fico ou não fico. A situação da Educação Jair Bolsonaro Olavo de Carvalho Ricardo Vélez Rodríguez será resolvida”, afirmou ele. Questionado sobre a influência do escritor Olavo de Carvalho no governo – e, especialmente, no Ministério da Educação –, Bolsonaro disse que isso não existe. “Tem pouca gente do Olavo na Educação.” Mais tarde, em outro evento no Planalto,

Bolsonaro minimizou. “Não está decidido ainda, tudo pode acontecer.”

A crise no Ministério da Educação é mais um episódio da guerra entre “olavistas” e militares dentro do governo que o presidente nega existir. Guru ideológico da família Bolsonaro, Olavo de Carvalho indicou Vélez para o cargo. Ontem, porém, o escritor rifou o colombiano, por meio de uma publicação na rede social Facebook. Ele chamou Vélez de “traíçoeiro”. “Não vou fazer nada contra ele, mas garanto que não vou lamentar se o botarem para fora do ministério”, escreveu Olavo.

‘Fritura’. A situação de Vélez mostra um aspecto errático da personalidade de Bolsonaro na hora de demitir aliados. Assim como fez com Gustavo Bebianno, ex-ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, o presidente deixou Vélez “fritar” em praça pública. Alvo de críticas do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), Bebianno ficou dias no “limbo”, sem ser recebido pelo presidente. Bolsonaro chegou a oferecer uma diretoria de Itaipu, cargo que Bebianno recusou, até que finalmente foi demitido do cargo.

A tática dos presidentes para demitir ministros pouco mudou ao longo da história do Planalto. Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff também demoravam a exonerar seus subordinados.

Há dez dias, em audiência pública na Câmara, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), de 25 anos, expôs Vélez ao questionar seu preparo para o cargo. A apresentação levada pelo ministro aos deputados não continha nem mesmo metas e projetos para sua gestão no ministério.

Em meio a polêmicas como o pedido para que escolas filmassem e enviassem para o MEC vídeos com alunos cantando o Hino Nacional, revelado pelo Estado, e possibilidade de mudanças na abordagem do golpe e da ditadura militar em livros didáticos, o governo foi surpreendido pela falência da gráfica RR Donnelley – que imprime as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2009. Marcado para novembro, o exame precisa estar com as provas impressas até maio para que seja realizado.

Natural de Bogotá, capital da Colômbia, o ministro também acusou os brasileiros de se comportarem como canibais em viagens no exterior. Entre os hábitos dos brasileiros, ele mencionou o roubo de objetos em hotéis e do assento salva-vidas dos aviões. “Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola”, disse o ministro.

A exemplo de Bebianno, Vélez Rodríguez não foi informado sobre sua possível demissão. “Pergunta a quem de direito, a quem falou isso”, respondeu. Em Campos do Jordão (SP), onde participou do fórum do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), ele disse que não iria entregar o cargo. Ao ser questionado sobre se sua permanência teria ficado insustentável, ele respondeu que apenas a morte tem essa característica.

Na semana passada, o governo sondou o nome do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Carlos Alberto Decotelli. Outro nome cotado é o do deputado João Roma (PRBBA).

“Está bem claro que não está dando certo. (Ricardo Vélez) É uma pessoa bacana,

honesto, mas está faltando gestão, que é uma coisa importantíssima. Vamos tirar a aliança da mão direita e pôr na mão esquerda ou na gaveta (...) Segunda é o dia do fico ou não fico. A situação da Educação será resolvida.”

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

“Não vou fazer nada contra ele (Vélez), mas garanto que não vou lamentar se o botarem para fora do ministério.”

‘GURU’ BOLSONARISTA

“Não vou entregar o cargo (...) Insustentável por quê? A única coisa insustentável é a morte.”

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fies registra atrasos em 1 milhão de contratos

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Fies registra atrasos em 1 milhão de contratos

Sindicato estima também que R\$ 2 bilhões não foram repassados a faculdades

A instabilidade no Ministério da Educação (MEC) desde o início do ano atrasou a concessão e a renovação de cerca de 1 milhão de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O levantamento foi feito pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), que estima também um atraso de R\$ 2 bilhões em repasses para faculdades, referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

Das 100 mil vagas novas que foram ofertadas para o programa no primeiro semestre de 2019, 60% foram preenchidas, ou seja, tiveram estudantes selecionados para ocupá-las. No entanto, apenas 1.758 conseguiram finalizar o contrato com o banco. Há também o atraso nos aditamentos, que é a renovação semestral do benefício. O Estado apurou que, dos cerca de 1 milhão que deveriam ser renovados neste semestre, apenas 18,5 mil já passaram por todos os trâmites e terminaram de ser contratados.

Para os alunos que foram selecionados neste ano para o programa, o principal problema é a obtenção do Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) ou de Regularidade de Matrícula (DRM), necessários para a contratação ou continuidade do financiamento, que não estão sendo emitidos por uma falha na transmissão de dados do governo federal. Já os aditamentos só começaram a ser processados nesta semana e as faculdades estão enfrentando problemas no sistema para completar a contratação.

“Não há uma governança bem feita para pressionar que o problema seja resolvido. Estamos em abril e a justificativa é a mesma há meses, de que há inconsistência no sistema. Como podem demorar tanto para resolver uma questão como essa? Deveria ser prioridade”, afirma Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp.

Insegurança. Pela legislação, como o atraso na contratação se deve a um problema no sistema, os estudantes não podem ser impedidos de frequentar as aulas. No entanto, a indefinição sobre a contratação causa insegurança entre eles. É o caso de Andreza Reis, de 21 anos, que aguarda a finalização de seu contrato para o financiamento de

91% da mensalidade para o curso de Odontologia em uma faculdade em Salvador.

Se a contratação não for efetuada, ela terá de arcar com as mensalidades, de R\$ 2,7 mil, do período em que frequentou a instituição. “Eu estou indo para as aulas, porque daqui a pouco começam as provas e não dá mais para eu ficar esperando. Mas tenho medo de não sair o contrato e eu ficar com uma dívida que não posso pagar.”

O atraso também traz problemas para as faculdades que, até a finalização do aditamento e contratação, não recebem. Com isso, já acumulam R\$ 2 bilhões de repasses que deveriam ter recebido nos meses de janeiro e fevereiro dos alunos que estão frequentando as aulas.

“Todo ano registramos problemas e atrasos no Fies, mas chegar a abril dessa forma é muito prejudicial, para os alunos e as instituições de ensino. Sem o recurso, elas podem ter dificuldade para o pagamento dos funcionários, que representam a maior parte do custo de uma faculdade”, diz Sólton Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Uma das maiores instituições particulares de ensino do País, com sede em uma capital do Nordeste, está com mais de 3 mil contratos do Fies sem aditamento, e há ainda cerca de 300 novos parados – o que representa quase 15% do total de alunos da faculdade. A direção pediu para que o estabelecimento não fosse identificado. Procurado, o MEC não se posicionou.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE TCU deve julgar ação contra gráfica que faliu BRASÍLIA

Sete meses após um pedido de vista, o Tribunal de Contas da União (TCU) deve julgar nas próximas semanas o processo da RR Donnelley, responsável pela impressão do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nos últimos dez anos. A empresa foi denunciada por uma concorrente por suposto favorecimento na obtenção dos contratos com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Esta semana, a gráfica decretou falência.

O processo foi levado ao plenário em setembro pela ministra Ana Arraes, mas o ministro Benjamin Zymler pediu vista para analisar o caso. Zymler liberou ontem o processo para julgamento, após reportagem do Estado. Segundo a denúncia apresentada pela gráfica Plural, a pedido de representantes da RR Donnelley, funcionários do Inep teriam colaborado para manter a gráfica como única apta a imprimir o Enem desde 2009. Os contratos anuais são de mais de R\$ 120 milhões.

A equipe técnica do TCU propôs ao plenário que proíba o Inep de firmar contratos de longa duração e de fazer prorrogações sem concorrência. A proposta é para que contratos sejam feitos ano a ano. O relatório cita também “excesso de rigor” e propõe que o Inep busque “exigências mais embasadas” que não venham a restringir indevidamente a concorrência. A posição da relatora, Ana Arraes, está alinhada com a dos auditores, segundo o Estado apurou.

O processo poderá servir para modificar as regras de licitação nas provas do Enem. Um

segundo processo, que ainda será julgado, analisa a forma de licitação para impressão das provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Bolsonaro indica que vai demitir Vélez do MEC

Bolsonaro sinaliza demissão de Vélez ao dizer que vai tirar a aliança da mão direita

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro prometeu ontem pôr fim, segunda-feira, na crise que atinge o Ministério de Educação (MEC) desde o início do governo. E a solução pode passar pela demissão do ministro Ricardo Vélez Rodriguez. A afirmação foi feita durante um café da manhã de uma hora no Palácio do Planalto com um grupo de 15 jornalistas, entre colunistas e chefes de redação de diversos veículos.

No encontro, do qual O GLOBO participou, o presidente abordou ainda a tensa relação com o Congresso, admitiu abrir mão de pontos da reforma da Previdência e desculpou-se pelo que chamou de "caneladas".

Se a saída de Vélez for confirmada, ele será o segundo exonerado por Bolsonaro desde aposse. Em fevereiro, o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, foi o primeiro.

— Está bastante claro que não está dando certo o ministro Vélez. É uma pessoa honrada, mas está faltando gestão. Na segunda-feira, vamos tirar a aliança da mão direita, ou vai para a esquerda ou vai para a gaveta—disse o presidente, acrescentando que a decisão já está tomada.

Vélez, que está em Campos do Jordão (SP) para participar como palestrante de um fórum empresarial, afirmou que não pretende entregar o cargo. Em meio à disputa de poder dentro do MEC, pelo menos 16 pessoas do alto escalão já foram demitidas desde janeiro. Alguns dos exonerados eram ligados ao ideólogo da direita Olavo de Carvalho. Bolsonaro, no entanto, negou que Carvalho tenha influência na pasta:

— Tem pouca gente do Olavo de Carvalho na Educação. Ele teve uns 8.000 alunos à distância.

FALTA "HABILIDADE POLÍTICA"

O presidente deixou claro durante a conversa que está disposto a conversar com caciques dos partidos do Congresso e atender algumas de suas demandas, mas reafirmou que não irá trocar cargos por apoio parlamentar. Sem tergiversar, admitiu que parte das arestas com a classe política se deve à pouca intimidade de sua equipe com o parlamento: — A maioria dos ministros não tem nenhuma habilidade política. Vivência política. Ontem, alguns (presidente de partido) reclamaram de ministros, de bancos oficiais... O presidente da Caixa recebe umas 20 ligações e não tem como atender. Mas tem que ter alguém que atenda. Muitas vezes, o pedido é uma coisa simples, às vezes cabe a ele só colocar uma assinatura —pontuou.

O presidente disse que a única preocupação em relação ao Congresso é com a votação da reforma da Previdência. Um dos temores no parlamento é justamente a possibilidade

de a relação entre Executivo e Legislativo piorar após o projeto prioritário do Planalto ser aprovado.

— A não ser a Previdência, não temos outra medida que tenhamos de forçar a barra para aprovar — destacou Bolsonaro.

O presidente, no entanto, fez uma avaliação positiva da conversa com os presidentes de partidos na quinta-feira. Ele recebeu os presidentes do PRB, PSD, DEM, PP, PSDB e MDB no Planalto. Para o presidente, eles entenderam a nova forma de fazer política que o governo deseja.

— Ninguém falou em cargo ontem. No dia anterior, o vice (Hamilton Mourão) falou em cargo, mas não aconteceu. Matamos no peito — afirmou, destacando, no entanto, que não ficará restrito às cúpulas das legendas:

— Estamos conversando com a elite (política), mas também com o baixo clero. Eu sempre fui baixo clero.

Uma das reclamações dos presidentes de partidos, segundo Bolsonaro, é com a divisão frequentemente feita pelo governo entre "nova" e "velha" política. O presidente disse que está conversando inclusive com os subordinados para evitar melindrar a classe política com essa classificação.

— Eles não querem mais falar em nova e velha política. Tenho conversado com todos (os ministros) para darem uma segurada.

Até semanas atrás, o governo tentava construir uma base sem vinculação com os partidos. Não funcionou. Em dois meses, o Planalto sofreu derrotas e conseguiu pouco apoio de fora de seu partido, o PSL. Indagado sobre baixa adesão das bancadas temáticas da Câmara, Bolsonaro mostrou-se incomodado:

— A bancada ruralista, eu escolhi o ministro que eles indicaram. Não foi lista tríplice, foi quem eles indicaram. Saúde, com o Mandetta, foi a mesma coisa. O do Turismo, a mesma coisa.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS A VIÚVA PORCINA DO MEC

Ricardo Vélez reagiu dizendo “que não pretende entregar o cargo” aos comentários de que seria demitido, segunda. Se não vai entregar, por que então não assume finalmente o cargo de Ministro da Educação, nomeado em janeiro?

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

Vélez nunca foi ministro da Educação

Escolhido para ser da banda ideológica do governo, jamais tratou da real agenda da pasta

Ricardo Vélez Rodríguez tem uma incompatibilidade nata com o cargo de ministro da Educação. Professor de Filosofia, arremetido para fazer parte do grupo ideológico do governo, Vélez parecia ter a missão de colocar nos eixos um setor visto pelas lentes do bolsonarismo como um bolsão de marxistas, impregnado de uma visão politicamente errada da sociedade brasileira, uma ameaça à família e às demais instituições.

Em café da manhã ontem com jornalistas, o presidente Jair Bolsonaro indicou que Véléz terá pouco tempo mais de governo: “está bastante claro que não está dando certo. Na segunda-feira, vamos tirar a aliança da mão direita, ou vai para a esquerda ou vai para a gaveta.” A decisão já está tomada, completou Bolsonaro. Nunca esteve no MEC, na verdade. O ministro se notabilizou apenas por emitir opiniões inapropriadas.

Escorregou ao tachar de “canibal” o brasileiro em turismo no exterior, quando, segundo ele, rouba hotéis e até mesmo o “assento salva-vidas dos aviões”. Qual a relação do MEC com o tema? Para o ministro, é na escola que o brasileiro aprenderá a não ser um selvagem. Ora, é na escola que o brasileiro precisa aprender muita coisa, para se qualificar e ocupar um posto no mercado de trabalho, contribuindo para aumentar a baixa taxa de produtividade da economia brasileira.

Este, um dos objetivos estratégicos do país, jamais foi mencionado com a ênfase devida em alguma declaração de Véléz nos quase cem primeiros dias de governo. O tempo foi desperdiçado, por exemplo, na emissão de uma circular a todas as escolas, para que, no primeiro dia do ano letivo, os alunos, perfilados, saudassem o hasteamento da Bandeira, enquanto cantavam o Hino Nacional, e ainda lessem um texto em que se citava o lema de campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

O MEC de Rodríguez também determinou que a direção dos estabelecimentos filmasse os alunos lendo o texto, e enviasse o material para o ministério e a Secretaria de Comunicação da Presidência. Clara tentativa, ilegal, de usar imagens privadas em peças de propaganda política. É provável que o enfrentamento de grupos bolsonaristas no MEC, na disputa pelo poder, tenha ajudado o ministro a se desviar da pauta de temas concretos e importantes da sua pasta.

Em 27 dias, Véléz demitiu 14 assessores. Um dos últimos atos da crise no MEC foi a aparente tentativa de salvamento do professor, com a nomeação do tenente-brigadeiro Ricardo Machado Vieira como secretário-executivo da pasta. Buscaria algum apaziguamento no MEC. Pelo que disse Bolsonaro ontem de manhã, o plano foi abortado.

Mas nenhum problema será resolvido se Véléz viera ser substituído por alguém que não seja um especialista na área. Um novo secretário no posto será trágico. Há muito o que fazer no MEC, existe uma agenda em andamento e, em boa medida, é a partir da administração deste ministério que o Brasil conseguirá ou não fazer a revolução na educação de que depende seu futuro.

[topo](#) ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

Perícia de incêndio no Museu Nacional confirma descaso

Investigação mostra que fogo começou em ar-condicionado ligado a uma gambiarra

Não foi raio, balão, pico de energia, muito menos um incendiário, o vilão que transformou em cinzas o valioso —e irrecuperável— acervo do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. Foi descaso mesmo. A minuciosa perícia feita pela Polícia Federal concluiu que o incêndio que destruiu a mais antiga instituição científica do país, na noite de 2 de setembro do ano passado, foi causado por uma sobrecarga num aparelho de ar condicionado instalado no auditório. Uma gambiarra na fiação pode ter

contribuído para agravar o quadro.

Segundo os peritos, o equipamento que pegou fogo estava ligado, junto com outros dois, a um mesmo disjuntor, o que contraria normas de segurança. Foi constatado ainda que o sistema não tinha aterramento, como recomendado. Apesar dessas falhas, isso, por si só, talvez não causasse o estrago que se viu. Mas outros desleixos ajudaram o fogo a se propagar. Os peritos enfatizaram que o museu não tinha equipamentos básicos de combate a incêndio.

Como sprinklers (chuveirinhos) ou portas corta-fogo. Não contava também com hidrantes de parede. Os detectores de fumaça não estavam acionados, e várias câmeras internas não funcionaram. Segundo afirmou ao GLOBO Wesley Pinheiro, consultor de prevenção e combate a incêndios, o Museu Nacional teria de contar com uma brigada antifogo, por ser um prédio construído antes de 1976, quando entrou em vigor a legislação contra incêndio.

Mas ela também não existia, pelo menos no horário em que surgiram as chamas, quando a instituição já estava fechada. Impressiona o pouco caso com que a UFRJ e a direção do museu trataram a segurança do acervo de valor inestimável. Após o incêndio, soube-se que estava prevista a instalação de um sistema contra incêndio no palácio, ao custo de R\$ 2,3 milhões, que seriam financiados pelo BNDES. O fogo chegou antes.

Fica evidente que sempre foi um erro um dos principais museus do país ser administrado por uma universidade que, em que pese a excelência acadêmica, tem graves problemas para administrar o patrimônio. Antes do Museu Nacional, a histórica Capela São Pedro de Alcântara, no campus da Praia Vermelha, já tinha tido o mesmo destino — o prédio de 1850 foi consumido pelas chamas em março de 2011.

Convém lembrar ainda que não havia qualquer plano de contingência. Grandes museus do mundo, como o Louvre, em Paris, têm projetos para retirar as peças mais valiosas em caso de incêndio. No Museu Nacional, isso ficou por conta de funcionários abnegados, que se arriscaram para salvar partes do acervo, tudo por conta própria. O Museu Nacional está destruído. Mas existem outros, país afora, com problemas semelhantes. É preciso agir para evitar que essa tragédia se repita.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

(Crise no MEC) é uma tempestade perfeita

Desconvidado a assumir o Ministério da Educação no início do governo, diretor do Instituto Ayrton Senna diz que inabilidade de Véléz e o fato de Bolsonaro não blindar a pasta estão na raiz de sua paralisia

ENTREVISTA - Mozart Neves Ramos/ EDUCADOR

Em novembro de 2018, o educador e diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos, aceitou convite para ser o ministro da Educação no governo Bolsonaro. Mas, por influência da bancada evangélica, o presidente recuou e nomeou para o posto Ricardo Véléz Rodríguez. Três meses depois do início da gestão, Ramos observa de longe a paralisia do MEC e é taxativo ao dizer que a inabilidade de Véléz e o fato de Bolsonaro permitir interferências externas na pasta formam a “tempestade perfeita” que está na origem da crise do ministério. Ramos lança na semana que vem o livro “Sem educação não haverá futuro” (Moderna), que reúne artigos seus publicados na imprensa

de 2016 a 2018, sobre os principais gargalos no setor.

No livro, o senhor cita a alfabetização como pedra angular da educação. O governo colocou a área como prioridade, mas os trabalhos no setor não evoluíram. Como vê o cenário atual?

Alfabetizar as crianças até os 7 anos é o primeiro dever de casa a ser feito. O Brasil tem que aprender com o Brasil. Temos o exemplo do Ceará, que faz isso bem. Ao considerar a alfabetização das crianças uma prioridade e criar a Secretaria Nacional de Alfabetização, o MEC tomou uma medida acertada. Por outro lado, é preciso entender que existem muitos modelos de alfabetização e que é inconstitucional impor apenas o método fônico. O MEC erra ao dizer “você pode fazer o seu método, mas não vou financiar o seu, só vou financiar se implementar o método fônico.”

O senhor cita também a necessidade de uma educação pública de qualidade, sobretudo por meio do ensino integral. Isso seria possível em um cenário no qual o governo pressiona para desvinculação de recursos do orçamento e o descumprimento do mínimo constitucional para a educação?

O Brasil precisa levar para a escola a educação do século XXI, com modelo que considere o desenvolvimento pleno da criança. E para fazer essa agenda, preferencialmente em tempo integral, precisamos de dinheiro. Quando o Ministério da Economia coloca essa questão de não respeitar os 25% das receitas para a Educação pode haver um grande prejuízo. Apesar de o Brasil ter praticamente triplicado dos anos 2000 para cá o investimento por aluno ao ano, quando comparamos a países da OCDE e da comunidade europeia, o investimento ainda é pouco. É preciso fazer a gestão desse investimento associado a um planejamento de aumento desse recurso, em uma política que chegue a 10% do PIB, como prevê a meta 20 do PNE. Hoje o Brasil está investindo 6,1% do PIB em educação.

O Fundeb, principal fundo de financiamento da educação básica, vence no ano que vem e ainda não há definição do governo do que pretende apresentar ao Congresso para a área. Isso é perigoso?

Eu vejo com muita preocupação. O Fundeb, que financia toda educação básica, é uma PEC. Então, com o ambiente que há hoje no Congresso, com a pauta travada pela reforma da Previdência, sem ambiente político adequado, com o MEC muito fragilizado por conta de todos esses desencontros e interferências externas, podemos incorrer num risco muito sério e grave de não ter a renovação do Fundeb no tempo certo. Deveríamos ter uma agenda de urgência que olhe para o Fundeb em uma ação articulada do Executivo com o Legislativo para correr contra o tempo. Estamos bem atrasados e isso pode ter um impacto danoso na educação básica brasileira.

O MEC está parado há três meses. É possível recuperar o tempo perdido?

O presidente da República vai ter que, literalmente, bater na mesa, e empoderar o ministro da Educação, seja ele quem for. Se Véliz continua ou não continua. Seja quem for o ministro, o presidente tem que dar a ele a tranquilidade para montar sua equipe, estabelecer a autonomia de funcionamento e sem as ingerências externas, que foram enormes. O MEC vai ter que fazer uma agenda da urgência que envolve o Enem, o Fies

e o Fundeb.

O ministro parece não ter força política e prestígio no Planalto, e mesmo assim há uma relutância em substituí-lo. É um descaso com a educação?

Tudo leva a crer que no início da próxima semana haja mudanças substanciais no MEC. Na minha opinião, o nível de desgaste do ministro Vêlez é irreversível. O ministério precisa de um novo oxigênio. Não adianta botar quem quer que seja se não houver autonomia para formar sua equipe, conduzir os processos sem a ingerência de pessoas externas. O ministro tem que ser blindado pela Presidência da República.

Acha que é possível resguardar a pasta dessas interferências?

A palavra do presidente tem que valer. Tivemos cerca de quatro nomes para a secretaria executiva do MEC. Dois ou três assumiram, um foi anunciado pelo ministro, mas não confirmado pela Presidência. Eu nunca vi isso. Isso é um desgaste absurdo para o ministério e não há mais tempo. Não se pode mais errar.

Então, na sua opinião, Bolsonaro é mais responsável pela crise no MEC do que Vêlez?

É uma tempestade perfeita. O grande desafio do Vêlez era a ausência de experiência em gestão pública. Para gerir o maior órgão da Educação no país é muito importante que se tenha alguma experiência, por outro lado isso teria sido minimizado se ele tivesse tido a oportunidade de formar uma boa equipe, harmoniosa. Mas ele também não teve. Teve uma equipe muito fragmentada de acordo com os interesses não só da bancada evangélica, mas também do Olavo de Carvalho, dos militares, do Paulo Guedes. Ele teve um coquetel de pessoas com ideologias e pensamentos diferentes. E continuamente as ingerências externas.

O que seria diferente se o senhor tivesse assumido a pasta?

Fui convidado pelo ministro Onyx, que representava o presidente. Eu aceitei o convite, mandei meu currículo, estava tudo certo para ter a conversa com Bolsonaro, mas houve uma queda de braço com a bancada evangélica, o que é legítimo e normal da política. Então o presidente foi buscar Vêlez para resolver o problema. Prever o futuro é sempre difícil. À época o presidente tinha dito que cada ministro teria autonomia para constituir a sua equipe. Pelo conhecimento que tenho na área e por ter passado por cargos públicos, eu já tinha nomes estratégicos importantes que poderiam me ajudar nessa caminhada. Eu tentaria levar o que há de melhor na educação.

Aceitaria o cargo hoje, caso fosse novamente convidado?

Cem dias se passaram, e muita coisa mudou. Em primeiro lugar, estou à disposição da causa. Inclusive procurei o ministro em janeiro para me colocar à disposição para ajudá-lo. Fui a Brasília. Falei como poderíamos enfrentar determinados problemas e quais eram os desafios. Ele me ouviu mais do que falou. Acho importante assumir qual é o caminho que tem que ser seguido, qual é a orientação estratégica. Não faz sentido aceitar qualquer cargo se não se tem a clareza da autonomia para tocar uma pasta tão complexa quanto a da Educação.

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL

Ministros trapalhões

Os principais auxiliares de Bolsonaro mais produziram bagunças administrativas e despautérios verbais, em 100 dias de governo, do que apresentaram projetos que modificassem a realidade de suas pastas

Desde que o governo Bolsonaro começou, toda semana o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, demite alguém. Em 14 semanas, Vélez já trocou pelo menos 13 pessoas nos cargos de alto escalão. Em um país que se esforça para reduzir gastos, a alta rotatividade na Educação já gerou um custo de R\$ 180 mil em pagamentos para secretários que se deslocam a Brasília para serem defenestrados logo em seguida. Vélez é a mais vistosa ave da ala de ministros exóticos do governo Bolsonaro. Uma equipe que tem se esmerado em provocar constrangimentos e trapalhadas.

No discurso anterior à posse, a promessa de Bolsonaro era formar um ministério enxuto, com apenas 15 pastas, eficiente e eminentemente técnico. De saída, quebrou-se a regra de austeridade: o governo chegou a 22 ministérios. Em alguns casos, porém, o perfil foi atingido. O ministro da Economia, Paulo Guedes, é o melhor exemplo, assim como o da Justiça, Sergio Moro. Também é assim com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Mas, em outras áreas, especialmente aquelas em que prevaleceu a indicação do astrólogo Olavo de Carvalho, os escolhidos beiram o bufo. Além de Vélez, há Ernesto Araújo, nas Relações Exteriores, versando a constrangedora defesa de que o nazismo de Adolf Hitler foi um movimento de esquerda, apenas porque o partido do déspota se chamava Nacional Socialista. E tem também Damares Alves, que assumiu o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, emitindo várias opiniões desvairadas, como aquela em que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”.

No final da semana passada, havia informações concretas de que Vélez se tornaria o segundo ministro demitido por Bolsonaro, depois da saída de Gustavo Bebianno da Secretaria de Governo. Há quem diga que a demissão só não se concretizou porque vazou para a imprensa, e Bolsonaro, então, desistiu para não passar a ideia de que estava sendo pautado pelos jornalistas. Desde a primeira semana, Vélez coleciona problemas. Um dia depois de tomar posse, ele fez mudanças no Programa Nacional do Livro Didático autorizando no decreto que os livros tivessem publicidade. Diante da repercussão, disse que a portaria tinha sido publicada por engano e a anulou. Depois, determinou às escolas que exigissem que as crianças cantassem o Hino Nacional e que elas fossem filmadas na ação patriótica. Novo recuo de Vélez. Mais tarde, suspendeu a determinação de mudanças no Sistema de Avaliação da Educação Básica. O problema é que as decisões de retroceder não provocavam apenas constrangimentos. Até hoje o Ministério não definiu a compra de livros didáticos.

Não foi ditadura?

E Vélez insiste no exotismo ao querer, agora, fazer nova alteração para que os livros reescrevam a História e digam que em 1964 não houve golpe militar no Brasil, nem ditadura. Um esforço patético de alterar os fatos que parecem uma tradução mal feita do Ministério da Verdade – que só propagava mentiras – do romance 1984 de George Orwell. Até os ministros militares, como o secretário de Governo, general Santos Cruz, admitem que o regime militar foi uma ditadura.

De saída, a regra de austeridade foi quebrada: a promessa era ficar com 15 ministérios. Chegou a 22 pastas

Outro exemplo constrangedor vem do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. Sua orientação extremamente ideológica para o ministério provoca arrepios não somente no Itamaraty, como em outros órgãos. ISTOÉ apurou que setores do governo ligados à área econômica já trabalham fortemente nos bastidores contra ele, diante dos riscos que sua atuação representa para os negócios brasileiros. Araújo tem desestimulado o prosseguimento de relações com países não alinhados com o presidente dos EUA, Donald Trump.

No dia 13 de maio, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, irá à China. A viagem também terá entre outros objetivos a tarefa de consertar danos da condução ideológica de Araújo. A China é o principal parceiro comercial do Brasil e está preocupada ao ver a possibilidade da condução de política externa preterir seus interesses. A ministra tentará preservar os negócios chineses no setor agropecuário.

Menos danosa e mais folclórica é a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Para muitos, ela cumpre o papel de falar para os setores mais radicais do bolsonarismo. Assim, investe, entre outras coisas, na cor da roupa de meninos e meninas. Quando atuava como pastora, Damares chegou a criticar a teoria da evolução e a insinuar a existência de hotéis fazendas onde as pessoas iriam para fazer sexo com animais. No ministério, Damares faz a polêmica defesa do ensino domiciliar, no qual as crianças não precisam ir à escola e são educadas pelos pais. Ao defender o projeto, ela não poderia a essa altura ter escolhido exemplo pior. Disse que Vélz Rodrigues, seu parceiro na ala folclórica, teve educação domiciliar. E se notabilizou ao dizer que educar uma filha no Brasil era difícil, recomendando aos pais que fugissem do país para criar as meninas.

Já ministros como Marcelo Álvaro Antônio, do Turismo, não só colocaram o governo em maus lençóis, como também arranharam a imagem de honestidade da nova gestão. No começo de fevereiro, foi acusado de patrocinar campanhas de quatro mulheres a deputadas federais em Minas Gerais, que não tinham condições de se eleger, só para desviar os R\$ 279 mil que o PSL mineiro lhes destinou do fundo público eleitoral. O ministro, que pediu para ter foro privilegiado, continua sendo investigado pela Justiça de Minas. Assim, Bolsonaro mostrou ter dois pesos e duas medidas. Demitiu o ministro Gustavo Bebianno da Secretaria de Governo por suspeitas no laranjal de Pernambuco e manteve Álvaro Antonio no laranjal mineiro.

Outro ministro, Ricardo Salles, do Meio Ambiente, também se destacou negativamente. Além de ter sido condenado em dezembro por improbidade administrativa quando foi secretário do Meio Ambiente de São Paulo, o ministro cometeu uma heresia ao menosprezar o líder ambientalista Chico Mendes, assassinado na Amazônia por sua luta em defesa da floresta. “Quem é Chico Mendes? É irrelevante”. Na verdade, foi o ministro quem não mostrou ter importância para o meio ambiente. Salles é o supassumo dos ministros trapalhões que, em apenas 100 dias, mais provocaram confusões do que apresentaram projetos que mudassem a realidade do país.

O causador de confusões

O filósofo Olavo de Carvalho não é ministro, mas é o homem mais influente do governo. Nomeou ministros, como Ricardo Vélz Rodriguez, da Educação, e Ernesto Araújo, das Relações Exteriores, além do fato de que inúmeros técnicos instalados no

MEC, por exemplo, são alunos de seus cursos, dados pela Internet. A especialidade de Olavo, inclusive, é navegar pelas mídias sociais. Ele não abandona o Twitter por nada. Diariamente posta dezenas de comentários, a maioria criticando a esquerda e xingando jornalistas brasileiros, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para a direita trilhar. Seus posts expõem mensagens ofensivas, com palavras de baixo calão. Em 100 dias, criou crises desnecessárias.

topo ↕

VEJA - SP - RADAR

Vitória militar

Os últimos remanescentes da seita Olavo de Carvalho foram escanteados no Ministério da Educação. Eduardo Sallenave, Bruna Becker e Murilo Ferreira ainda estão na pasta, mas já não frequentam o gabinete do ministro.

topo ↕

CORREIO DO ESTADO - MS - OPINIÃO

Pós-Vélez

Diante da iminente demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, parlamentares e integrantes da ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) deflagraram, nos bastidores, uma disputa para emplacar o substituto na pasta que tem o terceiro maior orçamento da Esplanada.

Capes

Da ala parlamentar, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que assina o projeto Escola sem Partido, é um dos cotados para comandar o MEC. O tucano integra a Comissão de Educação do Senado e tem circulado com frequência pelos gabinetes do Planalto. Já o atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores (Capes) e ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), **Anderson Correia**, conta com o lobby dos militares. A conferir.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - ESPLANADA

Pós-Vélez

Diante da iminente demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, parlamentares e integrantes da ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) deflagraram, nos bastidores, uma disputa para emplacar o substituto na pasta que tem o terceiro maior orçamento da Esplanada.

Capes

Da ala parlamentar, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que assina o projeto Escola sem Partido, é um dos cotados para comandar o MEC. O tucano integra a Comissão de Educação do Senado e tem circulado com frequência pelos gabinetes do Planalto. Já o atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores (Capes) e ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), **Anderson Correia**, conta com o lobby dos militares. A conferir.

topo ↕

O DIA - RJ - ESPLANADA

Pós-Vélez

Diante da iminente demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, parlamentares e integrantes da ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) deflagraram, nos bastidores, uma disputa para emplacar o substituto na pasta que tem o terceiro maior orçamento da Esplanada.

Capes

Da ala parlamentar, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que assina o projeto Escola sem Partido, é um dos cotados para comandar o MEC. O tucano integra a Comissão de Educação do Senado e tem circulado com frequência pelos gabinetes do Planalto. Já o atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores (Capes) e ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), **Anderson Correia**, conta com o lobby dos militares. A conferir.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Destino de Vélez deve ser decidido na segunda-feira

O presidente da República, Jair Bolsonaro, voltou a afirmar que vai se reunir com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, na próxima segunda-feira, mas ponderou que ainda não decidiu se vai efetivamente demiti-lo. “Não está decidido ainda, tudo pode acontecer”, disse. Ele destacou que a Educação é um dos ministérios mais importantes e, por isso, “tem que funcionar redondinho”. E reafirmou: “na segunda, vamos resolver a situação do MEC. Está bem claro que não está dando certo, falta gestão”. As declarações indicam que o ministro Ricardo Vélez Rodríguez pode ser demitido após sucessivas crises desde o início do governo e um aumento do desgaste nas últimas semanas com uma série de demissões de auxiliares. Logo após o presidente se manifestar em Brasília, Vélez, que estava num evento com empresários em Campos do Jordão (SP), reagiu rapidamente. “Não vou entregar o cargo. Não fui informado sobre nada disso”. O ministro aproveitou a ocasião para pedir apoio dos empresários, a quem convidou a “dialogar” com ele e sua equipe. Mas o dia terminou com um clima nada favorável ao ministro em Brasília, com Bolsonaro fazendo uma analogia entre o cargo e o casamento, e dizendo que ainda estava “noivo” do ministro e que na segunda-feira pode “manter a aliança na mão direita, passá-la para a mão esquerda ou colocá-la na gaveta”. Mas, sobre um eventual substituto para Vélez, disse que ainda não pode pensar nisso porque é “fiel” - pelo menos, até se resolver. (Estadão Conteúdo)

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

Pare (mesmo) de acreditar no governo A sala de aula não é pátio de diversões de ideólogos ou doutrinadores

Bruno Garschagen, o assessor do (até agora) ministro Ricardo Vélez exonerado pela Casa Civil, tem ao menos uma qualidade: a capacidade de produzir uma autocrítica devastadora, ainda que involuntária. “Quando os antissocialistas mimetizam a mentalidade e a ação política do inimigo, tornam-se o espelho da perfídia”, escreveu o “olavete” num artigo de jornal velho de quase dois anos. Seria preciso acrescentar que, quando tentam utilizar o poder de Estado para escrever uma “história oficial”, os autointitulados liberais revelam a sua face autoritária e antiliberal.

Descubro que o mesmo Garschagen é autor do livro Pare de acreditar no governo. Não o li, mas concordo com o comando do título, que tem validade geral e serve como advertência de singular relevância no caso do governo Bolsonaro. Esses “antissocialistas” não só mimetizam a “ação política” do “inimigo” como a conduzem para além de limites que o PT jamais ultrapassou. O MEC é a prova disso.

Vélez saltou da mera bufonaria – a solicitação de vídeos propagandísticos de escolares entoando o Hino Nacional – ao exercício abusivo da autoridade. O ministro, que oscila entre o apego canino ao cargo e a fidelidade ao Bruxo da Virgínia, anunciou uma revisão “progressiva” dos livros escolares talhada a apagar a ditadura militar do registro

histórico. A missão do MEC, explicou, é “preparar o livro didático de tal forma que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história”. O governo exige que acreditem nele. Para isso, usará o poder de distribuir livros escolares, a palavra legitimada do professor e a prerrogativa de produzir o exame nacional de acesso às universidades federais.

Os poderes estatais adoram moldar as crianças de modo que elas repitam as palavras e os gestos dos governantes. A “história oficial” tem longa história escolar, que se estende das narrativas nacionalistas do século 19 até o contemporâneo revisionismo separatista catalão, passando pelos sinistros artigos de fé dos totalitarismos stalinista e nazista. O Brasil não ficou imune à politização da escola.

Sob o lulopetismo, o MEC engajou-se a fundo numa revisão “progressiva” dos manuais escolares com a finalidade de adaptá-los aos dogmas da doutrina racalista. A nação deveria ser descrita, nas aulas de história e geografia, como uma confederação de etnias ou “raças”. Nossas extensas miscigenações precisariam ser reinterpretadas como uma lenda criada para ocultar um racismo mais letal que os dos EUA da discriminação oficial ou da África do Sul do apartheid. O movimento abolicionista, uma ampla luta social que abrangeu brancos e negros, teria que escorrer pelo ralo destinado aos mitos. Vélez mimetiza o PT, mas sem a tinta “bondosa” do revisionismo racalista.

A operação lulopetista fluiu suavemente, prescindindo de rudes declarações ministeriais, maquiada como releitura acadêmica do passado. Obteve algum sucesso graças à cumplicidade de comissões de docentes universitários militantes e à bovina obediência de editoras sempre prostradas diante da pilha de dinheiro das compras públicas. Vélez, porém, fracassará. A “verdade” estatal que ele tenta veicular choca-se com a resistência da opinião pública, dos historiadores e dos professores. Só um regime de força conseguiria impor a negação do caráter golpista do 31 de março e da natureza ditatorial dos governos militares.

As democracias aprenderam a respeitar a autonomia das escolas. Nelas, há muito, os governos se absterem de formular a “ideia verídica, real” da história que deve ser ensinada. O sucesso relativo do PT e o inevitável fracasso de Vélez funcionam como sinais de alerta: a sala de aula não é pátio de diversões de ideólogos ou doutrinadores. Pare (mesmo) de acreditar no governo, pois o pior professor ainda é melhor que o discurso do poder estatal.

topo 

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Não existe olavetes contra os militares

Presidente disse que não existe rivalidade entre a ala ideológica do governo - influenciada por Olavo de Carvalho - e a corrente militar

O presidente Jair Bolsonaro disse na sexta-feira (5), em um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, que não existe rivalidade entre a ala ideológica do governo - influenciada pelo escritor Olavo de Carvalho - e a corrente militar, composta por generais que ocupam altos cargos no Executivo federal. “Não existe [disputa de] olavetes contra militares”, afirmou o presidente aos jornalistas, referindo-se à disputa entre as alas “ideológica” e “pragmática” do governo. Radicado nos Estados Unidos e autointitulado “filósofo”, Olavo de Carvalho se tornou uma espécie de “guru” de Bolsonaro e dos filhos do presidente. A influência do escritor sobre o novo governo garantiu a indicação para a administração pública de alguns de seus discípulos, entre os

quais o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, e o das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. No entanto, ao longo dos três primeiros meses de governo, a ala mais ideológica da gestão Bolsonaro acabou entrando em conflito com outra corrente com grande influência sobre o presidente da República, a dos militares, chamada de ala “pragmática”. Capitão da reserva do Exército, Bolsonaro nomeou generais para várias cadeiras do primeiro escalão. O mais influente dos militares do governo é o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, amigo pessoal do presidente e uma espécie de conselheiro político.

O principal palco do embate entre os discípulos de Olavo de Carvalho e os militares se deu no Ministério da Educação (MEC), pasta comandada pelo professor Ricardo Veléz. Os olavistas foram indicados no início do governo Bolsonaro para cargos, sobretudo, nas principais posições do MEC, como a nova Secretaria de Alfabetização (Sealf). Já enquanto os militares comandam áreas de órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Parte da ala militar no MEC pode ser considerada mais pragmática e compõe o grupo que ajudou na elaboração das propostas de campanha de Bolsonaro. Dentre as propostas, estavam a defesa da educação a distância, a criação de colégios militares em capitais e a modernização da gestão na pasta. Os “olavistas” chegaram à equipe sobretudo depois da vitória de Bolsonaro e tiveram atritos com os que já participavam das discussões sobre educação desde a campanha. O principal ponto para esse grupo “ideológico” é expulsar do MEC qualquer resquício do que chamam de “marxismo cultural” ou “pensamentos esquerdistas”.

A crise que se instalou no Ministério da Educação fez Jair Bolsonaro exigir, desde já, uma solução para a queda de braço que paralisou a cúpula da Apex. A agência, vinculada ao Itamaraty, tornou-se o novo foco de intrigas e desavenças entre pessoas associadas ao escritor Olavo de Carvalho e nomes vinculados aos militares. O presidente aproveitou a presença do chanceler Ernesto Araújo na comitiva que foi com ele a Israel para dar um aviso: exerça autoridade e demita logo quem tiver que demitir.

topo 

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

BRASÍLIA - Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto. Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira.

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da

bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente.

A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

[topo](#)

BEM PARANÁ - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

Políticos, militares e olavistas (seguidores de Olavo de Carvalho) disputam indicação para o MEC, se o ministro for demitido na segunda-feira

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (08.04). O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes

nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja

disputa ajudou a enfraquecer Vélz no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélz foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto. Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

FOLHA VITÓRIA - TEMPO REAL

Pós-Vélez

Diante da iminente demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, parlamentares e integrantes da ala militar do governo Jair Bolsonaro (PSL) deflagraram, nos bastidores, uma disputa para emplacar o substituto na pasta que tem o terceiro maior orçamento da Esplanada.

Capes

Da ala parlamentar, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que assina o projeto Escola sem Partido, é um dos cotados para comandar o MEC. O tucano integra a Comissão de Educação do Senado e tem circulado com frequência pelos gabinetes do Planalto. Já o atual presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superiores (Capes) e ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), **Anderson Correia**, conta com o lobby dos militares. A conferir.

topo ↕

GAZETA ONLINE - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8)

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

GAZETA WEB - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o Min. da Educação Ação para indicação de sucessor de Ricardo Vélez acontece após presidente Jair Bolsonaro prometer resolver situação na pasta

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por

ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

topo ↕

MIX VALE - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) – Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das

convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

Related Items:

topo ↕

MSN - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vêlez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capex**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vêlez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos

desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

NOTÍCIAS AO MINUTO - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi

exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

PLANTÃO NEWS - TEMPO REAL

Inpa abre inscrições com 14 vagas para seleção em três programas de doutorado As vagas estão distribuídas nos programas de Ciências de Florestas Tropicais, Ciências Biológicas (Entomologia) e Biologia (Ecologia)

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/ MCTIC), por meio da Coordenação de Capacitação (Cocap), divulgou editais de seleção dos Programas de Pós-Graduação em nível de doutorado nas áreas de Ciências de Florestas Tropicais (PPG-CFT), Ciências Biológicas (PPG-Entomologia) e Biologia (PPG-Ecologia). Ao todo, serão 14 vagas destinadas à concorrência pública. O ingresso ocorre no segundo semestre deste ano.

Para o PPG-CFT são disponibilizadas cinco vagas e as inscrições seguem até 30 de agosto deste ano. Para o PPG-Entomologia são oferecidas quatro vagas, com as inscrições de 1º de abril a 10 de maio, enquanto o PPG-Ecologia disponibiliza cinco vagas e as inscrições podem ser feitas até 30 de maio.

O objetivo é selecionar e classificar candidatos para o ingresso nos três programas, com projetos de pesquisa que se enquadrem nas mais diferentes linhas de pesquisa de acordo com suas áreas.

A seleção será composta por três etapas, sendo análise curricular (eliminatória), análise do projeto (eliminatória) e entrevista (classificatória).

O candidato classificado poderá receber bolsa de estudo, dependendo da disponibilidade de cotas ofertadas, por meio das agências, sendo as principais: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), **Coordenação de Aperfeiçoamento de**

Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

topo ↕

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8)

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça

Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Permanência de Vélz no MEC será definida nesta segunda, diz Bolsonaro Presidente afirma que há reclamações sobre o funcionamento da pasta

O presidente Jair Bolsonaro terá uma reunião na próxima segunda-feira (8) com o ministro da Educação, Ricardo Vélz Rodríguez, para definir o futuro dele no comando da pasta. Bolsonaro afirmou que tem havido reclamações sobre o funcionamento do Ministério da Educação (MEC).

"Vai ser uma última conversa, para ver se continua ou não continua", disse o presidente nesta sexta-feira (5), logo após participar da inauguração do espaço de atendimento da Ouvidoria da Presidência da República, no Palácio do Planalto.

Segundo Bolsonaro, o ministério precisa funcionar "redondinho", o que não tem acontecido, mas evitou tratar o afastamento de Vélz como inevitável. "Só a morte não tem conserto", afirmou.

Perguntado se já pensa em um eventual substituto, o presidente desconversou em tom de brincadeira: "Eu estou noivo ainda, como é que vou pensar numa namorada?".

Notícia

Em Campos do Jordão (SP), Vélz, que participou do fórum empresarial Lide, disse que não tinha sido informado até a manhã de hoje da possibilidade de demissão: "Eu pessoalmente não tenho notícia disso".

O presidente Jair Bolsonaro empossa o ministro da Educação, Ricardo Vélz Rodríguez, durante cerimônia de nomeação dos ministros de Estado, no Palácio do Planalto.

O ministro afirmou que não pedirá demissão: "Não vou entregar o cargo". Sobre as críticas que vem sofrendo, perguntado se acreditava que a situação estava insustentável, o ministro disse que a única "coisa insustentável é a morte" e que a saída para problemas de gestão no Ministério da Educação é "racionalidade".

Em pouco mais de três meses, houve mais de dez demissões de postos do alto escalão do MEC e órgãos vinculados. Na mudança mais recente, publicada ontem (4) no Diário Oficial da União, o governo exonerou a chefe de gabinete do ministro, Josie Pereira, e o assessor especial Bruno Garschagen.

Para o presidente, é preciso preparar os estudantes para a chamada 4ª revolução industrial, que está transformando o mercado de trabalho. Ele defendeu também que o professor tenha mais autoridade no ambiente escolar. "Temos que achar uma maneira do professor recuperar a autoridade na sala de aula", disse.

Turismo

Bolsonaro também comentou a situação do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, alvo de investigação da Polícia Federal, no inquérito sobre o esquema de candidaturas laranjas do PSL em Minas Gerais. O ministro foi eleito o deputado federal mais bem votado do partido no estado. Segundo o presidente, é preciso aguardar a conclusão das investigações.

"O que acertei com todos os ministros desde o começo, conversei também com o ministro [Sergio] Moro [Justiça e Segurança Pública], em havendo uma conclusão final de inquérito, com prova robusta, aí tomo a decisão. Por enquanto não é o caso", afirmou.

*Colaborou Mariana Tokarnia, repórter da Agência Brasil

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Educação entrou no 'racha geral da política', diz Barroso Em evento nos EUA, ministro do STF critica bandeiras de Vélez Rodríguez, como o evento Escola Sem Partido

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso afirmou nesta sexta-feira que "ninguém se preocupou" com a educação do País como se preocupou com a economia, e a pasta entrou "no racha geral da política". Ele criticou bandeiras atuais do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, como o Escola sem Partido.

"O que quero dizer é o seguinte: quem acha que o problema da educação no Brasil, que é base para resolver o problema penitenciário e todos os outros, é Escola Sem Partido, identidade de gênero, ou saber se 64 foi golpe ou não foi golpe está assustado com a assombração errada", afirmou Barroso, durante o Brazil Conference, evento organizado por estudantes brasileiros nas universidades de Harvard e do MIT, em Cambridge, no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos.

Também palestrante no debate, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), deu nome às críticas de Barroso: "vou falar o que o ministro Barroso não pode falar: o ministro Vélez vai resolver tudo".

Vélez é um defensor do projeto Escola Sem Partido e chegou a dizer que pretende mudar os livros didáticos para revisar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar são tratados. Indicado pelo escritor Olavo de Carvalho para o cargo, Vélez tem enfrentado sucessivas crises no governo. Nesta sexta-feira, o presidente, Jair Bolsonaro, sinalizou que pode trocar o comando da pasta.

Barroso criticou o fato de a educação só ser considerada prioritária como "retórica". "A educação, que todo mundo diz que é prioritária, entrou no racha geral da política. Ninguém se preocupou como se preocupou com a economia, quem são os melhores nomes, os melhores projetos que têm dado certo pelo mundo afora", afirmou o ministro do STF.

Barroso participou de um debate sobre transformações do sistema carcerário brasileiro. No debate, o ministro do STF afirmou que a educação básica deve ser prioritária. Para o ministro do STF, a questão do sistema penitenciário tem sido relegada à último plano no debate público. "É uma população verdadeiramente invisível."

O ministro reiterou críticas que costuma fazer ao dizer que o Brasil é um país que “prende muito e prende mal”. “O Brasil se tornou o País mais violento do mundo, com mais de 63 mil homicídios por ano. É um número muito espantoso. A sociedade, compreensivelmente assustada, demanda uma reação do Estado”, afirmou o ministro.

Ele defendeu também o enfrentamento da corrupção. “Nós precisamos, sim, enfrentar o crime violento, o crime organizado e precisamos, sim, enfrentar o crime institucionalizado, que é essa corrupção entranhada no poder público brasileiro”, afirmou. “As grandes questões da sociedade brasileira são violência e corrupção”, disse.

Apesar disso, segundo Barroso, ainda é pouco expressivo o número de criminosos de colarinho branco que são responsabilizados criminalmente. Segundo ele, isso é resultado de “uma classe dominante que se protegeu historicamente, apesar de saquear o Estado brasileiro”.

Sobre a prisão excessiva, o ministro do Supremo defendeu que a política que se adota sobre drogas seja repensado no País. “Reconheçam que a política que estamos praticando não está dando certo, para a partir daí pensarmos nas soluções”, disse. Segundo o ministro, que já defendeu em artigos a legalização das drogas, a guerra às drogas “fracassou”. “Não prendemos os barões do tráfico, prendemos os meninos com 100 gramas”, criticou.

Ele defendeu uma “política pública séria” que seja substancial sobre essa questão. “Não é um liberou geral, é uma política pública séria”, disse. “Eu não tenho certeza se vai dar certo, o que eu tenho certeza é que estamos fazendo não está dando certo”, completou o ministro.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Auditoria propôs que gráfica não imprimisse Enem em 2019

Licitação é investigada por suposto direcionamento à empresa RR Donnelley

Auditoria da área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) defendeu no início de 2018 que o governo federal não renovasse neste ano contrato com a gráfica RR Donelley para a impressão do Enem. A empresa anunciou falência no fim de março, o que levou preocupação sobre prazos para aplicação do exame.

A RR Donnelley imprime as provas do Enem desde 2009 por meio de apenas dois processos licitatórios: em 2010 e 2016. Este último é investigado no TCU por suposto direcionamento a essa empresa, conforme noticiado pela Folha na quarta (3).

O caso ainda não foi julgado definitivamente pelo órgão de controle e por isso a possibilidade de contratação da empresa foi mantida.

O TCU analisa condições restritivas do edital de 2016, a partir de denúncia da Gráfica Plural, parceria do Grupo Folha com a Quad Graphics, que concorria no certame. Entre os pontos questionados está a necessidade de comprovação de planta gráfica própria reserva, o que foi acatado pela unidade técnica do TCU.

O edital de 2016 permite renovação do contrato com a mesma gráfica por cinco anos. Isso abriria a possibilidade de renovação até 2020. Em relatório de auditoria de 23 de

janeiro de 2018, a Selog (Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logística do TCU) propôs que não houvesse renovação para além daquele ano. Os encaminhamentos da Selog fazem parte do processo de auditoria e julgamento do tribunal.

O argumento do órgão é de que outra renovação não garantiria preços e condições mais vantajosas à administração, conforme previsto na lei de licitações e contratos como critério para prorrogação.

O órgão pede ainda que o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão do MEC responsável pelo exame, realize estudos que comprovem a necessidade de uma gráfica redundante.

Também fazia parte dos questionamentos exigências de comprovações anteriores das mesmas características técnicas e mesmas condições de segurança. A área técnica propôs a substituição do termo “mesmas” pelo termo “semelhantes”, a fim de afastar risco de direcionamento.

As propostas de encaminhamento da área técnica, que incluem a não renovação com a RR Donnelley, não foram analisadas pelo tribunal porque um dos ministros, Benjamin Zymler, pediu vistas. Não há previsão para a retomada.

A gráfica RR Donnelley assumiu o Enem em 2009 após o roubo da prova naquele mesmo ano. O crime ocorreu dentro da Plural. Na época, a gráfica havia sido contratada por um consórcio que aplicava o exame (depois disso, a contratação passou a ser feita diretamente pelo governo). A empresa não foi responsabilizada pela Justiça pelo episódio.

Após vencer licitação, em 2010, os contratos foram renovados até 2015, mesmo com recomendação do TCU, em 2012, para que houvesse rodízio de empresas. No novo certame, de 2016, a empresa sagrou-se vencedora novamente, com renovação até 2018. Os contratos giram em torno de R\$ 120 milhões por ano.

Informações sobre os questionamentos no TCU e sobre a saúde financeira da RR Donnelley levaram o ex-presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, a procurar a Casa da Moeda para possível colaboração do órgão na impressão do exame. Por causa da crise envolvendo demissões no MEC, incluindo a do próprio Marcus Vinicius, as conversas não foram adiante.

Questionado, o Inep informou que “não há nenhuma determinação legal do TCU quanto à não renovação do contrato”. “Até o momento, não houve notificação oficial sobre a denúncia mencionada de direcionamento na licitação”, completa a nota.

O governo Jair Bolsonaro (PSL) ainda não tem definição sobre a gráfica que vai imprimir o Enem. No ano passado, Enem recebeu 5,5 milhões de inscrições e foram impressas 11 milhões de provas. Segundo o Inep, o governo avalia “alternativas seguras, dentro da legislação vigente, para que não haja intercorrências na edição do Enem 2019”. O cronograma do exame será mantido, segundo o governo. As inscrições ocorrem entre 6 e 17 de maio e as provas, em 3 e 10 de novembro.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Promotoria recomenda que Vélez se abstenha de violar laicidade e liberdade religiosa

Cerca de 24 mil escolas receberam carta com slogan de campanha e pedido para filmagem de alunos

O MPF (Ministério Público Federal) recomendou ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que se abstenha de praticar atos que violem a laicidade do Estado e a liberdade religiosa dos estudantes.

A recomendação é uma resposta à carta enviada, em fevereiro, a escolas em que se pedia que diretores lessem aos alunos mensagem com slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL), com referência a Deus. Na mensagem, os educadores foram orientados a filmar alunos cantando o hino nacional e depois encaminhar as imagens ao governo.

Em café com jornalistas nesta sexta-feira (5), Bolsonaro indicou que Vélez pode ser demitido até segunda-feira (8). O MEC vive uma crise que envolve demissões por disputas entre grupos de influência. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União quer que o órgão tome providências para apurar as consequências da situação no andamento das políticas públicas da área, segundo revelou a Folha.

A recomendação do MPF, desta sexta-feira, recomenda que o MEC se abstenha de usar qualquer imagem que por ventura tenha sido encaminhada para a pasta. Após repercussão negativa, Vélez mandou nova versão a escolas em que desiste do envio dos vídeos e retirou o slogan da campanha, "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!".

Cerca de 24 mil escolas receberam a mensagem, segundo informações prestadas pelo MEC à procuradoria. O episódio representou enorme desgaste para o ministro.

No texto, o Ministério Público recomenda que o MEC se abstenha de praticar atos e promover políticas que "desrespeitem estudantes agnósticos e ateus, como submetê-los à louvação da figura de Deus".

Segundo o documento, o texto constitucional consagra o dever do Estado de absoluto respeito aos agnósticos e ateus, impede que o Poder Público crie de modo artificial seu próprio ensino religioso, bem como proíbe o favorecimento ou hierarquização de interpretações bíblicas e religiosas de um ou mais grupos em detrimento dos demais.

O MEC encaminhou a carta sem a anuência das secretarias municipais e estaduais de Educação, o que gerou reação de secretários. O ato não havia passado pela consultoria jurídica do ministério.

Sobre essa postura, o MPF recomenda que o MEC deixe de adotar decisões unilaterais e prestigie a gestão democrática da educação pública. Também não adote atos ou medidas sem prévia análise jurídica e que violem a impessoalidade administrativa.

Em um dos sete tópicos da recomendação, a procuradoria pede que o MEC fique atento "às diretrizes do Plano Nacional de Educação, promovendo políticas em prol da erradicação do analfabetismo, da universalização do atendimento escolar, da superação das desigualdade regionais, da formação para o trabalho e para a cidadania, do estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação que assegure

atendimento às necessidades de expansão com qualidade, com padrão de qualidade e equidade, e da valorização dos profissionais da educação."

A medida foi tomada pela Procuradoria da República no Distrito Federal, e é assinada pelos procuradores Eliana Pires Rocha e Paulo José Rocha Júnior.

Ao tomar posse como ministro da Educação, Vélez Rodríguez exaltou em discurso a família, igreja e valores tradicionais e disse que a pasta vai "combater com denodo marxismo cultural" na educação.

As crises de Vélez

Ministério da Educação vive sequência de recuos, demissões e racha entre grupos técnicos, militares e olavistas

Alfabetização Em 25 de março, o governo suspende a avaliação de alfabetização deste ano

Como consequência, a secretária de educação básica do MEC pede para deixar o cargo

O ministro revoga a medida no dia seguinte, o que culmina na demissão do presidente do Inep

Enem Após vencer eleição, Bolsonaro critica questões e diz que tomaria conhecimento prévio da prova; Vélez dá aval

Presidente do Inep cria comissão para pente-fino ideológico das questões

Além disso, gráfica que imprime exame vai à falência e põe prova em risco

Livros didáticos Em janeiro, o MEC publica edital para compra de livros sem a exigência de referências bibliográficas; a pasta volta atrás depois

Após o governo comemorar o aniversário do golpe militar de 1964, Vélez diz que não houve golpe e que o regime militar não foi ditadura; o ministro fala em mudar os livros didáticos para resgatar "versão da história mais ampla"

Hino Em fevereiro, Vélez envia carta a escolas em que pede que diretores filmem alunos cantando o hino nacional e entoem mensagem com lema de campanha de Bolsonaro

Ele recua duas vezes e desiste do pedido

Os cotados para a vaga

Anderson Ribeiro Correa" Presidente da **Capex**, engenheiro e ex-reitor do ITA. Além da ligação com os militares, tem a simpatia da bancada evangélica

Izalci Lucas"Senador pelo DF (PSDB). É o principal nome da bancada evangélica e não sofre resistência do núcleo militar, mas da ala olavista

Eduardo Melo "Ex-militar e também religioso, é a principal aposta dos olavistas. Exonerado do MEC em março, assumiu a direção adjunta da associação que gerencia a TV Escola, do MEC

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

MPF pede que Vélez não viole laicidade do Estado e liberdade religiosa

BRASÍLIA - O Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que se abstenha de praticar atos que violem a laicidade do Estado e a liberdade religiosa dos estudantes.

A recomendação é uma resposta à carta enviada, em fevereiro, a escolas em que se pedia que diretores lessem aos alunos mensagem com slogan da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PSL), com referência a Deus. Na mensagem, os educadores foram orientados a filmar alunos cantando o hino nacional e depois encaminhar as imagens ao governo.

Em café com jornalistas nesta sexta-feira (5), Bolsonaro indicou que Vélez pode ser demitido até segunda-feira (8). O MEC vive uma crise que envolve demissões por disputas entre grupos de influência. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) quer que o órgão tome providências para apurar as consequências da situação no andamento das políticas públicas da área, segundo revelou o jornal "Folha de S. Paulo".

A recomendação do MPF, desta sexta-feira, orienta que o MEC se abstenha de usar qualquer imagem que por ventura tenha sido encaminhada para a pasta. Após repercussão negativa, Vélez mandou nova versão a escolas em que desiste do envio dos vídeos e retirou o slogan da campanha, "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!".

Cerca de 24 mil escolas receberam a mensagem, segundo informações prestadas pelo MEC à procuradoria. O episódio representou enorme desgaste para o ministro.

No texto, o Ministério Público recomenda que o MEC se abstenha de praticar atos e promover políticas que "desrespeitem estudantes agnósticos e ateus, como submetê-los à louvação da figura de Deus".

Segundo o documento, o texto constitucional consagra o dever do Estado de absoluto respeito aos agnósticos e ateus, impede que o Poder Público crie de modo artificial seu próprio ensino religioso, bem como proíbe o favorecimento ou hierarquização de interpretações bíblicas e religiosas de um ou mais grupos em detrimento dos demais.

O MEC encaminhou a carta sem a anuência das secretarias municipais e estaduais de Educação, o que gerou reação de secretários. O ato não havia passado pela consultoria jurídica do ministério.

Sobre essa postura, o MPF recomenda que o MEC deixe de adotar decisões unilaterais e prestigie a gestão democrática da educação pública. Também não adote atos ou medidas sem prévia análise jurídica e que violem a impessoalidade administrativa.

Em um dos sete tópicos da recomendação, a procuradoria pede que o MEC fique atento "às diretrizes do Plano Nacional de Educação, promovendo políticas em prol da

erradicação do analfabetismo, da universalização do atendimento escolar, da superação das desigualdade regionais, da formação para o trabalho e para a cidadania, do estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão com qualidade, com padrão de qualidade e equidade, e da valorização dos profissionais da educação."

A medida foi tomada pela Procuradoria da República no Distrito Federal, e é assinada pelos procuradores Eliana Pires Rocha e Paulo José Rocha Júnior.

Ao tomar posse como ministro da Educação, Vélez Rodríguez exaltou em discurso a família, igreja e valores tradicionais e disse que a pasta vai "combater com denodo marxismo cultural" na educação.

topo ↕

CORREIO DO POVO - AL - NOTÍCIAS

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vélez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vélez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das

convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Em uma década, Brasil perde um terço das escolas com aula do ensino fundamental para adultos

Redução afeta quem não concluiu escolarização na idade esperada. Por outro lado, no mesmo período, o número de escolas de educação básica regular aumentou 12%.
Por Ana Carolina Moreno, G1

Na última década, o Brasil viu o número de escolas de educação básica aumentar 12%, de 255.445 para 286.014. No mesmo período, porém, o número dessas escolas que oferecem o ensino de jovens e adultos (EJA) do ensino fundamental recuou 34%, segundo um levantamento feito pelo G1 na série "Adultos sem diploma".

Em 2009, 37.334 escolas tinham turmas do EJA fundamental. Já no ano passado, essa oferta só existia em 24.658 escolas, segundo os dados do Censo que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou no mês passado.

Especialistas ouvidos pelo G1 explicam que a queda na oferta não está apenas relacionada ao aumento da escolarização dos adultos, que provocaria menor demanda. Apesar dos avanços, eles estimam que o número de brasileiros sem diploma varia entre 30 e 40 milhões. O país tem hoje 3,5 milhões de alunos matriculados no EJA, sendo que 59% deles estão no nível fundamental.

Houve queda em todos os estados, e apenas o Distrito Federal registrou aumento no número de escolas com a oferta. No Ceará e em Rondônia, a redução chegou a mais da metade do total de escolas em 2009:

Como consequência do fechamento das turmas, atualmente as pessoas com mais de 15 anos que não terminaram o ensino fundamental só podem encontrar cursos em 8,6% das escolas no país. Ou contar com projetos como o Aprender, do Colégio Pueri Domus, um curso em que os alunos do ensino regular dão aulas voluntariamente no período noturno, e onde a babá Maria das Neves, de 55 anos, encontrou o apoio de que necessitava para finalmente concluir o ensino médio e se matricular na faculdade de

pedagogia.

A diferença entre o curso que ela fez e as turmas de EJA mantidas pela rede pública de ensino é que, no segundo caso, não só a turma é presencial e mantida com financiamento do poder público, mas a avaliação feita pela escola também serve para a emissão do diploma de conclusão do curso, assim como no ensino regular.

No caso de Neves, porém, foi necessário realizar um exame de certificação. Ela acabou tendo que passar por quatro tentativas frustradas com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), até que, em 2017, o Inep decidiu retomar a aplicação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) como prova de certificação do ensino médio.

Assim como Maria das Neves, a maioria dos adultos que fizeram o Enem em busca do certificado não conseguiram a pontuação mínima exigida, de 450 pontos nas provas objetivas e 500 pontos na prova de redação. Mas, entre os demais candidatos do Enem, essa situação não era diferente.

Alunos de dia, professores à noite

Inicialmente criado por estudantes para alfabetizar funcionários da limpeza, segurança e do restaurante da escola, o Aprender hoje tem turmas de ensino fundamental e médio e foi ampliado para atender à comunidade do entorno do Itaim Bibi, além de ganhar edições em dois outros endereços. Desde o início, porém, as aulas são ministradas por alunos ou ex-alunos do próprio colégio, no turno noturno e de forma voluntária.

O professor Giuliano Rossini, coordenador de projetos sociais do Pueri Domus, explica que, além de educar os adultos, o Aprender também melhora a disciplina e o rendimento dos estudantes que participam como professores. "À noite ele é professor, então muda a relação dele com os professores, ele entende como é estar lá na frente." As turmas variam entre 3 e 13 alunos e, somando os três endereços, o projeto mobiliza 80 professores voluntários.

No Fundeb, aluno do EJA vale menos

Timothy Ireland, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e coordenador da Cátedra da Unesco em Educação de Jovens e Adultos, alerta para o fato de que, no Brasil, a oferta de turmas do EJA tem caído nos últimos dados, o que pode dificultar ainda mais o processo de escolarização das atuais gerações de adultos que não concluíram o ensino básico.

Além do acesso mais difícil, o financiamento público das turmas de EJA, que historicamente é o menor entre todas as modalidades da educação básica, também teve o menor crescimento em 11 anos.

Dados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) mostram que, em 2009, o valor por aluno anual estimado para o EJA desvinculado ao ensino profissionalizante foi de R\$ 2.167,03, considerando o valor corrigido pela inflação (IPCA).

Para 2019, esse número subiu até R\$ 2.870,94. Apesar do avanço de 32,5%, essa é, atualmente, a única modalidade de ensino em que cada estudante recebe menos de R\$ 3,5 mil do poder público.

Já o EJA integrado ao ensino profissionalizante viu seu valor expandir 56,6%, de R\$ 2.749,81 em 2009 para R\$ 4.306,41 neste ano.

Prioridades políticas

Os dados do Fundeb mostram ainda como as prioridades dos gestores impactaram cada modalidade. Em 2009, o EJA estava empatado com a creche em tempo parcial na posição de "modalidade com menor financiamento público".

Porém, nos últimos 11 anos, o financiamento por aluno matriculado na creche parcial de escolas públicas aumentou 93,1% e hoje é de R\$ 4.183,75, 46% maior que o EJA sem vínculo com ensino profissionalizante.

"Não chega a ter 1% de investimento da educação destinado ao EJA. O gestor público acaba preferindo investir na educação de crianças porque tem mais pressão social, jurídica e legal para fazer isso", afirma Roberto Catelli Junior, coordenador adjunto da ONG Ação Educativa.

José Marcelino de Rezende Pinto, doutor em educação e professor da Universidade de São Paulo (USP), é especialista em financiamento da educação e explica que é difícil descobrir quanto exatamente cada rede pública gasta com o ensino de adultos, porque os professores do EJA são os mesmos do ensino regular.

"Não existe um professor que faz concurso para EJA. Em geral é um professor que dá aula nos anos finais e iniciais do fundamental e também dá aula de EJA. O grande gasto de educação é salário, e o salário desse professor vai sair misturado."

Mas ele ressalta que, já no ponto de partida da divisão dos recursos do Fundeb para os estados e municípios, os estudantes de EJA saem perdendo. Isso porque o cálculo é feito segundo o chamado "fator de ponderação", que usa como base o valor por aluno dos anos iniciais do fundamental. Como o EJA tem fator 0,8, cada estudante do EJA recebe o valor correspondente a 80% do que recebe um aluno do fundamental.

"Os fatores da lei já desestimulam. Se dez alunos de EJA contam como oito, eu como prefeito já não vou me sentir estimulado", diz Marcelino, que ressalta outros fatores de desestímulo à oferta de EJA. "Há uma resistência da própria rede. Como a EJA é à noite, o diretor tem que abrir escola de noite", ressalta.

Oferta e demanda

Segundo Catelli, o Censo de 2010 apontava que 9,6% da população com 15 anos ou mais no país era analfabeta, e 34,7% dos adultos tinham o ensino fundamental incompleto.

Ireland diz que a tendência se deve a corte de gastos e agrupamento de turmas de EJA em menos escolas, e que as políticas públicas de educação não investem na mobilização ativa para encontrar os adultos sem diploma. "A oferta normalmente não ultrapassa 10% da demanda potencial", explica ele.

A tendência para o futuro, segundo os especialistas, é que de fato as turmas de alfabetização e ensino fundamental passem a dar mais espaço para o ensino médio. Mas isso não necessariamente significa que a escolarização esteja avançando – eles alertam que o ritmo lento dessa melhora indica que a população mais velha (e, portanto, a menos escolarizada) vai morrendo.

"A ideia de que vai resolver pela mortalidade é um erro imenso", afirma Timothy Ireland. "Temos metas de reduzir em 50% o número de analfabetos funcionais, o que também é muito improvável."

Em 2018, adultos interessados em voltar à escola e cursar o ensino médio só encontram esse serviço em 3,4% das escolas de ensino básico do Brasil.

Mas a demanda por essa modalidade é evidenciada pela evolução do total de matrículas registradas no Censo Escolar.

Entre 2014 e 2018, o número de estudantes no EJA do ensino médio cresceu 5,1%, de 1.367.885 para 1.437.833. Já o número de estudantes no ensino médio regular caiu 7,1% no mesmo período, o que pode indicar, além do abandono escolar, a transferência de adolescentes para o EJA assim que eles completam a idade mínima exigida (15 anos para o fundamental e 18 para o médio).

"Falta no país hoje uma visão de que essa é uma dívida social que o país tem que resolver. Hoje se coloca a discussão numa lógica muito meritocrática, de que a pessoa que não estudou tem culpa e precisa resolver. Se não criar alguma condição para esse sujeito estudar, ele não vai estudar", afirma Catelli Junior.

A próxima geração de adultos sem diploma

A preocupação com o ensino dos adultos vai além da geração atual, até a demanda futura de quem hoje deveria já estar sendo escolarizado de forma adequada. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) de 2017 estimam que cerca de 900 mil adolescentes de 15 a 17 anos sequer estão matriculados na escola. Entre os demais, o Censo divulgado em janeiro mostrou que 28,2% estão cursando uma série inferior à esperada para sua idade, uma situação que aumenta o risco da evasão.

"O aluno de EJA é cada vez mais jovem, não é o que não teve acesso à educação no ano passado. Ele é fruto da escola ruim. É a escola de baixa qualidade que vai produzir o aluno do EJA de amanhã", ressalta Marcelino, da USP.

Por outro lado, os especialistas citam diversos benefícios em investir na oferta de mais turmas de EJA, especialmente em uma sociedade em que, segundo Timothy Ireland, exige domínio da leitura e da escrita mesmo para conseguir um trabalho de pedreiro.

"Quem tem o maior nível de escolaridade rende mais, produz mais. Faz sentido em termos de cidadania, e faz sentido em termos de economia, de produção", explica Ireland.

Já segundo Marcelino, aumentar a escolarização dos milhões de adultos brasileiros que não pegaram o diploma tem impacto direto na melhora do rendimento escolar dos filhos

deles. "Se fala muito que os pais não participam, mas o melhor argumento pro pai participar é poder estudar na escola em que o filho estuda."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Aprovação aumenta após prova do Enceja substituir a do Enem para quem busca diploma do ensino médio

Taxa de aproveitamento dos participantes foi de 14% em 2016, último ano em que o Enem foi usado para conceder a certificação. Com retomada do Enceja, percentual dos aprovados saltou para 36% em 2018.

O percentual de aprovados em exames que dão o direito de tirar o "diploma" do ensino médio mesmo sem frequentar a escola na idade prevista passou de 14,3%, em 2016, para 36% em 2018. O salto ocorreu dois anos depois de o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) ser substituído por uma prova especificamente desenvolvida para esse objetivo: o Enceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos).

O Enceja foi pensado para candidatas como Maria das Neves, que pisou em uma sala de aula pela primeira vez em 2010, aos 45 anos. Ela tentou em quatro edições do Enem obter os 450 pontos que eram necessários para obter o diploma, mas não teve sucesso. Só conseguiu o certificado quando a prova mudou.

Dados analisados pelo G1 na série "Adultos sem diploma" mostram os motivos para as mudanças e seus efeitos:

O Enem virou um "vestibular" com questões complexas, enquanto o Enceja tem enunciados mais simples e uma prova mais curta, avaliam especialistas; Se o Enem fosse uma "prova de conclusão do ensino médio", só 30,2% de todos os candidatos teriam sido aprovados em 2016 com 450 pontos ou mais; Enquanto entre os jovens é alta a taxa de evasão no ensino médio regular, cresce o interesse de adultos que não terminaram a escola. Eles têm duas formas de obter o diploma: uma é cursar o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), a outra, a prova do Enceja; A busca pelo Enceja dobrou desde a retomada: foram 102.638 inscritos em 2017, contra 208.391 em 2018; As matrículas em turmas do EJA do ensino médio cresceram 5,1% entre 2014 e 2018. Enquanto isso, as matrículas no ensino médio regular caíram 7,1%

Formas de obter o diploma do ensino médio

Para quem não concluiu o ensino médio no tempo previsto, há duas formas de obter o diploma. A primeira é frequentar o curso de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública, que tem avaliação presencial dos estudantes concluintes, válida para a emissão do certificado.

Quem não frequenta o EJA tinha a opção, entre 2009 e 2016, de usar o Enem. Mas, desde 2010, uma nota técnica do próprio governo já apontava as dificuldades de usar o Enem com esse fim, indicando que esse candidato acabava "submetido a condições inapropriadas de avaliação". O Enceja foi então retomado em 2017.

Uma comparação entre os resultados dos dois exames mostra, porém, que o Enceja tem tido procura mais alta de inscritos para pegar a certificação, além de mais candidatos

que conseguiram a nota necessária em todas as provas.

Enem inadequado para certificação

Roberto Catelli Junior, coordenador adjunto da ONG Ação Educativa, comparou os dois exames durante sua pesquisa de doutorado e diz que a diferença entre eles é a função principal. “O Enem é uma prova de competição para cursos de alta concorrência”, explicou ele ao G1.

Isso exige que a prova tenha, entre outras características, um número grande de itens para poder classificar os milhões de candidatos em uma escala de proficiência. No Enem, são 45 questões, contra 30 do Encceja, por exemplo, que também tem textos de apoio mais curtos.

“Achar que o Enem pode avaliar duas modalidades bastante distintas, o regular e o EJA, é um erro”, afirmou Timothy Ireland, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e coordenador da Cátedra da Unesco em Educação de Jovens e Adultos.

O próprio Inep, em 2017, considerou a mudança uma melhoria. Em nota, a autarquia do MEC afirmou que o Encceja é um “exame mais adequado”.

Requisitos do Enem

Em sua pesquisa de doutorado pela Universidade de São Paulo, Catelli Junior, da Ação Educativa, analisou os dados dos candidatos do Enem 2013 e descobriu que, mesmo entre os candidatos do ensino regular, 62% dos participantes do exame não cumpriram as exigências impostas desde 2012 para pedir a certificação: 450 pontos nas quatro provas objetivas, e pelo menos 500 pontos na redação.

O G1 repetiu a análise com os dados do Enem 2016 e observou que, se o exame fosse obrigatório para todos os 5,8 milhões de participantes daquele ano, 69,8% estariam “reprovados”.

Requisitos do Encceja

Já o Encceja exige que os estudantes acertem 50% das questões objetivas, e 5 de 10 pontos na prova de redação. Além disso, as provas são aplicadas todas no mesmo dia, de manhã e à tarde.

Segundo o professor Giuliano Rossini, coordenador de projetos sociais do Pueri Domus, as habilidades exigidas nas provas não são muito diferentes da matriz de referência do Enem, mas a abordagem das questões é mais adequada porque leva em conta a realidade do estudante jovem e adulto.

“O Enem tem muito mais questões de temas que a gente não teve conhecimento, não chegou a estudar aquilo, então era bem mais difícil”, explicou ao G1 Maria das Neves, que fez os dois exames.

A pontuação de que ela precisava veio pelo Encceja, depois de quatro anos de experiências frustradas com o Enem.

Tentativas frustradas

Em 2013, na primeira tentativa, ela foi aprovada em todas as provas, mas, como só estava fazendo como experiência, a professora que a ajudou na inscrição não preencheu o campo pedindo a certificação, então a nota “não serviu para nada”.

No ano seguinte, ela fez as provas mais uma vez e passou mais uma vez em... quase todas elas, com exceção de matemática, por apenas 2 pontos. Em 2015, mais uma tentativa frustrada e, em 2016, ela precisou faltar às provas depois que uma cirurgia lhe deu complicações e um mês de internação.

Há dois anos, quando o Enem deixou de servir para a certificação, a babá então participou do Encceja. Finalmente, em janeiro de 2018, recebeu a notícia que mais esperava: poderia solicitar o certificado de conclusão do ensino médio.

“Eu tinha um sonho de entrar na escola e estudar, mas chegar à faculdade era um sonho grande demais para mim. Eu achava que era impossível”, afirmou Maria das Neves em entrevista ao G1.

Em fevereiro, o impossível virou realidade, e ela começou seu primeiro semestre na graduação em pedagogia pela FMU, em São Paulo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Em uma década, Brasil perde um terço das escolas com aula do ensino fundamental para adultos

Redução afeta quem não concluiu escolarização na idade esperada. Por outro lado, no mesmo período, o número de escolas de educação básica regular aumentou 12%.

Na última década, o Brasil viu o número de escolas de educação básica aumentar 12%, de 255.445 para 286.014. No mesmo período, porém, o número dessas escolas que oferecem o ensino de jovens e adultos (EJA) do ensino fundamental recuou 34%, segundo um levantamento feito pelo G1 na série "Adultos sem diploma".

Em 2009, 37.334 escolas tinham turmas do EJA fundamental. Já no ano passado, essa oferta só existia em 24.658 escolas, segundo os dados do Censo que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou no mês passado.

Especialistas ouvidos pelo G1 explicam que a queda na oferta não está apenas relacionada ao aumento da escolarização dos adultos, que provocaria menor demanda. Apesar dos avanços, eles estimam que o número de brasileiros sem diploma varia entre 30 e 40 milhões. O país tem hoje 3,5 milhões de alunos matriculados no EJA, sendo que 59% deles estão no nível fundamental.

Houve queda em todos os estados, e apenas o Distrito Federal registrou aumento no número de escolas com a oferta. No Ceará e em Rondônia, a redução chegou a mais da metade do total de escolas em 2009:

Como consequência do fechamento das turmas, atualmente as pessoas com mais de 15 anos que não terminaram o ensino fundamental só podem encontrar cursos em 8,6% das escolas no país. Ou contar com projetos como o Aprender, do Colégio Pueri Domus, um curso em que os alunos do ensino regular dão aulas voluntariamente no período noturno, e onde a babá Maria das Neves, de 55 anos, encontrou o apoio de que

necessitava para finalmente concluir o ensino médio e se matricular na faculdade de pedagogia.

A diferença entre o curso que ela fez e as turmas de EJA mantidas pela rede pública de ensino é que, no segundo caso, não só a turma é presencial e mantida com financiamento do poder público, mas a avaliação feita pela escola também serve para a emissão do diploma de conclusão do curso, assim como no ensino regular.

No caso de Neves, porém, foi necessário realizar um exame de certificação. Ela acabou tendo que passar por quatro tentativas frustradas com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), até que, em 2017, o Inep decidiu retomar a aplicação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) como prova de certificação do ensino médio.

Assim como Maria das Neves, a maioria dos adultos que fizeram o Enem em busca do certificado não conseguiram a pontuação mínima exigida, de 450 pontos nas provas objetivas e 500 pontos na prova de redação. Mas, entre os demais candidatos do Enem, essa situação não era diferente.

Alunos de dia, professores à noite

Inicialmente criado por estudantes para alfabetizar funcionários da limpeza, segurança e do restaurante da escola, o Aprender hoje tem turmas de ensino fundamental e médio e foi ampliado para atender à comunidade do entorno do Itaim Bibi, além de ganhar edições em dois outros endereços. Desde o início, porém, as aulas são ministradas por alunos ou ex-alunos do próprio colégio, no turno noturno e de forma voluntária.

O professor Giuliano Rossini, coordenador de projetos sociais do Pueri Domus, explica que, além de educar os adultos, o Aprender também melhora a disciplina e o rendimento dos estudantes que participam como professores. "À noite ele é professor, então muda a relação dele com os professores, ele entende como é estar lá na frente." As turmas variam entre 3 e 13 alunos e, somando os três endereços, o projeto mobiliza 80 professores voluntários.

No Fundeb, aluno do EJA vale menos

Timothy Ireland, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e coordenador da Cátedra da Unesco em Educação de Jovens e Adultos, alerta para o fato de que, no Brasil, a oferta de turmas do EJA tem caído nos últimos dados, o que pode dificultar ainda mais o processo de escolarização das atuais gerações de adultos que não concluíram o ensino básico.

Além do acesso mais difícil, o financiamento público das turmas de EJA, que historicamente é o menor entre todas as modalidades da educação básica, também teve o menor crescimento em 11 anos.

Dados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) mostram que, em 2009, o valor por aluno anual estimado para o EJA desvinculado ao ensino profissionalizante foi de R\$ 2.167,03, considerando o valor corrigido pela inflação (IPCA).

Para 2019, esse número subiu até R\$ 2.870,94. Apesar do avanço de 32,5%, essa é,

atualmente, a única modalidade de ensino em que cada estudante recebe menos de R\$ 3,5 mil do poder público.

Já o EJA integrado ao ensino profissionalizante viu seu valor expandir 56,6%, de R\$ 2.749,81 em 2009 para R\$ 4.306,41 neste ano.

Prioridades políticas

Os dados do Fundeb mostram ainda como as prioridades dos gestores impactaram cada modalidade. Em 2009, o EJA estava empatado com a creche em tempo parcial na posição de "modalidade com menor financiamento público".

Porém, nos últimos 11 anos, o financiamento por aluno matriculado na creche parcial de escolas públicas aumentou 93,1% e hoje é de R\$ 4.183,75, 46% maior que o EJA sem vínculo com ensino profissionalizante.

“Não chega a ter 1% de investimento da educação destinado ao EJA. O gestor público acaba preferindo investir na educação de crianças porque tem mais pressão social, jurídica e legal para fazer isso”, afirma Roberto Catelli Junior, coordenador adjunto da ONG Ação Educativa.

José Marcelino de Rezende Pinto, doutor em educação e professor da Universidade de São Paulo (USP), é especialista em financiamento da educação e explica que é difícil descobrir quanto exatamente cada rede pública gasta com o ensino de adultos, porque os professores do EJA são os mesmos do ensino regular.

"Não existe um professor que faz concurso para EJA. Em geral é um professor que dá aula nos anos finais e iniciais do fundamental e também dá aula de EJA. O grande gasto de educação é salário, e o salário desse professor vai sair misturado."

Mas ele ressalta que, já no ponto de partida da divisão dos recursos do Fundeb para os estados e municípios, os estudantes de EJA saem perdendo. Isso porque o cálculo é feito segundo o chamado "fator de ponderação", que usa como base o valor por aluno dos anos iniciais do fundamental. Como o EJA tem fator 0,8, cada estudante do EJA recebe o valor correspondente a 80% do que recebe um aluno do fundamental.

"Os fatores da lei já desestimulam. Se dez alunos de EJA contam como oito, eu como prefeito já não vou me sentir estimulado", diz Marcelino, que ressalta outros fatores de desestímulo à oferta de EJA. "Há uma resistência da própria rede. Como a EJA é à noite, o diretor tem que abrir escola de noite", ressalta.

Oferta e demanda

Segundo Catelli, o Censo de 2010 apontava que 9,6% da população com 15 anos ou mais no país era analfabeta, e 34,7% dos adultos tinham o ensino fundamental incompleto.

Ireland diz que a tendência se deve a corte de gastos e agrupamento de turmas de EJA em menos escolas, e que as políticas públicas de educação não investem na mobilização ativa para encontrar os adultos sem diploma. “A oferta normalmente não ultrapassa 10% da demanda potencial”, explica ele.

A tendência para o futuro, segundo os especialistas, é que de fato as turmas de alfabetização e ensino fundamental passem a dar mais espaço para o ensino médio. Mas isso não necessariamente significa que a escolarização esteja avançando – eles alertam que o ritmo lento dessa melhora indica que a população mais velha (e, portanto, a menos escolarizada) vai morrendo.

"A ideia de que vai resolver pela mortalidade é um erro imenso", afirma Timothy Ireland. "Temos metas de reduzir em 50% o número de analfabetos funcionais, o que também é muito improvável."

Em 2018, adultos interessados em voltar à escola e cursar o ensino médio só encontram esse serviço em 3,4% das escolas de ensino básico do Brasil.

Mas a demanda por essa modalidade é evidenciada pela evolução do total de matrículas registradas no Censo Escolar.

Entre 2014 e 2018, o número de estudantes no EJA do ensino médio cresceu 5,1%, de 1.367.885 para 1.437.833. Já o número de estudantes no ensino médio regular caiu 7,1% no mesmo período, o que pode indicar, além do abandono escolar, a transferência de adolescentes para o EJA assim que eles completam a idade mínima exigida (15 anos para o fundamental e 18 para o médio).

"Falta no país hoje uma visão de que essa é uma dívida social que o país tem que resolver. Hoje se coloca a discussão numa lógica muito meritocrática, de que a pessoa que não estudou tem culpa e precisa resolver. Se não criar alguma condição para esse sujeito estudar, ele não vai estudar", afirma Catelli Junior.

A próxima geração de adultos sem diploma

A preocupação com o ensino dos adultos vai além da geração atual, até a demanda futura de quem hoje deveria já estar sendo escolarizado de forma adequada. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) de 2017 estimam que cerca de 900 mil adolescentes de 15 a 17 anos sequer estão matriculados na escola. Entre os demais, o Censo divulgado em janeiro mostrou que 28,2% estão cursando uma série inferior à esperada para sua idade, uma situação que aumenta o risco da evasão.

"O aluno de EJA é cada vez mais jovem, não é o que não teve acesso à educação no ano passado. Ele é fruto da escola ruim. É a escola de baixa qualidade que vai produzir o aluno do EJA de amanhã", ressalta Marcelino, da USP.

Por outro lado, os especialistas citam diversos benefícios em investir na oferta de mais turmas de EJA, especialmente em uma sociedade em que, segundo Timothy Ireland, exige domínio da leitura e da escrita mesmo para conseguir um trabalho de pedreiro.

"Quem tem o maior nível de escolaridade rende mais, produz mais. Faz sentido em termos de cidadania, e faz sentido em termos de economia, de produção", explica Ireland.

Já segundo Marcelino, aumentar a escolarização dos milhões de adultos brasileiros que não pegaram o diploma tem impacto direto na melhora do rendimento escolar dos filhos

deles. "Se fala muito que os pais não participam, mas o melhor argumento pro pai participar é poder estudar na escola em que o filho estuda."

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Izalci diz que só aceita ser ministro da Educação se tiver autonomia

Após o desgaste de Ricardo Vélez Rodríguez no cargo, nome do senador do DF voltou a ser cogitado para a sucessão do colombiano no MEC

O desgaste gerado no Ministério da Educação (MEC) desde o início da gestão do colombiano Ricardo Vélez Rodríguez voltou a levantar especulações sobre o nome do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) para chefiar uma das pastas mais estratégicas da Esplanada. Ele negou que haja reuniões marcadas para tratar o assunto, mas se diz inclinado a aceitar o cargo, desde que tenha autonomia para nomear cargos estratégicos.

"Quem decide é a Presidência, é um cargo de confiança dele [Bolsonaro]. É ele quem nomeia e quem exonera", esclareceu o senador ao ser questionado se o Palácio do Planalto o indicará como sucessor de Vélez.

Em entrevista à rádio Metrôpoles FM, o cacique tucano lembrou que chegou a ter o nome indicado pela Frente Cristã em Defesa da Família, por deputados da bancada evangélica e por parlamentares ligados à educação e ciência e tecnologia: "Eu recebi alguns intermediários e disse para o Bolsonaro que o maior desafio do Brasil não é economia; economia é fichinha em relação à questão da educação".

Izalci também destacou que não aceitaria um ministério sem autonomia para nomear os cargos de confiança estratégicos, em referência à proibição feita pelo presidente Jair Bolsonaro quanto à nomeação de assessores por Vélez. "Não vou ficar correndo atrás, não quero ser ministro por ser ministro, tem que ter autonomia para indicar os cargos de que preciso".

"Não está dando certo"

Bolsonaro afirmou, durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, nessa sexta-feira (5/4), que Vélez "não está dando certo" e que pode demiti-lo na próxima semana.

"Está bastante claro que não está dando certo o ministro Vélez. Na segunda-feira, vamos tirar a aliança da mão direita, ou vai para a esquerda ou vai para a gaveta", disse o chefe do Executivo federal.

O ministro tem criado uma série de rugas desde quando assumiu a pasta, o que inclui depoimentos polêmicos – muitos deles colocaram em crise o governo de Jair Bolsonaro e provocaram a demissão de 16 funcionários do alto escalão.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Instabilidade no MEC provoca atrasos em 1 milhão de contratos do Fies

Representantes das faculdades particulares também cobram pagamentos no valor de R\$ 2 bilhões referentes aos meses de janeiro e fevereiro

A instabilidade no Ministério da Educação (MEC) desde o início do ano atrasou a concessão e a renovação de cerca de 1 milhão de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O levantamento foi feito pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), que estima também um atraso de R\$ 2 bilhões em

repasses para faculdades, referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

Das 100 mil vagas novas que foram ofertadas para o programa no primeiro semestre de 2019, 60% foram preenchidas, ou seja, tiveram estudantes selecionados para ocupá-las. No entanto, apenas 1.758 conseguiram finalizar o contrato com o banco. Há também o atraso nos aditamentos, que é a renovação semestral do benefício. A reportagem apurou que, dos cerca de 1 milhão que deveriam ser renovados neste semestre, apenas 18,5 mil já passaram por todos os trâmites e terminaram de ser contratados

Para os alunos que foram selecionados neste ano para o programa, o principal problema é a obtenção do Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) ou de Regularidade de Matrícula (DRM), necessários para a contratação ou continuidade do financiamento, que não estão sendo emitidos por uma falha na transmissão de dados do governo federal. Já os aditamentos só começaram a ser processados nesta semana e as faculdades estão enfrentando problemas no sistema para completar a contratação.

“Não há uma governança bem feita para pressionar que o problema seja resolvido. Estamos em abril e a justificativa é a mesma há meses, de que há inconsistência no sistema. Como podem demorar tanto para resolver uma questão como essa? Deveria ser prioridade”, afirma Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp.

Insegurança

Pela legislação, como o atraso na contratação se deve a um problema no sistema, os estudantes não podem ser impedidos de frequentar as aulas. No entanto, a indefinição sobre a contratação causa insegurança entre eles. É o caso de Andreza Reis, de 21 anos, que aguarda a finalização de seu contrato para o financiamento de 91% da mensalidade para o curso de Odontologia em uma faculdade em Salvador.

Se a contratação não for efetuada, ela terá de arcar com as mensalidades, de R\$ 2,7 mil, do período em que frequentou a instituição. “Eu estou indo para as aulas, porque daqui a pouco começam as provas e não dá mais para eu ficar esperando. Mas tenho medo de não sair o contrato e eu ficar com uma dívida que não posso pagar.”

O atraso também traz problemas para as faculdades que, até a finalização do aditamento e contratação, não recebem. Com isso, já acumulam R\$ 2 bilhões de repasses que deveriam ter recebido nos meses de janeiro e fevereiro dos alunos que estão frequentando as aulas.

“Todo ano registramos problemas e atrasos no Fies, mas chegar a abril dessa forma é muito prejudicial, para os alunos e as instituições de ensino. Sem o recurso, elas podem ter dificuldade para o pagamento dos funcionários, que representam a maior parte do custo de uma faculdade”, diz Sólton Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Uma das maiores instituições particulares de ensino do país, com sede em uma capital do Nordeste, está com mais de 3 mil contratos do Fies sem aditamento, e há ainda cerca de 300 novos parados – o que representa quase 15% do total de alunos da faculdade. A direção pediu para que o estabelecimento não fosse identificado. Procurado, o MEC não se posicionou.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Não está decidido ainda, tudo pode acontecer, diz Bolsonaro sobre Vélez
Presidente comparou relação com ministro com "noivado" e disse que vai decidir se "casa ou separa"

Brasília – O presidente da República, Jair Bolsonaro, voltou a afirmar que vai se reunir com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, na próxima segunda-feira, 8, mas ponderou que ainda não decidiu se vai efetivamente demiti-lo e não pensa em eventuais substitutos. “Não está decidido ainda, tudo pode acontecer, disse. Ele destacou que a Educação é um dos ministérios mais importantes e, por isso, “tem que funcionar redondinho”.

Em analogia ao casamento, disse que ainda está “noivo” do ministro e na próxima segunda pode decidir manter a aliança na mão direita, passá-la para a mão esquerda ou colocá-la na gaveta. Sobre um eventual substituto para Vélez, disse que ainda não pode pensar nisso porque é “fiel”.

“Eu não posso pensar nisso... É a mesma coisa que ficar viúvo hoje, e já vou ter outra namorada”, disse Bolsonaro, em tom de brincadeira.

Indagado se, mesmo assim, poderia ter outra opção, respondeu que ele é “diferente da maioria dos homens”. “Eu sou quase igual à maioria das mulheres, eu sou fiel. Não tem esse papo de reserva”, declarou a jornalistas nesta sexta-feira, dia no qual participou de inauguração do Espaço de Atendimento de Ouvidoria da Presidência da República.

Após o evento, durante coletiva de imprensa, Bolsonaro foi indagado se, mesmo sem a definição de um substituto para o ministro, Vélez deve deixar a função. Diante do questionamento, o presidente ficou em silêncio por alguns segundos e começou a rir.

Ele fez uma brincadeira com o chefe da Secretaria de Comunicação (Secom), Floriano Amorim, que estava ao seu lado. “Você também deve sair, né, Floriano?”, provocou Bolsonaro em tom bem humorado.

Mais cedo, Bolsonaro confirmou que Floriano será substituído por Fábio Wajngarten.

Questionado se o MEC pode funcionar mesmo se Vélez continuar no comando, Bolsonaro respondeu que “só a morte não tem conserto”.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Não está decidido ainda, tudo pode acontecer, diz Bolsonaro, sobre Vélez

O presidente da República, Jair Bolsonaro, voltou a afirmar que vai se reunir com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, na próxima segunda-feira, 8, mas ponderou que ainda não decidiu se vai efetivamente demiti-lo e não pensa em eventuais substitutos. “Não está decidido ainda, tudo pode acontecer, disse. Ele destacou que a Educação é um dos ministérios mais importantes e, por isso, “tem que funcionar redondinho”.

Em analogia ao casamento, disse que ainda está “noivo” do ministro e na próxima segunda pode decidir manter a aliança na mão direita, passá-la para a mão esquerda ou colocá-la na gaveta. Sobre um eventual substituto para Vélez, disse que ainda não pode pensar nisso porque é “fiel”.

“Eu não posso pensar nisso... É a mesma coisa que ficar viúvo hoje, e já vou ter outra namorada”, disse Bolsonaro, em tom de brincadeira.

Indagado se, mesmo assim, poderia ter outra opção, respondeu que ele é “diferente da maioria dos homens”. “Eu sou quase igual à maioria das mulheres, eu sou fiel. Não tem esse papo de reserva”, declarou a jornalistas nesta sexta-feira, dia no qual participou de inauguração do Espaço de Atendimento de Ouvidoria da Presidência da República.

Após o evento, durante coletiva de imprensa, Bolsonaro foi indagado se, mesmo sem a definição de um substituto para o ministro, Véléz deve deixar a função. Diante do questionamento, o presidente ficou em silêncio por alguns segundos e começou a rir.

Ele fez uma brincadeira com o chefe da Secretaria de Comunicação (Secom), Floriano Amorim, que estava ao seu lado. “Você também deve sair, né, Floriano?”, provocou Bolsonaro em tom bem humorado.

Mais cedo, Bolsonaro confirmou que Floriano será substituído por Fábio Wajngarten.

Questionado se o MEC pode funcionar mesmo se Véléz continuar no comando, Bolsonaro respondeu que “só a morte não tem conserto”.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Permanência de Véléz no MEC será definida nesta segunda, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro terá uma reunião na próxima segunda-feira (8) com o ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodríguez, para definir o futuro dele no comando da pasta. Bolsonaro afirmou que tem havido reclamações sobre o funcionamento do Ministério da Educação (MEC).

“Vai ser uma última conversa, para ver se continua ou não continua”, disse o presidente nesta sexta-feira (5), logo após participar da inauguração do espaço de atendimento da Ouvidoria da Presidência da República, no Palácio do Planalto.

Segundo Bolsonaro, o ministério precisa funcionar “redondinho”, o que não tem acontecido, mas evitou tratar o afastamento de Véléz como inevitável. “Só a morte não tem conserto”, afirmou.

Perguntado se já pensa em um eventual substituto, o presidente desconversou em tom de brincadeira: “Eu estou noivo ainda, como é que vou pensar numa namorada?”.

Notícia

Em Campos do Jordão (SP), Véléz, que participou do fórum empresarial Lide, disse que não tinha sido informado até a manhã de hoje da possibilidade de demissão: “Eu pessoalmente não tenho notícia disso”.

O presidente Jair Bolsonaro empossa o ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodríguez, durante cerimônia de nomeação dos ministros de Estado, no Palácio do Planalto.

O presidente Jair Bolsonaro empossa o ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodríguez, durante cerimônia de nomeação dos ministros de Estado, no Palácio do Planalto. –

Valter Campanato/Agência Brasil

O ministro afirmou que não pedirá demissão: “Não vou entregar o cargo”. Sobre as críticas que vem sofrendo, perguntado se acreditava que a situação estava insustentável, o ministro disse que a única “coisa insustentável é a morte” e que a saída para problemas de gestão no Ministério da Educação é “racionalidade”.

Em pouco mais de três meses, houve mais de dez demissões de postos do alto escalão do MEC e órgãos vinculados. Na mudança mais recente, publicada ontem (4) no Diário Oficial da União, o governo exonerou a chefe de gabinete do ministro, Josie Pereira, e o assessor especial Bruno Garschagen.

Para o presidente, é preciso preparar os estudantes para a chamada 4ª revolução industrial, que está transformando o mercado de trabalho. Ele defendeu também que o professor tenha mais autoridade no ambiente escolar. “Temos que achar uma maneira do professor recuperar a autoridade na sala de aula”, disse.

Turismo

Bolsonaro também comentou a situação do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, alvo de investigação da Polícia Federal, no inquérito sobre o esquema de candidaturas laranjas do PSL em Minas Gerais. O ministro foi eleito o deputado federal mais bem votado do partido no estado. Segundo o presidente, é preciso aguardar a conclusão das investigações.

“O que acertei com todos os ministros desde o começo, conversei também com o ministro [Sergio] Moro [Justiça e Segurança Pública], em havendo uma conclusão final de inquérito, com prova robusta, aí tomo a decisão. Por enquanto não é o caso”, afirmou.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Os nomes do Centrão para o MEC

Diante da iminente exoneração do ministro Ricardo Vélez, já sinalizada pelo presidente Jair Bolsonaro, a bolsa de apostas para a chefia do MEC segue a todo vapor.

Por parte da ala política, o nome mais cotado até agora é o do senador Izalci Lucas (PSDB). O tucano, entretanto, perdeu pontos na corrida pelo MEC ao pedir um orçamento ainda maior para a pasta. O plano B do Centrão, apresentado nesta sexta-feira ao presidente, é deputado João Roma (PRB). A reunião contou com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Roma também conta com o apoio de Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre e, o mais importante, da Igreja Universal do Reino de Deus.

Os generais do governo, entretanto, se recusam a ceder aos políticos, e insistem na nomeação de um educador para a chefia do MEC. O fio que segura Vélez no cargo é, justamente, a ausência de um nome forte para substituí-lo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Inquéritos no MP apuram contratações irregulares na Seduc

Ministério Público do Trabalho instaurou um inquérito civil público a fim de apurar sobre contratações temporárias irregulares na Secretaria de Estado de Educação

(Seduc). Alvo da ação é a secretária de Estado Marioneide Angelica Kliemaschewsk e ela pode responder por improbidade administrativa.

Há também um outro inquérito no âmbito do Ministério Público Estadual (MPE) contra um servidor da pasta.

Documento, do dia 3 de abril, é assinado pelo promotor de Justiça Arnaldo Justino da Silva. De acordo com denúncia, a Seduc efetuou contratações temporárias ao invés de chamar candidatos classificados em concurso público de 2017.

No edital em questão, foram ofertadas 5,7 mil vagas. Conforme a ação do MPT, todos os candidatos foram convocados dentro do número de vagas, contudo, os aprovados classificados como extranumerários não foram chamados.

"Além disso, de acordo com cópia do lotacionograma da Secretaria de Estado de Educação do 1º trimestre de 2019, constata-se a existência de 1,9 mil cargos vagos de apoio administrativo educacional com 897 contratos temporários e 1,2 mil cargos vagos de técnico administrativo educacional com 193 contratações temporárias e, ainda, 6,6 mil cargos vagos para professor de educação básica, constando apenas 43 contratados", disse trecho do documento.

Os casos de contratação temporárias, de acordo com o MPT, não se enquadram nos casos em que há a justificativa de título precário pelo poder público, como falecimento de servidor, aposentadoria, licença saúde, licença gala, afastamento para exercício de mandato eletivo, entre outros.

No caso em questão, temporários foram supostamente contratados em casos de aposentadoria, remoção, complementação temporária do quadro administrativo, o que não é permitido e figura como improbidade administrativa.

"Em resumo, além de candidatos aprovados/classificados no concurso público que não foram convocados, também há vagas disponíveis, conforme tabela elaborada pela própria SEDUC2, mas a Secretária de Educação contratou, no lugar deles, servidores temporários".

Servidor ausente

Neste mesmo sentido, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE) instaurou um inquérito civil público contra um servidor da Secretaria de Estado de Educação, André Rees Azevedo, que supostamente não compareceu ao trabalho em 2018.

Documento, do dia 2 de abril de 2019, é assinado pelo promotor de Justiça Roberto Aparecido Turin. Caso as faltas do servidor sejam constatadas, ele pode responder por improbidade administrativa, violação aos princípios administrativos, enriquecimento ilícito e danos ao erário.

Inquérito foi aberto após denúncia de um cidadão, que notificou o ministério das supostas faltas do servidor. Ele é lotado no gabinete no secretário adjunto de políticas de gestão de pessoas.

"Considerando, por fim, a necessidade de instruir os autos com maiores informações

para o fim último de subsidiar medidas judiciais ou extrajudiciais porventura cabíveis resolve instaurar inquérito civil público para apurar se o servidor senhor André Rees Azevedo apresentou-se com assiduidade ao trabalho e se prestou serviço realmente à Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso, durante o ano de 2018".

Outro lado

"A respeito do inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Estadual, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) informa que ainda não foi notificada."

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Sobre Vélez Rodríguez, Bolsonaro diz que tudo pode acontecer

O presidente destacou que o ministério da Educação é um dos mais importantes e que não pensa em eventual substituto

O presidente da República, Jair Bolsonaro, voltou a afirmar que vai se reunir com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, na próxima segunda-feira (8) mas ponderou que ainda não decidiu se vai efetivamente demiti-lo e não pensa em eventuais substitutos. "Não está decidido ainda, tudo pode acontecer", disse. Ele destacou que a Educação é um dos ministérios mais importantes e, por isso, "tem que funcionar redondinho".

Em analogia ao casamento, disse que ainda está "noivo" do ministro e na próxima segunda pode decidir manter a aliança na mão direita, passá-la para a mão esquerda ou colocá-la na gaveta. Sobre um eventual substituto para Vélez, disse que ainda não pode pensar nisso porque é "fiel".

"Eu não posso pensar nisso... É a mesma coisa que ficar viúvo hoje, e já vou ter outra namorada", disse Bolsonaro, em tom de brincadeira.

Indagado se, mesmo assim, poderia ter outra opção, respondeu que ele é "diferente da maioria dos homens". "Eu sou quase igual à maioria das mulheres, eu sou fiel. Não tem esse papo de reserva" declarou a jornalistas nesta sexta-feira, dia no qual participou de inauguração do Espaço de Atendimento de Ouvidoria da Presidência da República.

Após o evento, durante coletiva de imprensa, Bolsonaro foi indagado se, mesmo sem a definição de um substituto para o ministro, Vélez deve deixar a função. Diante do questionamento, o presidente ficou em silêncio por alguns segundos e começou a rir.

Ele fez uma brincadeira com o chefe da Secretaria de Comunicação (Secom), Floriano Amorim, que estava ao seu lado. "Você também deve sair, né, Floriano?", provocou Bolsonaro em tom bem humorado.

Mais cedo, Bolsonaro confirmou que Floriano será substituído por Fábio Wajngarten.

Questionado se o MEC pode funcionar mesmo se Vélez continuar no comando, Bolsonaro respondeu que "só a morte não tem conserto".

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Educação entrou no racha geral da política, diz Barroso

Em evento nos EUA, ministro do STF critica bandeiras de Vélez Rodríguez, como o evento Escola Sem Partido

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso afirmou nesta sexta-feira que "ninguém se preocupou" com a educação do País como se preocupou com a economia, e a pasta entrou "no racha geral da política". Ele criticou bandeiras atuais do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, como o Escola sem Partido.

"O que quero dizer é o seguinte: quem acha que o problema da educação no Brasil, que é base para resolver o problema penitenciário e todos os outros, é Escola Sem Partido, identidade de gênero, ou saber se 64 foi golpe ou não foi golpe está assustado com a assombração errada", afirmou Barroso, durante o Brazil Conference, evento organizado por estudantes brasileiros nas universidades de Harvard e do MIT, em Cambridge, no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos.

Também palestrante no debate, o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), deu nome às críticas de Barroso: "vou falar o que o ministro Barroso não pode falar: o ministro Vélez vai resolver tudo".

Vélez é um defensor do projeto Escola Sem Partido e chegou a dizer que pretende mudar os livros didáticos para revisar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar são tratados. Indicado pelo escritor Olavo de Carvalho para o cargo, Vélez tem enfrentado sucessivas crises no governo. Nesta sexta-feira, o presidente, Jair Bolsonaro, sinalizou que pode trocar o comando da pasta.

Barroso criticou o fato de a educação só ser considerada prioritária como "retórica". "A educação, que todo mundo diz que é prioritária, entrou no racha geral da política. Ninguém se preocupou como se preocupou com a economia, quem são os melhores nomes, os melhores projetos que têm dado certo pelo mundo afora", afirmou o ministro do STF.

Barroso participou de um debate sobre transformações do sistema carcerário brasileiro. No debate, o ministro do STF afirmou que a educação básica deve ser prioritária. Para o ministro do STF, a questão do sistema penitenciário tem sido relegada à último plano no debate público. "É uma população verdadeiramente invisível."

O ministro reiterou críticas que costuma fazer ao dizer que o Brasil é um país que "prende muito e prende mal". "O Brasil se tornou o País mais violento do mundo, com mais de 63 mil homicídios por ano. É um número muito espantoso. A sociedade, compreensivelmente assustada, demanda uma reação do Estado", afirmou o ministro.

Ele defendeu também o enfrentamento da corrupção. "Nós precisamos, sim, enfrentar o crime violento, o crime organizado e precisamos, sim, enfrentar o crime institucionalizado, que é essa corrupção entranhada no poder público brasileiro", afirmou. "As grandes questões da sociedade brasileira são violência e corrupção", disse.

Apesar disso, segundo Barroso, ainda é pouco expressivo o número de criminosos de colarinho branco que são responsabilizados criminalmente. Segundo ele, isso é resultado de "uma classe dominante que se protegeu historicamente, apesar de saquear o Estado brasileiro".

Sobre a prisão excessiva, o ministro do Supremo defendeu que a política que se adota sobre drogas seja repensado no País. "Reconheçam que a política que estamos praticando não está dando certo, para a partir daí pensarmos nas soluções", disse. Segundo o ministro, que já defendeu em artigos a legalização das drogas, a guerra às drogas "fracassou". "Não prendemos os barões do tráfico, prendemos os meninos com 100 gramas", criticou.

Ele defendeu uma "política pública séria" que seja substancial sobre essa questão. "Não é um liberou geral, é uma política pública séria", disse. "Eu não tenho certeza se vai dar certo, o que eu tenho certeza é que estamos fazendo não está dando certo", completou o ministro.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Fies registra atrasos em 1 milhão de contratos

Sindicato estima também que R\$ 2 bilhões não foram repassados a faculdades

A instabilidade no Ministério da Educação (MEC) desde o início do ano atrasou a concessão e a renovação de cerca de 1 milhão de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O levantamento foi feito pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), que estima também um atraso de R\$ 2 bilhões em repasses para faculdades, referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

Das 100 mil vagas novas que foram ofertadas para o programa no primeiro semestre de 2019, 60% foram preenchidas, ou seja, tiveram estudantes selecionados para ocupá-las. No entanto, apenas 1.758 conseguiram finalizar o contrato com o banco. Há também o atraso nos aditamentos, que é a renovação semestral do benefício. O Estado apurou que, dos cerca de 1 milhão que deveriam ser renovados neste semestre, apenas 18,5 mil já passaram por todos os trâmites e terminaram de ser contratados.

Para os alunos que foram selecionados neste ano para o programa, o principal problema é a obtenção do Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) ou de Regularidade de Matrícula (DRM), necessários para a contratação ou continuidade do financiamento, que não estão sendo emitidos por uma falha na transmissão de dados do governo federal. Já os aditamentos só começaram a ser processados nesta semana e as faculdades estão enfrentando problemas no sistema para completar a contratação.

"Não há uma governança bem feita para pressionar que o problema seja resolvido. Estamos em abril e a justificativa é a mesma há meses, de que há inconsistência no sistema. Como podem demorar tanto para resolver uma questão como essa? Deveria ser prioridade", afirma Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp.

Insegurança

Pela legislação, como o atraso na contratação se deve a um problema no sistema, os estudantes não podem ser impedidos de frequentar as aulas. No entanto, a indefinição sobre a contratação causa insegurança entre eles. É o caso de Andreza Reis, de 21 anos, que aguarda a finalização de seu contrato para o financiamento de 91% da mensalidade para o curso de Odontologia em uma faculdade em Salvador.

Se a contratação não for efetuada, ela terá de arcar com as mensalidades, de R\$ 2,7 mil, do período em que frequentou a instituição. "Eu estou indo para as aulas, porque daqui a pouco começam as provas e não dá mais para eu ficar esperando. Mas tenho medo de

não sair o contrato e eu ficar com uma dívida que não posso pagar."

O atraso também traz problemas para as faculdades que, até a finalização do aditamento e contratação, não recebem. Com isso, já acumulam R\$ 2 bilhões de repasses que deveriam ter recebido nos meses de janeiro e fevereiro dos alunos que estão frequentando as aulas.

"Todo ano registramos problemas e atrasos no Fies, mas chegar a abril dessa forma é muito prejudicial, para os alunos e as instituições de ensino. Sem o recurso, elas podem ter dificuldade para o pagamento dos funcionários, que representam a maior parte do custo de uma faculdade", diz Sólton Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Uma das maiores instituições particulares de ensino do País, com sede em uma capital do Nordeste, está com mais de 3 mil contratos do Fies sem aditamento, e há ainda cerca de 300 novos parados - o que representa quase 15% do total de alunos da faculdade. A direção pediu para que o estabelecimento não fosse identificado. Procurado, o MEC não se posicionou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Permanência de Vélez no MEC será definida nesta segunda, diz Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro terá uma reunião na próxima segunda-feira (8) com o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para definir o futuro dele no comando da pasta. Bolsonaro afirmou que tem havido reclamações sobre o funcionamento do Ministério da Educação (MEC).

"Vai ser uma última conversa, para ver se continua ou não continua", disse o presidente nesta sexta-feira (5), logo após participar da inauguração do espaço de atendimento da Ouvidoria da Presidência da República, no Palácio do Planalto.

Segundo Bolsonaro, o ministério precisa funcionar "redondinho", o que não tem acontecido, mas evitou tratar o afastamento de Vélez como inevitável. "Só a morte não tem concerto", afirmou.

Perguntado se já pensa em um eventual substituto, o presidente desconversou em tom de brincadeira: "Eu estou noivo ainda, como é que vou pensar numa namorada?".

Notícia

Em Campos do Jordão (SP), Vélez, que participou do fórum empresarial Lide, disse que não tinha sido informado até a manhã de hoje da possibilidade de demissão: "Eu pessoalmente não tenho notícia disso".

O presidente Jair Bolsonaro empossa o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, durante cerimônia de nomeação dos ministros de Estado, no Palácio do Planalto. - Valter Campanato/Agência Brasil

O ministro afirmou que não pedirá demissão: "Não vou entregar o cargo". Sobre as críticas que vem sofrendo, perguntado se acreditava que a situação estava insustentável, o ministro disse que a única "coisa insustentável é a morte" e que a saída para problemas de gestão no Ministério da Educação é "racionalidade".

Em pouco mais de três meses, houve mais de dez demissões de postos do alto escalão do MEC e órgãos vinculados. Na mudança mais recente, publicada ontem (4) no Diário Oficial da União, o governo exonerou a chefe de gabinete do ministro, Josie Pereira, e o assessor especial Bruno Garschagen.

Para o presidente, é preciso preparar os estudantes para a chamada 4ª revolução industrial, que está transformando o mercado de trabalho. Ele defendeu também que o professor tenha mais autoridade no ambiente escolar. "Temos que achar uma maneira do professor recuperar a autoridade na sala de aula", disse.

Turismo

Bolsonaro também comentou a situação do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, alvo de investigação da Polícia Federal, no inquérito sobre o esquema de candidaturas laranjas do PSL em Minas Gerais. O ministro foi eleito o deputado federal mais bem votado do partido no estado. Segundo o presidente, é preciso aguardar a conclusão das investigações.

"O que acertei com todos os ministros desde o começo, conversei também com o ministro [Sergio] Moro [Justiça e Segurança Pública], em havendo uma conclusão final de inquérito, com prova robusta, aí tomo a decisão. Por enquanto não é o caso", afirmou.

*Colaborou Mariana Tokarnia, repórter da Agência Brasil

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Não há propostas e país perde tempo, diz finalista do "Nobel da educação"

A professora Débora Garofalo esteve em Dubai, nos Emirados Árabes, no final de março para a cerimônia de entrega do Global Teacher Prize, considerado o prêmio Nobel da Educação. Ela era um dos dez professores do mundo finalistas na disputa pelo prêmio. Não venceu. Mas teve o reconhecimento do príncipe dos país que recebeu o evento, Hamdan bin Mohammed, e até do astro de cinema Hugh Jackman, que apresentou a cerimônia.

Garofalo, entretanto, sentiu falta de apoio brasileiro na cerimônia. Em entrevista ao UOL, ela disse que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, havia sido convidado para o evento. Não apareceu. "Como brasileiros, precisamos nos apoiar mais", afirmou.

A falta desse apoio é uma das razões pelas quais nenhum professor brasileiro ganhou o Nobel da Educação até hoje, segundo Garofalo. Já a falta de projetos claros, a respeito de temas verdadeiramente relevantes para a educação, é uma das razões pelas quais, segundo a professora, o ensino não chega ao nível ideal.

"Não há propostas claras", disse ela, em suas impressões sobre o governo federal. "Estamos perdendo um tempo precioso para debater questões infundadas em vez de atacar ações primordiais."

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação não comentou as declarações.

Garofalo é professora de uma escola pública de São Paulo, localizada em uma área de

favela. Desenvolveu um projeto para ensino de robótica usando sucata. Disse que o ensino público do Brasil tem mais qualidades do que o retratado pela mídia. Ressaltou, porém, que discussões sobre "Escola sem Partido" e a execução do Hino Nacional tiram o foco do que é importante.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

UOL: Três professores do país já foram finalistas* do "Nobel da Educação". Nenhum ganhou. Isso é um bom sinal, ser finalista, ou um sinal de alerta -- nunca ganhamos? Débora Garofalo: É uma coisa boa. Temos que levar em consideração o momento histórico. O prêmio leva isso em consideração. Acho que fiquei bem próximo de levar, mas o fato de outras professoras mulheres já terem ganhado e o fato de o professor vencedor [Peter Tabichi, do Quênia] ter valores franciscanos e trabalhar numa comunidade em que crianças realmente passam fome foram decisivos. Agora, acho fundamental que a gente ganhe. É o terceiro ano que a gente leva o Brasil para o ranking internacional. Este ano não levamos o prêmio, mas estivemos lá. E com uma escola de periferia, de favela, com um trabalho comprovado dentro de uma favela. Isso abre caminhos.

* Os outros brasileiros finalistas do prêmio foram Wemerson da Silva Nogueira (em 2017) e Diego Mahfouz (2018).

O que falta para um Brasil ter um professor vencedor do Nobel de Educação? Não consigo responder isso porque o prêmio leva em consideração o momento histórico, o desenvolvimento do trabalho, o quanto ele trouxe de benefício. Mas, eu acredito que, como brasileiros, precisamos nos apoiar mais. O nosso ministro [da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez] foi convidado para estar lá e não estava. A gente precisa apoiar quem chega lá. Agora, o mais importante não era ganhar, era fazer uma boa campanha. Eu pude ver as pessoas realmente empolgadas com nossa aula. Isso foi sensacional.

Como a senhora avalia a atuação do novo governo no que diz respeito à Educação?

Estamos vivendo um contexto muito complicado. Não há propostas claras para a Educação. Estamos perdendo um tempo precioso para debater questões infundadas em vez de atacar ações primordiais: alfabetização, distribuição de recursos para escolas, infraestrutura, conectividade. Temos que voltar nossos esforços para o que é importante.

O ministro Vélez foi criticado na Câmara dos Deputados por não apresentar projetos claros. A senhora vê algum projeto interessante? Até agora, estão perdidos.

Não existe uma proposta, de fato, para a Educação. A não ser implantação da questão cívica e moral dentro das escolas, o que acho um retrocesso.

O ministério passa por constantes mudanças em cargos importantes. Não tem clareza. E, além disso, as pessoas não estão se sentindo confortáveis. Houve demissões. A quebra é muito ruim. Não há continuidade. Cada um entra com uma opinião diferente, uma forma de se fazer. Isso precisa ser revisto.

O ministro indicou que quer reintroduzir nas escolas práticas que pareciam abandonadas. Por exemplo, a execução do Hino Nacional. O que acha disso? Ele quer retomar uma escola dos anos 70, 80, quando os valores eram diferentes. Não vou dizer que não é importante.

A gente entender e aprender sobre o nosso país, sobre o hino, é essencial. Mas não da forma que está sendo imposta. Isso não está relacionado a um diálogo. É algo imposto. Tudo que é imposto não dá certo. Os alunos aprender de forma diferente. Estamos no século 21.

A forma que isso está sendo colocado não é adequada.

O governo indicou que vê escolas militares como um modelo. A senhora concorda? Eu, particularmente, nunca tive contato com uma escola cívico-militar. Não conheço a estrutura. Mas acredito que a gente deva respeitar a vontade e ouvir essa escola. Para tornar uma escola militar, acho que os alunos devem ser ouvidos, a comunidade deve ser ouvida, a gestão e os professores também. Se esse grupo decidir que este é o melhor caminho, tudo bem. Agora, impor e dizer "vamos mudar por questões de indisciplina, não avalio como uma oportunidade. Vai contra aquilo que eu prego. E o diálogo é sempre o melhor.

O que a senhora acha do projeto "Escola Sem Partido"?

Não me agrada. É só mais um tempo perdido para discussão de assuntos como base curricular, alfabetização, Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação]. Primeiro, não se tem este recurso para fiscalizar professor dentro de sala de aula. A gente já vê por aí que é algo infundado. Depois, eu tenho muitos anos de chão numa escola pública para dizer que ela tem que ser laica, estar aberta ao diálogo. Não vejo com bons olhos a gente ter uma escola sem partido porque eu acredito que o partido de todo mundo deve ser a escola para reinventar a educação.

Quais deveriam ser as prioridades na sua opinião?

Investir em Educação. Não existe nenhuma nação que tenha prosperado sem ter feito esse investimento. Avançamos com a Base Nacional Comum Curricular, que é o primeiro documento feito de forma coletiva. Há um norte para nossa educação. Então, este é o momento de fazer esforços para a gente transformar a nossa educação. Para realmente falar de conectividade, falar de valorização docente, de formação inicial, formação continuada de professores, mas principalmente de tecnologia para dentro de escolas, de alfabetização, do repasse do Fundeb. Este é o momento.

Quando a senhora fala em investimento, é mais dinheiro mesmo?

Mais dinheiro. Mas não só mais dinheiro, de estrutura. O professor precisa ser valorizado. Tivemos três professores que passaram pelo Global Teacher Prize. Qual a prática desses professores foi implementada como política pública, já que uma das premissas do prêmio é que o trabalho seja replicável? Temos que pensar nisso. Estamos falando em "Escola sem Partido", mas temos que falar de valorização docente.

Alguém a procurou para replicar o seu trabalho em outras escolas?

Nós vamos replicar a experiência em escolas do estado de São Paulo. Isso está sendo negociado, mas o secretário de Educação do estado [Rossieli Soares] já mostrou grande

interesse. E, na segunda passada (1), eu estive com o prefeito [de São Paulo] Bruno Covas, para que se dê mais autonomia para escolas realizarem o trabalho de robótica. Dentro da rede municipal e estadual, muito se fala sobre o trabalho.

A senhora ensina robótica. Enquanto isso, a educação no Brasil ainda patina em matemática básica. O que a robótica pode ajudar na matemática e vice-versa? O trabalho de robótica é interdisciplinar. Ele não vai só abordar Matemática, Português, Ciência, Geografia, História. E é uma forma diferenciada de ensinar. O aprendizado passa pelas mãos. O aluno sai da passividade, vem para o centro do processo de aprendizagem e tem oportunidade de ser protagonista. Isso significa que vamos ter alunos mais interessados em desenvolver e aprender. Além disso, a robótica tem como premissa o raciocínio lógico e a resolução de problemas fundamentais nos dias de hoje.

A robótica é uma área estratégica para o mercado de trabalho moderno. A senhora ensina robótica para que seus estudantes consigam emprego ou se tornem cidadãos? A robótica está nos dois lados. É fundamental o aluno, na educação básica, vivenciar essas questões para futuramente estar preparado. Eu vim da indústria. Eu senti isso na pele, vi o aluno não estar preparado, não ter chance de trabalhar porque a escola não foi capaz de formar esse menino. Por outro lado, a robótica vai trabalhar muito forte as questões socioemocionais. O aluno vai trabalhar a colaboração e a empatia. Ao longo dos três anos de trabalho com as crianças, que têm entre 6 e 14 anos, eu vi claramente essas questões aflorando. Eles estão mais preparados para solucionar problemas.

A gente vê uma maturidade. As minhas crianças começaram a fazer protótipos pensando em algo pessoal, algo que não tinham: um carrinho, um robô, um avião. Depois, comecei a vê-los lidando com soluções de gente grande. Pensando: ah, a comunidade sofreu um incêndio. Vamos pensar na estrutura da energia elétrica. Vamos fazer algo mais sustentável.

Então, a robótica perpassa esses dois caminhos. Ela consegue dar conta dessa formação integral.

Este é o modelo ideal? Ter um balanço da formação para o mercado e humana? A escola precisa lidar com todos os aspectos. Isso é preparar esses meninos.

A estrutura que a senhora conta numa escola pública hoje contribui ou dificulta o seu trabalho?

Essa é uma questão cultural. Quando eu comecei o trabalho, meus alunos não se achavam capazes de aprender robótica. Eles achavam que era coisa de aluno de escola particular. Isso foi mudando a medida que a gente foi dialogando, saindo às ruas, vendo os primeiros resultados. Então, eu acredito que não é a estrutura. É uma mudança cultural que a gente precisa. O professor não está preparado para lidar com a tecnologia porque não foi formado para isso. E o professor também precisa ter esse brilho no olhar. Além de ter alta expectativa para nossos alunos, precisamos ter alta expectativa para os professores.

O ensino público brasileiro tem uma imagem ligada a uma imagem de sucateamento. O que a senhora acha disso?

Eu vou falar pelas escolas que tive oportunidade de passar. Nessas escolas, eu não vi este sucateamento. Eu vi professores muito preocupados com a educação das crianças.

Professores que muitas vezes utilizam dos próprios recursos --eu já fiz isso várias vezes-- para ofertar o melhor. Mas a gente sabe que os problemas existem.

Não dá para jogar debaixo do tapete. Falta professor? Falta. E como podemos resolver? Com políticas públicas. Na rede municipal [de São Paulo], se eu não posso estar aqui, há um professor que me substitui. Isso é uma política pública. Precisamos rever essas políticas para que não tenhamos esse sentimento de que a escola é sucateada. Dentro das escolas públicas, existem excelentes trabalhos, mas nem sempre são divulgados. Sempre o que a mídia pega, de forma geral, são essas questões negativas. Não olha os trabalhos que são realizados.

O que uma escola pública da periferia tem de bom que poucas pessoas acreditariam que tem?

Muita coisa. Na minha comunidade, a única área de lazer que existe é a escola. As minhas crianças passam o Natal e o Ano Novo dentro da escola. Você vê o acolhimento. Aqui, temos vários problemas ligados à violência, muitos pais não estão presentes na vida dos filhos. A escola é este suporte ao menino. É onde ele se sente confiante, em casa, que pode conversar. Isso a escola tem de bom. Outras escolas têm oferecido muitos cursos extracurriculares. Cursos para aquilo que as crianças têm interesse. Então, a escola é rica. Mas, infelizmente, sempre são apontados os problemas.

O ensino privado tem escolas de excelência, caras e que são consideradas "bolhas". É melhor educar numa "bolha" ou conviver com os problemas no ensino público?

Escola ideal não é uma ilha. A escola não pode estar fechada. Tem que conviver com o diferente. A escola pública tem que ter outros atores aqui dentro. Eu já fiz muito isso. Trouxe promotor público para falar sobre trabalho infantil, trouxe promotora para falar sobre bullying. A mesma coisa serve para a escola particular. A gente vê alguns trabalhos de integração de escolas da Prefeitura e escolas particulares que deram muito resultado. A troca é rica para os estudantes. Os estudantes de escola particular têm que ter esse acesso, têm que entender como funciona uma escola pública, por exemplo, justamente para apoiar. Fazendo parcerias, a gente pode ter outros resultados. A universidade também tem que estar mais próximo da escola. Não tem sentido a gente falar de educação e ver uma universidade tão distante. A gente precisa diminuir os espaços e trazer outros órgãos para a escola pública.

A violência está mais presente nas escolas hoje em dia?

A violência é transferida para dentro da escola. Falo isso como professora que trabalha dentro de uma favela. Muitas das coisas acontecem na comunidade e reverberam dentro da escola. Por mais que a gente tenha o trabalho de conversar com os alunos, é algo que é transferido. Como a gente resolve isso? Se a gente conseguir unir esforços dentro de todos os setores da sociedade. Acho que temos que parar de colocar a escola como culpada das ações. A sociedade é muito ampla para só culparmos a escola.

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Políticos, militares e olavistas disputam indicação para o MEC

Bolsonaro indicou nesta sexta (5) que ministro Ricardo Vélez Rodríguez sairá na segunda-feira

Após a indicação do presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre provável demissão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, políticos, militares e seguidores de Olavo de Carvalho trabalham para emplacar o substituto.

Em café com jornalistas, Bolsonaro promete resolver a situação até segunda-feira (8).

O entrave para o governo é lidar com os grupos que atuam no governo e no MEC, e cuja disputa ajudou a enfraquecer Vêlez no cargo. A escolha pode, ao privilegiar alguma tendência, intensificar o racha que marcou a gestão do colombiano no ministério.

Dos cinco nomes ventilados, três ganham força por contarem com apoios importantes nos bastidores. Os mais fortes são o do presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e de Eduardo Melo, ligado ao grupo mais ideológica que atua no governo.

Anderson, da **Capes**, é engenheiro e foi reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Além da ligação direta com os militares, é evangélico e tem a simpatia da bancada evangélica, cujos integrantes reforçam também o currículo consistente. A nomeação de Izalci para o MEC tem sido defendida desde o ano passado por parte da bancada evangélica. O fato de ser filiado ao PSDB, no entanto, é visto como entrave.

Tanto Anderson quanto Izalci encontram resistência do grupo de discípulos do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo: Izalci, por ser político, e Anderson, por ser militar e ter alguma ligação com ex-integrantes do MEC que Vêlez foi forçado a demitir durante a crise atual.

Os olavistas apostam em Eduardo Melo, ex-militar e religioso. Em março, foi exonerado do MEC mas ganhou o segundo cargo mais importante, de diretor geral adjunto, na Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

Desde o início de março, quando a dança das cadeiras começou no MEC, alunos e seguidores de Olavo de Carvalho têm agido de forma articulada nas redes sociais com ataques direcionados a quem represente dentro do MEC posição divergente das convicções ideológicas do grupo. O que não inclui pouca ligação com o diagnóstico dos desafios da educação brasileira.

Os ataques do grupo atingiram militares, técnicos oriundos do Centro Paula Souza e o próprio ministro. Na cúpula do governo, os olavistas contam com apoio do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), filho do presidente, e do assessor de Bolsonaro para assuntos internacionais, Filipe Martins.

Outros dois nomes também estão na disputa. O do ex-ministro da Educação Mendonça Filho (DEM) e do presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Carlos Alberto Decotelli.

Embora não totalmente descartada, a ascensão para a posição de ministro do atual secretário-executivo da pasta, brigadeiro Ricardo Machado Vieira, não tem sido uma aposta. Vieira chegou ao ministério com a missão de colocar ordem na casa. No meio militar, a ideia corrente é que ele continue com a função executiva, sem se expor politicamente como ministro.

[topo](#)

BLOG DO NETO FERREIRA - BLOG

IFMA realizará aula inaugural do primeiro mestrado em Engenharia Mecânica do Maranhão

IFMA

O presidente da Fapema, Alex Oliveira, será o palestrante do evento, que ocorrerá na segunda-feira, dia 8 de abril, no Campus Monte Castelo.

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) realizará a aula inaugural do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Mecânica (PPGEMEC), na próxima segunda-feira, 8 de abril, às 16h. O evento ocorrerá no Auditório Florise Pérola, do Campus São Luís-Monte Castelo. Este é o primeiro mestrado na área no Estado. O presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), Alex Oliveira, será o responsável por dar a aula inaugural.

O programa é vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI) do IFMA e realizado em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O PPGEMEC é recomendado pela **Capes** e tem como área de concentração nas seguintes áreas de concentração e suas respectivas linhas de pesquisas: Processos de Fabricação, linha de pesquisa Processos de Fabricação Mecânica; e Engenharia da Energia, linha de pesquisa Sistemas Energéticos.

O PPGEMEC visa promover o desenvolvimento profissional, acadêmico, científico e tecnológico, ampliando a possibilidade de formação de recursos humanos que contribuirão para o equacionamento dos problemas regionais.

Serviço

O quê?

Aula inaugural do Mestrado em Engenharia Mecânica, com Alex Oliveira, presidente da Fapema.

Quando?

8 de abril, às 16h.

Onde?

Auditório Florise Pérola, no IFMA Campus São Luís-Monte Castelo.

[topo](#)

CICLO VIVO - TEMPO REAL

Sesc Avenida Paulista promove minicurso sobre agricultura familiar

Atividade aborda o acesso às novas tecnologias e a prática agrícola conduzida por mulheres.

Nos dias 10 e 17 de abril, às quartas, acontece no Sesc Avenida Paulista, em São Paulo, o minicurso “Feminismos e Tecnologias: Construindo Autonomias Sustentáveis”, atividade que integra a programação do projeto “Mulheres da Terra”. Durante esses dois dias Marcia Maria Tait Lima e Vanessa Brito de Jesus falam da prática da agricultura familiar conduzida por mulheres, o impacto das novas tecnologias no setor e suas relações com o empoderamento feminino.

O minicurso é gratuito e para participar é necessário se inscrever, com uma hora de antecedência, no primeiro dia de curso (10).

Feminismos e tecnologias

O minicurso, baseado na proposta e pesquisa das ministrantes, discute o papel da mulher no desenvolvimento do pensamento agroecológico no Brasil, o qual se apresenta como uma proposta que alia ciência, tecnologia e movimento social. A contribuição feminina dentro do ambiente agrícola, em especial na agricultura familiar, é tema de destaque levando em consideração as posições centrais ocupadas por mulheres. A presença feminina sustenta vários tipos de resistência ao modelo convencional de produção agrícola, na forma de movimentos sociais agroecológicos e práticas associativas de produção.

As convidadas

Marcia Maria Tait Lima é pós-doutoranda com bolsa PNPd/Capes no Departamento de Política Científica e Tecnológica e Professora Permanente do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural da Unicamp. Doutora em Política Científica e Tecnológica (DPCT/Unicamp) e Pós-doutora em Filosofia (FFLCH/USP). Autora dos livros “Tecnociência e Cientistas: Cientificismo e Controvérsias na política de biossegurança brasileira” (Annablume, 2011) e “Elas dizem não! Mulheres camponesas e a resistência aos cultivos transgênicos” (Librum, 2015), ganhador do prêmio Marcel Roche 2016 da Asociación Latinoamericana de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología (ESOCITE).

Vanessa Brito de Jesus é doutora em Política Científica e Tecnológica pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (DPCT/UNICAMP) com realização de estágio de pesquisa no Laboratório de Comunicação Aplicada e Tecnologia, Simon Fraser University – Canadá. Mestre em Engenharia de Produção pela UFSCar. Pesquisadora da área de Estudos Sociais da C&T com interesse nos temas resistência sociotécnica, subversão tecnológica, tecnologia social, tecnologia para inclusão social, agroecologia, economia solidária, avaliação e monitoramento de processos inclusivos.

Feminismos e tecnologias: Construindo autonomias sustentáveis
Com Marcia Maria Tait Lima e Vanessa Brito de Jesus

Quando: de 10 e 17 de abril de 2019

Horário: das 18h30 às 21h30 (quartas)

Onde: Tecnologias e Artes (4º andar)

Ingresso: Grátis – Inscrição com uma hora de antecedência no primeiro dia do curso (10/4). Classificação: a partir de 16 anos

SESC AVENIDA PAULISTA

Avenida Paulista, 119, Bela Vista, São Paulo

Fone: (11) 3170-0800

Transporte Público: Estação Brigadeiro do Metrô – 350m

Horário de funcionamento da unidade:

Terça a sábado, das 10h às 22h.

Domingos e feriados, das 10h às 19h.

Horário de funcionamento da bilheteria:

Terça a sábado, das 10h às 21h30.

Domingos e feriados, das 10h às 18h30.

Mais informações sobre o sesc, acesse o site.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisas da UFU podem ser interrompidas com cancelamento de bolsas científicas

Falta de recurso atinge entidades fomentadoras federais e estaduais como CNPq e Fapemig. Órgãos não garantem a continuidade das bolsas.

As pesquisas científicas e a continuidade dos estudos de mestrado e doutorado estão ameaçadas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O motivo é o corte financeiro das principais instituições de fomento, que dependem de recursos federais.

Segundo o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), João Luiz Filgueiras de Azevedo, os recursos para pesquisas, que financiam na UFU 935 bolsas, devem durar até setembro. O órgão é ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), outra importante fomentadora, também foi afetada com a falta de recursos. A entidade anunciou a suspensão de novas bolsas de iniciação científica em fevereiro deste ano.

Pesquisadores de Uberlândia podem perder bolsas para pesquisas

"Vale lembrar que das pesquisas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado da UFU podem sair soluções que impactam positivamente no dia a dia da sociedade, que geram economia e desenvolvimento", afirmou o diretor de Pesquisas da UFU, professor Kleber Del Claro.

Segundo ele, as perdas das pesquisas geram prejuízos diversos para a sociedade, já que nelas são desenvolvidas soluções em sustentabilidade, saúde, economia, agronomia e tecnologia médica. Além da interrupção dos estudos, a falta de financiamento pode levar a outro problema grave: os pesquisadores brasileiros passarem a aceitar trabalhos no exterior.

"A procura por pesquisadores brasileiros por outros países como Estados Unidos,

Canadá e França já começou. No fim das contas, é o talento brasileiro, com dinheiro nosso, sendo investido para o desenvolvimento de outros países”, lamentou Del Claro.

Após os cortes no CNPq e na Fapemig, os professores temem ainda que a redução no orçamento do Ministério da Educação leve a cortes em outro órgão de fomento: a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes).

topo ↕

POLÊMICA PARAÍBA-PB - TEMPO REAL

Sou estudante negra de medicina, mas sempre me confundem com paciente do SUS

Kleriane - ‘Sou estudante negra de medicina, mas sempre me confundem com paciente do SUS - Por Kleriene SouzaNASCI EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, São Paulo, mas fui criada até os 20 anos em Ribeirão Pires, um município pequeno também no Grande ABC, antes de voltarmos para a minha cidade natal.

Minha mãe é professora; e meu pai, engenheiro eletricista. Juntos, eles conseguiram dar uma vida privilegiada e confortável para os quatro filhos. Nós estudamos em escola pública, mas crescemos podendo fazer inglês, francês, natação, balé, judô. Viajávamos para a casa da vó nos feriados, para a praia nas férias, e sempre tivemos carro. Nos finais de semana, passeio no shopping, no cinema, às vezes um restaurante. E eles sempre nos apoiaram em tudo, sempre nos incentivaram a realizar nossos sonhos. Meu pai fala: “se eu tô aqui em Dubai trabalhando, é para conseguir que vocês realizem os sonhos de vocês”.

Apesar disso, meus pais sempre mostraram para a gente que nós, negros, estamos nas camadas mais periféricas da sociedade. Desde pequena, eu percebia, mas ainda não entendia muito bem, o porquê de a minha mãe nos ensinar a dificuldade de sermos mulheres – e sermos negras. Ela não tinha um discurso feminista, mas de certa forma sempre foi. Ela dizia: “mulheres só se ferram nesse mundo, então vocês se preparem. O mundo é muito desigual, e o mundo é racista”.

Sobre o racismo, minha mãe já tinha um discurso mais concreto. O racismo que existia não era culpa nossa. Ela dizia que a gente não deveria se envergonhar, que a culpa é do racismo, que a culpa foi da escravidão, foi de não haver mudanças estruturais para nós – e que, por isso, somos a maior parte da população pobre, de baixa renda, com pouco estudo, carcerária.

Quando chegou a época de escolher uma faculdade, decidi fazer medicina. Mudei muitas vezes de ideia, nunca soube direito o que queria fazer. Sempre fui péssima com as exatas, porque na escola pública nunca tive bons professores dessas matérias – às vezes nem tinha aula. Escolhi a medicina após fazer um curso técnico em nutrição, já no 3º ano do Ensino Médio, e perceber que gostava da área da saúde.

Eu sabia que era concorrido. Em 2010, fiz o vestibular e não passei. Mas falei que ia fazer mais um ano. Fiz, ainda não passei. Conforme passavam os anos, minha nota foi melhorando. Foram cinco vestibulares até entrar. Fiz cursinho no Anglo, Objetivo e Etapa, três pré-vestibulares particulares, de elite. Nos primeiros anos, eu morava em Ribeirão Pires, e o cursinho mais perto era em Santo André, há 40 quilômetros de distância. Na época, eu não tinha carteira de motorista, então eu ia de ônibus, que demorava duas horas para passar e não tinha regularidade. Eu acordava às 4h30min da manhã.

Quando a gente mudou, no final de 2012, para São Bernardo, os cursinhos eram perto de casa. Então eu tinha mais tempo para descansar. Tanto que nesses dois anos minhas notas melhoraram e eu passei. Felizmente, eu tive o privilégio de ter um pai e uma mãe que podiam me bancar enquanto eu buscava meu sonho. Durante esses cinco anos, não trabalhei, não fiz nada além de me focar na aprovação. Minha vida era só ir para o cursinho, especialmente nos dois últimos anos. No fim, dei sorte de conseguir entrar. Sorte, sim, porque tem fraudador.

Leia Também: MAIS MISTÉRIO NO CASO: Jovem que inocentou vereador acusado de estupro apaga postagem e cai novamente no silêncio
Desanimada com minha nota, procurei no Sisu universidades que tinham aeroportos perto. Escolhemos a UFMT. Eu era da turma 2015/2, ou seja, começaria na metade do ano. Como teve greve, o início foi ainda mais tarde.

A vinda para Cuiabá foi um choque. Fui morar em um pensionato, para não ter de comprar móveis, mas ele era péssimo: sujo, com um fogão que não funcionava e uma geladeira que não gelava. Era cada um por si, e eu não tinha onde preparar comida. Aqui também é muito quente, e não tinha ar-condicionado. Na primeira semana, tive uma queimadura de primeiro grau por conta do calor.

Aí você chega na faculdade e é um lugar branco. Eu comecei a ver que tinha muitas salas onde não existia uma pessoa negra, uma pessoa indígena. Não fui bem recebida. A gente tem sessões de tutoria, onde vários alunos se sentam para discutir sobre casos hipotéticos com a presença de um tutor. É muito difícil eu abrir a boca para falar sobre alguma coisa acadêmica, sobre alguma pesquisa, e não ouvir ninguém refutando. Muitas vezes, a função do tutor é mediar, mas os colegas diziam que eu estava errada, e o tutor simplesmente não falava nada.

Também era comum escutar pessoas falando que eu não devia estar ali, que provavelmente não era o meu lugar, porque eu não estava conseguindo dar conta do curso. Eu estudava muito e não absorvia nada. Minha melhor amiga, uma psicóloga, comentou: “Isso é um mecanismo de fuga. Sua mente não grava para você conseguir voltar para casa”.

Voltei a fazer terapia, como já havia feito na minha adolescência. A terapeuta foi me ajudando a achar um método mais eficiente para estudar. Foram diversas crises de pânico antes de ir para as sessões de tutoria. Eu tinha crises nervosas, abria a boca e chorava. Uma vez eu sentei no chão e travei: não conseguia me mover de tão nervosa que fiquei. Eu sabia que ia ficar ali três, quatro horas, e toda a vez que abrisse a boca iriam me questionar, me refutar, me humilhar. Não importa se é proposital ou não. As pessoas adoram dizer “eu não sabia” ou “não tive a intenção”, mas aí elas já fizeram. O mal já está feito.

O terceiro semestre – um dos mais difíceis, porque começam as aulas práticas de atendimento de pacientes em postos de saúde e hospitais – foi o primeiro que passei direto, sem precisar fazer exames. Veio o quarto semestre, eu fui melhor, mas comecei a me sentir fraca, o corpo pesado, dores no corpo horríveis, não querer fazer coisas que antes me davam prazer. E eu fui começando a ficar mal, e a minha terapeuta falou: “Eu acho melhor você procurar um psiquiatra”.

Leia Também: Em grupo de Whatsapp, estudante planeja suposto ataque em escolas: Polícia já teria identificado autores de mensagens

Fui diagnosticada com depressão grave, precisando ser medicada. Felizmente, tive condições de pagar terapeuta e psiquiatra, diferente de muitos colegas que ficam sofrendo. Isso foi na metade de 2017. No início, tive aquele peso do diagnóstico, mas com o tempo eu comecei a ver que alguns dos sintomas eu havia tido a minha vida inteira. Quando algo muito ruim acontecia eu falava comigo mesma: “Seria bom se eu não existisse”.

Mas foi só nesse semestre que eu realmente planejei meu suicídio e decidi ligar para a minha mãe. Se tinha alguém que merecia saber, era ela. Minha mãe sempre me apoiou em tudo, e não poderia deixar ela pensando que a culpa era dela. Não era.

Iniciei o tratamento e, agora, que já passou um certo tempo, tenho noção de que a minha depressão grave foi desencadeada pelo racismo institucional da faculdade de medicina. Eu nunca me senti acolhida nos espaços que eu frequentava, porque a minha família há muito tempo insiste em ser negra fora do que os outros pensam ser o espaço dos negro.

Nós éramos a única família negra do bairro. Eu e minha irmã éramos as únicas negras do inglês, as únicas negras do francês, as únicas negras da natação, as únicas negras do balé. Nós éramos os únicos negros no shopping que não estavam lá trabalhando, os únicos negros na praia que não estavam vendendo alguma coisa.

Mas o racismo não para. Quando tenho aula prática no hospital universitário, preciso mostrar o crachá para comprovar que sou estudante de medicina. Uma colega minha comentou outro dia que há anos não sabe onde o crachá dela está. Ela perdeu. E nunca precisou usar crachá. Eu estou há quatro anos aqui, e há quatro anos sou barrada. Os seguranças não acreditam que uma mulher preta pode ser estudante de medicina como os outros jovens brancos que eles veem entrando normalmente no hospital. Na visão habitual deles, o negro é o paciente do SUS, e não quem está ali prestando serviço para levar saúde à população.

A gente tenta abstrair. Mas são tantas microagressões em um único dia que não dá para aguentar. Numa mesma semana, me barraram na prática de ginecologia e obstetrícia e fui humilhada por uma enfermeira. No dia seguinte, na prática no posto de saúde da família, fui humilhada por um interno, que me mandou calar a boca no meio da consulta com um paciente.

A situação da minha família surpreendeu muita gente desde que entrei na faculdade. Nos primeiros semestres, perguntavam muito sobre “qual bolsa” eu recebia para me manter. Nenhuma. Eu sou cotista, mas existem seis tipos de cotas diferentes. As pessoas acham que, se você é negro, automaticamente é cotista e pobre.

Não existe vergonha nenhuma em cota, em bolsa, em nada. São políticas públicas. CNPq é política pública. **Capes** é política pública. Tanto política pública quanto um bolsa família, tanto política pública quanto cotas. Não é vergonha ser cotista. Mas é racismo não acreditarem que um aluno negro pode ter um bom status social. Quando digo que meu pai é engenheiro, que minha mãe é professora, as pessoas me olham sem acreditar muito. Sempre perguntam se meu pai é branco. Se falo que ele já morou em México, Dubai, Rio, a trabalho, ninguém acredita.

Nos quatro anos de faculdade, viajei para diferentes países para apresentar meus trabalhos, visitei minha irmã que mora no Rio de Janeiro, fiz atividades que não condizem com o estereótipo de preto e pobre. Meus colegas demoraram a acreditar que isso era possível. Eles demoraram três anos para acreditarem que eu não estava mentindo.

Nós nunca superamos o racismo, mas vamos aprendendo como lidar e como combater. Faço parte de um coletivo de estudantes e médicos negros chamado “NegreX”, criado em 2013, e que reúne gente do Brasil inteiro. Fazemos campanhas, como o NegreX na escolas, mostrando para as crianças negras de escola pública que é possível ter médicos negros. Fazemos estudos sobre negritude e encontros nacionais para discutir pautas como, por exemplo, solicitar comissões verificadoras de cotas para investigar fraudes.

Eu sou uma pessoa muito destemida, eu não desisto. Não importa que eu caia dez vezes – eu levanto 11. Eu fui me aperfeiçoando. Mas pude fazer isso graças ao apoio das pessoas que queriam me ver bem, graças aos meus pais. Eu não teria chegado aqui sem eles.

Durante uma das minhas crises, alguns meses atrás, minha mãe falou algo muito importante: “Kleriene, pensa em tudo o que seus ancestrais passaram, pensa do nosso primeiro ancestral que foi pego cativo lá na África, foi trazido para cá, tomou chibatada, dormiu no chão, foi separado da sua família, as mulheres foram estupradas, os homens foram feitos de ‘bichos sexuais’, as crianças foram entregues como se fossem mercadorias, a gente trabalhava de sol a sol. Pensa em tudo o que nossos ancestrais foram passando ao longo desses quatro séculos, o teu avô, a nossa bisavó, o meu pai, eu, para a gente estar aqui agora, para você ter a oportunidade de estar dentro da universidade”.

Hoje respondo às situações racistas de forma diferente. Eu consigo lidar melhor com as situações e não me sentir culpada pelo que acontece. Antes, a cada silenciamento, a cada ato racista, eu voltava pra casa e chorando e achando que realmente eu não era boa o suficiente. Agora não mais.

A cor da minha pele não define meu QI. Nunca definiu e não vai definir.

topo 

PORTAL INVESTNE - TEMPO REAL

Recebimento de artigos para a próxima edição da Revista Controle, do TCE-CE, vai até 8 de abril

A Revista Controle – Doutrina e Artigos, publicação científica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, encontra-se com prazo aberto para o recebimento de novas submissões. Interessados têm até o próximo dia 8 (segunda-feira) para enviar trabalhos pela plataforma digital.

Profissionais, acadêmicos e servidores de órgãos públicos, atuantes nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Economia de todo o território nacional e internacional estão aptos a enviarem artigos científicos inéditos. Para participar do processo seletivo, cada autor deve se cadastrar no site exclusivo da revista on-line, criando um login e senha, e incluir o artigo. Os autores receberão notificações sobre a situação de cada fase ao longo do processo.

Os temas abordam, em sua maioria, as ramificações do Direito Constitucional, Direito Administrativo, Finanças Públicas, Controle Externo, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei de Licitações e Contratos, Fiscalização das Organizações Sociais, Processo Administrativo, Contabilidade Pública, Auditoria Operacional, de Gestão e de Processos, entre outros assuntos afins.

O periódico é registrado em portais nacionais e internacionais como, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), **CAPES**, Latindex, PKP/Index, Diadorim, Livre, Rede Rubi, Google Acadêmico e Editora Digital Fórum.

Atualmente, todas as edições da Revista encontram-se cadastradas junto à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), o que permite aos autores a inclusão do DOI, um identificador permanente para as publicações digitais, no Currículo Lattes, da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Submissões Online

As submissões de artigos à Revista Controle – Doutrina e Artigos são realizadas via plataforma eletrônica própria (Open Journal Systems);

* O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso;

* Para o cadastro de novos usuários deve ser acessado o site institucional do Tribunal de Contas do Estado, via link “Comunicação”, em seguida pela aba “Publicações”, na sequência pela aba “Revista Controle” e, por último, pela aba “Enviar submissão”. Além disso, o acesso pode ser realizado por meio do banner fixo do Instituto Plácido Castelo (IPC) no site do TCE com posterior acesso via link “Revista Controle”;

* Os novos usuários também podem realizar o cadastro por meio do link;

* Os usuários já cadastrados na plataforma da Revista não precisam criar um login e senha ao submeter um artigo;

* A Revista não recebe artigos enviados por outros meios.

topo 

REPÓRTER NORDESTE - TEMPO REAL

Crise no MEC mostra que fantasmas de Olavo de Carvalho não são o mundo real

Está claro: a caça aos comunistas, o kit gay, a esquerda, Paulo Freire, os inimigos de Olavo de Carvalho não são os maiores problemas da educação no Brasil.

Por isso, não é de estranhar que Ricardo Vélez, ainda no comando do Ministério da Educação, tenha praticamente sido demitido pelo chefe, Jair Bolsonaro.

Vélez tentou aplicar na prática a pauta de Bolsonaro: hino nacional nas escolas, acompanhado do lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”; mudar a história nos livros que retratam 1964; perseguição a professores.

Isso não mudou o cenário das escolas públicas, pressionadas pela violência, o tráfico de drogas, as milícias, a fome, o desemprego dos pais dos alunos, os baixos salários dos profissionais do ensino.

Confirmada a queda de Vélez, não será por incompetência.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Olavo de Carvalho diz que não vai lamentar se Vélez sair do MEC

Guru de Bolsonaro, escritor foi responsável pela indicação do ministro

O escritor Olavo de Carvalho disse que o ministro da educação Ricardo Vélez Rodrigues tem comportamento traiçoeiro. Disse ainda que não lamentaria se Vélez fosse colocado para fora da pasta.

A declaração foi feita pelas redes sociais de Olavo que é tido como o guru do presidente Jair Bolsonaro e quem havia indicado o nome de Vélez para comandar o Ministério da Educação.

Olavo se pronunciou sobre Vélez após uma série de crises no MEC. Na manhã desta sexta-feira (5), o presidente Bolsonaro disse que o ministro deve sair na próxima segunda-feira (8).

Durante um evento com empresários em Campos do Jordão, Vélez disse que não entregaria o cargo. O ministro disse ainda que o ministério deveria ser tocado mediante escolhas técnicas e não ideológicas. Vélez disse isso mesmo após uma sequência de decisões que foram criticadas justamente pelo teor ideológico. Entre elas, a defesa de que os livros didáticos não registrem 1964 como um golpe.

O prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB) criticou a defesa de Vélez e disse que barraria uma eventual mudança no conteúdo dos livros didáticos usados na rede escolar da prefeitura.

Também nesta sexta, Vélez recebeu críticas públicas de Luciano Huck e Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Após medidas ideológicas, Vélez defende gestão técnica a empresários

Ministro da Educação deu palestra enquanto Bolsonaro indicava sua saída da pasta

"Temos que nos alicerçar para tomada de decisões numa perspectiva técnica, científica e não diretamente ideológica", disse o ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez nesta sexta-feira (5) durante uma palestra a empresários no 18º Fórum Lide, em Campos do Jordão (SP).

A fala marca uma mudança de rota, já que nesta semana o ministro defendeu que os livros didáticos não registrem 1964 como um golpe, o que irritou até mesmo os militares.

A estratégia, porém, pode ter vindo tarde demais. Também nesta sexta, enquanto Vélez discursava, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) indicou que o ministro deve deixar o

MEC na próxima segunda-feira (8).

Vélez defendeu a perspectiva científica em detrimento da ideologia ao ser provocado pelo mediador de sua palestra, o jornalista William Waack. A pergunta veio após a fala do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que também participou do evento e defendeu racionalidade.

Waack então perguntou se a elaboração de políticas públicas não deveria ser baseada em evidências científicas e lembrou que a principal crítica a Vélez é a de estar "mais preocupado com convicções".

"Assino embaixo do meu colega Ricardo Salles", respondeu Vélez, defendendo a racionalidade. O ministro da educação, então, afirmou que, da perspectiva técnica, há dois momentos de evasão escolar: na entrada e no ensino médio. Ele defendeu a alfabetização e o ensino profissional para os jovens como forma de manter os brasileiros na escola.

"Criamos uma secretaria nacional de alfabetização e estamos fazendo o esforço de sistematizar métodos de ensino e trabalho", disse.

Vélez concentrou sua palestra em traçar um panorama com dados de evasão escolar entre os jovens e não tratou de temas polêmicos.

"Entre os jovens de 15 e 17 anos, 2,8 milhões não concluem por falta de engajamento. Isso deveria estar universalizado em 2016. É um quadro que vem de anos de descaso", disse Vélez, acrescentando que os índices ruins na área da educação não decorrem de três meses de governo Bolsonaro.

Ao encerrar, o ministro convocou os empresários a dialogar com ele no MEC para construir uma aliança pela educação.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Leilão de portos propicia arrecadação de R\$ 447,929 milhões em outorga

O leilão de arrendamentos portuários realizado na manhã desta sexta-feira, 5, deve resultar em uma arrecadação de R\$ 447,929 milhões ao governo, correspondente à soma dos lances vencedores nos seis lotes ofertados nesta data. O valor mínimo de outorga foi estabelecido em R\$ 1,00.

Entre os vencedores estão a Petróleo Sabbá, do grupo Raízen, e a Ipiranga, que disputaram as áreas sozinhas e também em consórcio entre si, e a Petrobras, seja por meio da BR Distribuidora, seja por meio da Transpetro, além do Terminal Químico de Aratu (Tequimar), do grupo Ultra.

Além do pagamento da outorga, as empresas deverão realizar investimentos que somam R\$ 430 milhões.

Para fomentar a concorrência entre os operadores da região e aumentar a eficiência e redução de custos, os proponentes, isolados ou em consórcio, não poderiam arrematar mais de duas áreas, salvo nos casos de propostas únicas, mas isso não chegou a ocorrer.

Áreas

O Consórcio Latitude, formado pelas distribuidoras Petróleo Sabbá, controlada pela Raízen, e Ipiranga, venceu a disputa pelo arrendamento portuário da área BEL-02A, localizada no Porto de Miramar, em Belém (PA), com a oferta de outorga de R\$ 40,006 milhões em leilão na B3. O critério utilizado foi o de maior outorga – o mínimo era de R\$ 1,00.

Além do grupo, BR Distribuidora e a regional Atems Distribuidora de Petróleo também apresentaram proposta pela área e protagonizaram uma disputa pela segunda colocação, com seis lances, no qual a Atem levou a melhor, com R\$ 22,002 milhões.

Há valor especial em ficar na segunda colocação, porque pelos critérios deste leilão, os proponentes, isolados ou em consórcio, não poderão arrematar mais de duas áreas, salvo nos casos de propostas únicas. A ideia é estimular a competição e não excluir a oportunidade de distribuição dos arrendatários distintos para vários empreendimentos.

O prazo do arrendamento de BEL02A é por 15 anos, prorrogáveis sucessivas vezes no limite de 70 anos, a critério do Poder Concedente.

Para requalificação da área, o edital do leilão prevê um investimento de R\$ 48,3 milhões. Com 46.627 m², o terminal tem uma capacidade de armazenamento estimada em 41.872 toneladas. Pelo edital, a movimentação mínima exigida no primeiro ano de arrendamento é de 149,7 mil toneladas, chegando a 353,6 milhões no 15º ano.

BEL02B

A área BEL02B, de 43.240 m², foi arrematada pela Petróleo Sabbá, empresa controlada pela Raízen, por R\$ 60,005 milhões. Além dela, também disputaram o ativo a Ipiranga, a Atems Distribuidora e a BR Distribuidora. O critério utilizado no certame foi o de maior outorga, com valor mínimo de R\$ 1,00.

Após a apresentação das propostas iniciais, Ipiranga e Atems disputaram em viva-voz a segunda colocação e a Ipiranga levou a melhor, com lance de R\$ 51,7 milhões. Há valor especial em ficar na segunda colocação, porque pelos critérios deste leilão, os proponentes, isolados ou em consórcio, não poderão arrematar mais de duas áreas, salvo nos casos de propostas únicas, portanto o primeiro colocado, ao final do certame, pode ser obrigado a escolher áreas, se for bem sucedido nas demais disputas.

Segundo o edital, a capacidade de armazenamento do terminal BEL-02 B é de 28.272 toneladas e estão previstos investimentos de requalificação em torno de R\$ 27,4 milhões.

Ao longo de 15 anos de concessão, conforme o edital, a movimentação mínima exigida dessa área no primeiro ano de arrendamento é de 296,7 mil toneladas, chegando a 381,3 milhões ao final do contrato.

BEL04

A área BEL04, com 26.200 m², foi arrematada no leilão desta sexta na B3 por R\$

87,121 milhões pela Ipiranga, que venceu a disputa com outros três grupos: BR Distribuidora, Petróleo Sabbá e Atem's Distribuidora.

A capacidade estática de armazenamento do terminal é de 18.200 toneladas. O projeto possibilitará a realização de investimentos de requalificação do terminal na ordem de R\$ 11,6 milhões. O prazo contratual previsto é de 15 anos e o critério de leilão é o maior outorga, com outorga mínima de R\$ 1,00.

Pelo edital, a movimentação mínima exigida no primeiro ano de arrendamento é de 296,7 mil toneladas, chegando a 381,3 milhões no 15º ano.

BEL08

A área BEL08, um projeto brownfield com 50.700 m², foi arrematada pela BR Distribuidora, com lance de R\$ 50,001 milhões. A proposta superou o lance da Petróleo Sabbá, empresa controlada pela Raízen, que ofertou R\$ 30,004 milhões. O critério de leilão foi o maior valor de outorga, com a outorga mínima de R\$ 1,00.

O terminal de capacidade de armazenamento estimada de 49.821 toneladas. Pelo edital, a concessão da área por 20 anos prevê investimentos para requalificação do terminal da ordem de R\$ 89,6 milhões. De acordo com o edital, a movimentação mínima exigida da concessionária a partir do quarto ano de arrendamento é de 344,4 mil toneladas, chegando a 390,5 milhões ao final do contrato.

BEL09

A Petrobras Transporte (Transpetro) levou a área BEL09, única instalação na região de Belém apta a fazer a recepção de GLP, em leilão na B3 nesta manhã com lance de R\$ 30,283 milhões. A proposta superou a da concorrente Petróleo Sabbá, controlada pela Raízen, que ofertou R\$ 20,005 milhões pelo terminal. O valor mínimo a ser oferecido para a concessão por 20 anos era de R\$ 1,00 e o critério de julgamento utilizado foi o de maior valor de outorga.

O terminal (brownfield) de 37.600 m², de acordo com o edital, teria capacidade de armazenamento de 13.997 toneladas. Os investimentos para requalificação do terminal são estimados em R\$ 128,9 milhões, portanto se trata da área portuária ofertada no leilão desta sexta que mais aportes exigirá. A movimentação mínima exigida no primeiro ano de arrendamento dessa área é de 189,3 mil toneladas, chegando a 446,6 milhões ao final da concessão.

VDC12

O Terminal Químico de Aratu (Tequimar), do grupo Ultra, levou o bloco greenfield VDC12, de movimentação de combustíveis, localizado no Porto de Vila do Conde, no município de Barcarena (PA) por R\$ 180,513 milhões no leilão desta manhã, na B3. A proposta superou lances de outros dois proponentes: a Cattalini Terminais Marítimos (R\$ 30 milhões) e a Petróleo Sabbá (R\$ 2,007 milhões).

Conforme o edital, as atividades a serem desenvolvidas ao longo dos 25 anos de concessão envolvem recepção, armazenagem e distribuição de combustível, tais como diesel, gasolina e querosene, além de etanol e biodiesel. A superfície da área de

arrendamento é de aproximadamente 47 mil m², com conexões de rodovia e cais. O critério de leilão é o maior valor de outorga, com outorga mínima de R\$ 1,00.

Atualmente a área é greenfield não possuindo estruturas de armazenagem para granéis líquidos. É de responsabilidade do futuro arrendatário implementar as obras, bem como os licenciamentos necessários para o terminal.

A movimentação mínima exigida a partir do quinto ano de arrendamento dessa área é de 343,6 mil toneladas, com projeção de atingir 474,7 milhões ao final de 25 anos de contrato. O edital prevê um investimento (Capex) de R\$ 126,292 milhões para a área, para a implantação de estruturas, incluindo tanques com capacidade total de armazenagem estática estimada em 45.512 toneladas.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Cerrado conectou os Andes com a Mata Atlântica

Há, por exemplo, 23 espécies de aves tropicais presentes nos dois biomas

As florestas tropicais dos Andes e a Mata Atlântica estão separadas por quase mil quilômetros de áreas mais secas e de vegetação aberta, nos biomas Chaco, Cerrado e Caatinga. Apesar de atualmente não terem conexão, essas florestas tropicais compartilham espécies e linhagens intimamente relacionadas, o que sugere ter havido uma ligação entre essas matas no passado. Há, por exemplo, 23 espécies de aves tropicais presentes nos dois biomas.

Diversos estudos publicados reforçam tal hipótese. O que ainda não se sabia era se a ligação se dava por meio das florestas de galeria que, no passado, acompanhavam os cursos dos rios na região do Chaco (que abrange o sul da Bolívia, o norte da Argentina e o Paraguai), ou pelo Cerrado (parte da Bolívia, Centro-Oeste do Brasil e norte do Paraguai).

De acordo com uma nova pesquisa, que analisou dados genômicos e biogeográficos de aves das espécies *Syndactyla rufosupercilata* e *Syndactyla dimidiata*, a conexão entre as florestas andina e atlântica no passado ocorreu pelo Cerrado. A ligação teria se formado diversas vezes durante o Pleistoceno, período geológico ocorrida entre 2,5 milhões e 11,7 mil anos atrás.

A investigação foi conduzida pelo ornitólogo Gustavo Cabanne, do Museo Argentino de Ciencias Naturales, em colaboração com Cristina Yumi Miyaki, professora no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB-USP). Os resultados foram publicados na revista *Molecular Phylogenetics and Evolution*.

A equipe teve apoio da FAPESP, por meio do Programa FAPESP de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade (BIOTA), do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), na Argentina, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Participaram pesquisadores de diversas instituições no Brasil (Universidade Federal de Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade de Brasília e Museu Paraense Emílio Goeldi), Bolívia (Universidad Mayor de San Andrés e Museo Nacional de Historia Natural), Estados Unidos (American Museum of Natural

History e Cornell University) e Canadá (Royal Ontario Museum).

A biogeografia é a ciência que estuda as relações entre os seres vivos, a geografia, o relevo e o clima. A paleobiogeografia parte dessas mesmas relações para entender, por exemplo, como era a distribuição das espécies no passado e as relações existentes entre elas. Entender a paleobiogeografia de diversas espécies que habitam áreas específicas no presente pode ajudar a inferir como era a distribuição desses biomas no passado.

"O grande desafio dos estudos de biogeografia é integrar e interpretar as informações obtidas de diversas fontes, como componentes biológicos, dados genômicos das espécies analisadas, informações geológicas, dados paleoclimáticos, dados palinológicos [de pólen e esporos] ou dados de sensoriamento remoto obtidos a partir de imagens de satélite", disse Miyaki.

"Foi preciso coletar e analisar vários desses dados a fim de investigar a hipótese da existência de uma antiga conexão entre as florestas tropicais andina e atlântica e testar se isso ocorreu via Cerrado ou via Chaco. Pode ter sido por meio de florestas de galeria que, no Pleistoceno, seriam remanescentes de vegetação úmida que atravessam biomas mais áridos", disse.

De acordo com Cabanne, a conexão entre as florestas úmidas andina e atlântica é apoiada por estudos palinológicos, entre outros, segundo os quais ambas se expandiram transitoriamente em algumas regiões (por exemplo, no Cerrado) em direção aos Andes durante os últimos máximos glaciais - os períodos mais frios das diversas idades do gelo (foram identificadas ao menos 11 delas) que ocorreram nos últimos 2,5 milhões de anos.

"Sob esse cenário biogeográfico histórico, as florestas andina e atlântica poderiam ter funcionado como refúgios. Sua história dinâmica [ciclos de conexão e isolamento] poderia ter sido um importante impulsionador da especiação nos neotrópicos [região que compreende a América Central, incluindo parte do México e dos Estados Unidos, todas as ilhas do Caribe e a América do Sul]", disse.

No presente período interglacial, explica Cabanne, esses biomas florestais representam refúgios onde se espera que organismos se diferenciem. Durante as idades do gelo do Pleistoceno, as florestas teriam sido conectadas, permitindo, assim, o fluxo gênico entre as regiões.

Genética e análise computacional

No trabalho publicado na revista *Molecular Phylogenetics and Evolution*, os pesquisadores elegeram como objeto de estudo uma ave popularmente conhecida como trepador-quiete (*Syndactyla rufosuperciliata*). Trata-se de um passarinho (ordem Passeriformes) da família dos furnariídeos, a mesma do João-de-Barro (*Furnarius rufus*) e de outras 230 espécies encontradas na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Existem cinco subespécies reconhecidas desse táxon.

"O trepador-quiete é um modelo apropriado para explorar a conexão das florestas andina e atlântica porque a espécie habita tanto os principais domínios dessas matas como as áreas que poderiam ter sido diretamente envolvidas na sua ligação: as florestas de galeria do Chaco oriental e algumas regiões no sul do Cerrado", disse Cabanne.

Os pesquisadores exploraram a conectividade histórica entre os dois biomas por meio de modelagem de nicho. A seguir, eles usaram sequências de DNA de 71 indivíduos e análises genômicas de outros 33 pássaros para avaliar a estrutura genética da população e o fluxo gênico dentro da espécie. Por fim, foi realizada a seleção do modelo populacional com auxílio de computação bayesiana aproximada, método de inferência com base em estatísticas sumárias.

Segundo os pesquisadores, a análise genômica evidenciou que os trepadores-quiete habitantes das florestas tropicais andinas pertencem hoje a linhagens diferentes daquelas dos trepadores-quiete da Mata Atlântica. Mas nem sempre foi assim. No passado, há centenas de milhares de anos, a distribuição original da espécie parece ter sido muito maior do que a atual, e também suas linhagens eram menos diferenciadas do ponto de vista genômico.

Porém, com a sucessão de períodos glaciais e o avanço e recuo da vegetação de Cerrado, os passarinhos andinos e atlânticos foram ficando isolados uns dos outros por dezenas de milhares de anos, o que levou à diversificação em duas linhagens.

Os dados sugerem inclusive que, durante os períodos interglaciais do Pleistoceno, quando a temperatura se elevou e houve avanço das florestas úmidas, ocorreram novos contatos entre trepadores-quiete do leste e do oeste, o que permitiu cruzamentos e novas trocas genéticas entre as duas linhagens.

Aliada aos dados paleoclimáticos, a análise da diversidade genômica dos trepadores-quiete andinos e atlânticos sugere que tais trocas gênicas ocorreram via Cerrado, ao norte, e não via Chaco, mais para o sul.

"Nossos resultados indicam que as florestas andina e atlântica atuaram como refúgios e que as populações das espécies de ambas as regiões entraram em contato por meio da região do Cerrado, sugerindo que a dinâmica histórica desses dois biomas é importante para a evolução das aves florestais", disse Cabanne.

"Os resultados estão de acordo com estudos de outros organismos e podem indicar um padrão mais geral de conectividade entre os biomas nos neotrópicos", disse Miyaki.

Além disso, segundo Cabanne, o novo estudo e outros anteriores do mesmo grupo "sugerem a existência de altos níveis de diversidade críptica [de espécies morfológicamente semelhantes e geneticamente distintas] entre os Andes e a Mata Atlântica e também sugerem considerar a população andina de trepadores-quiete como uma espécie plena".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão criada para avaliar questões do Enem conclui trabalho

A comissão criada para decidir as questões que vão entrar no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano já concluiu o trabalho de análise dos itens previstos. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os resultados da análise não serão divulgados dado o caráter sigiloso do Banco Nacional de Itens (BNI), que é composto por questões que ficam disponíveis para aplicações do Enem.

De acordo com nota técnica publicada pelo Inep, a comissão, criada no dia 20 de março deste ano, deveria "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais" e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do exame deste ano.

As recomendações ainda terão de passar pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep, que deverá emitir um contraparecer para cada um dos itens avaliados. A decisão final sobre o uso de tais itens no exame de 2019 caberá ao presidente da autarquia, cargo que está sendo ocupado interinamente por Carlos Sampaio.

O grupo era composto pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Marco Antônio Barroso, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por um representante da sociedade civil, Gilberto Callado de Oliveira.

Como a elaboração de uma questão é um processo longo e oneroso, o Inep garantiu que nenhum item será descartado. As questões dissonantes serão separadas para posterior adequação, testagem e utilização, se for o caso.

Questionamento

Nesta semana, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal (MPF), pediu novas explicações ao Inep sobre a instalação da comissão.

A procuradoria já havia solicitado ao Inep detalhes das avaliações feitas em relação ao Enem 2018 que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão do BNI, assim como quais profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram desse trabalho. Em nota, o Inep afirma que todas as informações técnicas pertinentes foram encaminhadas à procuradoria, no prazo estipulado de cinco dias úteis.

As explicações, no entanto, foram consideradas "insuficientes" pela PFDC, que enviou, esta semana, novo ofício ao Inep pedindo informações sobre os critérios sugeridos na avaliação feita pela comissão e a qualificação técnica e profissional dos membros do grupo.

A PFDC pediu também informações sobre os subsídios oferecidos à comissão para assegurar que os trabalhos observassem os parâmetros psicométricos, o desenho esperado da prova e a matriz de referência do exame, conforme estabelece a normativa na área. A procuradoria estipulou um novo prazo de cinco dias para que a autarquia responda ao pedido.

Em nota, o Inep diz que já foi notificado sobre o novo pedido da PFDC e que vai responder oportunamente.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Após sinalização de demissão por Bolsonaro, Vélez é criticado por Olavo Escritor, conferencista, ensaísta, jornalista e filósofo brasileiro, Olavo de Carvalho
Após a sinalização do presidente Jair Bolsonaro (PSL) dada nesta sexta-feira, 5, de que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, pode ser demitido na segunda-feira, o escritor Olavo de Carvalho, que é influente no governo, disse em seu perfil no

Facebook que não irá lamentar a suposta demissão do ministro.

"Conheci o Prof. Véléz por seus livros sobre a história do pensamento brasileiro, publicados mais de vinte anos atrás. Nunca tomei conhecimento das suas obscenas tucanadas e clintonadas, que teriam me prevenido contra seu comportamento traiçoeiro", escreveu Olavo, para então concluir: "Não vou fazer nada contra ele, mas garanto que não vou lamentar se o botarem para fora do ministério".

Para ex-aliados, Véléz faz tentativa desesperada de ficar no cargo ao pregar mudança de livros

A publicação de Olavo é mais um revés para o ministro Véléz, que assiste a pedidos de demissão sucessivos na pasta, além de um permanente conflito entre alas militaristas, técnicas e olavistas dentro do MEC. Em março, Olavo já havia feito publicações contra o ministro, inclusive atacando-o com palavrões. O ministro, no entanto, foi levado ao cargo no começo do ano justamente por indicação do escritor, de quem se distanciou ao demitir funcionários próximos a Olavo, considerado um "guru" do governo Bolsonaro.

Nesta sexta-feira, em café da manhã com jornalistas, Bolsonaro disse que Véléz "não está dando certo" como comandante do MEC. "É uma pessoa bacana, honesta, mas está faltando gestão, que é uma coisa importantíssima", disse o presidente, marcando para a próxima segunda-feira, 8, a decisão sobre a "situação da Educação".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro cogita demitir Véléz na próxima segunda

SÃO PAULO, 05 ABR (ANSA) - O presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta-feira (5) que decidirá na próxima segunda (8) sobre a permanência do ministro da Educação, Ricardo Véléz Rodríguez, no governo.

Véléz protagonizou inúmeras polêmicas desde sua posse e é cada vez mais questionado no cargo, principalmente pela ala militar.

"Está bastante claro que não está dando certo. Ele é bacana e honesto, mas está faltando gestão", afirmou Bolsonaro em café da manhã com jornalistas, de acordo com relato da Folha de S. Paulo.

"Até segunda vai ser resolvido. Quem vai decidir sou eu. Segunda é o dia do fico ou não fico", reforçou o presidente. Véléz, por sua vez, garantiu nesta sexta que não entregará o cargo, durante fórum empresarial em Campos do Jordão (SP).

A última crise criada pelo ministro surgiu por causa de sua intenção de revisitar a história do golpe militar de 1964 nos livros escolares, medida vista como uma tentativa de agradar a Bolsonaro e se segurar no cargo.

O MEC passa por uma intensa "dança das cadeiras" nas últimas semanas, em meio a uma disputa por influência entre seguidores de Olavo de Carvalho, militares e técnicos da pasta.

Horário de verão - No mesmo café da manhã com jornalistas, o presidente confirmou que pretende acabar com o horário de verão em 2019. "É quase certo, pelo estudo que

tenho", disse, ainda de acordo com a Folha.

A medida já havia sido cogitada pelo governo Temer, devido à queda na economia de energia com a mudança do horário, que chegou a ser nula em 2017/18. (ANSA)

DIÁRIO DO AMAZONAS - AM - BRASIL

Inpa abre inscrições com 14 vagas para seleção em três programas de doutorado

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/ MCTIC), por meio da Coordenação de Capacitação (Cocap), divulgou editais de seleção dos Programas de Pós-Graduação em nível de doutorado nas áreas de Ciências de Florestas Tropicais (PPG-CFT), Ciências Biológicas (PPG-Entomologia) e Biologia (PPG-Ecologia). Ao todo, serão 14 vagas destinadas à concorrência pública. O ingresso ocorre no segundo semestre deste ano.

Para o PPG-CFT são disponibilizadas cinco vagas e as inscrições seguem até 30 de agosto deste ano. Para o PPG-Entomologia são oferecidas quatro vagas, com as inscrições de 1º de abril a 10 de maio, enquanto o PPG-Ecologia disponibiliza cinco vagas e as inscrições podem ser feitas até 30 de maio.

O objetivo é selecionar e classificar candidatos para o ingresso nos três programas, com projetos de pesquisa que se enquadrem nas mais diferentes linhas de pesquisa de acordo com suas áreas.

A seleção será composta por três etapas, sendo análise curricular (eliminatória), análise do projeto (eliminatória) e entrevista (classificatória).

O candidato classificado poderá receber bolsa de estudo, dependendo da disponibilidade de cotas ofertadas, por meio das agências, sendo as principais: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - CURSOS E CONCURSOS

FEEVALE

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** aprovou mais um mestrado na Universidade Feevale. A instituição oferecerá, neste ano, o Mestrado Acadêmico em Administração. Com área de concentração em Estratégia em Organizações, o curso já se inicia em agosto, e as inscrições para o processo seletivo devem ser abertas em abril. Fone: 3586-8800.

topo ↕

O RIO BRANCO - AC - GERAL

Escola de Energia: SENAI e Eletroacre firmam convênio para qualificação profissional

Representantes da Federação das Indústrias do Acre (FI-EAC), do SENAI-AC, da CNI e da Eletroacre, empresa do grupo Energisa, firmaram, nesta quinta-feira, 4, um convênio de aproximadamente R\$ 1 milhão para investimentos que visam aumentar a oferta de cursos de qualificação profissional no Estado. A Escola de Energia é um projeto que prevê, além da formação de novos profissionais, a modernização de unidades do SENAI localizadas em Rio Branco e Cruzeiro do Sul. De acordo com o presidente da FIEAC e do Conselho do SENAI/AC, José Adriano Ribeiro, a expectativa é a formação de aproximadamente 250 novos eletricitistas e técnicos ainda este ano.

"Isso representa uma grande oportunidade para os jovens da nossa região, oferecendo-lhes, ainda, uma perspectiva de futuro melhor. O compromisso do Sistema Indústria, por meio do SENAI, é sempre prestar serviços de qualidade, sobretudo na área de educação profissional. E é por este motivo que o voto de confiança que nos está sendo dado neste momento muito nos honra e orgulha. O SENAI atua na área de educação profissional há 73 anos. É um aprendizado que não para nunca", frisou o presidente da FIEAC.

Já José Adriano Mendes Silva, presidente da Eletroacre, afirmou que o convênio com a Federação das Indústrias, por meio do SENAI, é motivo de grande felicidade para o grupo Energisa. "Através do projeto Escola de Energia, a proposta é ampliar a oferta dos cursos profissionalizantes e também fazer investimentos nas unidades do SENAI na capital e em Cruzeiro do SUI, bem como na capacitação do corpo docente, destinando aproximadamente R\$ 1 milhão neste ano para a iniciativa", salientou.

Segundo Mendes Silva, a Energisa acredita no Acre e vê o Estado com grandes oportunidades e com espaço para o crescimento econômico. "Queremos contribuir para esse desenvolvimento. Viemos para ficar. Vamos investir bastante na região. A qualificação profissional é o melhor caminho para que tenhamos a sustentabilidade a longo prazo. Nossa ideia é dar oportunidade às pessoas, que para nós é o que há de mais valioso", enfatizou o presidente da Eletroacre.

PARCEIROS NA QUALIFICAÇÃO

O grupo Energisa e o SENAI são parceiros em outros Estados e em nível nacional, por intermédio da Confederação Nacional da Indústria (CNI). No Acre, segundo o diretor-regional do SENAI, César Dotto, a instituição também possui uma estreita relação com a Eletroacre há muitos anos.

"Nos últimos anos, o SENAI formou mais de 200 técnicos em Eletrotécnica, além de qualificar um número significativo de eletricitistas. Colocamos à disposição da Energisa o Banco de Talentos do SENAI, uma ferramenta eletrônica para ajudar os alunos da instituição a mostrar para as empresas suas habilidades. Nessa plataforma, as empresas têm acesso aos currículos desses profissionais e torna-se uma via de mão-dupla, pois atende a necessidade de quem quer contratar pessoas qualificadas e também auxilia quem fez cursos no SENAI e busca uma oportunidade no mercado de trabalho", destacou Dotto.

O diretor-regional do SENAI lembrou, ainda, que no último mês de fevereiro, a instituição realizou um curso de Eletricista de Redes de Distribuição de Média e Baixa Tensão, com 260h de duração, para qualificar uma equipe de 80 profissionais da Eletroacre. "Temos uma série de outras oportunidades para ampliar essa relação do Sistema FIEAC com a Energisa e esperamos fortalecer cada vez mais essa parceria", acrescentou.

Também presente ao evento, Paulo Freitas, gerente-executivo da Unidade de Relações como Comércio da CNI, revelou que a relação da Confederação da Indústria com a Energisa teve início em 2015, e que o projeto já registrou resultados bem-sucedidos em Estados como Mato Grosso, Tocantins, Paraíba e Sergipe, por exemplo. "A missão da Energisa fala em gerar energia

e gerar conforto para as pessoas. E quando se fala em conforto, estamos tratando de pessoas, e isso coincide com a missão do SENAI, da CNI e da FIE-AC, que é de olhar e desenvolver pessoas. Já formamos mais mil pessoas nesse processo, que chamamos de base nacional. E a Energisa pode confiar na capacidade do SENAI para seguirmos em frente em outros Estados que a empresa certamente ainda irá chegar", assinalou Freitas. [Assessoria Sistema FIEAC]

Capex aprova doutorado em rede Educação na Amazônia

A Ufac conta com mais um doutorado aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**. Trata-se do doutorado Educação na Amazônia, que será realizado pela Ufac e mais oito universidades, compondo a chamada rede Educa Norte.

A pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufac, Margarida Carvalho, entende que pós-graduações em rede têm aprovação mais fácil pela **Capex**, já que somam recursos de um conjunto de universidades. "Um bom exemplo é o corpo docente que atuará no doutorado", disse. "Se não houvesse a união da rede, não teríamos professores suficientes. Com a notícia da aprovação, vamos discutir as formas de ingresso."

A aprovação ocorreu durante a 184ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior, realizada de 27 a 29 de março, em Brasília. As Universidades Federais do Acre, Pará, do Oeste do Pará, do Tocantins, do Amazonas, do Amapá, de Roraima e de Rondônia, mais a Universidade do Estado do Amazonas compõem a rede Educa Norte.

topo ↕

PÁGINA 20 - AC - EDUCAÇÃO

Capex aprova doutorado em rede Educação na Amazônia

A Ufac conta com mais um doutorado aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**. Trata-se do doutorado Educação na Amazônia, que será realizado pela Ufac e mais oito universidades, compondo a chamada rede Educa Norte.

A pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufac, Margarida Carvalho, entende que pós-graduações em rede têm aprovação mais fácil pela **Capex**, já que somam recursos de um conjunto de universidades. "Um bom exemplo é o corpo docente que atuará no doutorado", disse. "Se não houvesse a união da rede, não teríamos professores suficientes. Com a notícia da aprovação, vamos discutir as formas de ingresso."

A aprovação ocorreu durante a 184ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior, realizada de 27 a 29 de março, em Brasília. As Universidades Federais do Acre, Pará, do Oeste do Pará, do Tocantins, do Amazonas, do Amapá, de Roraima e de Rondônia, mais a Universidade do Estado do Amazonas compõem a rede Educa Norte.

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Ensino a distância: risco para a saúde humana e animal

Presidente do CRMV-BA e auditor fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura

Será possível ser um médico- veterinário, zootecnista, médico ou engenheiro por meio de um ensino a distância? Como se preparar para exercer a medicina veterinária, por

exemplo, nas áreas de cirurgia, exames e análises clínicas, laboratório, dentre outras, sem o estudo presencial? Que qualidade esperar dos profissionais formados por esse tipo de graduação, para atender a sociedade? É sobre este assunto que quero apresentar nossas considerações, para você leitor. O mundo está em franca mudança. Estamos no mundo do Uber, Waze, Airbnb, e quem tentar lutar contra a maré ou não compreender a força das mudanças e não se adequar a elas ficará para trás. Há em curso uma total mudança de paradigmas. Assim vejo o EAD.

Uma novidade que teremos que nos adaptar, remar a favor da onda, porém atentos à necessidade de regulação e fazer uso dessa modalidade de ensino com inteligência e apenas onde for possível. Precisamos navegar nesta onda juntos, ou seremos varridos por ela. Tem sido motivo de grande discussão interna nos Conselhos Federais e Regionais de todas as profissões o ensino a distância – EAD, pois salta aos olhos a fragilidade e limitações dessa modalidade de ensino na formação de profissões onde a prática e o ensino presencial são indissociáveis, pois a presença física do professor e a infraestrutura de apoio são indispensáveis. Para o Conselho Regional de Medicina Veterinária da Bahia – CRMV-BA, é ferir gravemente a formação dos nossos profissionais, pela indispensável necessidade do ensino presencial e prático.

O Ministério da Educação tem aprovado, de forma discutível, uma quantidade enorme de vagas e em algumas instituições, o número de vagas EAD já ultrapassa as presenciais. O Conselho Federal de Medicina Veterinária, preocupado com a situação, emitiu a Resolução nº 1.256/2019, proibindo o registro nos conselhos regionais de egressos de cursos EAD e determinando a abertura de processos ético- disciplinares em desfavor dos médicos- veterinários e zootecnistas que ministrarem aulas ou estiverem envolvidos na gestão dos cursos EAD. Conclamamos os parlamentares, sindicatos e associações que defendem a educação de qualidade e todos os conselhos profissionais a se engajarem nessa luta, contra os cursos a distância que ultrapassam o limite de 20%, para as profissões onde as atividades práticas demandam intensamente o ensino presencial. Alertamos ao Ministério da Educação para a necessidade de analisar com critério suas decisões, abstendo-se de promover a proliferação de cursos de nível superior, de liberar um nível exagerado de vagas e de autorizar cursos de ensino a distância, incompatíveis com cursos de enfoque prático, como os de medicina veterinária e zootecnia.

[topo](#)

DCI - SP - POLÍTICA

Vélez não vai à primeira agenda positiva do MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, faltou à primeira agenda positiva da pasta desde o início do governo de Jair Bolsonaro.

Em evento ontem (4), reservado a secretários estaduais e municipais de educação, o ministério anunciou R\$ 30 milhões para programas de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A divulgação foi feita pelo novo secretário executivo brigadeiro Ricardo Machado Vieira.

Demanda antiga dos Estados e municípios, o programa já existia no ano passado e não havia indicação de que ele continuaria na atual gestão. A BNCC foi aprovada em 2017 e determina os objetivos de aprendizagem para cada ano do ensino infantil e fundamental. Sem os recursos do MEC, no entanto, escolas públicas do País não conseguem elaborar seus currículos de acordo com a BNCC ou formar professores para por em prática.

Uma versão para o ensino médio também foi aprovada no ano passado e agora o MEC anunciou verbas para esse nível de ensino (R\$ 5 milhões a mais dos já previstos pela gestão anterior de R\$ 58 milhões). Entre os objetivos está elaborar itinerários formativos para o ensino médio. Até então, não havia declaração sobre as políticas para a educação.

Não foi mencionado aos secretários porque o ministro Vélz não estava presente. Ontem, um de seus principais assessores (ligado a Olavo) foi exonerado, o que demonstra mais ainda seu enfraquecimento. A intenção dos grupo dos militares era justamente que o brigadeiro Machado Vieira tocasse programas parados do MEC e impedisse o ministro de entrar em polêmicas.

Apesar da orientação essa semana ele disse que os livros didáticos podem ser mudados para ensinar que não houve golpe ou ditadura militar. A BNCC indica que na disciplina de História deve ser discutida a "ditadura civil-militar e os processos de resistência".

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Ausência na 1ª agenda positiva

O ministro da Educação, Ricardo Vélz Rodríguez, faltou à primeira agenda positiva da pasta desde o início do governo de Jair Bolsonaro. Em evento ontem, reservado a secretários estaduais e municipais de educação, o ministério anunciou R\$ 30 milhões para programas de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A divulgação foi feita pelo novo secretário executivo, brigadeiro Ricardo Machado Vieira. Era o que estados e municípios pediam há tempos.

O programa já existia no ano passado e não havia indicação de que ele continuaria na atual gestão. A BNCC foi aprovada em 2017 e determina os objetivos de aprendizagem para cada ano do ensino infantil e fundamental. Sem os recursos do MEC, no entanto, escolas públicas do país não conseguem elaborar seus currículos de acordo com a BNCC e nem formar professores para colocá-la em prática.

Uma versão para o ensino médio foi aprovada no ano passado e agora o MEC anunciou verbas para esse nível de ensino (R\$ 5 milhões a mais dos já previstos pela gestão anterior). Entre os objetivos estão elaborar itinerários formativos para o ensino médio, assim como pede a reforma do ensino médio, também instituída pelo governo anterior. Até então, não havia qualquer declaração da gestão sobre as políticas. Não foi mencionada a ausência do ministro.

topo ↕

O HOJE - CIDADES

Ensino e pesquisa com o futuro ameaçado

CORTES DE R\$ 8 BILHÕES no orçamento, anunciados pelo governo federal, afetam o planejamento de Estados e municípios

O corte no orçamento anunciado pelo governo federal na semana passada atinge fortemente a ciência e a educação, com efeitos prejudiciais para as escolas e universidades brasileiras. Só nessas duas áreas, o enxugamento chega a quase R\$ 8 bilhões. Da Educação Básica ao Ensino Superior, uma série de consequências dessa redução de verbas pode comprometer o andamento de pesquisas científicas e o investimento em áreas como transporte, infraestrutura, formação de professores e financiamento estudantil em todo o país.

João Luiz Filgueiras de Azevedo, presidente da principal agência de fomento à pesquisa científica do país, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estima que as verbas à disposição do órgão hoje só garantem dinheiro para pagamento de bolsas de pesquisa até setembro. "De outubro em diante, certamente não paga tudo, provavelmente paga muito pouco", estimou ele, em entrevista ao G1.

A Academia Brasileira de Ciências (ABC), em conjunto com outras entidades, divulgou carta às autoridades nacionais e à população afirmando que o congelamento de verbas no ministério inviabiliza o desenvolvimento científico e tecnológico do país. E completa: "O contingenciamento de 80% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) impede o financiamento à inovação e à infraestrutura de pesquisa das instituições de ciência e tecnologia, e o corte de 80% do orçamento do Ministério de Minas e Energia atinge áreas importantes para a tecnologia e a soberania nacional, agravando o cenário de desconstrução".

R\$ 29,6 BILHÕES EM VERBAS CONGELADAS

O físico Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), lamenta que os cortes afetem os fundos para bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq e os programas de estímulo aos estudos acadêmicos. Conforme a SBPC, o orçamento para o setor neste ano é o menor desde 2006:

- A política econômica está sendo irresponsável e comprometerá todo o sistema de ciência e tecnologia construído ao longo de décadas no país. Muitas redes internacionais de pesquisa serão desmanteladas, enquanto a compra de equipamentos para laboratórios será interrompida, comprometendo o desenvolvimento da pesquisa.

O governo congelou R\$ 29,6 bilhões em verbas federais para este ano após reavaliar o cenário econômico, prevendo menos crescimento e arrecadação. Os cortes na educação foram os mais significativos, chegando a uma redução de quase R\$ 6 bilhões (25%). No Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), os valores são menores, mas o percentual é ainda maior. O contingenciamento é de R\$ 2,1 bilhões, o que representa corte de 43%.

ZH contatou Ministério da Educação e MCTIC para saber se as pastas têm estimativas de quais programas ou ações serão afetados, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

O contingenciamento não é definitivo: as verbas costumam ser liberadas ao longo do ano, à medida que o governo refaz sua estimativa de receitas. Esse bloqueio atinge somente as chamadas despesas discricionárias, gastos de custeio e investimento não obrigatórios que o governo tem liberdade para manejar e cortar - gastos obrigatórios, como salários e benefícios previdenciários, não podem ser bloqueados.

Escolas também sofrerão consequências

Na educação, como ainda não houve definição em relação às áreas específicas que serão afetadas, ou mesmo aos Estados que mais sentirão esse impacto, há cautela na avaliação do que pode acontecer daqui para frente. Para o secretário estadual da educação, Faisal Karam, a diminuição do orçamento disponível, seja como for que ocorra, é prejudicial

para o ensino:

- Todo corte de verbas, independentemente do tamanho, sempre vai trazer impacto. Ainda mais quando se tem a perspectiva de procurar novos investimentos, como estamos tentando na área da educação no Rio Grande do Sul. Lamentamos o corte, mas também entendemos que é preciso buscar uma adequação à realidade orçamentária.

O secretário garante que a pasta, atenta às restrições de verbas federais, está em busca de alternativas. Para projetos que envolvem iniciação científica, por exemplo, tenta apoio no também combatido Ministério da Ciência; pedidos relativos à renovação do transporte escolar serão também levados ao Ministério da Infraestrutura; aqueles englobando atividades esportivas devem ser encaminhados ao Ministério da Cidadania.

- Temos pleitos em Brasília solicitando R\$ 307 milhões em investimentos para a educação. Em meio ao atual processo de enxugamento, esse tipo de demanda nossa pode ser impactada. Mas estamos sempre buscando outros caminhos - completa Karam.

O ensino privado no Estado também pode ser afetado, ainda que dependa muito menos de verba federal para suas atividades. A Educação Básica não deve ter impacto, já que é toda bancada pelas próprias escolas na rede particular, mas o Ensino Superior antevê consequências. Vêm do governo recursos para iniciativas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

- Nos resta lamentar que continue havendo cortes em educação, área que deveria ser a prioridade do nosso país. Não se pode brincar com o futuro do país - diz o presidente do Sindicato do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinepe/RS), Bruno Eizerik.

Nos municípios, principais responsáveis pelos primeiros anos de ensino na rede pública, o impacto também é incerto. Em nota, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre explicou que "os recursos federais repassados ao município para o custeio da educação pública são provenientes de obrigações constitucionais, como o Salário-Educação e o Fundeb. O corte anunciado ocorre nas transferências voluntárias e refere-se a recursos, sem a especificação de programas. Portanto, ainda não é possível mensurar o impacto".

[topo](#)

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

Novas demissões no alto escalão do MEC

A onda de demissões no alto escalão do Ministério da Educação (MEC) continua, tornando cada vez mais evidente a diminuição do poder do ministro, Ricardo Vélez Rodríguez, na pasta. Ontem, foi publicada no Diário Oficial da União a exoneração do assessor especial de Vélez, Bruno Garschagen, e a de Josie de Jesus, chefe de gabinete do MEC, outro cargo muito próximo do ministro, informou ontem o site do jornal 'O Globo. Garschagen, um dos integrantes do MEC mais próximos do ministro, é também muito ligado ao ideólogo de direita Olavo de Carvalho. A demissão foi assinada por Onyx Lorenzoni, chefe da Casa Civil. De acordo com o Blog Renata Cafardo, do "Estado de São Paulo", Garschagen foi um dos assessores que participaram da decisão de enviar às escolas de todo o país uma carta do ministro com o slogan usado na campanha de Jair Bolsonaro à presidência.

Outra demissão que chamou atenção, ontem, também publicada no Diário Oficial, foi a

da chefe de gabinete do MEC, outro cargo muito próximo do ministro. Quem ocupava o posto era Josie de Jesus, exfuncionária do Centro Paula Souza, em São Paulo. Ela não ficou nem um mês no cargo: havia assumido em 11 de março. Agora, foi nomeado para o seu lugar Marcos de Araújo, que já foi subcomandante geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

topo ↕

O POVO - CE - CEARÁ

UFC divulga candidaturas para reitor; confira as datas e informações sobre a eleição

Os votos possuem pesos diferenciados na apuração, de acordo com a Lei nº 9.192/95: 70% para o voto de professores, 15% para o de servidores técnico-administrativos e 15% para o de estudantes

Foram homologadas na tarde dessa quarta-feira, 3, as três inscrições de chapas que participarão do processo de consulta à comunidade universitária para escolha do novo reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC). As informações são da Coordenadoria de Comunicação Social da UFC.

Os candidatos ao cargo de reitor para o mandato 2019-2023, por ordem alfabética, são: Antonio Gomes de Souza Filho, atual pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC, tendo como vice Augusto Teixeira de Albuquerque, atual pró-reitor-adjunto de Planejamento e Administração; Custódio Luís Silva de Almeida, atual vice-reitor da UFC, tendo como vice Davi Romero de Vasconcelos, diretor do Campus de Quixadá; e José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, atual diretor da Faculdade de Direito da UFC, tendo como vice José Glauco Lobo Filho, da Faculdade de Medicina.

As candidaturas foram homologadas pela comissão eleitoral designada para conduzir o processo, presidida pelo professor Haroldo César Beltrão, da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE).

Compõem a comissão eleitoral, ainda, os professores Marisete Dantas de Aquino (vice-presidente), do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental; Adryane Gorayeb Nogueira Caetano (1ª secretária), do Departamento de Geografia; e Ruy Ferreira Lima (2º secretário), da Casa de Cultura Francesa.

O processo de consulta à comunidade universitária é regido pela Portaria nº 01, de 3 de abril de 2019, aprovada pela comissão eleitoral. De acordo com o documento, a propaganda dos candidatos será permitida até 48 horas antes do início da realização da consulta, marcada para ocorrer no dia 8 de maio, em todas as unidades acadêmicas da UFC, em Fortaleza e no interior.

Estabelecidas pela mesma portaria, as regras da campanha indicam que está proibido, por exemplo: atos que provoquem animosidade entre a comunidade universitária; participação de pessoas ou instituições estranhas ao meio universitário; atos que perturbem o sossego público; iniciativas que caluniem, difamem ou injuriem qualquer pessoa; camisetas ou outra vestimenta com fotos ou nomes dos candidatos; distribuição de material impresso com foto do candidato, do tipo “santinho”.

As seções de votação serão constituídas até o dia 2 de maio. Para a realização da consulta será usado um sistema de processamento eletrônico de dados, desenvolvido na UFC especificamente para este fim, que já foi amplamente utilizado em consultas

anteriores.

O voto é secreto e uninominal, ou seja, cada pessoa vota em apenas um nome (o do candidato a reitor de sua preferência). Para participar, estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos devem apresentar documento oficial com foto. Os nomes dos candidatos figurarão no painel de votação, em ordem, da esquerda para a direita, definida previamente por sorteio.

Os votos possuem pesos diferenciados na apuração, de acordo com a Lei nº 9.192/95: 70% para o voto de professores, 15% para o de servidores técnico-administrativos e 15% para o de estudantes.

Após o término da consulta, a comissão eleitoral realiza a apuração dos votos. O resultado é encaminhado ao Conselho Universitário (Consuni) da UFC, que se reunirá no dia 20 de maio para elaborar a lista tríplice a ser encaminhada ao Ministério da Educação (MEC).

A votação dos conselheiros é secreta e uninominal, devendo a lista ser composta com os três primeiros nomes mais votados pelo colegiado em escrutínio único. Caberá ao presidente da República a nomeação do reitor da UFC para o mandato 2019-2023. Mais informações estão disponíveis na Resolução nº 01/Consuni, de 20 de março de 2019.

topo ↕

AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB - TEMPO REAL

Capes aprova Mestrado em Geografia da Unifap

A Universidade Federal do Amapá (Unifap) ganhará mais um mestrado.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** aprovou a proposta de criação do Programa de Pós-graduação em Geografia (Mestrado). O resultado foi divulgado em março e o primeiro processo de seleção de alunos será realizado ainda neste semestre.

Para a pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Unifap, Amanda Fecury, a aprovação do mestrado contribui para o fortalecimento da pós-graduação da Universidade e na formação de profissionais qualificados. “Já havia a necessidade latente de formação nessa área da geografia. [O mestrado] tende a fortalecer os grupos de pesquisa inclusive, não só da pós-graduação, mas da graduação também, criando conexões e possibilidades de pesquisas em conjunto com alunos”, observa.

O Mestrado em Geografia ofertará 26 vagas que, exclusivamente em 2019, serão distribuídas em dois processos seletivos. A pós-graduação *stricto sensu* possuirá uma área de concentração designada “Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia”, distribuída em duas linhas de pesquisa: “Paisagem e Dinâmicas Ambientais” e “Sociedade e Dinâmicas Territoriais”. O quadro docente será formado por 13 professores, com experiência acumulada em pesquisa e pós-graduação.

A proposta de implantação do mestrado foi submetida à avaliação da **Capes** em setembro de 2017. Em outubro do ano passado, o curso de Geografia recebeu uma comissão de avaliação da **Capes** que, segundo o professor e participante da elaboração da proposta, José Francisco Ferreira, ficou impressionada com a estrutura de salas de aula e laboratórios já disponíveis para o mestrado. Ele aponta que existe uma demanda reprimida pelo curso, pois não existe pós-graduação dessa área de conhecimento no

Amapá.

“O APCN de Geografia foi um trabalho de parceria, com grande envolvimento e colaboração do colegiado da graduação em todos os sentidos. [O mestrado] surgiu do anseio de aprofundarmos a perspectiva geográfica do Amapá e mostrar isso para o Brasil e para o mundo. A administração da Unifap também nos incentivou, então foi uma conjuntura favorável para nós termos essa aprovação. É nossa convicção que temos todas as condições para ser um curso bem sucedido”, afirma Ferreira.

topo ↕

UEMS - NOTÍCIAS

UEMS contribui para elaboração do Ranking de Universidades Empreendedoras 2019

“Se o Brasil se tornar uma grande potência sem uma grande universidade de ponta a nível mundial, será o primeiro caso da história de um grande país”. Essa frase vem de encontro com o propósito do Movimento Empresa Júnior, de “formar, por meio da vivência empresarial, empreendedores comprometidos e capazes de transformar o Brasil”.

Com o objetivo de contribuir para a construção de um Brasil mais educador, a Confederação Brasileira de Empresas Juniores, com o apoio de outras organizações estudantis com atuação a nível nacional e da Triple Hélix Association, criou o Ranking de Universidades Empreendedoras (RUE). Desde 2016, o RUE analisa as práticas empreendedoras nas Universidades, levando propostas e sugestões dos próprios alunos de como melhorar as universidades em todo o país.

“Universidade empreendedora é a comunidade acadêmica, inserida em um ecossistema favorável, que desenvolve a sociedade por meio de práticas inovadoras.” Esse foi o conceito de universidade empreendedora, definido através da co-construção com os próprios estudantes universitários em uma pesquisa de percepção.

Os indicadores avaliados pelo RUE e tidos como influenciadores no ecossistema empreendedor universitário são: extensão, inovação, internacionalização, infraestrutura, capital financeiro e cultura empreendedora – os quais são utilizados como forma de avaliar as universidades e elaborar o ranking.

O Ranking de Universidades Empreendedoras é elaborado a cada 2 anos. Para a versão do RUE 2019 serão consultadas mais de 190 Universidades, de todas as 27 unidades federativas do Brasil, contando também com o importante auxílio da UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na aplicação da pesquisa de percepção e na coleta de dados em geral. É válido ressaltar que a pesquisa de percepção, além de coletar os insumos necessários para o RUE, é uma forma de escuta social dos alunos acerca das universidades, o que também gera insumos que contribuem para a melhoria das mesmas e do ensino em geral, especialmente ao que tange a cultura empreendedora e a infraestrutura disponibilizada para tal.

topo ↕

UFMS - TEMPO REAL

Universidade encaminha plano de trabalho para Capes

O reitor da UFMS, Marcelo Turine, e o pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Nalvo Franco, assinaram nesta sexta-feira, 5, o plano de trabalho para aplicação dos recursos provenientes do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da **Coordenação de**

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Neste ano, serão destinados R\$ 871.103,27 para os programas de mestrado e doutorado acadêmicos. “Houve um aumento de cinco por cento em relação ao valor recebido ano passado”, explica o pró-reitor. O Proap tem como objetivo financiar as atividades dos programas, proporcionando melhores condições para formação de recursos humanos.

O valor poderá ser utilizado para custear despesas de manutenção de equipamentos, passagens, diárias e apoio à participação de professores e acadêmicos em eventos científicos durante o ano de 2019. Anualmente, a **Capes** define quanto vai investir em a cada uma das instituições de ensino com base em critérios como quantidade de alunos, conceito dos programas e se há ou não oferecimento de doutorado.

De acordo com o reitor, Marcelo Turine, a Universidade aguarda a anuência da **Capes** para a liberação dos recursos. “Não há ainda uma data definida para essa liberação. Conscientes disso, lançamos no mês passado editais para apoio às diversas áreas e a pesquisa é uma delas”, destaca o reitor. No dia 26 de março, a UFMS anunciou o investimento de R\$ 25 milhões oriundos de recursos próprios que serão aplicados também em atividades de extensão, inovação e empreendedorismo.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Bolsonaro indica que ministro da Educação pode ser demitido na segunda
“Na segunda, vamos resolver a situação do MEC”, disse. “Está bem claro que não está dando certo, falta gestão. Vamos tirar a aliança da mão esquerda e pôr na direita”, afirmou o presidente

BRASÍLIA - Em café da manhã com jornalistas, o presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta-feira, 5, que deve tomar uma decisão sobre o Ministério da Educação (MEC) na segunda-feira, 8.

“Na segunda, vamos resolver a situação do MEC”, disse. “Está bem claro que não está dando certo, falta gestão. Vamos tirar a aliança da mão esquerda e pôr na direita”, afirmou o presidente.

As declarações indicam que o ministro Ricardo Vélez Rodríguez pode ser demitido. O ministro enfrenta sucessivas crises desde o início do governo e viu um aumento do desgaste nas últimas semanas com uma série de demissões.

Logo após o presidente se manifestar em Brasília, Vélez, que participa do 18º Fórum do Grupo de Líderes Empresariais (Lide) em Campos do Jordão, rapidamente reagiu. “Não vou entregar o cargo, não fui informado”. E ainda declarou: “Única coisa insustentável é a morte”.

O ministro pediu apoio de empresários e os convocou para “dialogar” com ele e sua equipe no órgão. Ele participa de mesa com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP).

Na sua fala introdutória, Vélez culpou gestões anteriores pela situação da Educação no Brasil e disse que “há muito sendo construindo no âmbito burocrático e administrativo atualmente”. Perguntado sobre o que seria a “solução” para o ministério, Vélez respondeu: “Racionalidade.”

Ao falar sobre o ensino básico, Vélez disse que "algo já deveria ter sido feito e o quadro é resultado de anos de descaso".

Vélez citou ainda as experiências dos Estados do Pará, Pernambuco, Rondônia e Maranhão na melhoria da qualidade do ensino básico.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Vélez diz que única coisa insustentável é a morte, sobre permanência no MEC
O ministro da Educação se manifestou logo depois de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que vai resolver a situação do MEC na segunda-feira**

CAMPOS DO JORDÃO - O ministro da Educação, Ricardo Vélez, ao negar que vá entregar o cargo, que a única coisa "insustentável" é a morte. "Insustentável por quê? A única coisa insustentável é a morte", declarou Vélez, nesta sexta-feira, 5, diante da insistência de jornalistas após o presidente Jair Bolsonaro indicar que demitirá o ministro na próxima segunda, 8.

"Pergunta a quem de direito, a quem falou isso", respondeu Vélez sobre sua possível demissão. A declaração de Bolsonaro sobre "resolver a situação" do MEC foi divulgada assim que o ministro começava uma palestra no fórum do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Campos do Jordão (SP). Ele leu um discurso defendendo racionalidade na gestão da pasta e, quando questionado sobre "discussões necessárias", voltou a falar que decisões não podem ser pautadas por ideologia.

Vélez participou de um painel ao lado do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP). Após o painel, deixou o auditório do evento para ir ao banheiro e foi abordado por jornalistas. Inicialmente, se recusou a falar e, minutos depois, negou que irá entregar o cargo. A assessoria do evento informou que ele não concederá novas entrevistas.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Não vou entregar o cargo, diz ministro de Educação após fala de Bolsonaro
Vélez diz que não falou com presidente, que indicou sua saída na segunda (8)**
O ministro da Educação, Ricardo Vélez, afirmou nesta sexta-feira (5) que não irá entregar o cargo.

Vélez falou com a imprensa durante 18º Fórum Empresarial Lide, que ocorre em Campos do Jordão (SP)

Nesta sexta, o presidente Jair Bolsonaro indicou que o ministro deve deixar o comando da pasta na próxima segunda-feira (8).

O ministro evitou responder perguntas sobre uma eventual saída do ministério. Afirmou apenas que Bolsonaro não conversou com ele a respeito.

"Eu pessoalmente não tenho notícia disso", respondeu ao ser questionado sobre sair do ministério. "Pretendo participar do fórum e não vou entregar o cargo".

Vélez disse ainda que "a única coisa insustentável é a morte" ao ser questionado se sua

permanência seria insustentável.

Sobre críticas à gestão no MEC, o ministro disse que a saída é racionalidade.

No Lide, a uma plateia de empresários, ele defendeu foco do governo em alfabetização e ensino profissional, evitando temas polêmicos e ideológicos.

Após a palestra, Vélez falou com a imprensa por menos de dois minutos, somente no caminho de ida e volta até o banheiro. Depois, voltou ao auditório para ouvir as próximas palestras.

Bolsonaro, nesta sexta, indicou a saída do ministro. "Está bastante claro que não está dando certo. Ele é bacana e honesto, mas está faltando gestão, que é coisa importantíssima", disse o presidente em um café da manhã, nesta sexta (5), com jornalistas no Palácio do Planalto. A Folha estava entre os convidados.

De acordo com Bolsonaro, na segunda-feira, "tira a aliança da mão direita e põe na esquerda ou põe na gaveta. Vamos supor que seja a saída dele (Vélez)". O presidente indicou ainda que não descarta reaproveitar o ministro em outra área do governo.

"Até segunda, vai ser resolvido, ninguém mais vai reclamar. Vélez é boa pessoa. Quem vai decidir sou eu. Segunda é o dia do fico ou não fico", disse o presidente.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

TV Escola vira reduto de 'olavetes' demitidos do MEC

Canal de comunicação do ministério já empregou ao menos três ex-assessores de Ricardo Vélez

BRASÍLIA - Seguidores de Olavo de Carvalho que foram demitidos do Ministério da Educação (MEC) nessas últimas semanas — em meio a uma disputa interna por poder e influência — foram contratados pela TV Escola, canal de comunicação financiado pelo ministério.

Ao menos três ex-integrantes do grupo "ideológico" da pasta, composto pelos autodenominados "olavetes", foram automaticamente empregados pela TV após deixarem o MEC: Tiago Tondinelli, ex-chefe de gabinete do ministro Ricardo Vélez Rodríguez; Eduardo Freire de Melo, ex-adjunto do cargo de secretário-executivo; e Rodrigo de Almeida Morais, ex-assessor.

Exonerado na última quarta-feira, 3, do cargo de assessor de Vélez, Bruno Meirelles Garschagen também poderá ser contratado pela TV Escola. De acordo com informações de bastidores, ele negocia um cargo alto de chefia.

Clique aqui para ler a reportagem na íntegra e saber detalhes sobre esse "remanejamento automático" de exonerados que são próximos do ministro da Educação.

topo ↕

BLOG DO NOBLAT - BLOG

O Ministro da Deseducação

E esse ministro que alguém teve a infeliz ideia de colocar no MEC?

Não consigo encontrar uma passagem do governo dos Bolsonaros que me entusiasme, que me deixe esperançosa de um futuro melhor para o Brasil. Nada. E fico muito triste

com isso, pois gostaria muito de morrer levando comigo a esperança de deixar para filhos e netos um país forte, rico e, sobretudo, instruído.

Mas com esse ministro que alguém teve a infeliz ideia de colocar no MEC? Com esse cidadão que ignora completamente nossa História, que agora nos ameaça com a edição de livros didáticos que mentirão para nossas crianças? Com essa figura que já confessou estar encantado com o cargo que ocupa e que, portanto, pouco se lixa com as críticas que lhe fazem?

Se o tal ministro ao menos quisesse conhecer melhor a História do país onde vive, ele poderia ter o imenso prazer – sim, porque ler as entrevistas de Geneton Moraes Neto é um imenso prazer, não só pelo talento que ele tinha como entrevistador, mas como pela seriedade com que ele descrevia as mais célebres figuras e os fatos mais importantes de nossa época.

Geneton infelizmente nos deixou. E muito cedo. Mas seus textos ainda estão aqui e lê-los é conhecer melhor o Brasil. São suas palavras que deveriam ser entregues aos nossos estudantes e não, por exemplo, o vídeo que nos envergonha ao negar o Golpe de 1964.

Leiam aqui uma das muitas barbaridades ditas pelo colombiano Vélez: “O golpe foi uma votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente”. Bem, Vélez talvez não saiba, mas em 31 de março de 1964 Goulart ainda estava no país...

Mas vamos lá, vamos tentar acreditar nessa figura espalhafatosa, nesse ministro que deseduca o MEC e nem tenta se educar.

Digamos que não tenha havido golpe. Nem muito menos, por óbvio, revolução. Como disse Luis Fernando Veríssimo em sua coluna de 4 de abril, o que houve foi Nada. Tudo bem. Aceito, foi um Nada vergonhoso, feio, mas um Nada.

Mas se não houve nada, nem golpe, nem revolução, porque diabos o pernambucano Gregório Bezerra foi velado sob a forte emoção de seus companheiros que lotavam a Assembleia Legislativa de Pernambuco e mais sussurravam do que cantavam a Internacional Socialista para depois, ao ouvir o brado “Companheiro Gregório!”, responder a uma só voz “Presente!”.

Dirão os adeptos do ministro deseducador: “mas ele era um comunista!”. Era, sim, e daí? por isso merecia viver o que Geneton Moraes Neto chamou de seu Último Canto Gregoriano?

“A imagem de Gregório Bezerra ensanguentado, amarrado a uma corda e arrastado pelas ruas do Recife por um coronel raivoso ganhou a força de um emblema. O desfile foi filmado e exibido na televisão.”

O arquivo sumiu. No entanto a força dessa imagem permanece até hoje. Não há recifense que ali vivesse em abril de 1964 que não guarde na memória a dor e o desespero de ver passar por suas ruas aquele homem decente e correto puxado como um animal por um coronel alucinado cujo nome prefiro nunca repetir.

Mas a pergunta ainda vive. Se não houve golpe, se os militares agora, 55 anos depois, só queriam comemorar o golpe que não houve, se a intenção, segundo o capitão Bolsonaro, foi “comemorar” o fato e identificar pontos corretos e errados para o “bem do Brasil no futuro”, garantindo que a ascensão dos militares ao poder se deu para interromper “a escalada em direção ao totalitarismo”, só me resta lastimar. Preferia mil vezes viver sob um governo de Gregório Bezerra, do que sob as armas indecentes do coronel que o arrastou pelo bairro de Casa Forte, Recife, PE, 3 de abril de 1964.

Maria Helena Rubinato Rodrigues de Sousa é professora e tradutora, escreve semanalmente para o Blog do Noblat desde agosto de 2005.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Não está dando certo o ministro Vélez, diz Bolsonaro sobre o MEC Tá faltando gestão no MEC, disse o presidente em entrevista, nesta sexta-feira (5/4), no Palácio do Planalto

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) admitiu, na manhã desta sexta-feira (5/4), em entrevista a jornalistas no Palácio do Planalto, que não está satisfeito com a gestão do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues. "Não está dando certo", afirmou o presidente.

Bolsonaro também disse aos jornalistas que teve uma longa conversa com o ministro, na tarde dessa quinta-feira (4/4), quando detalhou os problemas que enxerga no ministério. Ele não revelou os erros apontados ao ministro.

Sobre a permanência de Vélez no cargo, o presidente foi taxativo: "Esperem segunda-feira (8/4). De algum jeito será decidido". Perguntado sobre o desempenho do ministro, o presidente se calou. Preferiu destacar as qualidades pessoais de Vélez. Para Bolsonaro, o ministro "é uma boa pessoa, de coração grande, bom para conversar."

No entanto, em Campos do Jordão (SP), Vélez afirmou que não vai entregar o cargo. A declaração foi dada após ser questionado sobre a declaração de Bolsonaro. O ministro indicou que, se deixar a pasta, será apenas por uma decisão do presidente.

Gestão

O ministro Ricardo Vélez Rodrigues está na corda bamba desde que entrou em rota de colisão com Olavo de Carvalho, reconhecido guru do presidente, e militares que ocupam postos-chaves no governo federal.

O descrédito de Vélez está relacionado a declarações polêmicas, entre elas a obrigatoriedade da execução do hino nacional nas escolas de ensino fundamental e médio, ideia da qual ele acabou voltando atrás; a frase de que as universidades públicas "não são para todos"; a de que brasileiros Viajando são canibais"; a de querer colocar em livros didáticos patrocinados pelo MEC slogan de campanha de Bolsonaro, o que é vetado em lei; e a proposta de revisar livros didáticos que abordam o golpe de 64.

O caso mais ruidoso, no entanto, aconteceu durante sabatina na Câmara dos Deputados, na quinta-feira passada (27/3), quando a deputada Tabata Amaral (PDT/SP) perguntou ao ministro, depois de uma crítica enfática à gestão dele: "Cadê os projetos, ministro?".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Acordo entre Câmara e MPE obriga assessores de vereadores a ter nível de ensino superior em Presidente Prudente

Cada um dos 13 parlamentares pode empregar dois funcionários em cargos comissionados no Poder Legislativo, com salários de R\$ 3,5 mil e R\$ 4,2 mil.

A Câmara Municipal e o Ministério Público Estadual (MPE) assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que obriga todos os assessores de vereadores, em Presidente Prudente, a ter o nível de ensino superior para que possam ocupar os seus cargos.

Cada um dos 13 vereadores de Presidente Prudente tem direito a empregar um assessor parlamentar, com salário de R\$ 3.536,11, e um chefe de gabinete parlamentar, com remuneração de R\$ 4.227,06.

Isso significa que o TAC tem abrangência sobre 26 cargos no Poder Legislativo.

De acordo com o TAC, a Mesa Diretora da Câmara Municipal tem um prazo de 30 dias para alterar a resolução 335, de 7 de agosto de 2018, para estabelecer que será requisito para as novas investidas nos cargos de assessor parlamentar e chefe de gabinete parlamentar possuir formação em curso superior oficialmente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

A Mesa Diretora da Câmara também terá até o dia 1º de junho de 2021 para exigir certificado de conclusão de curso de ensino superior dos atuais ocupantes dos cargos de assessor parlamentar e chefe de gabinete parlamentar que ainda não possuem este nível de formação.

Caso não apresentem certificado de conclusão de curso superior até 1º de junho de 2021, os atuais ocupantes dos referidos cargos que possuem apenas a formação em nível médio serão imediatamente exonerados, conforme o TAC.

O acordo entre o Poder Legislativo e o MPE também prevê punições, através de multas diárias, para o eventual descumprimento das obrigações estabelecidas pelo TAC, nos seguintes valores:

R\$ 500 em caso de não cumprimento da alteração da resolução 335/2018; e
R\$ 300 por servidor mantido em cargo comissionado sem possuir formação em curso superior (em relação aos atuais assessores).

O acordo foi assinado nesta quarta-feira (3), na sede do MPE, em Presidente Prudente, pelo promotor de Justiça Marcelo Creste, pelo presidente da Câmara Municipal, vereador Demerson Dias (PSB), e pelo procurador jurídico do Poder Legislativo, Fernando Monteiro.

‘Qualificação técnica’

Em nota ao G1, a Câmara Municipal de Presidente Prudente ressaltou que, desde o início da atual legislatura, em 2017, “em busca de atender aos princípios que norteiam a administração pública, tem realizado diversas ações, desde a qualificação técnica de seus servidores, com workshops e capacitações, até a reestruturação de cargos e carreiras dos servidores efetivos e comissionados do quadro do Legislativo”.

Além disso, a Câmara pontuou que, informalmente, por meio de seus departamentos e com orientação da Mesa Diretora, já indicava aos assessores parlamentares e chefes de gabinete a necessidade da realização de curso superior para qualificação pessoal e profissional de todos, “o que contribui para um melhor atendimento à população”.

“Tanto que, entre os servidores comissionados, poucos ainda não possuem curso superior, mas estão iniciando ou em processo de finalização”, salientou ao G1.

O Legislativo enfatizou ao G1 que o prazo até 1º de junho de 2021 concedido pelo MPE, quando se refere aos servidores já em exercício, foi justamente por conta desta necessidade.

Até a assinatura do TAC, era exigido o nível médio completo para a investidura nos cargos de chefe de gabinete parlamentar e assessor parlamentar.

Na prática, segundo a Câmara esclareceu ao G1, o quadro de servidores não deve ser alterado, “pois a maioria já possui nível superior e os que não possuem estão a providenciar, dentro do prazo estabelecido”.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC estabelece referenciais para formulação dos itinerários formativos do ensino médio

Documento deverá nortear os currículos escolares que serão elaborados pelos estados.

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos do ensino médio, que são um conjunto de atividades e de conhecimentos que vão compor o conteúdo dado aos estudantes nesta etapa da educação. O documento deverá nortear os currículos escolares que serão elaborados pelos estados.

A portaria com a regulamentação foi publicada no “Diário Oficial da União” desta sexta-feira (5).

Os itinerários foram elaborados para substituir a distribuição do conteúdo das 13 disciplinas tradicionais ensinadas ao longo dos três anos do ciclo.

Após a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, os itinerários formativos ficaram divididos em cinco áreas de conhecimento: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional.

Cada um destes itinerários formativos deve se organizar a partir de quatro eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

Confira abaixo os referenciais estabelecidos pela portaria:

Referenciais curriculares para a elaboração dos itinerários formativos

Antes da BNCC, o Brasil não tinha um currículo nacional obrigatório e as únicas disciplinas listadas por lei nos três anos do ensino médio eram português, matemática, artes, educação física, filosofia e sociologia. Agora, só português e matemática são obrigatórias e os demais conteúdos vão ser ensinados dentro dos itinerários formativos. Os currículos deverão ser definidos pelos estados.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Vélez pode ser demitido na próxima semana, diz Bolsonaro

Para o presidente, “não está dando certo” a indicação dele para o cargo de ministro e é preciso avaliar a permanência no governo

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) soltou, durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, nesta sexta-feira (5/4), que o ministro da Educação, Ricardo Vélez, “não está dando certo” e que pode demiti-lo na próxima semana.

“Está bastante claro que não está dando certo o ministro Vélez. Na segunda-feira, vamos tirar a aliança da mão direita, ou vai para a esquerda ou vai para a gaveta”, disse o chefe do Executivo federal.

O ministro tem criado uma série de rugas desde quando assumiu a pasta, o que inclui depoimentos polêmicos – muitos deles colocaram em crise o governo de Jair Bolsonaro e provocaram a demissão de 16 funcionários do alto escalão.

Abalado por uma forte crise, o Ministério da Educação (MEC) vive momentos de instabilidade no comando. Para se ter dimensão dos conflitos, em 87 dias, o ministro demitiu 91 pessoas – em média, mais de uma dispensa por dia desde que Vélez assumiu o cargo. É o que revela levantamento realizado pelo Metrôpoles, com base nas dispensas publicadas no Diário Oficial da União.

O compasso na pasta desandou por uma disputa de poder entre quatro alas distintas: militares, evangélicos, técnicos e aqueles que apoiam o escritor de direita Olavo de Carvalho, influenciador da gestão do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Com isso, cargos importantes, como o comando do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) estão vagos. Os recuos, como a revogação da portaria que decidia não avaliar a alfabetização, acentuaram a crise.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Vélez sobre permanência no MEC: “Única coisa insustentável é a morte”

O ministro da Educação se manifestou logo depois de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que vai resolver a situação da pasta na segunda

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, ao negar que vá entregar o cargo, que a única coisa “insustentável” é a morte. “Insustentável por quê? A única coisa insustentável é a morte”, declarou Vélez, nesta sexta-feira (5/4), diante da insistência de jornalistas após o presidente Jair Bolsonaro indicar que demitirá o ministro na próxima segunda-feira (8).

“Pergunta a quem de direito, a quem falou isso”, respondeu Vélez sobre sua possível demissão. A declaração de Bolsonaro sobre “resolver a situação” do MEC foi divulgada assim que o ministro começava uma palestra no fórum do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Campos do Jordão (SP). Ele leu um discurso defendendo racionalidade na gestão da pasta e, quando questionado sobre “discussões necessárias”,

voltou a falar que decisões não podem ser pautadas por ideologia.

Vélez participou de um painel ao lado do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP). Após o painel, deixou o auditório do evento para ir ao banheiro e foi abordado por jornalistas. Inicialmente, se recusou a falar e, minutos depois, negou que irá entregar o cargo. A assessoria do evento informou que ele não concederá novas entrevistas.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Comissão da Câmara fará sugestões para aposentadoria de professores

No texto da reforma da Previdência, categoria passa a ter que trabalhar até os 60 anos com no mínimo 30 de contribuição

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados pode recomendar a rejeição do trecho da reforma da Previdência que trata da aposentadoria dos professores. Segundo a deputada Professora Rosa Neide (PT-MT), a comissão pretende sugerir uma nova redação para esse trecho da reforma, mas ainda não há uma proposta consolidada.

“Isso será decidido na própria comissão. A maioria dos deputados aponta para isso [rejeição], mas ainda haverá uma decisão”, disse Rosa Neide, que presidiu nesta quinta-feira (4) a primeira audiência pública sobre a reforma da Previdência e seus impactos sobre os professores.

Para ajudar na elaboração das sugestões, a comissão pediu à Consultoria Legislativa da Casa um estudo sobre os impactos das mudanças referentes à categoria que constam da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19.

Na audiência desta quinta-feira, a PEC foi criticada tanto pela maioria dos palestrantes quanto pela maioria dos parlamentares presentes. “Vai ter impacto na atratividade de jovens para a carreira, que já é pouco atraente em função do desgaste físico, dos salários baixos e da grande diferença em relação às demais carreiras com o mesmo nível de formação”, afirmou Luiz Alberto dos Santos, membro do Corpo Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Atualmente, apenas 3,3% dos estudantes brasileiros de 15 anos querem ser professores. Quando se trata daqueles que querem ser professores em escolas, na educação básica, que vai do ensino infantil ao ensino médio, esse percentual cai para 2,4%, de acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Professoras

Entre os pontos mais criticados na proposta de reforma da Previdência está o fim da diferença entre homens e mulheres na idade de aposentadoria. A idade mínima para aposentadoria de professores passaria a ser de 60 anos e o tempo de contribuição, de 30 anos, para ambos os sexos.

Pelas regras atuais, as professoras podem dar entrada no benefício com tempo de contribuição mínimo de 25 anos e os professores, com 30 anos. Para os profissionais de escolas públicas, onde trabalha a maioria dos docentes, a idade mínima é de 50 anos para mulheres e 55 anos para homens.

Isso significa que as professoras passarão a aposentar 10 anos mais tarde do que hoje e

os professores, cinco anos mais tarde. “A proposta está exigindo maior esforço das mulheres brasileiras”, disse o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo.

De acordo com Alessandro Roosevelt, assessor da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, a equiparação se deu seguindo modelos de outros países, onde não há diferenciação entre homens e mulheres.

Ele disse que o objetivo inicial do governo era acabar com a diferenciação em todas as aposentadorias. “Hoje sabemos que essa discussão ainda está muito crua para ser colocada no Congresso. Como professores já têm redução [em relação às demais categorias] na questão da idade, não teria muita lógica essa separação”, afirmou.

A idade mínima dos professores é inferior à proposta, no geral, pela PEC, que estabelece a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

Salário integral

Pela proposta em tramitação, professores receberão, ao se aposentar, 60% da média salarial mais 2% por ano de contribuição que exceder a 20 anos. Ou seja, com o tempo de contribuição mínimo de 30 anos, os professores se aposentarão recebendo 80% da média salarial. Para receber 100% da média salarial, será necessário trabalhar 40 anos. Haverá um processo de transição até a regra ser totalmente implementada.

Caso um professor comece a trabalhar aos 25 anos de idade, terá que trabalhar até os 65 anos para receber a média de todos os salários que ganhou.

Atualmente, os professores da rede pública recebem, ao se aposentar, a integralidade da média salarial. Os demais professores estão sujeitos ao regime geral, que usa o chamado fator previdenciário, que leva em consideração o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de sobrevivência. No caso dos professores, são acrescidos ao cálculo cinco anos de contribuição no caso dos homens e dez anos, no caso das mulheres. O fator previdenciário incide sobre a média salarial.

Condições de trabalho

Heleno Araújo ressaltou que os professores brasileiros estão, no geral, expostos a condições precárias de trabalho, como falta de infraestrutura, e carecem de formação continuada adequada. Os salários também não são altos. Atualmente, o piso da categoria é R\$ 2.557,74.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham 25% menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. “O regime especial para professores não é privilégio, nem tampouco compensação. O direito à aposentadoria especial é questão de justiça”, afirmou Araújo.

Para Alessandro Roosevelt, é preciso melhorar as condições de trabalho dos professores para que a aposentadoria não seja uma fuga. “Tem que começar ao contrário, tem que fazer com que a pessoa tenha condição de trabalho melhor e, dentro dessa condição, a aposentadoria acaba sendo um prêmio. As pessoas estão vendo a aposentadoria como fuga porque todo o período para trás é que é o problema.”

Os investimentos em educação, no entanto, não têm aumentado. De acordo com os últimos dados do Inep, o investimento público em educação caiu do equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país, em 2014, para 5,5% do PIB em 2015. Considerando apenas os gastos públicos com educação pública, esse investimento foi equivalente a 5% do PIB.

A meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação, lei sancionada em 2014, é o investimento anual equivalente a pelo menos 10% do PIB em educação pública a partir de 2024. O plano estabelece ainda a meta intermediária de investimento de 7% do PIB em 2019.

Para o governo, a reforma da Previdência é uma forma de equilibrar as contas públicas e possibilitar o aumento do investimento em outras áreas. A versão original da proposta enviada ao Congresso prevê economia de R\$ 1,17 trilhão em dez anos.

Na audiência pública, Roosevelt colocou os técnicos do Ministério da Economia à disposição dos parlamentares para esclarecimento de dúvidas e disse que caberá a eles o aperfeiçoamento da medida.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Vélez não aparece em primeira agenda positiva do MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, faltou à primeira agenda positiva da pasta desde o início do governo de Jair Bolsonaro. Em evento nesta quinta-feira, 4, reservado a secretários estaduais e municipais de educação, o ministério anunciou R\$ 30 milhões para programas de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A divulgação foi feita pelo novo secretário executivo brigadeiro Ricardo Machado Vieira.

Era o que Estados e municípios pediam há tempos. O programa já existia no ano passado e não havia indicação de que ele continuaria na atual gestão. A BNCC foi aprovada em 2017 e determina os objetivos de aprendizagem para cada ano do ensino infantil e fundamental. Sem os recursos do MEC, no entanto, escolas públicas do País não conseguem elaborar seus currículos de acordo com a BNCC e nem formar professores para colocá-la em prática.

Uma versão para o ensino médio também foi aprovada no ano passado e agora o MEC anunciou verbas para esse nível de ensino (R\$ 5 milhões a mais dos já previstos pela gestão anterior de R\$ 58 milhões). Entre os objetivos estão elaborar itinerários formativos para o ensino médio, assim como pede a reforma do ensino médio, também instituída pelo governo anterior.

Até então, não havia qualquer declaração da atual gestão sobre as políticas tidas como essenciais para a educação atual, como a BNCC e a reforma do ensino médio. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo apurou, integrantes do MEC ligados ao guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, defendem que o MEC não prossiga com essas políticas. Na apresentação do brigadeiro, no entanto, foi dito que a pasta vai incentivar os Estados e municípios a seguir as novas diretrizes da BNCC.

Não foi mencionado aos secretários porque o ministro Vélez não estava presente. Hoje,

um de seus principais assessores (ligado a Olavo) foi exonerado, o que demonstra mais ainda seu enfraquecimento. A intenção dos grupos dos militares era justamente que o brigadeiro Machado Vieira tocasse os programas parados do MEC e impedisse o ministro de entrar em polêmicas.

Mesmo assim, ontem, em entrevista ao Valor Econômico, Vélz afirmou que os livros didáticos podem ser mudados para ensinar que não houve golpe em 1964 nem ditadura militar. A BNCC indica que na disciplina de História, no 9º ano do fundamental, deve ser discutida a “ditadura civil-militar e os processos de resistência”.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Comissão da Câmara fará sugestões para aposentadoria de professores

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados pode recomendar a rejeição do trecho da reforma da Previdência que trata da aposentadoria dos professores. Segundo a deputada Professora Rosa Neide (PT-MT), a comissão pretende sugerir uma nova redação para esse trecho da reforma, mas ainda não há uma proposta consolidada.

“Isso será decidido na própria comissão. A maioria dos deputados aponta para isso [rejeição], mas ainda haverá uma decisão”, disse Rosa Neide, que presidiu hoje (4) a primeira audiência pública sobre a reforma da Previdência e seus impactos sobre os professores.

Para ajudar na elaboração das sugestões, a comissão pediu à Consultoria Legislativa da Casa um estudo sobre os impactos das mudanças referentes à categoria que constam da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19.

Na audiência desta quinta-feira, a PEC foi criticada tanto pela maioria dos palestrantes quanto pela maioria dos parlamentares presentes. “Vai ter impacto na atratividade de jovens para a carreira, que já é pouco atraente em função do desgaste físico, dos salários baixos e da grande diferença em relação às demais carreiras com o mesmo nível de formação”, afirmou Luiz Alberto dos Santos, membro do Corpo Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Atualmente, apenas 3,3% dos estudantes brasileiros de 15 anos querem ser professores. Quando se trata daqueles que querem ser professores em escolas, na educação básica, que vai do ensino infantil ao ensino médio, esse percentual cai para 2,4%, de acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
Professoras

Entre os pontos mais criticados na proposta de reforma da Previdência está o fim da diferença entre homens e mulheres na idade de aposentadoria. A idade mínima para aposentadoria de professores passaria a ser de 60 anos e o tempo de contribuição, de 30 anos, para ambos os sexos.

Pelas regras atuais, as professoras podem dar entrada no benefício com tempo de contribuição mínimo de 25 anos e os professores, com 30 anos. Para os profissionais de escolas públicas, onde trabalha a maioria dos docentes, a idade mínima é de 50 anos para mulheres e 55 anos para homens.

Isso significa que as professoras passarão a aposentar 10 anos mais tarde do que hoje e

os professores, cinco anos mais tarde. “A proposta está exigindo maior esforço das mulheres brasileiras”, disse o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo.

De acordo com Alessandro Roosevelt, assessor da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, a equiparação se deu seguindo modelos de outros países, onde não há diferenciação entre homens e mulheres.

Ele disse que o objetivo inicial do governo era acabar com a diferenciação em todas as aposentadorias. “Hoje sabemos que essa discussão ainda está muito crua para ser colocada no Congresso. Como professores já têm redução [em relação às demais categorias] na questão da idade, não teria muita lógica essa separação”, afirmou.

A idade mínima dos professores é inferior à proposta, no geral, pela PEC, que estabelece a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

Salário integral

Pela proposta em tramitação, professores receberão, ao se aposentar, 60% da média salarial mais 2% por ano de contribuição que exceder a 20 anos. Ou seja, com o tempo de contribuição mínimo de 30 anos, os professores se aposentarão recebendo 80% da média salarial. Para receber 100% da média salarial, será necessário trabalhar 40 anos. Haverá um processo de transição até a regra ser totalmente implementada.

Caso um professor comece a trabalhar aos 25 anos de idade, terá que trabalhar até os 65 anos para receber a média de todos os salários que ganhou.

Atualmente, os professores da rede pública recebem, ao se aposentar, a integralidade da média salarial. Os demais professores estão sujeitos ao regime geral, que usa o chamado fator previdenciário, que leva em consideração o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de sobrevivência. No caso dos professores, são acrescidos ao cálculo cinco anos de contribuição no caso dos homens e dez anos, no caso das mulheres. O fator previdenciário incide sobre a média salarial.

Condições de trabalho

Heleno Araújo ressaltou que os professores brasileiros estão, no geral, expostos a condições precárias de trabalho, como falta de infraestrutura, e carecem de formação continuada adequada. Os salários também não são altos. Atualmente, o piso da categoria é R\$ 2.557,74.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham 25% menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. “O regime especial para professores não é privilégio, nem tampouco compensação. O direito à aposentadoria especial é questão de justiça”, afirmou Araújo.

Para Alessandro Roosevelt, é preciso melhorar as condições de trabalho dos professores para que a aposentadoria não seja uma fuga. “Tem que começar ao contrário, tem que fazer com que a pessoa tenha condição de trabalho melhor e, dentro dessa condição, a aposentadoria acaba sendo um prêmio. As pessoas estão vendo a aposentadoria como fuga porque todo o período para trás é que é o problema.”

Os investimentos em educação, no entanto, não têm aumentado. De acordo com os últimos dados do Inep, o investimento público em educação caiu do equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país, em 2014, para 5,5% do PIB em 2015. Considerando apenas os gastos públicos com educação pública, esse investimento foi equivalente a 5% do PIB.

A meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação, lei sancionada em 2014, é o investimento anual equivalente a pelo menos 10% do PIB em educação pública a partir de 2024. O plano estabelece ainda a meta intermediária de investimento de 7% do PIB em 2019.

Para o governo, a reforma da Previdência é uma forma de equilibrar as contas públicas e possibilitar o aumento do investimento em outras áreas. A versão original da proposta enviada ao Congresso prevê economia de R\$ 1,17 trilhão em dez anos.

Na audiência pública, Roosevelt colocou os técnicos do Ministério da Economia à disposição dos parlamentares para esclarecimento de dúvidas e disse que caberá a eles o aperfeiçoamento da medida.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Bolsonaro indica que Vélz pode sair do Ministério da Educação na segunda

Em café da manhã com jornalistas, o presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta-feira, 5, que deve tomar uma decisão sobre o Ministério da Educação (MEC), Ricardo Vélz, na segunda-feira, 8.

“Na segunda, vamos resolver a situação do MEC”, disse. “Está bem claro que não está dando certo, falta gestão. Vamos tirar a aliança da mão esquerda e pôr na direita”, afirmou o presidente.

As declarações indicam que o ministro Ricardo Vélz Rodríguez pode ser demitido. O ministro vem sofrendo uma série de desgastes nas últimas semanas.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC cresceu demais e isso coloca exigência de racionalização, diz Vélz

O ministro da Educação, Ricardo Vélz Rodríguez, afirmou nesta sexta-feira, 5, no 18º Fórum Empresarial Lide, em Campos do Jordão (SP), que a pasta “cresceu demais” e que, por isso, há uma exigência de racionalização.

Questionado sobre se o cargo de ministro da Educação é o mais difícil, Vélz argumentou: “Sim e não. Não, porque é o ministério que lida com as pessoas e isso é a coisa mais importante do mundo. Sim, porque o ministério cresceu demais oferecendo serviços, o que não é negativo, mas que coloca uma tremenda exigência de racionalização administrativa”.

Vélz também foi questionado pelo mediador do painel dele, o jornalista William Waack, sobre quais seriam as discussões necessárias dentro da pasta. “Nós precisamos de decisões técnicas, e não ideológicas”, respondeu.

Demissão

Vélez também afirmou, durante o evento, que não vai entregar o cargo. “Preto participar do fórum, não vou entregar o cargo”, declarou, quando questionado se iria entregar o posto.

Mais cedo, o presidente Jair Bolsonaro disse em Brasília que resolverá a situação do MEC na próxima segunda-feira, 8, e admitiu que há problemas de gestão na pasta. Vélez negou que tenha conversado com Bolsonaro sobre o assunto.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Vélez não aparece em primeira agenda positiva do MEC

O ministro faltou no evento desta quinta-feira que anunciou 30 milhões de reais para programas de implementação da Base Nacional Comum Curricular

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, faltou à primeira agenda positiva da pasta desde o início do governo de Jair Bolsonaro. Em evento nesta quinta-feira, 4, reservado a secretários estaduais e municipais de educação, o ministério anunciou 30 milhões de reais para programas de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A divulgação foi feita pelo novo secretário executivo, o brigadeiro Ricardo Machado Vieira.

O programa já existia no ano passado e não havia indicação de que ele continuaria na atual gestão. A BNCC foi aprovada em 2017 e determina os objetivos de aprendizagem para cada ano do ensino infantil e fundamental. Sem os recursos do MEC, no entanto, escolas públicas não conseguem elaborar seus currículos de acordo com a BNCC e nem formar professores para colocá-la em prática.

Uma versão para o ensino médio também foi aprovada no ano passado e agora o MEC anunciou verbas para esse nível de ensino (5 milhões de reais além dos 58 milhões de reais já previstos pela gestão anterior). Entre os objetivos estão elaborar itinerários formativos para o ensino médio, assim como pede a reforma do ensino médio, também instituída pelo governo anterior.

Até então, não havia qualquer declaração da atual gestão sobre as políticas tidas como essenciais para a educação atual, como a BNCC e a reforma do ensino médio. Integrantes do MEC ligados ao guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, defendem que o MEC não prossiga com essas políticas. Na apresentação, no entanto, foi dito que a pasta vai incentivar os estados e municípios a seguir as novas diretrizes da BNCC.

Não foi mencionado aos secretários porque o ministro Vélez não estava presente. Nesta quinta-feira, um de seus principais assessores (ligado a Olavo) foi exonerado, o que demonstra mais ainda seu enfraquecimento. A intenção do grupo dos militares era justamente que o brigadeiro Machado Vieira tocasse os programas parados do MEC e impedisse o ministro de entrar em polêmicas.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Bolsonaro indica que pode demitir Vélez na próxima segunda

Presidente da República afirmou que titular "não está dando certo", segundo jornal

O presidente da República Jair Bolsonaro indicou que poderá exonerar o ministro Vélez Rodríguez (Educação), na próxima segunda-feira. Segundo afirmou em encontro com jornalistas, o titular “não está dando certo” na pasta.

“Está bastante claro que não está dando certo o ministro Véllez. Na segunda-feira, vamos tirar a aliança da mão direita, ou vai para a esquerda ou vai para a gaveta”, disse o presidente, segundo o jornal O Globo, que estava no encontro.

Véllez está em Campos do Jordão, onde participa do 18º Fórum Empresarial Lide. O ministro afirmou não estar sabendo da reunião e reafirmou que não entregará o cargo.

Caso seja confirmada, a saída de Véllez será a segunda baixa no ministério de Bolsonaro em pouco mais de três meses de governo. Em fevereiro, Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral da Presidência) foi demitido após entrar em rota de colisão com o vereador carioca Carlos Bolsonaro, filho do presidente.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Véllez : ‘Não vou entregar o cargo’

Presidente afirmou nesta sexta que gestão do ministro não está dando certo.

Titular do MEC cancelou entrevista coletiva que daria em evento

Depois de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que a gestão de Ricardo Véllez Rodríguez no Ministério da Educação “não está dando certo”, o ministro declarou nesta sexta-feira, 5, que não pretende deixar a pasta voluntariamente. “Não vou entregar o cargo”, disse Véllez durante evento em Campos do Jordão.

Bolsonaro declarou durante café da manhã com jornalistas nesta sexta que na próxima segunda 8 vai “resolver a questão do MEC”. “Está bem claro que não está dando certo o ministro Véllez, falta gestão. Vamos tirar a aliança da mão esquerda e pôr na direita, ou vai para a esquerda ou vai para a gaveta.”

Véllez participa do 18º Fórum Empresarial Lide. O ministro, que afirmou não estar sabendo da declaração do chefe, cancelou a entrevista coletiva que daria no evento.

Caso seja confirmada, a saída de Véllez será a segunda baixa no ministério de Bolsonaro em pouco mais de três meses de governo. Em fevereiro, Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral da Presidência) foi demitido após entrar em rota de colisão com o vereador carioca Carlos Bolsonaro, filho do presidente.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Comissão da Câmara fará sugestões para aposentadoria de professores

Em audiência sobre reforma da Previdência, crítica era que proposta para aposentadoria de professores pode desestimular jovens a seguir na profissão

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados pode recomendar a rejeição do trecho da reforma da Previdência que trata da aposentadoria dos professores. Segundo a deputada Professora Rosa Neide (PT-MT), a comissão pretende sugerir uma nova redação para esse trecho da reforma, mas ainda não há uma proposta consolidada.

“Isso será decidido na própria comissão. A maioria dos deputados aponta para isso [rejeição], mas ainda haverá uma decisão”, disse Rosa Neide, que presidiu hoje (4) a primeira audiência pública sobre a reforma da Previdência e seus impactos sobre os professores.

Para ajudar na elaboração das sugestões, a comissão pediu à Consultoria Legislativa da

Casa um estudo sobre os impactos das mudanças referentes à categoria que constam da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19.

Na audiência desta quinta-feira, a PEC foi criticada tanto pela maioria dos palestrantes quanto pela maioria dos parlamentares presentes. “Vai ter impacto na atratividade de jovens para a carreira, que já é pouco atraente em função do desgaste físico, dos salários baixos e da grande diferença em relação às demais carreiras com o mesmo nível de formação”, afirmou Luiz Alberto dos Santos, membro do Corpo Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Atualmente, apenas 3,3% dos estudantes brasileiros de 15 anos querem ser professores. Quando se trata daqueles que querem ser professores em escolas, na educação básica, que vai do ensino infantil ao ensino médio, esse percentual cai para 2,4%, de acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Professoras

Entre os pontos mais criticados na proposta de reforma da Previdência está o fim da diferença entre homens e mulheres na idade de aposentadoria. A idade mínima para aposentadoria de professores passaria a ser de 60 anos e o tempo de contribuição, de 30 anos, para ambos os sexos.

Pelas regras atuais, as professoras podem dar entrada no benefício com tempo de contribuição mínimo de 25 anos e os professores, com 30 anos. Para os profissionais de escolas públicas, onde trabalha a maioria dos docentes, a idade mínima é de 50 anos para mulheres e 55 anos para homens.

Isso significa que as professoras passarão a aposentar 10 anos mais tarde do que hoje e os professores, cinco anos mais tarde. “A proposta está exigindo maior esforço das mulheres brasileiras”, disse o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo.

De acordo com Alessandro Roosevelt, assessor da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, a equiparação se deu seguindo modelos de outros países, onde não há diferenciação entre homens e mulheres.

Ele disse que o objetivo inicial do governo era acabar com a diferenciação em todas as aposentadorias. “Hoje sabemos que essa discussão ainda está muito crua para ser colocada no Congresso. Como professores já têm redução [em relação às demais categorias] na questão da idade, não teria muita lógica essa separação”, afirmou.

A idade mínima dos professores é inferior à proposta, no geral, pela PEC, que estabelece a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

Salário integral

Pela proposta em tramitação, professores receberão, ao se aposentar, 60% da média salarial mais 2% por ano de contribuição que exceder a 20 anos. Ou seja, com o tempo de contribuição mínimo de 30 anos, os professores se aposentarão recebendo 80% da média salarial. Para receber 100% da média salarial, será necessário trabalhar 40 anos. Haverá um processo de transição até a regra ser totalmente implementada.

Caso um professor comece a trabalhar aos 25 anos de idade, terá que trabalhar até os 65 anos para receber a média de todos os salários que ganhou.

Atualmente, os professores da rede pública recebem, ao se aposentar, a integralidade da média salarial. Os demais professores estão sujeitos ao regime geral, que usa o chamado fator previdenciário, que leva em consideração o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de sobrevivência. No caso dos professores, são acrescidos ao cálculo cinco anos de contribuição no caso dos homens e dez anos, no caso das mulheres. O fator previdenciário incide sobre a média salarial.

Condições de trabalho

Heleno Araújo ressaltou que os professores brasileiros estão, no geral, expostos a condições precárias de trabalho, como falta de infraestrutura, e carecem de formação continuada adequada. Os salários também não são altos. Atualmente, o piso da categoria é R\$ 2.557,74.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os professores de escolas públicas ganham 25% menos que os demais profissionais com o mesmo nível de formação. “O regime especial para professores não é privilégio, nem tampouco compensação. O direito à aposentadoria especial é questão de justiça”, afirmou Araújo.

Para Alessandro Roosevelt, é preciso melhorar as condições de trabalho dos professores para que a aposentadoria não seja uma fuga. “Tem que começar ao contrário, tem que fazer com que a pessoa tenha condição de trabalho melhor e, dentro dessa condição, a aposentadoria acaba sendo um prêmio. As pessoas estão vendo a aposentadoria como fuga porque todo o período para trás é que é o problema.”

Os investimentos em educação, no entanto, não têm aumentado. De acordo com os últimos dados do Inep, o investimento público em educação caiu do equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país, em 2014, para 5,5% do PIB em 2015. Considerando apenas os gastos públicos com educação pública, esse investimento foi equivalente a 5% do PIB.

A meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação, lei sancionada em 2014, é o investimento anual equivalente a pelo menos 10% do PIB em educação pública a partir de 2024. O plano estabelece ainda a meta intermediária de investimento de 7% do PIB em 2019.

Para o governo, a reforma da Previdência é uma forma de equilibrar as contas públicas e possibilitar o aumento do investimento em outras áreas. A versão original da proposta enviada ao Congresso prevê economia de R\$ 1,17 trilhão em dez anos.

Na audiência pública, Roosevelt colocou os técnicos do Ministério da Economia à disposição dos parlamentares para esclarecimento de dúvidas e disse que caberá a eles o aperfeiçoamento da medida.

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Vélez diz que Pernambuco é modelo em Educação e vai levar para o País

Ministro da Educação falou nesta sexta-feira (5) que existem Estados em que o sistema educacional funciona

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, falou nesta sexta-feira (5) que vai se inspirar em alguns estados do Brasil nos quais o sistema educacional funcionam e levar o modelo para o restante do Brasil.

“Há esperança em estados e municípios como o Pará, Pernambuco, Rondônia e Maranhão. Esses lugares são modelos. Vamos unir forças”, declarou o ministro durante o 18º Fórum Lide, que acontece nesta sexta em Campos do Jordão (SP) e reúne cerca de 300 líderes e autoridades do país.

Ainda de acordo com Vélez, os estados citados são exceção, pois no restante do Brasil os números são alarmantes.

“Atualmente, há pouco mais de 10 milhões de jovens entre 15 e 17 anos. Desse total, 1,5 milhão de jovens nessa faixa etária não se matricula na escola no ano letivo e já está fora da escola. Mas nem todos os 8,8 milhões permanecem até o final. Cerca de 7% dos alunos dessa faixa abandonam os estudos durante o ano letivo”, afirmou. “Ao final do ano letivo, mais de 30% dos alunos entre 15 e 17 anos estão fora da escola. Apenas 6,9 milhões de jovens brasileiros frequentam a escola até o fim do ano letivo”, completou.

O ministro da educação ainda falou que na velocidade em que a educação está evoluindo, levaria mais de 200 anos para que o Brasil conseguisse atingir a meta do Plano Diretor de Educação. “Isso é inadmissível e não decorre dos três meses de Bolsonaro no governo.”

Para concluir, Vélez convocou os empresários para ir ao MEC conversar com ele e com sua equipe para unir forças e solucionar os problemas da educação.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Vélez diz que única coisa insustentável é a morte, sobre permanência no MEC
O ministro da Educação se manifestou logo depois de o presidente Jair Bolsonaro afirmar que vai resolver a situação do MEC na segunda-feira

CAMPOS DO JORDÃO - O ministro da Educação, Ricardo Vélez, ao negar que vá entregar o cargo, que a única coisa "insustentável" é a morte. "Insustentável por quê? A única coisa insustentável é a morte", declarou Vélez, nesta sexta-feira, 5, diante da insistência de jornalistas após o presidente Jair Bolsonaro indicar que demitirá o ministro na próxima segunda, 8.

"Pergunta a quem de direito, a quem falou isso", respondeu Vélez sobre sua possível demissão. A declaração de Bolsonaro sobre "resolver a situação" do MEC foi divulgada assim que o ministro começava uma palestra no fórum do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Campos do Jordão (SP). Ele leu um discurso defendendo racionalidade na gestão da pasta e, quando questionado sobre "discussões necessárias", voltou a falar que decisões não podem ser pautadas por ideologia.

Vélez participou de um painel ao lado do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP). Após o painel, deixou o auditório do evento para ir ao banheiro e foi abordado por jornalistas. Inicialmente, se

recusou a falar e, minutos depois, negou que irá entregar o cargo. A assessoria do evento informou que ele não concederá novas entrevistas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro indica que ministro da Educação pode ser demitido na segunda-feira Bolsonaro cumprimenta Vélez na posse do colombiano naturalizado brasileiro como ministro da Educação

Em café da manhã com jornalistas, o presidente Jair Bolsonaro disse hoje que deve tomar uma decisão sobre o Ministério da Educação (MEC) na segunda-feira, 8. "Na segunda, vamos resolver a situação do MEC", disse. "Está bem claro que não está dando certo, falta gestão. Vamos tirar a aliança da mão esquerda e pôr na direita", afirmou o presidente.

As declarações indicam que o ministro Ricardo Vélez Rodríguez pode ser demitido. O ministro enfrenta sucessivas crises desde o início do governo e viu um aumento do desgaste nas últimas semanas com uma série de demissões.

Logo após o presidente se manifestar em Brasília, Vélez, que participa do 18º Fórum do Grupo de Líderes Empresariais (Lide) em Campos do Jordão (SP), rapidamente reagiu. "Não vou entregar o cargo, não fui informado". E ainda declarou: "Única coisa insustentável é a morte".

O ministro pediu apoio de empresários e os convocou para "dialogar" com ele e sua equipe no órgão. Ele participa de mesa com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

"Não pretendo entregar o cargo", diz ministro da Educação

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse hoje em Campos do Jordão (SP) que não pretende entregar o cargo, em resposta a uma declaração do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Durante um café da manhã com jornalistas na manhã de hoje, o presidente disse que decidirá sobre o comando do MEC na próxima segunda-feira. "Está bastante claro que não está dando certo. Ele é bacana e honesto, mas está faltando gestão, que é coisa importantíssima", diz o presidente.

Vélez negou ter sido procurado por Bolsonaro para tratar de sua eventual demissão. Questionado se considerava sua situação no MEC como insustentável, o ministro respondeu que "a única coisa insustentável é a morte."

Bolsonaro já havia feito críticas públicas à gestão de Vélez, que tem sido marcada por uma série de recuos, polêmicas e demissões. Desde o começo de março, houve cerca de 20 mudanças de cargos no MEC, onde grupos ligados a militares, técnicos e ao escritor Olavo de Carvalho -- que indicou Vélez ao cargo -- disputam espaço.

Na semana passada, o presidente disse em entrevista à Band que as coisas "não estão dando certo" no MEC, e que conversaria com Vélez após voltar da viagem oficial a Israel -- o presidente chegou na quarta ao Brasil.

Apesar da série de declarações ideológicas, Vélez defendeu em sua palestra no evento de hoje a tomada de decisões sem ideologia. "Temos que tomar decisões numa perspectiva técnica, científica e não ideológica", afirmou.

Em uma fala de seis minutos, Vélez discorreu sobre a necessidade de políticas para alfabetização de crianças e para atrair adolescentes para a escola, com ensino profissionalizante, como forma de diminuir a evasão.

Apesar de dizer que esta situação vem de muitos anos e não foi criada em meses de governo Bolsonaro, Vélez ainda afirmou estar "cansado de olhar para o passado e culpar outros governos".

Entenda a crise no MEC

Além da instabilidade provocada pelas disputas internas, Vélez protagonizou polêmicas junto à opinião pública. Recentemente, defendeu uma revisão dos livros didáticos sobre o golpe militar de 1964 e da ditadura que veio em seguida.

No fim de fevereiro, o MEC enviou a escolas um pedido para que alunos fossem gravados cantando o hino nacional, e que os vídeos fossem enviados ao governo. O pedido também incluía a leitura de uma mensagem com o slogan eleitoral de Bolsonaro, "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". O ministro depois recuou da medida.

O ministro falou rapidamente à imprensa durante sua participação no 18º Fórum Empresarial Lide (Grupo de Líderes Empresariais) e não quis conceder uma entrevista coletiva.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC cresceu demais e isso coloca exigência de racionalização, diz Vélez André Ítalo Rocha, Daniel Weterman, Mateus Fagundes e Pedro Venceslau

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou nesta sexta-feira, 5, no 18º Fórum Empresarial Lide, em Campos do Jordão (SP), que a pasta "cresceu demais" e que, por isso, há uma exigência de racionalização.

Questionado sobre se o cargo de ministro da Educação é o mais difícil, Vélez argumentou: "Sim e não. Não, porque é o ministério que lida com as pessoas e isso é a coisa mais importante do mundo. Sim, porque o ministério cresceu demais oferecendo serviços, o que não é negativo, mas que coloca uma tremenda exigência de racionalização administrativa".

Vélez também foi questionado pelo mediador do painel dele, o jornalista William Waack, sobre quais seriam as discussões necessárias dentro da pasta. "Nós precisamos de decisões técnicas, e não ideológicas", respondeu.

Demissão

Vélez também afirmou, durante o evento, que não vai entregar o cargo. "Pretendo participar do fórum, não vou entregar o cargo", declarou, quando questionado se iria entregar o posto.

Mais cedo, o presidente Jair Bolsonaro disse em Brasília que resolverá a situação do

MEC na próxima segunda-feira, 8, e admitiu que há problemas de gestão na pasta. Vélez negou que tenha conversado com Bolsonaro sobre o assunto.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Única coisa insustentável é a morte, diz Vélez sobre permanência no MEC André Ítalo Rocha, Daniel Weterman, Mateus Fagundes e Pedro Venceslau

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, afirmou, ao negar que vá entregar o cargo, que a única coisa "insustentável" é a morte. "Insustentável por quê? A única coisa insustentável é a morte", declarou Vélez ao falar sobre a sua situação no posto de comando do MEC. A respostas veio diante da insistência de jornalistas após o presidente Jair Bolsonaro indicar que demitirá o ministro na próxima segunda-feira, 8.

"Pergunta a quem de direito, a quem falou isso", respondeu Vélez sobre sua possível demissão. A declaração de Bolsonaro sobre "resolver a situação" do MEC foi divulgada assim que o ministro começava uma palestra no fórum do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Campos do Jordão (SP).

Ele leu um discurso defendendo racionalidade na gestão da pasta. Vélez participou de um painel ao lado do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e da líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP). Após o painel, deixou o auditório do evento para ir ao banheiro e foi abordado por jornalistas. Inicialmente, se recusou a falar e, minutos depois, negou que irá entregar o cargo. A assessoria do evento informou que ele não concederá novas entrevistas.